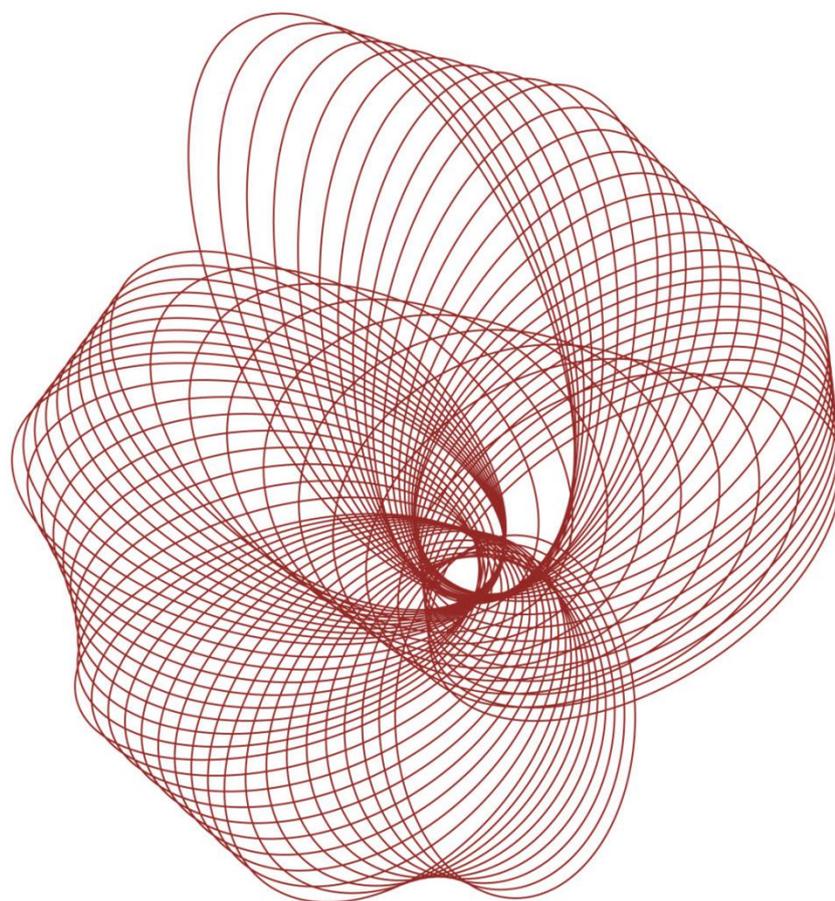


ISSN 2318-1729

história

histórias

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – UNB



DOSSIÊ

História das Mulheres



UnB

Volume 3, Número 6, 2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Coordenador: Henrique Modanez de Sant'Anna
Vice-coordenador: André Gustavo de Melo Araújo

EXPEDIENTE (VOLUME 3, NÚMERO 6 DE 2015)

Editora

Susane Rodrigues de Oliveira (UnB)

Comitê Executivo

Anderson Oliva (UnB)
Neuma Brilhante (UnB)

Conselho Editorial

Aaron Aurelio Grageda (Universidad de Sonora)
Anderson Oliva (UnB)
André Gustavo de Melo Araújo (UnB)
Arthur Alfaix Assis (UnB)
Diva do Couto Gontijo Muniz (UnB)
Ernesto Cerveira de Sena (UFMT)
Jaime Almeida (UnB)
André Gustavo de Melo Araújo (UnB)
Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro (UFU)
Maria Filomena Pinto Da Costa Coelho (UnB)
Neuma Brilhante (UnB)

Conselho Consultivo

Elizabeth Cancelli (USP)
Friedrich Jaeger (Universidade Witten/Herdecke)
Gerson Galo Meneses Ledezma (UNILA)
Henrique Espada Lima (UFSC)
Juçara Luzia Leite (UFES)
Marcelo Cândido da Silva (USP)
Marcelo de Souza Magalhães (UNIRIO)
Maria Lêda Oliveira (USP)
Matthias Haake (Universität Münster)
Mauro César Coelho (UFPA)
Nilton Pereira (UFRGS)
Patrícia Melo Sampaio (UFAM)
Sérgio da Mata (UFOP)

Editoração

Isabel Escobar Crescencio (UnB)
Susane Rodrigues de Oliveira (UnB)

Revisão

Membros do Conselho Editorial

Pareceristas Ad Hoc

Alcileide Cabral do Nascimento (UFRPE)
Ana Carolina Eiras Coelho Soares (UFG)
Andréa Bandeira Silva de Farias (UPE)
Cláudia Priori (UNESPAR)
Cristiani Bereta da Silva (UDESC)
Eloisa Pereira Barroso (UnB)
Gisele Wolkoff (UTFPR)
Helen Ulhoa Pimentel (UNIMONTES)
Henrique Modanez de Sant Anna (UnB)
Jorgetânia da Silva Ferreira (UFU)
Jurema Gorski Brites (UFSM)
Leandro Hecko (UFMS)
Maria Célia Orato (UnB)
Márcia Santana Tavares (UFBA)
Maria Dolores de Brito Mota (UFC)
Maurício de Bragança (UFF)
Meire Carvalho (UFG)
Raquel da Silva Silveira (UFRGS)
Roberta Giannubilo Stumpf (ICS/UL)
Sandra Duarte de Souza (UMESP)
Valéria Fernandes da Silva (CMB)
Valeska Zanello (UnB)
Wellington Amorim (UFMA)

A Revista *história*, *histórias* agradece aos membros do Conselho Consultivo e aos Pareceristas *Ad Hoc* que colaboraram com o presente número.

Os dados, ideias, opiniões e conceitos emitidos nos artigos e resenhas, assim como a exatidão das referências, são de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

EDITORIAL

“História das Mulheres” é o título e temática do dossiê que integra o sexto número da Revista *história, histórias*, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. Organizado pelo professor doutor Thiago F. Sant’Anna e Silva, da Universidade Federal Goiás (UFG), essa edição traz a público um conjunto de nove artigos produzidos por pesquisadores/as de diversas áreas das Ciências Humanas. Trata-se de uma produção historiográfica bastante significativa e necessária que, ao conferir visibilidade ao protagonismo das mulheres em variados tempos e espaços, colabora no sentido de problematizar e desnaturalizar concepções e práticas instituintes/instituídas de relações de poder assimétricas entre homens e mulheres que ainda se colocam como obstáculos à construção de uma sociedade mais justa, igualitária e menos violenta para as mulheres.

A seção de artigos avulsos se abre com o texto de Daniele Borges Bezerra e Juliane Conceição Primon Serres, ambas da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), onde discutem a preservação da memória em antigos leprosários, instituições criadas nas décadas de 1930 e 1940 para isolar pessoas acometidas pelo Mal de Hansen. Em seguida o texto de Victor Henrique da Silva Menezes, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), trata das representações e discursos – veiculados em textos de autores antigos e também em filmes e séries televisivas da contemporaneidade – sobre a chegada de Júlio César a Alexandria no ano de 48 a.C.. Já o terceiro e último artigo, de Clovis Carvalho Britto, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), apresenta uma análise das estratégias de produção da crença no poeta João Silva Franco (1918-2008), conhecido como João Sapateiro, cujo legado instituiu uma memória topográfica na cidade de Laranjeiras/SE.

Encerrando esta edição, em sintonia com o dossiê, a resenha de Rosana de Jesus dos Santos, da Universidade de Uberlândia (UFU), trata do livro *História das Mulheres e do Gênero em Minas Gerais*, organizado por Cláudia Maia (UNIMONTES) e Vera Puga (UFU), lançado em 2015 pela Editora Mulheres de Santa Catarina (Florianópolis).

Devemos ressaltar que esta edição foi produzida em um momento de vários cortes orçamentários efetuados nas Universidades federais, que atingiram também o Programa de Pós-Graduação em História da UnB. Desse modo, o seu resultado é fruto de intensos esforços realizados pelo Conselho Executivo e Editorial, no sentido de manter a periodicidade e qualidade das publicações. Agradecemos a todos que colaboraram na revisão e editoração deste volume, especialmente à mestrande Isabel Escobar Crescencio (PPGHIS/UnB) pelos serviços de editoração. Tenham uma boa leitura e discussão!

Brasília, dezembro de 2015.
Profa. Dra. Susane Rodrigues de Oliveira
EDITORA CHEFE

SUMÁRIO

DOSSIÊ

Apresentação do Dossiê "História das Mulheres"

Thiago Fernando Sant'Anna e Silva 7-9

História das Mulheres e Estudos Feministas: um diálogo entre Rago, Rüsen e Mccullagh

Thiago Fernando Sant'Anna e Silva 11-26

Assédio sexual nos espaços públicos: reflexões históricas e feministas

Simone Alves Santos 27-42

Lei Maria da Penha: o discurso jurídico de responsabilização dos crimes e a efetividade da norma legal no Distrito Federal (2009-2012)

Raquel de Castro Botelho, Benedito Rodrigues dos Santos, Gabriel Artur Marra e Rosa 43-58

Mulheres que adivinham: presença feminina no âmbito das práticas mágico-religiosas a partir da primeira visitaçao do Santo Ofício à América portuguesa (1591-1595)

Marcus Vinicius Reis 59-78

Relações de gênero e estereótipos femininos em anúncios de ontem e de hoje

Ivania Skura, Cristina Satiê de Oliveira Pátaro, Frank Antonio Mezzomo 79-98

Um literato feminista: Jônatas Batista e as ampliações das responsabilidades femininas em Teresina (1906-1927)

Ronyere Ferreira, Teresinha Queiroz 99-116

A alterização da mulher no projeto nacional irlandês

Raimundo Expedito dos Santos Sousa, Adelaine LaGuardia 117-134

A história das primeiras mulheres psicanalistas do início do século XX

Marcus Vinicius Neto Silva, Érica Silva Espírito Santo 135-156

Por uma história dos silêncios: mulheres, guardiãs e cultura na Cidade de Goiás (década de 1960)

Paulo Brito do Prado 157-172

ARTIGOS

A estetização política dos lugares de memória

Daniele Borges Bezerra, Juliane Conceição Primon Serres

173-188

O 'ocidente' aporta às prais do 'oriente': representações antigas e modernas da chegada de Júlio César a Alexandria

Victor Henrique Silva Menezes

189-210

"Petrificado fiquei! Ainda hoje, até agora": usos do passado, memória topográfica e monumentalização do poeta João Sapateiro em Laranjeiras/SE

Clovis Carvalho Britto

211-222

RESENHAS

MAIA, Cláudia; PUGA, Vera Lúcia (Org.). História das mulheres e do gênero em Minas Gerais. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2015. 552p.

Rosana de Jesus dos Santos

223-227

APRESENTAÇÃO

Em mãos das leitoras e dos leitores este dossiê – "História das Mulheres" – se constitui em uma resposta acadêmica, social e política contra as inúmeras formas de atualização dos discursos androcêntricos, que se regozijam no poder patriarcal e que perpassam a vida, fora e dentro das universidades. Os artigos reunidos cuidadosamente para este dossiê buscam não somente dar visibilidade às práticas e aos processos de produção de sentidos que envolvem as relações de gênero e as identidades e experiências das mulheres no passado, mas também revelam propostas políticas transformadoras. Nesse sentido, eles produzem e difundem conhecimentos, orientados por perspectivas críticas, permitindo enfrentar e desconstruir as desigualdades, que produzem corpos, comportamentos, subjetividades, saberes e práticas sociais pautados na diferença entre homens e mulheres, entre os homens, entre as mulheres, e que excluem as inúmeras e – porque não dizer – infinitas possibilidades de vivenciar o corpo, a sexualidade, os desejos e os prazeres.

Abre este dossiê um artigo de minha autoria, intitulado "História das Mulheres e Estudos Feministas: um diálogo entre Rago, Rüsen e Mccullagh", no qual se apresentam diálogos divergentes que refletem sobre a constituição do campo História das Mulheres e sua abordagem feminista à luz dos conceitos de "matriz disciplinar", de Jorn Rüsen, e de "viés", de Mccullagh. Pretende-se argumentar que, após a inclusão das mulheres na História, toda história de mulheres pode ser apreendida como um compromisso com o feminismo, pois as relações entre escrever uma história das mulheres e defender suas demandas não são conflitantes politicamente, mas assumem entrecruzamentos de vieses muito próximos.

Já o segundo artigo, de Simone Alves dos Santos (Centro Universitário Fundação Santo André), apresenta os resultados de uma investigação sobre práticas de assédio sexual contra mulheres em espaços públicos, cometidas no final dos anos 1970 até os dias atuais. Trata-se de uma investigação ancorada em uma abordagem feminista atenta às variáveis sociais, étnicas, políticas e de gênero.

O terceiro artigo, de autoria de Raquel Botelho (Secretaria de Educação do Distrito Federal), Benedito Santos (UCB) e Gabriel Rosa (Universidad del Salvador, Argentina), trata do discurso jurídico de responsabilização por crimes de violência contra mulheres e a efetividade da Lei nº. 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, em sentenças resultantes de julgamentos realizados entre janeiro de 2009 e dezembro de 2012, em um juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher, no Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Marcus Reis (UERJ), no quarto artigo, analisa fontes da primeira visitação do Santo Ofício à América Portuguesa (1591-1595), que revelam perseguições aos ritos de adivinhação praticados por mulheres. De acordo com o autor, a presença feminina tanto no interesse pelos ritos de adivinhação como nas supostas práticas, revela os primeiros indícios de uma tentativa das

mulheres em procurar espaços de autonomia para além da normatização vigente.

Frank Mezzomo (UNESPAR), Ivania Skura (UNESPAR) e Cristiana Pátaro (UNESPAR), no quinto artigo, criticam os estereótipos femininos que desvalorizam as mulheres na mídia. Desse modo, analisam o papel da propaganda na construção e na desconstrução de estereótipos femininos em três propagandas de 1967, publicadas em uma mídia impressa norte-paranaense; em outras duas propagandas de 2014 e de 2015, publicadas em ambiente digital; e em dois anúncios atuais, de 2014, também veiculados *online*, por organizações que reconhecem e questionam papéis de gênero e que visam combater práticas sexistas.

Ronyere Ferreira (UFPI) e Teresinha Queiroz (UFPI), autores do sexto artigo, discutem a participação de literatos, como Jônatas Batista, no processo de alargamento das responsabilidades sociais das mulheres no início do século XX, em Teresina (Piauí). Tais fontes permitiram aos autores fazer emergir sentidos sobre o feminismo e suas demandas naquela cidade. Apesar de o feminismo não ter se constituído em um movimento organizado na cidade de Teresina, os autores argumentam que o feminismo, ali, teve adesão tanto de homens quanto de mulheres, possibilitando uma ampla reflexão sobre a vida das mulheres.

No sétimo artigo, Raimundo Expedito dos Santos Sousa (UFMG) e Adelaine Laguardia (UFSJ) analisam como o anticolonialismo irlandês pautou-se na maximização de fronteiras de gênero, com vistas a acentuar a hombridade dos homens gaélicos, em face de sua feminização. Nesse caso, o colonialismo legitimava-se pela atribuição de gênero ao liame entre Inglaterra e Irlanda, ao inscrever o império no registro masculino e a colônia no feminino. Mediante pesquisa em fontes primárias, os autores investigam as implicações dessa contra-estratégia na representação de mulheres subversivas que desafiavam uma matriz de gênero dual, em que a masculinidade se definia em relação oposta e complementar com a feminilidade.

Já o oitavo artigo, de autoria de Marcus Vinicius Neto Silva (UFMG) e Érica Silva Espírito Santo (UFMG) confere visibilidade e importância às primeiras mulheres psicanalistas, enfocando sua vida e obra.

Encerrando o dossiê, o artigo de Paulo Brito do Prado (UFF) problematiza os silêncios impostos às mulheres que atuaram no cenário urbano da antiga Vila Boa (Cidade de Goiás), nos anos 1960. Por meio da história oral, o autor confere visibilidade às versões da história local produzidas por essas mulheres que se tornaram guardiãs das tradições e das manifestações culturais nesta cidade.

Os artigos aqui reunidos revelam olhares precisos que analisam, criticam e desnaturalizam discursos fomentadores da subalternização feminina e das tecnologias de gênero heteronormativas e racializadas. Nestes trabalhos o gênero também é tomado como categoria de análise e como discurso construído historicamente que adquire novos contornos e novas operacionalidades frente à pluralidade de discursos e práticas que caracterizam

o social. Não há como negar, portanto, esse estilo múltiplo, aberto, problematizador, ousado e desafiador, que configura a História das Mulheres, sinalizando para a condição relacional da pesquisa histórica, para a dimensão constantemente aberta dos processos de subjetivação e para a presença incontornável das relações de poder que atravessam as práticas e os saberes sociais.

Boas indagações!

Goiânia, outubro de 2015.

Prof. Dr. Thiago Fernando Sant'Anna e Silva (UFG)
ORGANIZADOR

HISTÓRIA DAS MULHERES E ESTUDOS FEMINISTAS: UM DIÁLOGO ENTRE RAGO, RÜSEN e MCCULLAGH

THIAGO FERNANDO SANT'ANNA E SILVA
Universidade Federal de Goiás (UFG)

RESUMO

O presente artigo reflete sobre o trabalho das historiadoras à luz dos escritos de Margareth Rago, na perspectiva de constituição do campo de investigação conhecido como História das Mulheres e a sua abordagem feminista, pensados a partir da operação dos conceitos de "matriz disciplinar" construído por Jorn Rüsen e de "viés" de Mccullagh. Nesse percurso, os conceitos de objetividade e subjetividade serão associados à produção de um conhecimento ancorado em uma Epistemologia Feminista.

PALAVRAS-CHAVE: História das Mulheres; Feminismo; Matriz Disciplinar; Viés.

ABSTRACT

This article aims to present a reflection on the work of historians in the light of Margareth Rago in the constitution perspective of the research field known as Women's History and its feminist approach, thought from the operation of the concepts of "disciplinary matrix" built by Rüsen and the concept of "bias" of Mccullagh. Along the way, the concepts of objectivity and subjectivity will be associated with the production of an anchored knowledge in Feminist Epistemology.

KEYWORDS: History of Women; Feminism; Disciplinary Matrix; Bias.

Escrever história é um desafio para nós na contemporaneidade, sobretudo após a propalada crise dos paradigmas, a emergência do movimento rotulado como pós-modernismo e o questionamento do estatuto de cientificidade da História. Como ponto de partida para nosso argumento, ressaltamos que fomos tomados de assalto por questões relacionadas com a história como discurso, como construção discursiva e como campo em litígio, emanadas das palavras da historiadora Margareth Rago, ao fazer a apresentação do livro de Jenkins, "A história repensada". Segundo ela, o que esse define como o percurso do trabalho do/a historiador/a é que

construímos, pois, uma trama e uma narrativa do passado a partir das fontes existentes, dos recursos teórico-metodológicos escolhidos e de um olhar, dentre vários outros possíveis, marcado por nossa atualidade, vale dizer, por nossa inserção cultural e social enfim, por nossa própria subjetividade¹.

A produção e a natureza do conhecimento histórico estão entre as imagens do pensamento de Rago, de acordo com o qual essas imagens de pensamento são construções posicionadas, "marcadas por nossa atualidade", pela incontornável "inserção cultural e social" de quem escreve a história, o que inclui sua própria subjetividade. Sob tal perspectiva, evidenciam-se as relações de poder que atravessam a operação historiográfica, o lugar de fala do autor, os interesses que norteiam seu trabalho, seus valores e sua época. A tese de que o saber é histórico, construído e datado reporta-nos também a Benedetto Croce, para quem toda história "é também contemporânea"², ou seja, o presente é nosso mirante. Não há como duvidar de que partimos das indagações do presente para analisar os vestígios do passado.

Assim, podemos perguntar: que ligações possui esta perspectiva de história com os interesses e anseios de uma época, vale dizer, com a "inserção cultural e social" da vida prática na qual nos inscrevemos? Qual o compromisso desta imagem de pensamento sobre o que é a história com noções caras à ideia de cientificidade, como, por exemplo, o trato com o empírico, o estabelecimento de recursos teórico-metodológicos, a confecção de uma narrativa e a obtenção de uma verdade? Quais os problemas decorrentes desta proposta de conhecimento histórico em relação à dicotomia clássica subjetividade/objetividade? Por último, assumir uma perspectiva feminista na produção do conhecimento histórico estabelece ou abala os alicerces de uma ideia científica da História?

Alguns caminhos que poderemos percorrer passam por uma observação mais acurada acerca dos aspectos relativos ao conhecimento histórico no que tange à vida prática e à vida científica. Nesse sentido, Rago destacou a relação entre historiadores e a vida prática no que diz respeito à "inserção cultural e social" destes e a presença da subjetividade na elaboração desse conhecimento. A relação entre ciência da história e vida prática não somente

¹ RAGO, Margareth. A história repensada com ousadia. (prefácio). In: JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 10.

² CROCE, Benedetto. História e Crônica. In: GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. 4ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 274.

define os limites do conhecimento no que tange aos interesses de onde se parte e as funções a serem cumpridas aonde se chega, mas reforça a tese de que este saber é histórico e, portanto, datado. Em suma, toda história possui historicidade.

Como uma *bandita*³, que rouba e desterritorializa conceitos, *deleuzeaneamente*, reportemo-nos a Jörn Rüsen – um autor que não é feminista, que muitas vezes usa uma linguagem androcêntrica e que não escreve uma história das mulheres – para comentar as considerações de Rago, quando aquele apresenta três pertinências presentes na produção do conhecimento histórico científico: a “pertinência empírica”, que coaduna com Rago quando esta se refere às fontes existentes que dão aos fatos narrados a condição de “garantidos pela experiência”; a “pertinência normativa”, que são as garantias teórico-metodológicas que oferecem uma provisória validade ao conhecimento produzido, tomados por Rago como algo “escolhido”; e a “pertinência narrativa”, quando a elaboração de uma trama e de uma narrativa do passado se ajustam à relação entre o destinatário que se quer atingir e o sentido ali ressaltado⁴. Ou seja, todo conhecimento histórico só é válido quando possui sustentação documental (empírica), regras metodológicas, ainda que desenclausuradas de paradigmas dominantes, mas claras e coerentes (normativa) e uma narrativa capaz de encadear fatos e dar sentido à trama elaborada. Mesmo distantes no que se refere às abordagens, Rago e Rüsen tratam, de certo ponto de vista, de um mesmo assunto.

Ao nos subsidiarmos das reflexões sobre a teoria e prática histórica a partir de Rüsen, a nossa proposta aqui é tecer algumas ideias sobre as condições de produção de um conhecimento histórico comprometido com uma perspectiva feminista e seus efeitos nos critérios de subjetividade e objetividade. Nessa linha de reflexão, seria pertinente perguntar, a partir das teorizações de Rüsen, em que condições teórico-práticas seria possível pensar em uma “história feminista”? Percorrer tal problematização demanda que voltemos para um certo começo: do surgimento de uma história das mulheres à emergência de uma abordagem feminista.

Da inclusão das mulheres na História à construção de histórias feministas de mulheres

Já é consenso entre historiadoras, que a historiografia que privilegia as mulheres como sujeito e objeto da história emergiu no decorrer dos anos 1960/1970, quando as feministas passaram a compor os quadros da academia

³ SINGER, Linda. *Erotic Welfare*. New York: Routledge, 1992.

⁴ RÜSEN, JÖRN. *Razão Histórica: os fundamentos da ciência histórica*. (Trad. Estevão de Rezende Martins). Brasília: Unb, 2001, p. 91-92.

e politizaram o debate acerca das relações entre os sexos na história⁵. Como bem assinalou a historiadora Joan Scott,

a conexão entre história das mulheres e a política é ao mesmo tempo óbvia e complexa. Em uma das narrativas convencionais das origens deste campo, a política feminista é o ponto de partida. Esses relatos situam a origem do campo na década de 60, quando as ativistas feministas reivindicaram uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação⁶.

Inseparável da política, a história das mulheres abalou o âmago e as fronteiras do conhecimento histórico aspirante ao status de cientificidade, pois tanto desestabilizou o palco da cena histórica encenada somente por homens quanto demandou a construção do diálogo com outras áreas de conhecimento. Sobre essa perspectiva, Joan Scott nos alertou que, ao mesmo tempo em que o potencial legítimo do movimento político possibilitava a sua afirmação, não poderíamos tomar “a história das mulheres simplesmente como um reflexo do crescimento da política feminista externa à academia”, pois segundo Scott, “também é falho”⁷.

Mesmo assim, em decorrência desses encontros entre política e academia, as primeiras incursões da História das Mulheres deu-se em meio a suas afinidades com a História Social. Neste momento, a perspectiva acadêmica foi a de suprir uma lacuna na “História Geral”, a História do Homem e para o Homem, ao dar visibilidade para as mulheres “na História”. O movimento historiográfico foi, portanto, o de preencher a “História dos Homens” com a História das mulheres, impossibilitando qualquer movimento de mudança epistemológica mais profunda. Em resumo, os sentidos históricos captados e construídos teriam sido domesticados dentro da monofonia da linguagem masculina, isto é, dentro do que Elaine Showalter chamou de “ditadura do discurso patriarcal”⁸.

Em direção à insurreição dos feminismos contra o discurso patriarcal, surgiram as primeiras discussões acadêmicas em busca da elaboração de uma categoria de análise que respondesse a problematizações à altura dos anseios desta História das Mulheres⁹. Foi então que se percebeu que

a tarefa de reescrever a história exigia reconceituações que eles não estavam inicialmente preparados ou treinados para realizar.

⁵ Sobre o assunto ver: SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org) *A escrita da história: Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

⁶ SCOTT, op. cit., p. 64.

⁷ Ibid., p. 66.

⁸ SHOWALTER, Elaine. A Crítica Feminista no Território Selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p. 36.

⁹ Sobre essas discussões ver: TILLY, Louise. Gênero, História das Mulheres, História Social. *Cadernos Pagu*, n. 3, 1994, p. 29-62. VARIKAS, Eleny. Gênero, experiências e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu*, n. 3, 1994, p. 63-94.

Era necessário um modo de pensar sobre a diferença e como sua construção definiria as relações entre os indivíduos e os grupos sociais¹⁰.

Gênero foi a “categoria útil para análise histórica”¹¹, incorporada às discussões em torno desta temática, no que se refere à análise da diferença sexual e, mais tarde, estendida à diferença dentro da diferença¹². A partir daí, ficou insustentável e abstrato demais usar uma categoria essencialista como “mulher”. Qual “mulher”? Reconhecer que existem mulheres de cor, lésbicas, judias, pobres, mães e solteiras, colocava-nos a constante necessidade de situarmos a “mulher” no tempo e espaço, em determinada sociedade e cultura.

Dessa forma, a superação do discurso patriarcal aprofundou-se no momento de irrupção da Crise dos Paradigmas e da emergência de um dos seus significativos empreendimentos intelectuais e culturais, os pós-modernismos. Entendido como um movimento político e, ao mesmo tempo, epistemológico, imbuído da ânsia de fazer da visibilidade e da voz dos oprimidos um caminho para a construção de um conhecimento específico e de emergência de epistemologias, os pós-modernismos alimentaram, no seio dos Estudos de Gênero e dos feminismos, a possibilidade de se constituir uma Epistemologia Feminista.

Neste caminho, ao trilhar pela possibilidade de construir uma forma específica de conhecimento histórico, a proposta de elaboração de uma Epistemologia Feminista significou a ruptura com a concepção que, anteriormente, pensava no caminho de “adicionar e arquivar” as mulheres à História Geral dos Homens¹³. Assim, ao invés de “inscrever” as mulheres em uma história totalizante e pré-construída do/no masculino, a “desconstrução da história geral” e a “reconstrução de novas narrativas”, marcadas, sobretudo pela emergência dos pós-modernismos, pela “virada lingüística” e pelos desafios dos feminismos, remodelaram a forma de se pensar a construção de uma história cujos sujeitos são mulheres e homens. Em contraposição a esse mecanismo impositivo da linguagem patriarcal, criaram-se condições para a viabilidade de uma história feminista, inscrita em uma “zona selvagem” que, segundo Showalter, ao “tornar visível o invisível, fazer o silêncio falar”¹⁴, elucida o lugar do “feminino” na experiência histórica.

¹⁰ SCOTT, op. cit., p. 86.

¹¹ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Realidade e Educação*. Porto Alegre: Editora da UFRS, 1990.

¹² Sobre este assunto ver: BUTLER, Judith. *Problema de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹³ EPPLE, Angelika. Gênero e a espécie da história. In: MALERBA, Jurandir (org). *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 139.

¹⁴ SHOWALTER, Elaine. A Crítica Feminista no Território Selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p. 49.

Toda história das mulheres é uma história feminista?

De tal modo, a tentativa da História Feminista das Mulheres – melhor, *histórias feministas de mulheres* - em se afirmar como uma área de investigação, um campo de estudos autônomo no âmbito do conhecimento histórico, sustentado pelo comprometimento com uma perspectiva política, pode ser pensada em sua inscrição no “conjunto sistemático dos fatores ou princípios do pensamento histórico determinantes da ciência da história como disciplina especializada”, chamado por Jörn Rüsen de “Matriz Disciplinar”¹⁵. Para este autor, trata-se de um termo técnico voltado para descrever “o conjunto sistemático dos fatores ou princípios do pensamento histórico determinantes da ciência da história como disciplina especializada”. Nosso argumento é o de que, sob este ângulo rüseniano, é possível afirmar que esta história, enquanto uma área de pesquisa, é uma disciplina especializada por estar abrigada no conjunto de elementos propostos pela noção de “matriz disciplinar” de Rüsen. Nossa análise perpassará, portanto, pela elucidação dos possíveis fundamentos desta História das Mulheres – que emergiu nos anos 1960/1970, que passou a operar com o conceito de gênero nos anos 1970/1980 e que tornou possível emergir uma abordagem epistemológica feminista nos anos 1990 – como vertente do conhecimento, aspirante a condições específicas de cientificidade (o que inclui a crítica a uma ciência positivista e a adesão a uma abordagem pautada na diluição de fronteiras entre a ciência e a arte), da História.

O primeiro aspecto desta “matriz disciplinar” apontado por Rüsen se inscreve no campo dos “interesses” da vida prática, oriundos de uma carência de orientação no tempo. Nortear-se temporalmente define-se como fundamental para que homens e mulheres possam “orientar-se no fluxo do tempo, assenhorar-se do passado, pelo conhecimento, no presente”¹⁶. A compreensão do presente e a projeção do futuro somente seriam possíveis dentro deste raciocínio com a “recuperação” do passado, cabendo à Ciência da História estabelecer uma “reflexão específica sobre o passado”. Assim, elucidar os “interesses” sociais e individuais em torno da História Feminista das Mulheres é fundamental para que possamos elaborar uma leitura sobre a constituição desta enquanto ramo de uma disciplina acadêmica.

No caso em questão, a revolução feminista dos anos 1960/1970, que proporcionou a algumas mulheres a conquista de espaços antes restritos na sociedade, como locais de trabalho, ganhos salariais, combate à violência e acesso à universidade, sobretudo nos cursos de História, impulsionou a construção de um conhecimento histórico científico e legítimo, operado para acionar mecanismos capazes de garantir o estudo sobre o feminino no tempo. Localizar e analisar os rastros do passado das mulheres e redigir uma história que interpreta a vida das mulheres no tempo seria condição indispensável para criar condições para potencializar o agir das mulheres no presente e no futuro, bem como na projeção deste. Ao seguir a onda do feminismo, a História das Mulheres se fundamentou na aspiração de que os interesses compartilhados ali

¹⁵ RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: os fundamentos da ciência histórica*. (Trad. Estevão de Rezende Martins). Brasília: UnB, 2001, p. 29.

¹⁶ *Ibid.*, p. 30.

pelas mulheres pudessem transformar as situações reais como a subordinação, a invisibilidade e a violência contra as mulheres. Para ser mais preciso, é possível dizer que a relação da história das mulheres com os interesses da vida prática tem, à princípio, o interesse político de denunciar as desigualdades e a violência sofrida pelas mulheres. Além disso, com o avanço dos estudos feministas e de gênero, passou-se também ao interesse de revelar o caráter histórico e de construção destas desigualdades, especialmente o caráter histórico das identidades de gênero. Em suma, trata-se da construção de histórias que buscam no passado elementos que possibilitem romper e questionar as concepções de gênero binárias dadas como naturais e inquestionáveis, impedindo a igualdade entre homens e mulheres.

Não há como negar, portanto, que na base da História das Mulheres havia um interesse social impulsionado pelo feminismo – enquanto movimento social, político e cultural – que priorizou, dentro das suas práticas políticas, a crítica à desigualdade de gênero e a transformação da situação das mulheres na sociedade. Não há como desarticular, assim, o feminismo de História das Mulheres, mesmo que muitos/as insistam em afirmar que fazem uma história do feminino e não uma história feminista. Conforme já havia assinalado Soihet, as relações entre o escrever uma história das mulheres e o mobilizar-se politicamente em defesa das demandas das mulheres caminharam lado a lado, a ponto de podermos afirmar que: toda história das mulheres é, no seu sentido mais genérico possível, uma história feminista.

17

A onda do movimento feminista, ocorrida a partir dos anos 60, contribuiu, ainda mais, para o surgimento da história das mulheres. Nos Estados Unidos, onde se desencadeou o referido movimento, bem como em outras partes do mundo nas quais este se apresentou, as reivindicações das mulheres provocaram uma forte demanda de informações, pelos estudantes, sobre as questões que estavam sendo discutidas. Ao mesmo tempo, docentes mobilizaram-se, propondo a instauração de cursos nas universidades dedicados ao estudo das mulheres. (...) Multiplicaram-se as pesquisas, tornando-se a história das mulheres, dessa forma, um campo relativamente reconhecido em nível institucional¹⁷.

Em nossa reflexão sobre os fundamentos da História das Mulheres a partir dos conceitos de Rüsen sobre a "Matriz Disciplinar", tratemos do conceito de "idéias" proposto pelo autor. Definidas como "critérios segundo os quais os significados se produzem nessa mesma práxis vital"¹⁸, e com estrita relação com a vida prática, as idéias "servem à transformação de carências motivadoras em interesses em agir", ou seja, "elas conferem aos "interesses" a "direção"

¹⁷ SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Campus, 1997, p. 276-277.

¹⁸ RÜSEN, op. cit., p. 31.

intencional que conforma a ação”, ao organizar “a interpretação que os homens têm de dar, de si mesmos e do mundo, ao querer [em] agir (ou modificar o mundo)”¹⁹. Entendidas por este autor como “critérios orientadores de sentido”, elas “constituem, assim, as perspectivas gerais na qual o passado aparece como história”.

A emergência das “idéias” em torno da História das Mulheres e das suas relações como o feminismo pautou-se por preocupações em torno da denúncia da “opressão”, do conflito como o “patriarcalismo”, dos anseios em prol da “emancipação” das mulheres e do “progresso feminino”, bem como dos próprios conceitos de “mulheres” e “feminino”, todos estes abrigados em pluralidade de definições. O conceito de “gênero”, por exemplo, é uma das idéias brilhantes construídas no interior de uma abordagem da História das Mulheres e dos Estudos Feministas. Assim, não há como não reconhecer que os conceitos operados nestes estudos revelam-nos uma pluralidade de concepções dentro do campo, abrigados em diferentes correntes teórico-metodológicas que compartilham ideais específicos. Algumas vertentes já obsoletas ainda permanecem, como aquela que trata das mulheres no singular e que busca apenas denunciar as opressões. Apesar de ser importante destacar o cuidado que pesquisadoras/es precisam ter para não cair em generalizações sobre a “história das mulheres”, “estudos feministas”, não podemos desvinculá-los de um ponto em comum: a crítica à desigualdade de gênero e a transformação da vida das mulheres, seja reformando o sistema, seja instalando um conflito homem x mulher, seja suprimindo a categoria “mulher”.

A partir de algumas destas “idéias”/conceitos, intelectuais e leigos/as passaram a orientar o seu agir na vida prática e acadêmica. Isso tornou a ação nestas duas esferas – prática e acadêmica – uma ação militante. Em referência à produção intelectual em torno do sujeito/objeto “mulher”, verificou-se o objetivo, sobretudo prático, de contribuir para as melhorias da “condição feminina” no mundo.

Logo, a produção de uma História das Mulheres consolidou-se com a realização dos três últimos aspectos da matriz disciplinar. A elaboração de abordagens singulares para análise das experiências femininas no passado, tomadas na sua pluralidade foi, portanto, indispensável para a efetivação deste campo de estudos, sejam aquelas que tomam emprestado os métodos da História Social, sejam aquelas que o fazem a partir da História Cultural. Dessa maneira, apesar de não haver um método exclusivo para se escrever uma história feminista das mulheres, destaquemos que, normalmente, esses métodos são construídos em diálogos interdisciplinares com outras disciplinas, assumindo, muitas vezes, uma proposta transdisciplinar.

Em meio a esse cenário de múltiplas abordagens, tanto as regras de pesquisa empírica quanto as categorias de análise específicas para compreensão destas experiências, tais como “gênero”, “condição feminina”, “patriarcalismo”, dentre outras, tornaram possível o modo como as perspectivas ou idéias em torno da História das Mulheres foram concebidas. No que se refere ao plano empírico, ao acompanhar a emergência da História Nova até a História Cultural, ampliou-se a noção de documentação, muito importante à

¹⁹ Ibid., p. 31-32.

História das Mulheres. Cartas, fotografias, diários, literatura etc, focalizaram novas áreas por onde ecoavam as vozes femininas e denunciaram a construção discursiva dos seus silêncios.

Em sequência, as “formas de apresentação” da História das Mulheres, exprimidas pela historiografia, constituem outro fator vinculado à matriz disciplinar que fundamenta a sua existência. Segundo Rüsen, entende-se que nelas “desembocam os processos de pesquisa do conhecimento histórico regulados metodicamente”²⁰. Apesar da existência de um campo de estudos dedicado à história das mulheres, ainda não está claro em que sentido este campo se converte em “disciplina”. O processo foi e ainda é problemático nas universidades. Em boa parte dos cursos de história não há uma disciplina exclusiva com o título “história das mulheres”, ao passo que os “estudos de gênero” se constituíram em disciplina em alguns cursos. Mas não podemos ignorar os problemas que esse campo ainda enfrenta no reconhecimento enquanto disciplina ou até mesmo como campo de conhecimento, em que pese a construção de ramos historiográficos específicos marcados por pesquisas sobre objetos como as mulheres no Brasil Colonial, mulheres na ordem burguesa, prostituição, dentre outros objetos de investigação indispensáveis para o entendimento do caminho percorrido pela História das Mulheres.

Por último, a História das Mulheres assumiria um papel que poderíamos definir como social-prático no que se refere à “função de orientação existencial” à vida prática no tempo, ao servir-se dos interesses anteriormente mencionados. Isso pode ser, de fato, sinalizado quando reconhecemos que as conquistas feministas no seio da sociedade foram indispensáveis para fazer emergir uma história das mulheres feminista, bem como significaram tornar possível mundos menos violentos e misóginos e mais filóginos (philos = amigo; gyne = mulheres)²¹. Transformados em informação disseminada no seio da sociedade, tais saberes empoderaram mulheres a partir de uma “experiência do tempo” passado, o que criou condições para a ação no tempo presente.

Isso nos permite tocar em um assunto delicado, porém habilitado dentro do referencial rüseniano que é referente ao conceito de “consciência histórica”. Sobre esse conceito, Rüsen o define como “realidade a partir da qual se pode entender o que a história é, como ciência, e por que ela é necessária”²². Como fenômeno do mundo vital, de acordo com este autor, uma experiência com a consciência histórica orienta os fundamentos da ciência da história. A relação entre a consciência histórica e o mundo vital/prático é estabelecida pelo pressuposto de que

o homem tem de agir intencionalmente para poder viver e de que essa intencionalidade o define como um ser que necessariamente tem de ir além do que é o caso, se quiser

²⁰ RÜSEN, op. cit., p. 34.

²¹ RAGO, Margareth. Feminizar é preciso ou por uma cultura filógina. *São Paulo Perspec.* [online]. 2001, vol. 15, n.3, pp. 53-66.

²² RÜSEN, op. cit., p. 56.

viver no e com que é o caso. A consciência histórica está fundada nessa ambivalência antropológica: o homem só pode viver no mundo, isto é, só consegue relacionar-se com a natureza, com os demais homens e consigo mesmo se não tomar o mundo e a si mesmo como dados puros, mas sim interpretá-los em função das intenções de sua paixão, em que se representa algo que não são²³.

Em que pese a linguagem androcêntrica de Rösen ("o homem", "os homens"), os aspectos até agora ressaltados relativos à "matriz disciplinar" da História das Mulheres e de histórias feministas de mulheres podem ser operacionais e têm por função primordial esclarecer "o contexto em que se relacionam a ciência da história e a vida prática dos homens no respectivo tempo", reconhecendo que "a história como ciência contribui para as mudanças na vida prática dos homens [e das mulheres] no tempo"²⁴. No caso aqui tratado, não há dúvidas de que a História das Mulheres se fundamenta prática e teoricamente com vistas a se afirmar como campo de investigação histórico autônomo. Mesmo que desconfiemos do conceito de "consciência histórica" acerca de sua generalidade e da concepção de sujeito nele embutida como a de um sujeito já dado, a emergência desta disciplina inclui o atendimento às expectativas tanto do feminismo quanto da sociedade em geral, em busca de mudanças na vida das mulheres, no tempo.

20

Histórias Feministas Enviesadas: objetividade, subjetividade

Ao prosseguirmos com nosso argumento, gostaríamos de dizer que, ao tratar da possibilidade de uma História das Mulheres assumidamente como uma História Feminista, não há como deixar de discutir questões relativas à objetividade/subjetividade, ideologia e verdade. Para tal, retornamos ao diálogo com Jörn Rösen.

Segundo este autor, temos à disposição duas opções. De um lado, a tese subjetivista que diz que "só é história o que os historiadores extraem do que aconteceu"²⁵. Esta perspectiva reforça a idéia de que o passado não existe a não ser por decreto dos historiadores. Por outro lado, existe a tese objetivista que "tende, inversamente, para o *dogmatismo*, no qual assertivas sobre as experiências dominantes do passado como fator determinante do agir estabelecem o que é história"²⁶. De acordo com esta perspectiva, a "redescoberta" da História dá-se pela repressão às interferências da subjetividade dos historiadores na elaboração do conhecimento. Tanto uma quanto a outra perspectiva tem em comum o fato de desvencilharem história e passado, objetividade e subjetividade, sem pensar nas conseqüências disto. Em nossa opinião, a opção por qualquer uma delas não resolve o problema, apenas

²³ RÜSEN, op. cit., p. 57.

²⁴ Ibid., p. 36

²⁵ Ibid., p. 68.

²⁶ Ibid., 71.

amplifica. Rösen define como saída para esse impasse uma perspectiva nova, chamada por ele de "pluralismo". Nas palavras dele:

Tal pluralismo estabeleceria uma relação equilibrada entre memória e experiência. Ele projetaria o futuro, como ocasião de novas constelações temporais para além das do agir humano passado, e asseguraria, empiricamente, orientações para o agir referidas ao futuro²⁷.

Esta perspectiva mediana, entre os chamados radicalismos e conservadorismos, é vista como uma tentativa de solucionar o conflito dicotômico entre subjetivismo e objetivismo. No caso do nosso problema, nossa opção por uma História das Mulheres, abrigada numa perspectiva feminista, parece não se assentar confortavelmente na solução encaminhada. Isso porque a perspectiva feminista reforçaria, de um lado, um liame subjetivo, com interesses e valores explícitos, quando não tenderia para o objetivismo, ao buscar apresentar outra versão da história no lugar da precedente. Para além da subjetividade e da objetividade, a questão cerne diz respeito a uma ideia de compromisso com a verdade.

Para melhor expormos nossas concepções sobre objetividade/subjetividade em relação à perspectiva de uma História Feminista das Mulheres, mudaremos nosso interlocutor, de Jörn Rösen para Behan McCullagh. Segundo esta autora, a escrita da história pode ser enviesada quando historiadores interpretam de modo incorreto uma evidência; quando, na compilação de fatos, os historiadores omitem fatos significantes; quando a descrição do passado implica fatos que, de acordo com a evidência disponível, são conhecidos como falsos; por último, quando, no estabelecimento de explicações causais de eventos históricos algumas, mas não todas as importantes causas, são mencionadas para que o leitor tenha uma impressão errônea do processo no qual o evento aconteceu²⁸.

Para McCullagh, os erros em uma história enviesada são motivados, não acidentais. E isso nos permite sustentar a argumentação de que, toda história é enviesada, cabendo aos historiadores e às historiadoras controlar metodicamente a pesquisa por meio dos "padrões de pesquisa racional", construir uma "história justa" do passado e administrar os vieses²⁹. Quanto mais esses vieses são controlados, maior é o compromisso com a verdade, melhor é o equacionamento do problema resultante da relação tensa entre objetividade e subjetividade.

No nosso caso em específico, nos caberia perguntar: de que forma uma história feminista poderia ser mais ou menos enviesada? Isso já faria desta uma

²⁷ Ibid., p. 72.

²⁸ MCCULLAGH, C. Behan. Bias in historical description, interpretation and explanation. In: *History and Theory*. (39/1), 2001, p. 40.

²⁹ Ibid., p. 55.

história subjetivista cujos interesses, valores, além da posição política, guiariam a produção da descrição, interpretação e explicação histórica? Para a autora

embora as histórias das mulheres possam ser justificadas com base em evidência disponível, elas serão inevitavelmente parciais, revelando apenas aqueles aspectos do passado que mulheres achem de valor, e geralmente concentrando-se sobre as experiências de mulheres em diferentes situações históricas³⁰.

A partir desta posição, sugiro uma resposta possível como a de que uma história feminista é assumidamente parcial e enviesada, como todas as histórias. Até aqui não nos distanciamos da posição de McCullagh, pois não há como negar a possibilidade de omissão de “fatos significativos” nesta perspectiva de história, uma vez que quem determina a “significatividade” do fato são os/as historiadores/as. Logo, uma história das mulheres prisioneiras na França, do início do século XIX, poderia alcançar uma condição de significância na sua escrita sem que se mencionasse a Revolução Francesa. Os acontecimentos que envolvem as experiências das mulheres poderiam ganhar mais destaque, importância e visibilidade aos olhos das historiadoras feministas, o que não quer dizer que exclua os homens destas histórias.

No entanto, não podemos concordar que tal história não tenha controle metódico, ou seja, não advogue do que Rösen chamou de “pertinência normativa”. Assim, a redação de uma história feminista das mulheres é a redação de uma trama enviesada, ancorada em um tipo de controle sobre um método de abordagem, assumidamente político (no sentido de alimentar os esforços de um grupo marginalizado para participar das decisões da sociedade), ideológico e, por fim, também enviesado. Um controle que não busca estabelecer verdades hegemônicas e universalidade de métodos. Longe disso, é uma história enviesada, comprometida como a pertinência de abertura de abordagens, invenções de métodos, criações de novos olhares.

Em consonância com McCullagh, não há como negar os vieses, mas administrá-los, trabalhá-los como eles a nosso favor, fazer deles o nosso horizonte para elaborar tramas de história. A nossa relação com a verdade é uma relação, portanto, como verdades parciais, que se contrapõe aos consensos e às hegemonias que direcionam as relações, assim como aos exercícios em torno do poder. À luz do diálogo que traçamos entre Rago, Rösen e McCullagh, uma história feminista das mulheres advoga pertinentemente em defesa de: uma concepção sobre o empírico onde tudo é documento e passível de ser analisado como um arquivo; uma concepção de normatividade de método onde todas as abordagens - interdisciplinares ou transdisciplinares – são possíveis, desde que historiadores/as explicitem suas próprias condições de produção de um conhecimento histórico; e uma concepção de narrativa onde todas as experiências são possíveis, desde que sejam testadas, podendo fazer emergir histórias entrecruzadas com a literatura – metaficcões

³⁰ MCCULLAGH, op. cit., p. 54.

historiográficas³¹ –, histórias marcadas por uma imbricada relação com experiências artísticas. Para além de pacificar o campo minado, uma história feminista das mulheres é uma história militante, capaz de assumir os laços entre existentes entre o poder e o saber que tanto orienta a produção de conhecimento em nossa sociedade.

Nesta perspectiva de história, os liames entre saber/poder não são ocultados, silenciados, podendo as relações de poder desempenhar, em relação ao saber, um papel de facilitação ou de obstáculo ao invés de se limitarem ao papel de favorecê-lo ou falsificá-lo. Desta forma, não haveria formação de um saber sem um exercício de poder que o sustentasse, da mesma forma que não haveria um exercício de poder sem a extração e a circulação de um saber, não sendo possível separar, de um lado, o conhecimento, a ciência, e de outro, a sociedade, o Estado.³² Uma história feminista de mulheres é uma história construída a partir de um grupo específico – as mulheres (mas passível de ser operada por outros grupos sociais) –, em defesa de histórias plurais, contra a História aparelhada pelo Estado dos homens, governado pelos homens e para os homens. É uma história que assume os liames entre o saber e o poder, sem desprezar os compromissos com o conhecimento científico e com a expectativa política de tornar a vida prática um outro mundo melhor para se viver.

Em torno desse combate contra a História institucionalizada pelos homens, como uma espécie de "máquina de guerra"³³, que a história feminista das mulheres nega a verdade única e, ao fazer emergir a possibilidade de uma epistemologia feminista, implacável na destruição das evidências e das fronteiras entre a objetividade e a subjetividade.

Dentre as evidências destruídas por essas histórias possíveis, não podemos deixar de destacar a morte do sujeito universal. O sujeito transcendente, homogêneo e, naturalmente, já dado, cai por terra na medida em que emergem os processos de subjetivação que constituem pessoas em mulheres e suas intrincadas relações com outros processos de subjetivação. Não se trata de construir uma história de mulheres isoladas em guetos, como ilhas que não impactam a História *dos Homens*, mas uma história que, ao abrigar as imagens arquivadas em documentos acerca da experiência de constituição de sujeitos como homens, desestabiliza verdades e elucida complexidades relacionais entre os diversos processos de constituição de sujeitos envolvidos. A relação entre os sexos e os gêneros é, portanto, imprescindível a esta história, o que significa que não se trata de uma história só de mulheres. Uma inversão a ponto de substituir o foco do sujeito Homem pelo sujeito Mulher e abrigar as mulheres na posição discursiva que foi, antes,

³¹ HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-Modernismo: história, ficção, teoria*. (trad. Ricardo Cruz). Rio de Janeiro: Imago, 1991, p. 146.

³² Sobre este assunto ver: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. (trad. Roberto Machado). 16 ed., Rio de Janeiro: Graal, 2001.

³³ Sobre o assunto ver: DELEUZE, Gilles & GUATARRI, Félix. Tratado de Nomadologia. In: DELEUZE, Gilles & GUATARRI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 05. 2ed. São Paulo: 34, 2012.

dos homens, é um caminho equivocados. Como historiadores/as escreveriam histórias dos sujeitos constituídos como homens depois de operar abordagens ancoradas na Epistemologia Feminista e nas histórias feministas de mulheres?

Não poderia deixar de ser, também, uma narrativa histórica marcada pela biodegradabilidade do campo conceitual específico, ancorada na fragilização da relação entre o sujeito e o objeto e, por conseguinte, da relação entre a subjetividade e a objetividade, marcada também pela destruição das evidências e da verdade. Ao ensaiarmos assim, como um modelo alternativo de ciência, a epistemologia feminista procura se tornar um conhecimento crítico da ciência até então constituída, formada com base no sistema patriarcal, centrado no sujeito masculino.

Nessa direção, vale ressaltar, com Margareth Rago, que, apesar da crítica epistemológica, "seria ingênuo considerar que a teoria feminista rompe absolutamente com os modelos de conhecimento dominantes nas Ciências Humanas"³⁴. Ou seja, não existe, conforme leitores/as já tenham, certamente, percebido, a opção por outra verdade – a das mulheres – mas é possível reconhecer uma perspectiva que anuncia o novo em diálogo crítico com o antigo. Podemos, assim, reconsiderar o que já foi dito e que, como uma perspectiva pós-moderna, "atua no sentido de subverter os discursos dominantes, mas depende desses mesmos discursos para sua própria existência física"³⁵.

Assim, a relação entre ciência "tradicional" e "ciência feminista" passa a ser uma relação de tensão, estabelecendo a segunda algumas críticas à primeira. Essa crítica vai de encontro com o que entendemos por sujeito universal. A epistemologia feminista proporciona à ciência uma estratégia de romper com categorias de análise incapazes de pensar a diferença, presas a um arcabouço totalizante e advogadas de um sujeito que fale por todos e de todos.

Igualmente, é uma das frentes da epistemologia feminista a crítica à obtenção de verdade – o que desdobra no reconhecimento de que a objetividade pura é inalcançável – e às relações entre saber e poder daí decorrentes. Como nos inspirou Foucault, os interesses que nortearam a produção de conhecimento científico, tomado como "o ato de revelação da essência inerente à coisa, a partir do desvendamento do que se considerava a aparência enganosa e ideológica do fenômeno"³⁶, possibilitaram fazer emergir uma abordagem comprometida com o exercício de desconstruir verdades e não fabricá-las, desmontar a rede que as compuseram e não instituí-las.

Outros aspectos referentes à epistemologia feminista são passíveis de serem considerados, de acordo com Margareth Rago³⁷. No que tange à subjetividade, a proposta defende a incorporação desta como forma de conhecimento e não como obstáculo. Não se trata de um subjetivismo apontado por Rusen no qual a história só existiria a partir do decreto dos historiadores, nem de um dogmatismo que percebe nas falas das fontes o

³⁴ RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: GROSSI, M. e outras (org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis, Editora das Mulheres, 2000, p. 24.

³⁵ HUTCHEON, op. cit., p. 70.

³⁶ RAGO, op, cit., p. 25.

³⁷ Ibid., p. 32-34.

prelúdio da verdade. Podemos dizer que as histórias marcadas pelas epistemologias feministas incorporam objetividade e subjetividade dentro da perspectiva do "relativismo cultural". Nesta linha de pensamento, o conhecimento é relativo, histórico e datado, sem pretensões de continuidade infinita e validade universal. Isso não quer dizer que despreze a seriedade e as três pertinências e nem, ao menos, desconsidere a subjetividade porque a epistemologia feminista reivindica o reconhecimento da historicidade dos conceitos e a coexistência de temporalidades múltiplas. Ou seja, a instabilidade das categorias entra em confronto com o hermetismo cognitivo. Não existe infalibilidade no conhecimento por se tratar este de um construto biodegradável.

Dentre outros aspectos da Epistemologia Feminista destacados, situamos a interdisciplinaridade que reconhece no diálogo com outras áreas do conhecimento um caminho profícuo para pensar os problemas aqui ressaltados. Sem dúvida, estes diálogos favoreceram o conhecimento histórico no que tange à incorporação de novos temas, novos objetos e questões. Enfim, a interdisciplinaridade para a Epistemologia Feminista possibilita ampliar o leque de opções de pesquisa e elaborar novos instrumentos de análise. Mas ela pode ir além, pode operar em termos de uma transdisciplinaridade, quer dizer, impossível de ser capturada por uma única disciplina hegemônica, porque pode atravessar, simultaneamente, inúmeros campos de saber. Apesar de lançarmos mão da abordagem oriunda do conceito de "matriz disciplinar", não o tomamos como um conceito fechado, enclausurador do saber, até porque a concepção de disciplina de Rüsen não é quer dizer isso. Enquanto disciplina, uma história feminista de mulheres pode ser portadora de um viés teórico-metodológico aberto, em andamento. Lançar mão de Rüsen não é uma camisa de força aqui, mas em diálogo com outras estudiosas como Rago e Mcculagh, torna possível uma leitura aberta a pensar junto e em posição de confronto também. Por outro lado, não podemos deixar de considerar que a abordagem de Rüsen se fundamenta na resposta que dá aos interesses da sociedade, nas funções que cumpre na vida prática como orientação para a ação no presente e na projeção imagética de um futuro. Fundamenta-se também na constituição de um campo de saber teórico e metodológico provido de regras, métodos e historiografia, constantemente reinventados. No que se refere à questão das verdades, a abordagem assentada na episteme feminista não se preocupa em obter as verdades, mas em compreender as formas como diversos grupos sociais instituem verdades sobre as relações entre homens e mulheres, vivendo a partir delas. Uma história feminista, marcada pela Epistemologia Feminista, reconhece a sua inscrição em um determinado tempo e espaço, sociedade e cultura, bem como a adoção "um olhar, dentre vários outros possíveis"³⁸ que, subjetivamente, marcam a diferença, na invenção de uma história. Trata-se de uma história de insurreição contra a História do sujeito universal, ancorada na ideia de Homem. Escrever uma história feminista é empreender, dessa maneira,

³⁸ RAGO, op. cit., p. 10.

diálogos improváveis, mas possíveis. É empreender um combate por múltiplas histórias.

Sobre o autor

Thiago Fernando Sant Anna e Silva possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2002), graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2014), mestrado em História pela Universidade de Brasília (2005), doutorado em História pela Universidade de Brasília (2010) e pós-doutorado em Artes e Cultura Visual pela Universidade Federal de Goiás (2012). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Goiás, no curso de Arquitetura e Urbanismo da Regional Cidade de Goiás e do Docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Artes e Cultura Visual da Faculdade de Artes Visuais/UFG. E-mail: thiagof.santanna@yahoo.com.br.

*Artigo recebido em 22 de fevereiro de 2015.
Aprovado em 10 de junho de 2015.*

ASSÉDIO SEXUAL NOS ESPAÇOS PÚBLICOS: REFLEXÕES HISTÓRICAS E FEMINISTAS

SIMONE ALVES SANTOS

CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ (SP)

RESUMO

Este artigo trata do assédio sexual dos homens às mulheres em espaços públicos. A partir de uma perspectiva histórica e feminista busca revelar e analisar algumas mudanças, permanências e desafios que envolvem essa questão. Tal estudo se justifica não apenas pela necessidade de se reconhecer os mecanismos reprodutores de desigualdades de gênero nos espaços públicos, mas também pela necessidade de se pensar historicamente a legitimação social da violência dos homens contra as mulheres, as relações de poder imbricadas nas relações de gênero e nos seus entrelaçamentos com as diferenças de classe, etnia e orientação sexual.

PALAVRAS-CHAVE: Violência; Gênero; Mulheres; Assédio Sexual; Feminismo.

ABSTRACT

This article is about the sexual harassment of men to women in public spaces. From a historical and feminist perspective seeks to reveal and analyze some changes, continuity and challenges surrounding this issue. This study is justified not only by the need to recognize the reproductive mechanisms of gender inequalities in public areas, but also by the need to think historically the social legitimization of violence by men against women, power relations that govern relations gender and their entanglements with differences of class, ethnicity and sexual orientation.

KEYWORDS: Violence; Gender; Sexual Harassment; Women; Feminism.

Um ícone do fotojornalismo e da paz mundial ou uma forma de assédio sexual velada?



EISENSTAEDT, Alfred. *V-J Day in Times Square*. Times Square, Nova York, 14 de agosto de 1945¹.

No dia 14 de agosto de 1945, quando o Japão anunciou sua rendição, dando fim à Segunda Guerra Mundial, as pessoas saíram à *Times Square* para comemorar, e o fotógrafo polonês Alfred Eisenstaedt tirou a foto que ficaria

¹ IMAGEFRIEND. *The kiss photo by Alfred Eisenstaedt*. Disponível em: <<http://toomanykisses.com/wp-content/uploads/2011/12/kiss-soldier-nurse-time-square.jpg>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

marcada como símbolo do término da guerra: um beijo romântico entre um marinheiro e uma enfermeira. Sessenta e sete anos depois, a verdadeira história foi revelada. Na verdade, o marinheiro George Mendonsa, com a notícia do fim da guerra, exagerou na bebida e roubou um beijo à força da enfermeira Greta Zimmer Friedman².

A partir do ocorrido, considera-se que há um assédio sexual velado na imagem imortalizada de uma mulher tomada nos braços de um homem que a beija sem seu consentimento? Como afirma a própria Friedman em 2005 em uma entrevista para a jornalista Patricia T. Redmond, do *Veterans History Project*³: "Eu senti que ele era muito forte. Ele estava me segurando com força"⁴. Podemos perceber a natureza controladora da socialização masculina e a desvalorização da mulher? O fato de George ter admitido, no livro *The kissing sailor*⁵, que bebeu tanto que nem se lembrava de ter agarrado Greta faz dele um homem condenável?

Beijos roubados, assobios, olhares e comentários são comportamentos que, mesmo sem denotar ato sexual, configuram uma forma de exercer o poder e a virilidade moral dos homens sobre os corpos femininos. E, ao silêncio da mulher, a manutenção do *status quo* é perpetuada. Porém, culturalmente, estabeleceu-se que certos assuntos da vida cotidiana devem ser mantidos em silêncio ou, como sugere a historiadora Mary Del Priore, devem ser tratados em "voz baixa", devem ser "sussurrados"⁶, e os exemplos podem ser encontrados em diversos temas referentes ao sexo e à sexualidade. A questão do assédio sexual, desse modo, não é diferente, mas ela cerceia, julga e restringe a sexualidade feminina e sua expressão.

Na concepção moderna, a discussão sobre o assédio sexual aparece na segunda metade da década de 1970 com a professora de direito Catharine MacKinnon⁷, que propôs pela primeira vez, em 1979, a criminalização do assédio sexual dentro de uma perspectiva jurídica. A ideia era punir pessoas que usassem a posição superior na hierarquia de uma empresa para conseguir favores sexuais. Ao estabelecer uma teoria que relacionava comportamentos sexuais e discriminação sexual, ou de gênero, MacKinnon enfatizava que o assédio sexual ocorria como expressão do *status* desigual de homens e mulheres.

² GALDORISI, George; HARTMAN, David; VERRIA, Lawrence. *The kissing sailor: the mystery behind the photo that ended World War II*. Annapolis: Naval Institute Press, 2012.

³ REDMOND, Patricia. *Interview with Greta Friedman 08/23/2005*. Disponível em: <<http://lcweb2.loc.gov/diglib/vhp/story/loc.natlib.afc2001001.42863/transcript?ID=sr0001>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

⁴ "I felt that he was very Strong. He was just holding me tight".

⁵ GALDORISI; HARTMAN; VERRIA, op. cit., 2012.

⁶ DEL PRIORE, Mary. Viagem pelo imaginário do interior feminino. *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 37, Setembro de 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881999000100009&script=sci_arttext>. Acesso em 19 abr. 2014.

⁷ MACKINNON, Catharine. *Sexual Harassment of working women: a case of sex discrimination*. New Haven: Yale University Press, 1979.

No Brasil, em 15 de maio de 2001, a Lei nº 10.224⁸ passou a estipular o assédio sexual no ambiente de trabalho como crime, abrangendo tanto homens quanto mulheres, ou seja, repele o assédio também quando a vítima é o homem, mas esse fato não se verifica nas mesmas proporções em relação às mulheres. Além disso, a lei parece se referir aos crimes cometidos em ambientes de trabalho, e não em casa ou na rua onde se ouvem as típicas "cantadas".

Fora do âmbito da violência doméstica, a mulher está sujeita à outra forma de controle e monitoração: a violação por estranhos – sem visibilidade, nem legislação adequada e, conseqüentemente, sem respostas sociais necessárias às vítimas. É uma violência apoiada na naturalização e construção histórica das desigualdades sociais entre homens e mulheres que, diariamente, tenta se apropriar de seu corpo e subtrair sua autonomia, limitando o direito das mulheres ao espaço público. Essa interdição reflete uma dicotomia entre pessoal e político. Homens e mulheres têm vidas urbanas diferentes; mesmo que a falta de segurança seja um problema para todos, para as mulheres o medo é ainda maior, demonstrando que nas cidades a presença das mulheres nos espaços públicos ainda é conflituosa.

Embora as definições jurídicas de assédio sexual não estabeleçam distinções no tratamento entre os sexos, o presente artigo trata do assédio sexual dos homens às mulheres em espaços públicos, a partir de uma perspectiva histórica e feminista que procura mostrar algumas mudanças, permanências e desafios que envolvem essa questão. Este estudo se justifica não apenas pela necessidade de se reconhecer os mecanismos reprodutores de desigualdades de gênero nos espaços públicos, mas também pela necessidade de se pensar historicamente a legitimação social da violência dos homens contra as mulheres, as relações de poder imbricadas nas relações de gênero e seus entrelaçamentos com as diferenças de classe, etnia e orientação sexual.

30

Mapa da violência contra a mulher

As estatísticas atestam que no Brasil lidamos com uma falta de compreensão sobre os conceitos que tangenciam a violência contra mulheres que, por conseguinte, inviabiliza conhecer os componentes desses conceitos. O Relatório de 2009, divulgado pelo Fórum Econômico Mundial⁹, mostra que o Brasil piorou sua posição entre as 134 maiores economias mundiais no que diz respeito à participação de homens e mulheres na sociedade. No ranking da desigualdade entre os sexos, o Brasil passou da 73^a posição, em 2008, para 82^a naquele ano.

Em relação aos casos de denúncia pública do ano de 2006, ela se torna rara, ocorrendo principalmente diante de ameaça à integridade física por armas

⁸ O projeto de lei original é da deputada Sara Bernardi do Partido dos Trabalhadores de São Paulo.

⁹ HAUSMANN, Ricardo; TYSON, Laura D.; ZAHIDI, Saada. *The Global Gender Gap Report 2012*. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2012.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2015.

de fogo (31%), espancamento com marcas, fraturas ou cortes (21%) e ameaças de espancamento à própria mulher ou aos filhos (19%)¹⁰.

A respeito das cantadas de rua, a pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2006 mostra que 32% das mulheres as consideram desrespeitosas, 27% as recebem como elogio; 8% dizem que depende da cantada, 6% são indiferentes e 27% declaram que nunca foram cantadas¹¹.

Já em 2011, o metrô e a CPTM registraram 43 casos de assédio contra passageiras em transportes públicos de São Paulo¹². Segundo a Secretaria de Assuntos da Mulher do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, as denúncias formais não são significativas, devido ao constrangimento das vítimas.

A pesquisa mais recente sobre assédio sexual em espaços públicos foi publicada em setembro de 2013 pela jornalista Karin Hueck, com o título: *Chega de fiu fiu*. Em um total de 7762 participantes, 99,6% delas afirmaram que já foram assediadas nos espaços públicos da cidade¹³.

Os dados sobre os assédios sexuais sofridas pelas mulheres nas ruas, não apenas através de abusos físicos, mas também por meio de ataques psicológicos e verbais nos coloca a urgência de se quebrar paradigmas e estereótipos, e discutir o saldo negativo da violência de gênero, em grande parte perpetrada contra mulheres que são também culpabilizadas pelo assédio sexual que sofrem dos homens e que acabam por reduzir sua mobilidade geográfica. Por fim, pretendemos refletir sobre o assédio sexual às mulheres em lugares públicos, a partir de pesquisas e estudos históricos recentes. Acreditamos que uma reflexão histórica e feminista sobre essa questão constitui passo fundamental para erradicar, punir e prevenir a violência e o assédio sexual às mulheres, pois o silêncio histórico colabora na ocultação dos problemas, impondo obstáculos à sua transformação.

A inclusão das mulheres no campo historiográfico

A motivação principal que tem orientado este artigo é o fato de que, apesar de a inclusão das mulheres no campo da historiografia ter revelado

¹⁰ FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Denúncias oficiais*. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opiniao-publica/pesquisas-realizadas/denuncias-oficiais>>. Acesso em 25 jan. 2015.

¹¹ Ibid.. *Cantadas: ocorrências e sensações*. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/cantadas-ocorrencias-e-sensacoes>>. Acesso em 14 maio 2014.

¹² AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. *Assédio sexual no transporte: um crime banalizado pela superlotação e invisibilizado pelo constrangimento das vítimas*. 21/10/2011. Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/noticias-violencia/21102011-assedio-sexual-no-transporte-um-crime-banalizado-pela-superlotacao-e-invisibilizado-pelo-constrangimento-das-vitimas/>>. Acesso em 25 jan. 2015.

¹³ OLGA. *Chega de Fiu Fiu: resultado da pesquisa*. Disponível em: <<http://thinkolga.com/2013/09/09/chega-de-fiu-fiu-resultado-da-pesquisa>>. Acesso em 15 jan. 2015.

momentos inesperados da presença feminina nos acontecimentos históricos, proporcionando um alargamento do próprio discurso historiográfico, ainda existem muitos temas negligenciados pelos historiadores, dentre eles o assédio sexual às mulheres. Porém, estes estudos, mesmo voltados para questionamentos importantes, ainda são insuficientes diante do predomínio de pressupostos historiográficos androcêntricos e patriarcais que desconsideram a história das mulheres nos espaços públicos. Nesse sentido, consideramos importante fortalecer os estudos históricos sobre as concepções em torno do corpo feminino e da sexualidade tendo em vista o entendimento das práticas de assédio sexual às mulheres na esfera pública.

Por isso resolvemos trazer para o debate o assédio sexual no espaço público, primeiro por causa das vozes das feministas que, na contemporaneidade, colocam em evidência o corpo feminino, ao anunciar que, mesmo em tempos em que ser mulher não é mais definido pela sua materialidade biológica, o corpo feminino ainda é onde se manifesta tanto a opressão quanto a resistência. Segundo, por causa das narrativas das mulheres que cotidianamente tem seus corpos tratados como objeto nos espaços urbanos. E, depois, porque precisamos analisar dentro de um referencial temporal-espacial esta cultura que de um lado aceita o abuso sexual, e do outro transforma em motivo de piada quem o sofre. Em seguida, porque se trata de uma modalidade de violência internalizada, tratada como natural, que permeia o discurso essencialista no qual a mulher é vista como uma essência não-falante. A historiadora francesa Michelle Perrot se refere à irrupção de falas femininas em ambientes proibidos como uma mudança do horizonte sonoro, uma "inovação do século XIX", mas que o passado ainda mantém as "zonas mudas" e em "oceanos de silêncio" por causa da partilha desigual de memórias e histórias entre mulheres e homens¹⁴. Portanto, quem pode afirmar que o tom da voz é o que define o que é assédio ou não?

Assim, propõe-se avançar ainda mais nesta discussão, no sentido de refletir sobre o significado da violência contra mulheres, ao longo dos últimos trinta anos, compreendendo, para tanto, do ponto de vista histórico, a dinâmica social que engendra tais transformações e as atitudes em relação aos assédios sexuais nas ruas em sua inter-relação com as configurações sociais. Distinguindo, de um lado, a dominação do homem sobre a mulher e, do outro, a ideologia que lhe dá autenticidade. Isso porque, dentro das novas perspectivas historiográficas que se articulam em torno desta questão, é fundamental que a História avance de modo interdisciplinar em direção a um aprofundamento teórico-analítico que se proponha a investigar as estratégias pelas quais as mulheres resistiram à narrativa histórica tradicional, que lhes reservou pouco espaço, na medida em que privilegia a cena pública, onde elas pouco apareceram, e considere suas dinâmicas próprias de atuação e pensamento, bem como das diversas camadas sociais, que refletem cada qual sua luta política.

A contemporaneidade nos permite mostrar que, mesmo depois de as mulheres lutarem pelo seu direito ao voto, "queimarem" sutiãs, desafiarem as religiões, de inventarem novas teorias e campos de estudos acadêmicos, de

¹⁴ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005, p. 9.

entrarem no mercado de trabalho, de criarem leis para se proteger contra a violência e de ocuparem altos cargos políticos, suas marcantes presenças em manifestações ao redor do mundo parecem anunciar que ainda há muito para conquistar, uma vez que utilizam seus corpos como instrumento de resistência às mais distintas formas de opressão.

Por fim, o importante a reter da discussão sobre a violência perpetrada por homens contra mulheres é que este fenômeno é consubstancial ao gênero e deve ser enquadrado como um fenômeno histórico-cultural. Trata-se, pois, de um importante meio de controle social, cuja função principal consiste na domesticação das mulheres, ocorrido de formas diferentes em cada tempo e espaço.

Concepções sobre a violência contra as mulheres

A crescente presença das teorias feministas no mundo acadêmico na década de 1970, ao constar a invisibilidade das mulheres na história, procurou auxiliar de forma incisiva na reelaboração de ideias sobre a sua presença na tessitura sociocultural, dando visibilidade às questões relacionadas ao gênero, na tentativa de desconstruir o determinismo biológico nas concepções de sexo e gênero, além de tentar quebrar a naturalização da oposição binária e hierárquica entre o masculino e o feminino. Mesmo que, no período, a construção intelectual tratasse o tema "mulher" como um "acréscimo" à História Geral¹⁵.

Conhecer a historiografia sobre a construção do corpo feminino dentro de uma ótica feminista e de estudos de gênero é importante para compreender o processo de dominação masculina que rege nossa sociedade e que ainda opõe o espaço público (associado ao masculino) ao privado (associado ao feminino). E, dentro da perspectiva da historicidade do corpo, apesar dos avanços que se deram no campo da sexualidade nas últimas décadas, o assédio sexual ainda é um tabu. Trata-se de uma prática social pouco discutida e que parece ser interpretada, de forma solitária, apenas por quem já o sofreu em algum momento de sua vida. Diante desse fato, não raramente, as mulheres culpam-se, ou seja, questionam se suas ações foram adequadas, provocadoras ou insinuatoras. Aliás, ideia que possui fundamento histórico, pois o corpo feminino foi, durante séculos, considerado como um "território perigoso", e a figura da mulher, disseminada pelos cânones religiosos, tornou-se sinônimo do mal e da perdição, um verdadeiro "receptáculo do pecado"¹⁶, ou seja, estava

¹⁵ SOIHET, Rachel; SOARES, Rosana; COSTA, Suely (trad.). A História das mulheres. Cultura e poder das mulheres. Ensaio de Historiografia. *Revista Gênero*. NUTEG. Niterói: Eduf, v. 2, n. 1, pp.7-30, 2000. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/Documents/historia_das_mulheres_nuteg.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2015.

¹⁶ DEL PRIORE, op. Cit., 1999, pp. 179-194.

condenada ao mito do Edén, a pagar pelo terrível erro de Eva, a primeira fêmea, que carregou Adão para o pecado.

Com a mesma conotação negativa, Thomas Laqueur¹⁷ argumenta que a representação do corpo feminino foi configurada sob o paradigma do *sexo único* no contexto de transformações políticas, econômicas e culturais do século XVIII. Dessa maneira, o discurso dominante “construiu os corpos masculinos e femininos como versões hierárquicas e verticalmente ordenadas de um único sexo”¹⁸. Era o corpo feminino interpretado como inferior ao masculino, embora, o prazer sexual feminino no processo de reprodução fosse visto como essencial para a fecundação. Esse modelo foi substituído no século XIX pelo modelo reprodutivo que justificava a existência de dois corpos diferentes que implicava na separação de uma sexualidade feminina e outra masculina. Essa nova percepção foi ancorada e difundida no século XIX como uma íntima ligação entre a mulher e a natureza, opondo-se ao homem, identificado com a cultura. Para a historiadora Magali Engel¹⁹, esta diferença entre os sexos se tornou justificativa para negar às mulheres o direito à cidadania. Portanto, a partir da construção dessa imagem, a mulher seria – dentro de atributos negativos e positivos – misteriosa, frágil, sedutora, submissa, imprevisível, ambígua, contraditória e doce. Estava instalada a dicotomia: “homens, cérebro, inteligência, razão lúcida e capacidade de decisão versus mulheres, coração, sensibilidade e sentimentos”²⁰.

Com todas essas considerações, para Lúcia Bellini²¹, a mulher, vista como ser de natureza passiva e fecunda, seria responsável pela perpetuação da humanidade através da maternidade, e sua incapacidade ou recusa seria considerada um caráter desviante. Sua fragilidade física e mental a tornaria inapta aos perigos do mundo exterior e de atuar de forma satisfatória na esfera pública. Assim, as associações do feminino com a loucura e a histeria também se instalaram e o corpo feminino também se tornou alvo de intervenções normalizadoras da medicina e da psiquiatria do século XIX. A especificidade corporal da mulher ressaltada por Elizabeth Grosz²² é usada para explicar e justificar as posições sociais de inferioridade que lhe é atribuída, sendo seu corpo tratado como incapaz naturalmente de realizações ditas masculinas, por estar exposto às irregularidades hormonais, intrusões e imprevistos. Segundo a historiadora Michelle Perrot²³, por longa data as mulheres foram esquecidas e silenciadas na história, mesmo o seu corpo figurando nos discursos de médicos,

¹⁷ LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

¹⁸ Ibid., p. 10.

¹⁹ ENGEL, Magali. *Psiquiatria e feminilidade*. DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 3 ed., São Paulo: Contexto, 2000, p. 332.

²⁰ PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988, p. 177.

²¹ BELLINI, L. Concepções do corpo feminino no Renascimento: a propósito de De universa mulierum medicina, de Rodrigo de Castro (1603). In: MATOS, Maria Izilda Santos de. SOIHET, Rachel. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003, pp. 29-41.

²² GROSZ, Elizabeth. *Corpos reconfigurados*. In: *Cadernos Pagu*, n. 11, 2000, pp. 45-86.

²³ PERROT, Michelle. *Os silêncios do corpo da mulher*. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003, pp. 13-28.

juristas, políticos, escritores, nas obras de escultores, nos cartazes de publicidade, elas foram estigmatizadas e silenciadas.

As convenções sociais ensinam às mulheres da “boa sociedade” que, no espaço público, é preciso que sejam discretas, dissimulem suas formas, segundo códigos variáveis, segundo o lugar e o tempo. Seu corpo é objeto de censuras que traduzem as obsessões eróticas de uma época e que se inscrevem na orientação da moda, do comportamento e vestuário das mulheres. Até mesmo os cabelos, símbolos supremos da feminilidade, devem ser disciplinados. A mulher, principalmente a jovem que pretende se casar, deve ter gestos contidos, assim como seus olhares, tom de voz e a expressão de suas emoções, mas deve-se mostrar acessível ao sentimento e à dor.²⁴

Denise Sant’Anna²⁵ nos explica que, antes da década de 1950, o corpo feminino era responsabilidade masculina, administrado e controlado pelos homens da família que, por meio disso, teria parte da masculinidade confirmada e realçada socialmente. Já na década de 1960 o corpo da mulher foi redescoberto pela descontração exigida no âmbito público, com o advento da expressão do desejo e da liberação sexual.

A discussão a respeito da dimensão social e política da sexualidade, ou seja, de seu caráter construído, acaba perdendo força diante da proliferação e legitimação de discursos que naturalizam/essencializam os comportamentos masculinos e femininos, como algo inerente à diferença sexual. Tal suposição é ancorada no corpo e na suposição de que homens e mulheres são naturalmente diferentes e, portanto, desiguais. No entanto, a sexualidade envolve diferentes aspectos culturais: linguagens, símbolos e convenções e, nesta perspectiva, a concepção de corpo não se enquadra no terreno do natural, pois através de processos culturais definimos o que é, ou não, natural; produzimos e transformamos socialmente a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Assim, os corpos atingem seu *status* social.

O feminino e masculino são concepções historicamente construídas que moldam e marcam os corpos e relações sociais, compondo uma rede de poder patriarcal em nossa sociedade. Ao analisar discursos pelos quais se julga, condena e classifica, Michel Foucault²⁶ sublinha que a sexualidade não é um dado da natureza, mas um “dispositivo histórico”, ou seja, uma rede de estímulo dos corpos, de intervenções médicas, de discursos e de práticas de normalização ancoradas por estratégias de saber e poder. Desse modo, o autor constata que “as relações de poder operam sobre ele de modo imediato; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, submetem-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais”²⁷. Foucault destaca ainda que os sujeitos se tornam conscientes de seus corpos na medida em que há um

²⁴ PERROT, op. cit, 2003, p. 13.

²⁵ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi (Org.). *Políticas do corpo: elemento para uma história das práticas corporais*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

²⁶ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 3. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1980, p.100.

²⁷ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 28.

investimento disciplinar sobre eles. Quando o poder é exercido sobre nosso corpo “emerge inevitavelmente a reivindicação do próprio corpo contra o poder”²⁸. Dessa maneira, ocorre uma busca de respostas, de resistência, de transformação ou de subversão para as imposições disciplinares feitas sobre os corpos de homens e mulheres.

Não obstante, na época contemporânea alguns discursos mudam. Se durante séculos a conduta feminina vem sendo alvo de julgamentos valorativos e morais, na atualidade o corpo da mulher, em particular, é objeto de novos discursos de poder e saber. Porém, as zonas de sombra e de silêncio continuam existindo²⁹. Um dos exemplos dessa zona de silêncio relativa ao domínio e à violência sobre o corpo da mulher verifica-se no Brasil, no caso do PL 341/2005, onde se pretende instituir vagões somente para mulheres durante os horários de lotação do transporte público, com o intuito de “protegê-las” da rotina diária dos abusos sexuais. Este fato supõe autorizar a pensar em uma forma de secundarizar a violência contra as mulheres, ao determinar que um espaço público seguro para as mulheres deve ser livre da presença de homens. Assim, a violência continua e as mulheres continuarão silenciadas e tratadas como vítimas passivas que precisam ser isoladas e distanciadas da presença masculina no espaço público. Isolar as mulheres no espaço público – em espaços especiais nos trens, metrô, parques, praças, ônibus e ruas – para que não sofram assédio sexual, revela a persistência de concepções naturalizadoras sobre os comportamentos dos homens diante das mulheres³⁰. Tais práticas, apesar de emergenciais, ligadas a políticas de proteção às mulheres, são insuficientes para combater o assédio e a violência sexual às mulheres, já que ainda resultam de concepções amplamente naturalizadoras do comportamento dos homens diante das mulheres. Os desejos e os impulsos sexuais masculinos ainda são vistos como naturais e instintivos, justificando todo tipo de controle, assédio e agressões dos homens às mulheres, vistas como seres passivos, como objetos de domínio do masculino e responsáveis pela sedução dos homens.

Talvez as razões envolvidas na gênese dessa violência dirigida ao corpo da mulher possam, de algum modo, ser complementadas ao argumento de Maria Teresa Citeli³¹, que nos mostra que os estereótipos construídos em concepções de ordem biológica têm demonstrando grande resistência ao longo do tempo, apesar das diversas mudanças socioculturais, tecnológicas e políticas. Isso acontece, na visão da autora, devido à atual influência exercida pelas ciências biológicas articuladas com os meios de comunicação para a formação de visões deterministas sobre os corpos e comportamentos de homens e mulheres. Há uma proliferação de discursos essencialistas sobre o feminino e o masculino na mídia nacional e internacional que também colaboram na persistência de práticas de assédio sexual às mulheres.

²⁸ FOUCAULT, op. Cit., 1983, p. 146.

²⁹ PERROT, op. Cit.; 2003, p. 26.

³⁰ SAFIOTTI, Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu: desdobramentos do feminismo*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero, pp. 115-136, 2001, p. 136.

³¹ CITELI, Maria Teresa. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. *Estudos Feministas*, v. 9, 2001, pp. 131-145.

No Brasil dos anos 1980, as mudanças sociais e políticas acompanharam o processo de redemocratização e a trajetória dos movimentos feministas e de mulheres. A literatura acadêmica sobre a violência contra mulheres surge nesse íterim, constituindo uma das principais áreas temáticas dos estudos feministas no país³². Nesse momento, o principal objetivo é dar visibilidade à violência contra as mulheres e combatê-la através de intervenções sociais, psicológicas e jurídicas³³. Dentre os trabalhos que se constituíram como referências neste campo de estudos, identificamos três posições teóricas em relação à categoria histórica de gênero: a primeira visão concebe a mulher tanto como “vítima” quanto “cúmplice” da dominação masculina; na segunda teoria, as noções de dominação masculina e vitimização feminina são relativizadas, ou seja, a mulher é “cúmplice”, mas não “vítima”. Já na terceira visão, a dominação masculina é colocada como expressão do patriarcado: a mulher é sujeito social autônomo, porém vitimizada historicamente pelo controle social masculino.

O sociólogo Pierre Bourdieu, mesmo não trabalhando o conceito de gênero, apresenta seu pensamento sobre o masculino e o feminino em *A dominação masculina*³⁴. Neste livro, o sociólogo aponta que a dominação do “masculino” sobre o “feminino” se dá porque a dominação masculina não necessita de legitimação, ela é justificada por meio das diferenças biológicas percebidas entre os sexos e é incorporada pelos indivíduos na forma de esquemas de percepção, ação e preferência duráveis, ou seja, por meio do *habitus*. Como em toda dominação, os esquemas de pensamento dominantes influenciam também os dominados, que acabam por legitimar ainda mais a dominação: as próprias mulheres acabariam, segundo Bourdieu, por reproduzir as representações que as depreciam na ordem social. Dentro desse contexto de violência, proposto por Pierre Bourdieu, podemos pensar na cumplicidade de mulheres para a produção da violência de gênero. Com isso, adentramos nossa primeira teoria.

A primeira posição teórica corresponde à posição defendida pela filósofa Marilena Chauí em seu artigo *Participando do debate sobre mulher e violência*³⁵. Para a autora, a violência contra as mulheres seria o resultado de uma ideologia de dominação masculina que é produzida e reproduzida tanto por homens quanto por mulheres. Nesse sentido, a violência seria entendida como uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas, com o objetivo de dominar, explorar e oprimir, os quais incidem, especificamente, sobre os corpos das mulheres. Assim, a ação violenta trata o ser dominado

³² IZUMINO, Wânia Pasinato. Delegacias de Defesa da Mulher e Juizados Especiais Criminais: Contribuições para a Consolidação de uma Cidadania de Gênero. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, Ano 10, n. 40, 2002, p. 283.

³³ Para um breve panorama da história do feminismo no Brasil ver ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é Feminismo*, 1980. TELES, Maria Almeida de Azevedo. *Breve História do Feminismo no Brasil*, 1993.

³⁴ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2003.

³⁵ CHAUI, Marilena. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. In: FRANCHETTO, Bruna, CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; HEILBOM, Maria Luiza (Org.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher 4*. São Paulo: Zahar Editores, 1985.

como "objeto" e não como "sujeito", tornando-o dependente e passivo. Para a autora, essas desigualdades não excluem as mulheres de cometer violências; a hipótese é de que as mulheres, ao se transformarem em sujeitos, usarão sua subjetividade como instrumento de violência sobre outras mulheres³⁶. Assim, elas são "cúmplices" da violência e contribuem para a reprodução de sua "dependência", porque são "instrumentos" da dominação masculina³⁷.

Na segunda linha teórica, a socióloga Maria Filomena Gregori³⁸ segue a mesma linha de Chauí ao conceber a mulher como "cúmplice" da reprodução dos papéis de gênero que alimentam a violência, com a diferença de que, para aquela, tal cumplicidade não é explicada como mero instrumento de dominação. A mulher coopera na sua produção como "não-sujeito" e se coloca em uma posição de vítima, porque assim obtém proteção e prazer. Mas Gregori reconhece que o medo da violência também alimenta a cumplicidade da mulher. Salienta que "é o corpo da mulher que sofre maiores danos, é nela que o medo se instala. E, paradoxalmente, é ela que vai se aprisionando ao criar sua própria vitimização"³⁹. Gregori não pretende, assim, "culpar" a mulher de sua participação na produção de sua vitimização. O que lhe interessa é "entender os contextos nos quais a violência ocorre e o significado que assume"⁴⁰.

Para a socióloga Heleieth Safiotti, essa posição das autoras se deu pela postura vitimizadora das mulheres⁴¹, em voga na situação vigente. Em seus textos a historiadora enxerga uma ambiguidade, pois a mulher oscila entre "ser passivo, coisa e cúmplice do agressor". Em outros termos, tratava-se de

responsabilizar as mulheres pelas agressões sofridas [...] culpabilizavam-se as mulheres pela dominação-exploração de que eram/são alvo por parte dos homens, mas se as tornavam incapazes de agir/reagir [...] confundia-se o tratamento dispensado às mulheres com uma presuntiva incapacidade de ação/reação⁴².

Assim, ao contrário de Chauí e Gregori, Safiotti, na terceira linha teórica, rejeita a ideia de que as mulheres sejam "cúmplices" da violência; mesmo concebendo-as como vítimas, a autora as define como "sujeito" dentro de uma relação desigual de poder com os homens⁴³.

No que concerne às abordagens teóricas que discutem as relações de gênero é apresentada uma diversidade de perspectivas de acordo com a

³⁶ CHAUI, op. cit., 1985, p. 47.

³⁷ Ibid., pp. 47-48.

³⁸ GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Paz e Terra/ANPOCS. 1993.

³⁹ Ibid., p. 184.

⁴⁰ GREGORI, op. cit., loc. cit.

⁴¹ Sobre a visão vitimista no cenário brasileiro ver SOHIET, Rachel. *Condição Feminina e Formas de Violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920*, 1989; GROSSI, Miriam Pillar. *Novas/Velhas Violências contra a Mulher no Brasil*, 1994.

⁴² SAFIOTTI, op. cit., 2001.

⁴³ SAFIOTTI, Heleieth. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

influência de cada época e contexto. Os primeiros estudos de gênero consideravam as características biológicas de cada sexo como responsáveis pela desigualdades entre eles. Posteriormente, as abordagens focalizaram o gênero como um produto construído pela socialização e pelo acesso às experiências diferentes de homens e mulheres.

Para a socióloga Maria Jesús Izquierdo⁴⁴, o conceito de gênero é adotado como categoria analítica para compreender as desigualdades sociais. As desigualdades entre homens e mulheres residem na maneira como seres humanos se relacionam na produção da sua existência, ou seja, a sociedade está estruturada em dois polos: produção/reprodução da vida e produção/administração de riquezas, sendo que o setor produtivo se organiza em condições de dependência com relação ao setor dedicado à produção de riquezas. A reprodução e o cuidado para com os filhos são atividades relacionadas ao gênero feminino, sendo desenvolvidas basicamente por mulheres. Assim, seja no espaço privado, ou no espaço público, se naturalizou a associação entre gênero feminino e vida reprodutiva⁴⁵. Porém, a autora nos esclarece que a separação da sobrevivência e da transcendência em duas partes provoca nas atividades relativas de cada uma delas certa alienação, já que uma carece de sentido se não se refere à outra. Suas importâncias individuais não consistem em estabelecer valorações de importância relativa, mas indicar que sobrevivência e transcendência doméstica e pública, masculinidade e feminilidade são realidades únicas e indivisíveis.

Heleieth Saffioti, em seu artigo *Rearticulando gênero e classe social*, mostra que o conceito de gênero é muito mais amplo que o de patriarcado. Enquanto o gênero estaria presente desde a existência da humanidade, o patriarcado seria um fenômeno recente, articulado à industrialização do capitalismo. Dessa maneira o patriarcado está vinculado à desigualdade e à opressão, não sendo a única possibilidade dentro das relações de gênero⁴⁶.

Com o destaque que teve a questão de gênero dentro do debate feminista, o patriarcado foi relegado a segundo plano, desqualificando da noção de uma "ordem patriarcal de gênero". A autora ressalta que as mulheres, durante milênios, estiveram em uma posição hierárquica inferior aos homens, portanto "tratar esta realidade exclusivamente em termos de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, 'neutralizando' a exploração-dominância masculina"⁴⁷.

O gênero não é um conceito neutro, ao contrário, ele "carrega uma dose apreciável de ideologia"⁴⁸, portanto é a estrutura patriarcal que justifica uma

⁴⁴ IZQUIERDO, María Jesús. Uso y abuso del concepto de género. In: VILANOVA, Mercedes (Org.). *Pensar las diferencias*. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias, pp. 31-53, 1994, pp. 31-53.

⁴⁵ BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

⁴⁶ SAFIOTTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. São Paulo; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p. 210.

⁴⁷ Ibid, 2004, p. 136.

⁴⁸ Ibid.

estrutura de poder desigual entre homens e mulheres. E o conceito de gênero, na visão da autora, não alimentaria a engrenagem da exploração-dominação.

Para compreender o sistema de relações pelo qual as mulheres se tornam presa dos homens, a antropóloga estadunidense Gayle Rubin⁴⁹ sobrepõe os trabalhos de Claude Lévi-Strauss e de Sigmund Freud⁵⁰ - que reconhecem o lugar da sexualidade na sociedade, assim como percebem a diferença entre a experiência social de homens e mulheres - para trabalhar com a separação entre a esfera da natureza, a fêmea, e da cultura, a mulher domesticada. Essa dicotomia foi denominada de sistema gênero /sexo, um sistema que transforma uma matéria-prima, nesse caso o sexo, a fêmea, em produto, o gênero, a mulher domesticada. Para a autora, o sistema gênero/sexo é um conjunto de elementos com os quais "a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas"⁵¹.

Já a socióloga Joan Scott, no seu artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*⁵², que demarca uma leitura pós-estruturalista a respeito do gênero explorando seus potenciais analíticos de desconstrução e ressignificação, desmistificou a dualidade sexo/natureza e gênero/cultura, pois, para ela, havendo uma relação inseparável entre saber e poder, as relações de gênero estão imbricadas às relações de poder. Scott se atém às formas como se constroem os significados culturais para as diferenças sexuais, para então dar sentido e posicioná-las dentro das relações hierárquicas. Assim, os símbolos e significados constituem a base da percepção da diferença sexual, que auxiliam na compreensão do universo empírico.

Assim, através dos questionamentos dos processos que constroem e transformam os corpos femininos interligados à violência contra mulheres, a categoria "corpo" é entendida e assumida em sua realidade histórica, considerando que a sua biologização é também um fato cultural.

O conceito de "gênero" adotado pelos feminismos colaborou nessa tarefa de desnaturalização do corpo, fornecendo elementos para a reflexão sobre a diferenciação entre os termos "sexo" e "gênero". Enquanto o conceito "gênero" satisfazia as discussões a que era socialmente construído, o termo "sexo" representava o que era biologicamente dado. Ou seja, ele se definiria, na teoria feminista, "como aquilo que fica fora da cultura e da história, sempre a enquadrar a diferença masculino/feminino"⁵³. Entretanto, os inúmeros trabalhos feministas atestaram que o gênero é o criador do sexo, demonstrando que o sexo é, também, uma construção cultural. Nessa perspectiva, o gênero refere-

⁴⁹ RUBIN, Gayle. *O tráfico de Mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo*. Tradução: DABAT, Christine Rufinot, ROCHA, Edileusa Oliveira da; CORRÊA, Sonia. Recife: SOS Corpo, 1993.

⁵⁰ Estes trabalhos, mesmo não apresentando uma visão crítica sobre a domesticação as mulheres, fornecem instrumentos conceituais importantes para construir descrições da parte da vida social que é o *locus* da opressão das mulheres.

⁵¹ RUBIN, op. Cit., loc. Cit., 1993, p. 02.

⁵² Joan SCOTT. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2014.

⁵³ NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista de Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, pp. 9-43, 2000, p. 10.

se a qualquer construção social que implique a distinção masculino/feminino, incluindo, assim, as construções que separam corpos "femininos" dos "masculinos". Portanto, compreende-se que "a sociedade não forma só a personalidade e o comportamento, mas também as maneiras como o corpo aparece"⁵⁴.

Considerações finais

Michelle Perrot⁵⁵ nos lembra que o lugar familiar da casa, tal como conhecemos hoje, é um fato histórico, datado em sua modernidade e assunto a merecer atenção especial dos historiadores. Também, como acontecimento do nosso tempo, a luta das mulheres por igualdade política e liberdade possibilitou que a mulher adentrasse o espaço público por duas vias: o trabalho acadêmico e a luta política. Neste sentido, é mister considerar as implicações que o feminismo e sua teoria tiveram para a História Cultural, tanto em sua preocupação de desmascarar os preconceitos masculinos, como em enfatizar a contribuição feminina para a cultura, praticamente invisível para a grande historiografia tradicional. Porém, o assunto merece aprofundamento e novas formas de investigar o assédio sexual às mulheres em espaços urbanos, tão frequente nos nossos dias. Assim, devem-se pensar os discursos tradicionais, nos quais a narrativa histórica se absteve de incorporar às suas preocupações o sujeito feminino, face às novas correntes historiográficas que vêm propondo outras chaves para a reflexão do problema. Além disso, é importante termos claras as maneiras pelas quais a História vem fornecendo indícios concretos para que as mulheres possam reivindicar seus direitos (inclusive do ponto de vista jurídico), ao mesmo tempo em que reafirmam seu protagonismo histórico.

41

Sobre a autora

Simone Alves Santos é graduada em História pelo Centro Universitário Fundação Santo André (São Paulo). Professora da rede pública de ensino e militante feminista. E-mail: mille.simonealves@gmail.com.

Artigo recebido em 28 de fevereiro de 2015.

Aprovado em 28 de junho de 2015.

⁵⁴ SWAIN, Tania Navarro. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. *Textos de História*. Brasília: UnB, v. 8, n, pp. 47-85, 2000, pp. 61-62.

⁵⁵ PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. In: BRESCIANNI, Maria Stella Martins. (Org.). A mulher e o Espaço Público. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

LEI MARIA DA PENHA: O DISCURSO JURÍDICO DE RESPONSABILIZAÇÃO DOS CRIMES E A EFETIVIDADE DA NORMA LEGAL NO DISTRITO FEDERAL (2009-2012)

RAQUEL DE CASTRO BOTELHO
Secretaria de Educação do DF

BENEDITO RODRIGUES DOS SANTOS
Universidade Católica de Brasília (UCB – DF)

GABRIEL ARTUR MARRA E ROSA
Universidad del Salvador (Buenos Aires – Argentina)

RESUMO

O presente artigo analisa o discurso jurídico de responsabilização por crimes de violência perpetrados contra a mulher e a efetividade da Lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha). Focou-se nas sentenças com mérito condenatório. Foram analisadas 43 sentenças resultantes de julgamentos realizados no período entre janeiro de 2009 e dezembro de 2012 em um juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Ganham recorrência as teses da "legítima defesa" e da "provocação da mulher". Entretanto, os juízes foram unânimes em reafirmar a insustentabilidade dessas duas teses, por mais que as mulheres tenham se engajado nas brigas. Contudo, embora a "versão da vítima" tenha ganhado relevância nos julgamentos, a "prova material" ainda tem o maior peso decisório.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Doméstica; Lei Maria da Penha; Efetividade da Lei nº 11.340; Responsabilização de Crimes Contra a Mulher.

ABSTRACT

This article analyzes the legal discourse of accountability for crimes of violence against women, and the effectiveness of Law No. 11,340 (Maria da Penha Law). The focus was set on sentences with condemnatory merit and 43 sentences were analyzed; sentences resulted from trials conducted between January 2009 and December 2012 in a court of domestic violence against women of the Federal District Court of Justice. The theses of "self-defense" and "provocation of women" were the most recurrent. However, the judges were unanimous in reaffirming the unsustainability of these two theses, even though the women had engaged in the fights. However, while the "version of the victim" has gained importance in trials, the "material evidence" still holds the highest decision-making weight.

KEYWORDS: Domestic violence; Maria da Penha Law; Effectiveness of Law No. 11,340; Accountability of Crimes Against Women.

Introdução

Neste artigo analisamos o discurso jurídico de responsabilização sobre os crimes de violência contra a mulher com base na Lei nº 11.340¹, popularmente conhecida como “Lei Maria da Penha”, em processos judiciais protocolados e encerrados no 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Taguatinga no Distrito Federal, de janeiro de 2009 a dezembro de 2012.

Tomando um caminho diferenciado daqueles estudos que focam nas falhas da implementação da lei, esta pesquisa centrou-se na análise de sentenças com mérito em ações condenatórias dos autores de violência pelo que elas contêm sobre a efetividade das leis no Brasil, preocupação acadêmica mais ampla na qual este trabalho encontra-se inserido. Preocupação ampla, foco restrito: em que pese o nosso entendimento de que a Lei Maria da Penha prescreve, para além da mera punição dos réus, um conjunto de ações para prevenir a violência contra a mulher e a reincidência deste tipo de delito, o foco desta pesquisa recai sobre a responsabilização jurídica pelos crimes perpetrados. Portanto, a efetividade da lei está sendo aqui tratada muito mais sob o aspecto de sua eficiência jurídica do que de sua eficácia legal.

Nesta perspectiva, os sentidos da violência sexual revelam sua íntima articulação com as construções sociais e simbólicas do masculino e do feminino. Como os gêneros são construções históricas, os valores de gênero enraizados e que sustentam a violência que se quer desenraizar precisam ser repensados². O fato de o sistema judiciário ser a instância máxima de distribuição da justiça no país e de, ao mesmo tempo, ser composto de profissionais circunscritos a seu tempo, sua cultura e seu contexto social, faz do órgão um lócus interessante para o estudo do grau de aceitação/assimilação tanto das concepções subjacentes à lei como das matérias por ela reguladas. Assim, considerando a violência contra as mulheres como uma relação de poder, entendendo-se o poder não de forma absoluta e estática, mas sim de forma dinâmica e relacional³, realizou-se uma análise destas sentenças judiciais sob um olhar interdisciplinar com o intuito de permitir a construção de novos saberes que subsidiem outras práticas a partir de diálogos, de compartilhamentos e de entendimentos, conforme as propostas de interlocução entre a Prática Jurídica e outras áreas, como é o caso da Psicologia⁴.

¹ DIAS, M. B. *A Lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. 3. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

² MACHADO, L. Z. *Violência conjugal: os espelhos e as marcas*. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1998a. (Série Antropologia, n. 240).

³ SANTOS, C.M.; IZUMINO, W.P. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, v, 16, n. 1, 2004-2005. Disponível em: <http://www1.tau.ac.il/eial/index.php?option=com_content&task=view&id=358&Itemid=188[17/08/2012 15:37:43]>. Acesso em: 19 fev. 2015.

⁴ PINHO, G.S.A.; RIBEIRO, H.B.A. A produção de novos saberes no encontro entre psicologia, justiça e educação. In: Paulo, B, M. *Psicologia na prática jurídica*. Niterói-RJ: Impetus, 2009, p. 103-113.

Neste campo interdisciplinar, ressalta-se também a contribuição da Antropologia do Direito que tem como questão fundamental descrever e analisar as diferentes formas de controle social e descobrir a origem e as leis de seu desenvolvimento⁵. Nesse sentido, cabe advertir que, no direito, a construção do saber ocorre de maneira diferenciada do consenso sobre fatos e regularidades, e é justamente a falta desse consenso o que permite que as subjetividades adentrem nos espaços vazios de significado das leis⁶. Destarte, este trabalho tem como foco a compreensão das instituições, práticas e representações que encontram-se inseridas na sociedade brasileira e que originam uma relação de influência e de dependência das mesmas nas instâncias de julgamento.

As sentenças judiciais são verdadeiros artefatos jurídico-político-culturais, lócus particularmente privilegiado, nos quais se encontram circunscritos inúmeros códigos, discursos, representações sociais e emprego do próprio ordenamento jurídico passíveis de desvelamento. O universo pesquisado compôs-se de 43 sentenças de ações condenatórias tramitadas e julgadas no período em análise. O percurso metodológico para chegar a esse número evidencia, em si mesmo, as agruras da implementação da lei. No intervalo em tela, foram protocolados 1.502 processos, dos quais somente 552 foram julgados com base na Lei Maria da Penha. Desse montante, apenas 57 foram encerrados com mérito, procedentes e condenatórias. Desse total, considerando-se o interesse desta pesquisa no estudo da violência entre casais, descartamos 14 sentenças nas quais os atos de violência haviam ocorrido entre membros do grupo familiar com relações de parentesco. Entre as 43 sentenças restantes, que compuseram a base empírica desta pesquisa, 26 relacionaram-se a situações de violência ocorridas entre casais e 17 entre namorados que possuíam convivência marital.

Chamaram atenção, na análise dessa documentação, além da impactante descrição da violência vivenciada pelas mulheres, as estratégias discursivas da defesa dos réus, que em uma combinação de artimanhas jurídicas e cumplicidade masculina, buscaram inocentar os perpetradores de violência mesmo diante das inegáveis "provas materiais". Nesse sentido, mapeamos nove estratégias discursivas utilizadas pelos advogados de defesa na busca de perpetuar a impunidade dos autores de violência contra a mulher, sendo as mais recorrentes as teses da "legítima defesa" e a da "reação à provocação" de iniciativa da mulher.

O discurso jurídico é dotado de poder tanto para produzir o efeito de autoridade como para exigir o cumprimento de algo; desse modo, precisa fazer com que haja uma crença, ainda que de forma imaginária, em uma instituição jurídica que fornece proteção aos indivíduos, embasada em normas

⁵ LIMA, R. K. de. *Ensaio de Antropologia e de direito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

⁶ BAPTISTA, B. G. L. "A minha verdade é minha justiça": dilemas e paradoxos sobre o princípio da imparcialidade judicial. *Cadernos de campo*. São Paulo, n. 22, p. 1-384, 2013.

preestabelecidas, cuja inobservância produzirá sanção⁷. Neste contexto, a ordem jurídica é dotada de eficácia em sua função de ordenação social, porquanto estrutura-se como linguagem, e é na estrutura da linguagem que a transmissão da crença na estrutura jurídica se torna possível⁸. No entanto, precisamos estar cientes de que este campo, lugar no qual se estabelecem os temas da punição, da criminalização e do empoderamento, constitui-se em um “terreno” escorregadio e que, por isso, é necessária muita cautela ao transitar por ele em virtude de que há sempre o risco de ser taxado como opositor da lei ou defensor das posições misóginas do Judiciário⁹.

Seguindo por essa linha de raciocínio, evidenciou-se que, ao demonstrar as possibilidades efetivas da Lei Maria da Penha, os juízes, em sua maioria homens, foram enfáticos em refutar as teses das defesas dos réus. Os juízes chamaram atenção para a “bestialidade” da violência em alguns casos, mencionando “atitude covarde, prevalecendo-se de sua maior força”, atitude condenável “considerando que a vítima é a própria mulher e companheira”. A insustentabilidade da tese da legítima defesa e a injustificabilidade da violência foram alegadas “mesmo havendo briga entre as partes” e “ainda que as agressões físicas tivessem começado por parte da vítima”, porquanto a reação havia sido “desproporcional” por parte do acusado, mesmo que as motivações tenham sido de ordem “humano-sentimental”.

A alegação da não intencionalidade de dolo não se sustentou diante do histórico de práticas similares, do emprego de instrumentos de ferimento e de ações planejadas. E o descrédito do testemunho sob a alegação de que a vítima não se lembrava bem do que havia acontecido pelo consumo de drogas foi rechaçado pelo fato de que este ato não retira a credibilidade da narrativa dos fatos. Em algumas sentenças, com poucas provas materiais e testemunhais, a “versão da vítima” foi considerada “verdadeira”, em uma demonstração de que o depoimento da mulher agredida havia prevalecido sobre as estratégias da defesa do réu. Contudo, em que pese o fato de o depoimento da vítima ter ganhado relevância no julgamento dos juízes, a existência da “prova material do crime” apresentou maior peso decisório.

Se, por um lado, os juízes que julgaram os casos aqui analisados pareceram estar na contramão da cultura jurídica da dominação masculina, por outro lado, uma análise da dosimetria das penas estabelecidas nos faz pensar em uma possível leniência ou capitulação à cultura jurídica tradicional: na maioria dos casos, os réus receberam a pena mínima (três meses), nenhum recebeu a pena máxima (três anos) e a maior pena recebida por dois dos réus

⁷ GOMES, A. M.; LOUZADA, M. S. O. Uma análise discursiva da Lei Maria da Penha. In: Jornada de Análise do Discurso, 4, 2010, Ribeirão Preto, *Anais...* Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2010. p. 1–10. Disponível em: <<http://dcm.ffclrp.usp.br/jornadaad/upload/Acir%20Matos.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2013.

⁸ BARROS, F. O. Do direito ao pai: sobre a paternidade no ordenamento jurídico. *Revista Brasileira de Direito de Família*. São Paulo, ano 2, n. 6, 2000. Disponível em: <http://www.gontijo-familia.adv.br/2008/artigos_pdf/Fernanda_Otoni/DireitoPai.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2013.

⁹ PASINATO, W. Contribuições para o debate sobre violência, gênero e impunidade no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*. v. 21, n. 2, p. 5-14, 2007.

pelo crime de violência física (um ano e quatro meses) é praticamente apenas um terço da pena máxima prevista. Nossa hipótese acerca da concessão à cultura jurídica tradicional "masculino-centrada", entretanto, deve ser mais bem examinada para que não sejam ignoradas possibilidades mais promissoras apresentadas pelo movimento de penas alternativas ou justiça restaurativa. Nossa expectativa é que os resultados aqui apresentados possam subsidiar os estudos de impacto da Lei Maria da Penha, de modo a compor o crescente repertório das análises sobre este tema.

A Lei Maria da Penha e a responsabilização da violência doméstica contra a mulher

Embora pareça que em certos momentos da história da humanidade a violência doméstica contra a mulher tenha sido naturalizada, tão longe se vá de volta na história, sempre se encontram reações contrárias a este tipo de atitude. No entanto, no último século, o avanço do paradigma dos direitos humanos ecoando e fazendo avançar os princípios da Revolução Francesa fez com que a indignação contra essa violência se ampliasse, ganhasse maior visibilidade e oferecesse estratégias mais eficazes para coibi-la. A Lei n.º 11.340 é fruto desse movimento e sua "escritura" significou um descontentamento com as estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher anteriormente estabelecidas, principalmente pela perpetuação da impunidade, mas, ao mesmo tempo, como um sinal de esperança de reversão dessa dolorosa página da história da humanidade.

Desde que o mundo é mundo humano, a mulher sempre foi discriminada, desprezada, humilhada, coisificada, objetificada e monetarizada¹⁰. Ninguém duvida que a violência sofrida pela mulher não seja exclusivamente de responsabilidade do agressor. A sociedade ainda cultiva valores que incentivam a violência, o que impõe a necessidade de se tomar consciência de que a culpa é de todos. O fundamento disso é cultural e decorrente da desigualdade no exercício do poder, o que leva a uma relação de dominante e dominado. A violência doméstica sempre foi alvo de absoluto descaso e essas posturas acabaram sendo referendadas pelo Estado. Por conta disso, o Brasil guarda cicatrizes históricas da desigualdade, inclusive no plano jurídico¹¹.

¹⁰ DIAS, M. B. *A Lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. 3. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

¹¹ KATO, S. L. A Lei Maria da Penha e a proteção dos direitos humanos sob a perspectiva de gênero. In: KATO, S. L. (Org.). *Manual de capacitação multidisciplinar*. (Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha). 3. ed., Cuiabá: Departamento Gráfico-TJMT, 2008. p. 21-22. Disponível em: <http://www.tjmt.jus.br/intranet.arq/downloads/extra/manual_Edi%C3%A7%C3%A3o2.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2013.

Mesmo com a equiparação entre o homem e a mulher, proclamada de modo tão enfático pela Constituição da República Federativa do Brasil¹², a ideologia patriarcal ainda subsiste. A desigualdade sociocultural é uma das razões da discriminação feminina e, principalmente, da dominação das mulheres pelos homens, que se veem como superiores e mais fortes¹³. Essa errônea consciência de poder assegura ao varão o suposto direito de fazer uso de sua força física e superioridade corporal sobre todos os membros da família¹⁴.

Durante a maior parte da história da humanidade, o patriarcado foi incontestavelmente aceito por ambos os sexos e legitimado com base nos papéis de gênero diferenciado, nos valores a eles associados e em uma separação sexual entre as esferas pública e privada. A dolorosa batalha travada pelos homens contra as mulheres, com reflexos físicos e emocionais, é resultado da desintegração parcial desse poder patriarcal¹⁵.

Importante ressaltar que os termos “violência contra a mulher”, “violência doméstica”, “violência familiar” e “violência conjugal” muitas vezes são utilizados como sinônimos, mesmo não o sendo. A expressão “violência contra a mulher” foi uma noção criada pelo movimento feminista nas décadas de 1960 a 1970, seguida pela noção de “violência conjugal”, especificando a violência contra a mulher no contexto das relações de conjugalidade dentro da abordagem de gênero¹⁶. Por seu turno, a expressão “violência doméstica” inclui as manifestações de violência entre membros no núcleo doméstico e de violência familiar, noção empregada no âmbito da justiça e consagrada pela Lei Maria da Penha como violência doméstica e familiar contra a mulher ou violência de gênero, conceito mais recente utilizado pelas feministas.

Os resultados da violência são perversos. Dados disponibilizados pela World Health Organization¹⁷ mostraram que, em alguns países, aproximadamente uma em cada quatro mulheres vivenciou episódios de violência sexual por um companheiro íntimo, enquanto um terço das adolescentes relataram que sua primeira experiência sexual foi forçada. De acordo com mais de 50 estudos conduzidos em vários países, pelo menos uma

¹² BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 15 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 29 jun. 2013.

¹³ VIANA, K.; ANDRADE, L. Crime e castigo. *Leis e Letras: Revista Jurídica*, Fortaleza, n. 6, p. 11-16, 2007.

¹⁴ BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 9. ed., Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

¹⁵ GIDDENS, A. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. Tradução Álvaro Hattnher. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

¹⁶ DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 165–185, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n66/11.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2013.

¹⁷ WORLD HEALTH ORGANIZATION. *World report on violence and health*. Geneva, 2002. Disponível em: <http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/full_en.pdf> Acesso em: 29 jun. 2013.

em cada três mulheres no mundo foi espancada, forçada a manter relações sexuais ou sofreu outro tipo de abuso durante sua vida, geralmente cometido por um membro da própria família ou algum conhecido dela¹⁸. Sobre esse tema, Narvaz e Koller afirmaram que no início do século XXI,

No Brasil, 23% das mulheres [...] estão sujeitas à violência doméstica; a cada 4 minutos, uma mulher é agredida em seu próprio lar por uma pessoa com quem mantém relação de afeto; 70% dos crimes contra a mulher acontecem dentro de casa e o agressor é o próprio marido ou companheiro; mais de 40% das violências resultam em lesões corporais graves decorrentes de socos, tapas, chutes, amarramentos, queimaduras, espancamentos e estrangulamentos¹⁹.

A partir desta perspectiva, podemos pensar que a violência contra a mulher resulta de uma ideologia de dominação masculina produzida e reproduzida tanto por homens como por mulheres²⁰. Nesse diapasão, a violência resultaria da condição feminina definida como inferior à condição masculina. A ideia da família, por outro lado, como uma entidade inviolável, não sujeita à interferência nem da justiça, fez com que a violência se tornasse invisível, pois era protegida pelo segredo²¹. O agressor e a agredida firmavam um pacto de silêncio, que livrava o primeiro da punição, estabelecendo um círculo vicioso: a mulher não se sentia vítima, o que fazia desaparecer a figura do agressor. Entretanto, como o silêncio não impõe nenhuma barreira, a falta de um basta fazia a violência aumentar. Dessa maneira, o homem testava todos os seus limites de dominação, e como a ação não gerava reação, exacerbava sua agressividade. Para conseguir dominar a mulher e manter a sua submissão, as formas de violência só aumentavam. No entanto, a ferida sara, os ossos quebrados se recuperam, o sangue seca, mas a perda da autoestima, o sentimento de menos-valia e a depressão são feridas que demoram a ser cicatrizadas²².

¹⁸ AMNESTY INTERNATIONAL. *It's in our hands*. Stop violence against women. London, 2004. Disponível em: <<http://www.amnesty.org/en/library/asset/ACT77/001/2004/en/d711a5d1-f7a7-11dd-8fd7-f57af21896e1/act770012004en.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2013.

¹⁹ NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas. *Psico*, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 7-13, 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/1405/1105>>. Acesso em: 29 jun. 2013.

²⁰ CHAUI, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: CHAUI, M.; CARDOSO, R.; PAOLI, M. C. (Org.). *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. v. 4, p. 25-62.

²¹ Id., DIAS (2012).

²² Id., DIAS (2012).

Metodologia

Este estudo beneficiou-se dos pressupostos da pesquisa qualitativa, que pode ser entendida, em linhas gerais, como uma abordagem em que se procura compreender um determinado fenômeno em profundidade. Nesse tipo de pesquisa, não se trabalha com estatísticas e regras rígidas, mas realizando descrições, análises e interpretações de caráter subjetivo. Dessa forma, a pesquisa qualitativa caracteriza-se por ser mais participativa e menos controlável, levando-se em consideração que os elementos participantes podem orientar os caminhos que esta toma mediante suas interações com o pesquisador²³.

Entre as características básicas da pesquisa qualitativa destacaram-se as seguintes: o investigador é o instrumento principal; tende a ser mais descritiva; existe mais interesse pelo processo do que pelos resultados ou produtos; os investigadores qualitativos tendem a analisar seus dados de forma indutiva; o significado dos fenômenos estudados é de fundamental importância²⁴. Na investigação qualitativa, trabalha-se com opiniões, representações, posicionamentos, crenças e atitudes, utilizando-se procedimentos de cunho racional e intuitivo para melhor compreender a complexidade dos fenômenos individuais e coletivos. Dessa maneira, se caracteriza como uma abordagem de alto grau de complexidade, pois aprofunda as interpretações com o intuito de decifrar seus significados²⁵.

O tamanho da amostra não precisa necessariamente ser elevado em pesquisas de abordagem qualitativa. Em geral, quando os dados tornam-se significativamente repetitivos, pode-se considerar a amostra suficiente, devendo esta decisão ser tomada com base na percepção do próprio pesquisador²⁶.

O 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Taguatinga, DF foi escolhido como local de pesquisa porque, de acordo com as informações prestadas pela Seção de Análise Criminal da DEPO/PCDF, desde 2008, Taguatinga é a segunda maior região administrativa com registro de ocorrências de violência doméstica e/ou familiar contra a mulher, perdendo em números somente para Ceilândia. Entre as regiões administrativas do Distrito Federal, apresentaram destaque, em números absolutos de registros, Ceilândia, Taguatinga e Planaltina, sendo lesão corporal, ameaça e injúria os crimes de maior ocorrência, nesta ordem.

²³ ALCÂNTARA, A. M.; VESCE, G. E. P. As representações sociais no discurso do sujeito coletivo no âmbito da pesquisa qualitativa. In: Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 8. e Congresso Ibero-Americano sobre Violências nas Escolas – CIAVE, 3., 2008, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2008, p. 2208-2220. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/724_599.pdf>. Acesso em: 1º jul. 2013.

²⁴ BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação: fundamentos, métodos e técnicas*. Porto: Porto Editora, 1994.

²⁵ PAULILO, M. A. S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 2, n. 1, p. 135-145, 1999. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_pesquisa.htm>. Acesso em: 1º jul. 2013.

²⁶ LEOPARDI, M. T. *Metodologia da pesquisa na saúde*. 2. ed., Santa Maria: Pallotti, 2001.

Os processos judiciais protocolados e encerrados no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2012 no 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Taguatinga, DF formaram a base documental desta pesquisa. A partir disso, selecionamos os processos em que já havia sido proferida a sentença de mérito, ou seja, que apresentavam a decisão final do juiz, condenando ou absolvendo o réu.

Inicialmente, pretendíamos analisar 20% de todos os processos encerrados com mérito no universo de 1.502 processos daquele juizado. Contudo, como esse número se revelou baixo, decidimos analisar todos os que foram encontrados nessas condições no período abarcado pela pesquisa.

Atualmente, as sentenças estão disponíveis *on-line*, mas somente têm acesso a elas pessoas autorizadas para tal, como os funcionários do próprio juizado, já que são tratadas como segredo de justiça, por envolverem questões familiares. Diante disso, criou-se um impasse inicial para que esta pesquisa acontecesse. Isso foi contornado quando o juiz responsável autorizou-nos o acesso aos dados por meio da senha de um funcionário também responsável pelo cartório, que acompanhou todo o processo de coleta de informações.

Caracterização dos crimes contra a mulher nos processos analisados

51

Nosso foco nas sentenças possibilitou uma caracterização dolorosa e exaustiva dos fatos narrados na perspectiva dos juízes que elaboraram e proferiram as sentenças. Esses relatos foram realizados tanto nas delegacias como nos depoimentos durante as audiências ou perante o tribunal de justiça e retomados pelos juízes nas sentenças.

Verificamos concentração majoritária dos casos de violência física com lesão corporal (63%), poucos casos de violência psicológica (16,5%) e de violência física e psicológica (18,5%) e pouquíssimos de violência patrimonial (2%). Isso parece refletir a necessidade de que a violência perpetrada alcance o nível da "bestialidade", como afirmado por alguns juízes, para compor o pequeno elenco de casos que chegam ao final do processo de investigação e julgamento.

Como já confirmado por dezenas de estudos, praticamente toda sorte de violência é praticada no espaço privado, longe da vigilância do olhar sancionador das leis e das autoridades, silenciado pelo afeto ao companheiro, o medo da denúncia e a ambiguidade das potenciais testemunhas. E é justamente a "queixa-crime" o único instrumento capaz de fazer emergir este tipo de crime da esfera de medos e segredos, de maneira a ganhar o espaço público e o julgamento social.

Percebemos que embora a violência atinja todas as partes do corpo e, muito mais do que isto, a dignidade dessas mulheres, a cabeça e particularmente o rosto são as partes mais alvejadas. Na cultura mediterrânea,

o rosto representa o lugar do corpo revelador da identidade e da honra²⁷. Assim, bater no rosto significa requerer submissão, enquanto o “rosto que brilha” dos homens que batem é altamente significativo, podendo-se interpretar que o ato de bater masculino representa a auto-estima viril e dominadora.

A marca da degradação da mulher agredida pelo companheiro é visível a todos, porquanto foi inscrita no corpo²⁸. Com esse ato, o marido conseguiu retirar-lhe a sua beleza, ou pelo menos tentou. Junto, arrancou-lhe todo o seu poder de sedução de ser desejado. Deixando marcas no rosto, ele consegue privá-la de liberdade. Embora haja inúmeros tipos de violência contra a mulher, nossa opção pelo foco na sentença trouxe uma limitação para a definição das características das vítimas e dos autores de violência.

Legítima defesa

Na grande maioria dos 43 processos estudados, a defesa pediu a absolvição do réu ou a improcedência da denúncia. Em apenas três casos, o réu confessou de forma espontânea ter praticado violência e, com base nisto, pediu a diminuição de pena, considerando a confissão como atenuante. O argumento mais utilizado para justificar a violência ocorrida foi o de legítima defesa, alegada pelo defensor do réu em mais da metade das sentenças analisadas.

O Código Penal traz em seus Art. 23 e 25²⁹, com destaque para o parágrafo único do Art. 23, importantes definições para melhor compreender o que vem a ser legítima defesa, recurso tão utilizado por autores de violência para se defender da violência que alegam ter sofrido:

Art. 23 – Não há crime quando o agente pratica o fato:

II – em legítima defesa

Excesso punível

Parágrafo único – O agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposos.

Legítima defesa

Art. 25 – Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

A legitimidade da defesa se configura a partir dos seguintes pressupostos básicos: obstar a ação danosa na mesma intensidade, na mesma medida, se possível com os mesmos recursos, privilegiando a preservação da vida como

²⁷ PERISTIANY, J. G. *Honour and shame: the values of Mediterranean society*. 2. ed., Chicago: University of Chicago Press, 1970.

²⁸ MACHADO, L.Z. *Violência conjugal: os espelhos e as marcas*. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1998b. (Série Antropologia, n. 240).

²⁹ BRASIL. Decreto nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 28 jun. 2013.

um bem maior, dentro do espaço de tempo no qual a agressão ou ofensa esteja ocorrendo, de modo a evitar as vinganças pessoais³⁰. Com base nesses princípios, os juízes assim refutaram o argumento da legítima defesa dos réus.

Sentença nº 2: [...] *Não há como acolher a tese defensiva, no sentido de que as lesões apontadas no laudo pericial são frutos 'de um teatro encenado', onde o acusado não pode precisar como sua ex-esposa conseguiu se ferir, tendo em vista tudo que restou demonstrado. Portanto, a dinâmica dos fatos ficou clara pelo que restou apurado nos autos, não havendo dúvida de que o denunciado, com vontade e consciência, provocou as lesões apresentadas na vítima, pois, após se desentender com a mesma, agrediu-a com chutes e murros, não havendo, no caso, nenhuma circunstância que exclua o crime ou que o justifique, de maneira que não resta outra alternativa ao aplicador da lei a não ser condenar o denunciado pelo crime que praticou. [...]*

Sentença nº 4: [...] *Não há como acolher a tese defensiva, no sentido de que não há provas nos autos e ensejar uma condenação penal, considerando que o próprio acusado confirmou as agressões, além do laudo pericial ratificar a versão trazida pela vítima. Portanto a dinâmica dos fatos ficou clara pelo que restou apurado nos autos, não havendo dúvida de que o denunciado com vontade e consciência provocou as lesões apresentadas na vítima, não havendo, no caso, nenhuma circunstância que exclua o crime ou que justifique, de maneira que não resta outra alternativa ao aplicador da lei a não ser condenar o denunciado pelo crime que praticou. [...]*

53

A provocação da mulher (e, em alguns casos, a boa conduta do réu)

A defesa do réu, na busca da absolvição do seu cliente, pode apelar para seu bom caráter ou minimizar os efeitos dos atos violentos, sobretudo afirmando que a mulher o provocou.

Sentença nº 23: [...] *a personalidade do réu, ele diz: "[...] as testemunhas afirmam que é uma boa pessoa, bom pai e trabalhador. A vítima, com seu comportamento contribuiu em parte para a agressão, ao provocá-lo e injuriá-lo. Não houve maiores conseqüências, eis que as lesões praticadas foram leves."*[...]

³⁰ SILVA, V. F. Legítima defesa. *InfoEscola*, [S.l., 20-?]. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/direito/legitima-defesa/>>. Acesso em: 2 jul. 2013.

Sentença nº 27: [...] *A conduta social do réu deve ser tida como adequada, pois não há nos autos nada que o desabone. [...] A vítima, com seu comportamento, contribuiu em parte para a agressão ao provocá-lo. Não houve maiores conseqüências, eis que as lesões praticadas foram leves. [...]* (grifo nosso)

Deve-se ressaltar que essa estratégia da defesa não passa de artifício. Essa é uma ação muito distante das reflexões sobre as dinâmicas de violência entre casais quando se busca romper com o paradigma da vitimização da mulher, demonstrando que a violência conjugal resulta de uma dinâmica da qual as mulheres também fazem parte³¹.

Contraposições dos juízes às teses da defesa dos réus

As teses da defesa dos réus foram enfaticamente contestadas pelos juízes. Essa contraposição está centrada nos seguintes discursos: da injustificabilidade da violência, principalmente quando esta é contra a própria companheira; da insustentabilidade da tese da legítima defesa ou da falta de intencionalidade, sobretudo quando os laudos periciais evidenciam a gravidade da violência perpetrada; da credibilidade da narrativa da vítima, ainda que sob o efeito de drogas quando os fatos ocorreram; e da injustificabilidade das motivações humano-sentimentais para a prática de violência. Respondendo a pleitos de teor mais técnico, os juízes utilizaram o discurso da natureza de crime de ação penal pública incondicionada como contraponto para a quebra do nexos de causalidade e imprestabilidade do laudo, bem como demonstraram a debilidade das teses da inconstitucionalidade da Lei Maria da Penha e da falta de competência dos juízes especiais.

54

Breve análise da dosimetria das penas aplicadas

Em breve leitura acerca da dosimetria das penas aplicadas nas 43 sentenças analisadas, na prática geral do sentenciamento, ocorreu aplicação da pena mínima. Quando penas maiores foram aplicadas, normalmente alcançaram somente cerca de um terço das penas máximas previstas em lei.

Entre os autores de agressão contra mulheres que praticaram violência física (lesão corporal e vias de fato), 27 casos (63% das sentenças estudadas), receberam penas variadas segundo a natureza, a gravidade do delito e o relacionamento com a vítima. As menores penas, de cerca de 40 dias, foram atribuídas a dois autores do delito "vias de fato", que inclui agressões que não

³¹ GREGORI, M. F. *Cenas e queixas*: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

resultaram em lesão corporal. Em seguida, um homem que praticou violência que gerou lesão corporal foi sentenciado a dois meses de prisão, estranhamente menor do que a pena mínima (três meses) prevista em lei. A pena máxima registrada para esse tipo de crime nas sentenças analisadas foi de um ano e quatro meses, aplicada a dois autores de violência física que resultou em lesão corporal com pena agravada, pois a violência foi tamanha que as vítimas ficaram impossibilitadas de desenvolver suas atividades laborais por cerca de 30 dias. Para esses agressores, a previsão legal de pena máxima é de detenção de três anos. Metade dos acusados de violência física sentenciados (13) receberam pena mínima de três meses e os demais foram apenados com reclusão de 35 dias a um ano e quatro meses.

Houve sete casos (16,5%) dos tipos criminais enquadrados na categoria violência psicológica (ameaça, molestaç o, perturbação da tranquilidade e constrangimento). Embora as penas variem, em média, de três meses a três anos, a pena mínima foi de 15 dias para um caso de perturbação da tranquilidade. A pena máxima aplicada foi de nove meses para um caso de constrangimento e grave ameaça, seguida de seis meses para um crime de ameaça a pessoa em relacionamento afetivo. A pena de 45 dias foi aplicada a dois crimes de molestaç o.

Nos oito casos (18,5%) que combinaram violência física e psicológica, a prática de sentenciamento incluiu aplicação de penas mais próximas à pena mínima estabelecida em lei. A pena mínima proferida nas sentenças que se enquadram nessa categoria foi de 45 dias e a máxima, de oito meses, embora as penas previstas em lei variem entre três meses e três anos.

Curiosamente, a pena máxima entre as 43 sentenças analisadas foi atribuída a um autor de violência patrimonial, que ateou fogo na casa da mulher com quem mantinha relacionamento afetivo. A pena prevista em lei para esse tipo de crime varia entre três e seis anos, com acréscimo de um terço e pagamento de multa, e a pena ministrada no caso analisado foi de quatro anos e oito meses em regime semiaberto. Verificou-se uma tendência de atribuição de penas maiores a pessoas que mantinham relacionamento afetivo com as vítimas.

Considera es Finais

Nas 43 sentenças analisadas, ressoa a comprovação de que a Lei Maria da Penha vai gradualmente se tornando uma estratégia eficiente para responsabilizar os autores de violência doméstica contra a mulher. No entanto, para analisar sua eficácia e impacto na redução da violência e dos níveis de impunidade, seriam necessários estudos mais específicos, mais aprofundados e de mais longo prazo, provavelmente analisando dados das Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Afinal, em um período de quatro anos, no universo de 552 processos protocolados, somente 57 foram encerrados com

mérito, um número reduzido para ser analisado. O item “desobediência do réu” é um alerta para o monitoramento do cumprimento das penas imputadas aos autores de violência, já que embora a lei tenha medidas protetivas que podem ser utilizadas, não prevê punição para a desobediência. Desse modo, muitas vezes o juiz precisa lançar mão da prisão preventiva para que o agressor não importune a vítima.

No decorrer dos quatro anos analisados nesta pesquisa, pudemos perceber todos os movimentos sociais e políticos que ocorreram para as mudanças necessárias na lei. Logo no princípio, após a promulgação da Lei Maria da Penha, a defesa do réu utilizava o argumento que esta seria inconstitucional, pois feria o princípio da igualdade. Recentemente, argumentou-se que o Estado deveria continuar com a ação contra o agressor mesmo contra a vontade da vítima se houvesse a comprovação da materialidade da violência. Neste estudo, verificamos que o juiz deu prosseguimento ao processo em dois casos nos quais a vítima manifestou sua vontade de desistência, um antes e outro após o julgamento da matéria pelo STJ.

Não restaram dúvidas sobre a sensibilidade dos juízes que julgaram os casos estudados em relação à violência praticada contra a mulher. Contudo, em que pese o aumento de casos de violência psicológica, moral e patrimonial julgados com mérito para suscitar a indignação dos juízes, os casos de violência física devem atingir os patamares da “bestialidade” e ser perpetrados contra a ‘própria mulher ou companheira’, como se os outros níveis de violência mais brandos contra a esposa fossem mais aceitáveis, ou mesmo que níveis mais graves praticados contra outros fora da relação de parentesco fossem menos indignantes. Assim, embora o depoimento das mulheres tenha ganhado relevância nos processos e no sentenciamento dos juízes, a exigência, na prática, da ‘materialidade da prova’ e o nível baixo das penas ainda são medidas em que a justiça deve avançar.

No período em análise nesta pesquisa, as sentenças analisadas foram proferidas por seis juízes, sendo quatro homens e duas mulheres. Pudemos observar que houve sentenças mais objetivas, sem espaço para interpretações, e outras mais subjetivas, em que o juiz expôs um pouco mais sobre o seu entendimento. Nesses casos, pudemos perceber um tipo de discurso voltado para a ideologia familista, tentando preservar a estrutura familiar, deixando transparecer para o réu a ideia de que a “sua mulher, mãe dos seus filhos” não deve ser agredida. Para esses magistrados, o elemento basilar da sociedade não é o indivíduo (no caso, a vítima), mas a entidade familiar monogâmica, parental, patriarcal, isto é, a tradicional família-modelo, a Sagrada Família: pai, mãe e filho. Na concepção desses juízes, a sociedade humana não é uma sociedade de indivíduos e nem a sociedade política é uma sociedade de cidadãos, mas sim de famílias. Sem a família, o indivíduo é pouco mais do que ninguém, um deserdado, um desafortunado, um pobre coitado. Mesmo com as mudanças acontecidas desde a inauguração da Lei Maria da Penha, o bem maior que está sendo preservado nas sentenças dos juízes é o núcleo familiar.

Sobre os autores

Raquel de Castro Botelho é professora na Secretaria da Educação do Distrito Federal. Possui graduação em Filosofia pela Universidade Católica de Brasília (1996) e graduação em Direito pela Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas (2008). E-mail: quelbotelho@yahoo.com.br.

Benedito Rodrigues dos Santos é professor e pesquisador na Universidade Católica de Brasília, no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia. Possui mestrado em Ciências Sociais e Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996), doutorado em Antropologia pela Universidade da Califórnia Berkeley (2002), pós-doutorado pelas universidades Johns Hopkins (2005) e da Califórnia em Los Angeles (2006). E-mail: beneditos@ucb.br.

Gabriel Artur Marra e Rosa é psicólogo clínico, professor e pesquisador na Universidad del Salvador, em Buenos Aires-Argentina. Possui doutorado e mestrado em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília, é especialista em psicologia clínica (CFP) e pós-graduado em Psicanálise pelo OEDIPUS-Núcleo Psicoanalítico. E-mail: gabriel_marra@hotmail.com.

*Artigo recebido em 04 de janeiro de 2015.
Aprovado em 22 de junho de 2015.*

MULHERES QUE ADIVINHAM: PRESENÇA FEMININA NO ÂMBITO DAS PRÁTICAS MÁGICO-RELIGIOSAS A PARTIR DA PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO À AMÉRICA PORTUGUESA (1591-1595)

MARCUS VINICIUS REIS

Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

RESUMO

Embora tenham prevalecido na documentação resultante da Primeira Visitação à América Portuguesa as práticas judaizantes, outros delitos previstos no Monitório inquisitorial também emergiram, como por exemplo, o interesse em contar com alguns indivíduos reconhecidos naquele espaço por praticarem rituais de adivinhação. Interesse que se deu com maior força com relação à figura feminina, como se pode depreender do processo inquisitorial contra Felícia Tourinho, acusada ao longo da Visitação em Pernambuco. Propomos, assim, investigar a presença da mulher no campo do sobrenatural, em especial, com relação às práticas de adivinhação, no intuito de decodificar as simbologias bem como de analisar os laços culturais em torno da associação da mulher à religiosidade enquanto capacidade de intervir nos destinos.

PALAVRAS-CHAVE: Inquisição; Primeira Visitação do Santo Ofício; Práticas de Adivinhação; Gênero.

ABSTRACT

The arrival of the First Visitation at Holy Office in 1591 to the Portuguese America - an event that would last until 1595 - has brought Catholic and regal interest of maintaining a religious population control which caused, in turn, control the very subjects of the King of Portugal. In this sense, although the Judaizing practices have prevailed in the list of complaints, confessions and processes promoted by the Visitor, other offenses set forth in inquisitorial Monitório also circulated in the New World, for example, the interest in having some individuals recognized that space for practicing rituals guessing. Interest that occurred with greater force between the female figure, resulting even in a inquisitorial proceedings against Felicia Tourinho, accused over the Visitation in Pernambuco. This paper proposes, therefore, to investigate the relationship between the presence of women across the field of the supernatural, in particular the practice of divination, becoming interested in decoding the beliefs and practices as well as to analyze the cultural links around the association woman religiosity intervention while the destinations.

KEYWORDS: Inquisition; First Visitation of the Holy Office; Divination Practices; Gender.

Apontamentos teóricos em torno das práticas *mágico-religiosas*¹

A diversidade de posicionamentos com relação ao imaginário de uma dada sociedade, a respeito da circulação de crenças e saberes, ou mesmo da religiosidade que se desenvolve em determinados períodos ou espaços, levamos à necessidade de refletir sobre algumas posições teóricas em torno dessa problemática.

Muitos dos casos que serão aqui levantados destoaram de uma visão clássica da *feiticeira*, centradas na existência do pacto diabólico ou, até mesmo, na elaboração de verdadeiras cerimônias coletivas em torno da noção do *sabá*. No entender de José Pedro Paiva, a tradição erudita portuguesa se baseou em duas noções de pacto diabólico: o “pacto expresso”, em que era estabelecido um contrato entre indivíduo e o Diabo para a obtenção de poderes e, em troca, algo era ofertado à criatura; e o “pacto tácito”, que se estabelecia quando o interesse se pautava na busca por determinados fins, como a cura de doenças ou a adivinhação, recorrendo à intermediação dos diabos para a concretização desse objetivo².

Em suma, a obrigação do distanciamento é essencial a partir do momento em que nosso objetivo não reside simplesmente na reprodução de estereótipos inquisitoriais que, frente a práticas voltadas para a intervenção no sobrenatural, tendiam a enquadrá-las na noção de *feiticeira*. Importante lembrar, por sua vez, a complexidade inerente aos estudos em torno desse fenômeno, conforme salientou Francisco Bethencourt. O autor chamou a atenção, por exemplo, para o uso de conceitos caros à Antropologia, ressaltando o cuidado que os historiadores devem possuir nesse manuseio a fim de evitar anacronismos. Citou, também, o próprio léxico variado que se apresenta para o pesquisador dessa temática – “witchcraft”, “sorcery”, “stregoneria”, “fattucchieria” –, visto que, para além da simples mudança nas palavras, essa diferenciação indica, principalmente, um sentido por vezes distinto³. É de se concluir, portanto, a existência de um terreno escorregadio referente a esses rituais, tornando necessária a maior preocupação do pesquisador para com a própria sociedade em que se debruça e sobre o entendimento desta a respeito desses rituais.

Sendo assim, o uso do conceito de *mágico-religioso* é imprescindível a fim de delimitar essa distância do objeto analisado sem, contudo, propor uma homogeneização das práticas relacionadas a um determinado contexto. Nesse sentido, os pressupostos levantados por Maria Araújo e Francisco Bethencourt – este ancorado às análises de Marcel Mauss – são essenciais como forma de

¹ O trabalho aqui apresentado é resultado direto da Dissertação de Mestrado defendida em 2014, na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob orientação da Profa. Dra. Daniela Buono Calainho do Programa de Pós-Graduação em História Social.

² PAIVA, José Pedro. *Práticas e crenças mágicas*. O medo e a necessidade dos mágicos na diocese de Coimbra (1650-1740). Coimbra: Minerva-história. 1992, p. 39-40.

³ BETHENCOURT, Francisco. *O imaginário da magia: feitiçarias, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

embasar essa escolha conceitual para analisar os relatos sobre os quais nos debruçaremos adiante.

Inicialmente, interessa-nos comentar a análise de Maria Araújo a respeito das práticas heterodoxas ao catolicismo e que também buscavam intervir de algum modo na ordem religiosa vigente, nos destinos, no porvir. Técnica de natureza simbólica, que revelava todo um instrumental de comunhão do homem com símbolos naturais, religiosos, etc., a “arte mágica” é entendida pela autora como uma capacidade, uma competência estritamente humana, praticada contra, ou a favor, de outrem conforme a demanda. Reside nessa vontade do homem em praticar atos contra outro homem a “força motora da magia”⁴. A citação abaixo delimita, enfim, a noção apresentada pela autora:

[...] quando à sucessão dos acontecimentos, comandada por um conjunto de forças naturais e segundo leis pré-estabelecidas, o homem procura impor sua vontade pela força, introduzindo o caos e a desordem na série pré-ordenada, atingimos o âmbito do numinoso impuro, da magia, considerada em sentido lato⁵.

Tais pressupostos são importantes para este trabalho, na medida em que possibilitam centrar a atenção em um variado complexo mítico que surge na documentação inquisitorial que utilizamos, e que por vezes surge em forma de rastros de uma cultura fragmentada e negligenciada pela busca incessante da Inquisição portuguesa pelo pacto diabólico – seja ele na sua forma “tácita” ou “expressa” –, que é possível identificar nos processos inquisitoriais em que o gênero das acusações perpassava pelo domínio do sobrenatural. Além disso, citando, Francisco Bethencourt, a noção de “rito mágico”, diretamente influenciada pelas proposições de Marcel Mauss⁶, complementa nossas categorias na medida em que o autor entende que:

os atos de magia implicam [em um] conjunto de gestos e de palavras não casual, regulando de uma forma sistemática e transmitido por tradição, de cuja repetição estrita, ritual, depende sua eficácia. Daí podemos falar de ritos mágicos, que revelam uma grande capacidade de abstração, patente na atribuição de propriedades específicas aos materiais utilizados [...]⁷

⁴ ARAÚJO, Maria Benedita. *Magia, demônio e força mágica na tradição portuguesa: século XVII e XVIII*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994, p. 27.

⁵ ARAÚJO, Maria Benedita. *Magia, demônio e força mágica na tradição portuguesa: século XVII e XVIII*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994, p. 20.

⁶ Marcel Mauss traz uma definição de “rito mágico” na qual Francisco Bethencourt se ancora. Cf: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Trad. de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 1950, p. 55-57.

⁷ BETHENCOURT, Francisco. *O imaginário da magia: feitiçarias, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 131.

Inserir, enfim, os rituais de adivinhação na noção de práticas *mágico-religiosas* se justifica por acreditarmos que esses compuseram um quadro diversificado da religiosidade na América portuguesa, em que se constata inúmeras apropriações de crenças e instrumentos diante do interesse nítido de uma “cultura erudita” em reafirmar a existência do diabo, e na qual os indivíduos, por conta própria, se interessavam pelo acesso ao sobrenatural. Em vez de buscarmos a homogeneização, visamos revelar ao leitor que o foco das análises em torno da religiosidade deve se situar na diversidade das crenças que “cultura erudita” e “cultura popular” compartilharam.

O controle dos destinos na Época Moderna

A previsão dos grandes traços do destino individual, objeto do saber erudito da época (nomeadamente da astrologia), fazia-se sentir, nos meios populares, pela análise espontânea de um conjunto de indícios recolhidos no momento do parto e na primeira infância.⁸

A previsão dos destinos individuais, naturalmente, não estava desligada da previsão dos destinos coletivos, sobretudo numa época de grande mobilidade social e geográfica, em que a expansão comercial marítima e a guerra desempenhavam um papel fundamental na organização da vida cotidiana.⁹

No interesse em se construir uma autoridade frente à esfera do sobrenatural, o Concílio de Trento pode ser entendido como importante ferramenta que permitiu que esse universo fosse legitimado pela própria Igreja Católica, potencializando suas ações a fim de tornar sua legitimação mais rápida e ampla. Em contrapartida, conforme mencionado nas citações acima, a problemática se ampliou frente à diversidade de casos, independentemente da região em que a Igreja se instalava, onde alguns indivíduos, principalmente mulheres, eram reconhecidos entre seus pares pelo papel de adivinhar e/ou intervir nos destinos que, a princípio, caberia apenas ao Deus católico. Não bastava a conversão, mas também, a constante vigilância do que era vivenciado pelos fieis, como foi discutido anteriormente.

A preocupação com o interesse exagerado das camadas populares para com o domínio do sobrenatural se tornaria ao longo da Época Moderna assunto cada vez mais presente entre as autoridades católicas, receosas, logicamente, visto que esse acesso ocorria na maioria das vezes, sem a intervenção oficial do clero, ou seja, sem quaisquer mediações oficiais.

Convocado pelo então papa Paulo III, o Concílio de Trento, iniciado em 1545, pode ser definido, portanto, como um movimento que organizou a tentativa de reação ao avanço do protestantismo na Europa, bem como uma

⁸ Ibid., p. 57.

⁹ BETHENCOURT, op.cit, 2004, p. 65.

reação estruturante em prol da reforma institucional da Igreja, fragilizada diante dos inúmeros ataques sofridos e, ao mesmo tempo, da reconquista espiritual dos seus fieis, que nem sempre entendiam o catolicismo como a melhor via para a salvação¹⁰.

Por outro lado, destacamos também a assertiva de Peter Burke, sobre uma possível ausência de oposição entre católicos e protestantes – baseada por vezes nas mesmas justificativas – em relação ao objetivo de ambos em silenciar as mais diversas manifestações culturais que emergiam entre a “cultura popular tradicional”. No entender do autor, houve por parte de ambos os credos religiosos, inúmeras tentativas de suprimir, principalmente, as práticas cotidianas que traziam consigo uma religiosidade distante da que eles almejavam. Em outras palavras, foram iniciativas que se resumiram em uma ampla “reforma da cultura popular”, predominando o intuito de melhor controlar tanto os fenômenos visionários como as práticas relacionadas à intervenção dos destinos pela via sobrenatural:

as bruxas foram caçadas em países protestantes e católicos não tanto por fazerem mal, mas por serem hereges, adeptas de uma falsa religião, adoradoras de deusas pagãs como Diana ou Holde. [...] Tais rituais eram denunciados como irreverentes, blasfemos, sacrílegos, escandalosos, ofensivos a olhos e ouvidos piedosos, profanadores dos mistérios sagrados e escarneadores da religião¹¹.

63

A conquista se configurou, assim, em uma intensa disputa religiosa voltada para o controle oficial do sobrenatural além da própria visão de mundo que deveria ser seguida. Nesse sentido, não foi apenas através do protestantismo que se revelou a fragilidade do enraizamento do catolicismo entre as populações – e, nesse caso, não falamos apenas do contexto europeu –, já que essa crise institucional esteve acompanhada da emergência de uma infinidade de manifestações espirituais dos leigos ao longo do medievo e, principalmente, da modernidade. Dentre elas, destacamos a difusão de que certos indivíduos seriam possuidores da capacidade de comunicação direta com o sobrenatural, sem a necessidade da intervenção direta do clero para essa finalidade, apresentando por vezes um instrumental ainda mais diversificado do que o dos próprios religiosos.

Sendo assim, o interesse em silenciar as manifestações populares no âmbito da religiosidade concorreu diretamente com a familiaridade cada vez mais crescente dos indivíduos com o sobrenatural. Essa comunicação se expressaria principalmente em dois rituais largamente difundidos entre a população. Falamos do visionarismo e das práticas de adivinhação, que, a nosso ver, sintetizam essa tentativa não institucionalizada de comunicação com o

¹⁰ DELUMEAU, Jean. *Nascimento e Afirmação da Reforma*. Trad. de João Pedro Mendes. São Paulo: Pioneira, 1989, p. 196.

¹¹ BURKE, Peter. *Cultura popular na idade moderna*. Europa 1500-1800. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 283-284.

sobrenatural a fim de se obterem respostas futuras ou até mesmo de buscar intervir favoravelmente nessa relação temporal, de modo autônomo.

Entre os séculos XII a XVIII, o desenvolvimento de temas voltados para o campo místico na “cultura popular” oscilou entre a preocupação das autoridades em torná-los corretos na perspectiva católica e a empolgação de diversos religiosos por conta das inúmeras manifestações visionárias dos leigos. O resultado dessa oscilação seria, segundo António Rubial Garcia, o desenvolvimento de temas centrais dentro da Igreja Católica, voltados para o “discernimento de los espíritus”, uma direção espiritual:

[...] um conjunto de conselhos e regras que permitiam estabelecer a distinção entre a verdadeira experiência mística proveniente de Deus, da ilusão demoníaca [...]¹².

O desenvolvimento de tratados teológicos, cartilhas, sermões, fariam parte das estratégias que, a partir do século XVI, garantiriam o direcionamento espiritual proposto pela Igreja, quando fenômenos místicos emergiam em alguma região. Destaque para a Nova Espanha, recorte utilizado pelo autor, em que esta influência foi considerável entre os confessores e o próprio Santo Ofício a fim de categorizar as manifestações. Em síntese, o que estava em jogo residia na própria virtude, ou ausência desta, entre os que se diziam visionários.

Para Stephen Haliczer, outra forma utilizada pela Igreja a fim de trazer seus fieis para perto e, assim, controlar as visões proféticas, residiu em iniciativas de se difundir a vida dos santos por meio de uma literatura hagiográfica e biográfica. A arte, por sua vez, adquiriu importância nessa forma de literatura ao representar a própria vida dos santos, tendo nos jesuítas os grandes precursores. A questão por trás dessas ações dizia respeito ao próprio interesse católico em se divulgar a moral pós-tridentina nas formas de devoção¹³.

Assim, qualquer forma de revelação simbólica, antes convertida em algo cotidiano, conforme António Garcia mencionara, passou para o campo da regulamentação e controle pós-tridentino, sobretudo influenciada pelo teor crítico do Renascimento, sendo necessária a comprovação por meio de várias regras pré-definidas. Nesse período, o questionamento a respeito da veracidade de algumas visões se ampliaria, por sua vez, paralelamente à estruturação da Inquisição Moderna¹⁴. Impossível deixar de mencionar, assim, a trajetória de Rosa, analisada por Luiz Mott.

Presas e processadas pela Inquisição no Brasil do século XVIII, pode ser considerada como um dos grandes exemplos no período colonial de apropriação dos ritos católicos e ressignificação destes em manifestações de cunho místico. Orientada espiritualmente por seu confessor, Frei Agostinho, o caso da escrava

¹² GARCÍA, António Rubial. *Profetisas y Solitarios*. Espacios y Mensajes de una religión dirigida por ermitaños y beatas laicos em las ciudades de Nueva España. México: Fondo de Cultura Económica/Universidad Nacional Autónoma de México, 2006, p. 190. Tradução nossa.

¹³ HALICZER, Stephen. *Between exaltation and infamy*. Female mystics In the Golden Age of Spain. Oxford: University Press, 2002, p. 31-34.

¹⁴ GARCÍA, op.cit., p. 195-197.

de Dona Ana, de acordo com o autor, foi resultado de um contexto de intensa política devocional e espiritual promovida pela Igreja desde Trento; não é a toa que mais de duas mil cartas escritas por Rosa, endereçadas aos seus fiéis, foram anexadas ao seu processo.

Interessante notar em sua trajetória que, para além das estruturas devocionais voltadas para a orientação dos cristãos – como já destacado em António Garcia –, os exercícios espirituais de Rosa buscaram novas propostas para uma reflexão espiritual, o que nos leva a identificar espaços de atuação da cultura popular que fogia de uma normatização pretendida pela Igreja¹⁵.

Quanto ao campo divinatório, corte temático de nossas discussões, houve toda uma sistematização que, no entender de José Pedro Paiva, representava uma lógica dentro da rede de operações que o suposto adivinho praticava com o interesse de intervir no tempo:

[...] os procedimentos dos mágicos prendem-se com três tipos de questões: saber o destino e situação de pessoas desaparecidas [...]; descobrir o paradeiro de bens e adivinhar certos acontecimentos não os tendo presenciado¹⁶.

No contexto lusitano, por exemplo, o cenário não se mostrou tão diferente se comparado às outras regiões europeias, revelando, assim, que o interesse no porvir não era somente um objetivo vago entre as populações, pelo contrário, a possibilidade de intervir diretamente nos destinos de forma autônoma era também tentadora, bem como problemática no espaço português.

Madalena Correia, portuguesa, foi denunciada à Inquisição de Évora por, juntamente com sua filha, supostamente promover algumas práticas oraculares no altar da igreja de Nossa Senhora dos Remédios, naquela cidade. De acordo com o que relatou Francisco Bethencourt, as invocações se davam a partir da participação de anjos e santos, tornando Madalena capaz de ter visões em uma pequena “conta de cristal furada e metida num pauzinho”; uma forma rudimentar do que viria a ser a bola de cristal¹⁷.

Importante lembrar que a prevalência dessas práticas no âmbito português se desenvolveu no meio urbano, principalmente, conforme apontou José Pedro Paiva. O autor ainda ressalta que a emergência dos ritos divinatórios tampouco se restringiu aos meios letrados, e que compunham boa parte dos estratos populares. Nos séculos XVII e XVIII, corte temporal de seu trabalho, a participação de letrados que se interessavam pelos supostos adivinhadores era notável nas mais diversas regiões lusitanas¹⁸.

¹⁵ MOTT, Luiz. *Rosa Egípcíaca: uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988, p. 497.

¹⁶ PAIVA, José Pedro. *Práticas e crenças mágicas*. O medo e a necessidade dos mágicos na diocese de Coimbra (1650-1740). Coimbra: Minerva-história, 1992, p. 128.

¹⁷ BETHENCOURT, Francisco. *O imaginário da magia: feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 69.

¹⁸ PAIVA, José Pedro. *Bruxaria e superstição num país sem "caça as bruxas": 1600-1774*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997, p. 118.

Profecias e prenúncios astrológicos prevaleceram no Portugal de Quinhentos, resultado do próprio contexto de mobilidade social e geográfica de uma sociedade que vivenciava novos descobrimentos e que enxergava neles a possibilidade de mudar de vida. Não faltam exemplos, assim, de indivíduos identificados por Francisco Bethencourt e interessados na descoberta de tesouros, no paradeiro de seus cônjuges ou nos possíveis perigos que poderiam acontecer durante uma viagem.

Todavia, assim como no caso de visionarismo, mencionado por Luiz Mott, a intervenção nos destinos por meio das práticas de adivinhação não esteve, por sua vez, distante do contexto colonial, visto que o próprio estabelecimento de um processo inquisitorial instaurado para apurar esse gênero de delitos se desenrolou quando da Visitação em Pernambuco. Destarte, é essencial a ressalva apontada por Serge Gruzinski em torno da necessidade de repensarmos a história do Novo Mundo para além do engessamento das análises voltadas somente para o recorte espacial em questão¹⁹. Justifica-se, portanto, a digressão aqui apontada na medida em que buscamos atrelar nosso tema diretamente às propostas de uma História conectada, ou, no termo delimitado por Sanjay Subrahmanyam, às *connected histories*²⁰. Em outras palavras, trata-se de repensar as fronteiras entre local e regional, partindo do pressuposto de que boa parte das interações na Época Moderna se constituíram tendo por essência a multiplicidade de escalas e a correspondência entre contextos e temporalidades distintos. A diluição de fronteiras, as inúmeras conexões estabelecidas entre a diversidade de personagens, histórias, trajetórias, podem, enfim, se concretizar na medida em que a própria circulação de crenças e práticas relacionadas ao universo *mágico-religioso* nos possibilita integrar o presente trabalho nos pressupostos aqui levantados por Gruzinski e Subrahmanyam. Resta-nos, enfim, estabelecer o contato com a outra parte dessas conexões, a América portuguesa.

As práticas divinatórias no contexto da Visitação

Acompanhado do notário Manoel Francisco e do meirinho Francisco Gouveia, a chegada oficial de Heitor Furtado de Mendonça à América portuguesa se deu em 28 de julho de 1591, na Capitania da Bahia, primeira região que seria visitada pela comitiva inquisitorial. Além disso, era previsto que a Visitação percorresse a Capitania de Pernambuco e regiões – Itamaracá, por exemplo –, bem como São Vicente, Rio de Janeiro e, por fim, as ilhas de Cabo Verde e São Tomé. Contudo, a práxis do Visitador esteve longe do previsto, já que esse se apropriou do “vício das autoridades coloniais”, nas palavras de

¹⁹ GRUZINSKI, Serge. *A águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI*. Trad. de Joana Angélica D'Avila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 350.

²⁰ SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia*. *Modern Asian Studies*, Vol. 31, N. 3, Special Issue: The Eurasian Context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800. Jul., 1997, p. 745.

Ronaldo Vainfas, e, a seu bel prazer, atuou de forma independente, distanciando-se das diretrizes do Conselho Geral, em que processos e procissões de autos-de-fé foram até mesmo promovidos. De acordo com o autor, possivelmente a sua volta repentina a Portugal, após sua presença em Pernambuco, tenha se motivado por tais incidentes²¹.

Fenômeno até então inédito no Novo Mundo, a chegada do Santo Ofício português nesse espaço trouxe consigo, durante os quatro anos de atividades, a responsabilidade de atrelar interesses religiosos e monárquicos enquanto projeto de expansão dos territórios lusitanos juntamente com a expansão do catolicismo. Em outras palavras, o interesse inquisitorial pelo Novo Mundo foi, segundo o que apontou Ronaldo Vainfas, paralelo ao interesse também pelo Oriente. Ou seja, esse avanço do Santo Ofício teve como pano de fundo o objetivo de sedimentar a presença portuguesa logicamente no Reino, mas, também, nos diversos domínios além-mar lusitanos por meio de um mecanismo de controle religioso²². A Inquisição, conforme salientou Bruno Feitler, se tornou um dos importantes aliados da monarquia portuguesa ao definir uma religião oficial e, ao mesmo tempo, fazer com que os súditos se mantivessem fieis ao Rei²³.

Motivada principalmente pelo peso da presença cristã-nova atrelada às suspeitas em torno de indivíduos suspeitos de judaizarem, ou seja, desejosos de manter algumas tradições da religião judaica, a Primeira Visitação do Santo Ofício à América portuguesa também assumiu outros contornos e deve, a nosso ver, ser entendida a partir desse viés. Desvios morais e religiosos, incorrendo em blasfêmias, além da bigamia, sodomia, bestialismo, luteranismo, islamismo, e desvios do próprio corpo clerical, foram delitos registrados ao longo da Visitação de Heitor Furtado de Mendonça, motivados tanto pela afixação do Monitorio quanto pelo interesse da população em denunciá-los.

Nesse extenso rol de crimes, emergiram em torno da figura feminina denúncias de mulheres reconhecidas tanto na Capitania da Bahia como em Pernambuco – duas das principais regiões visitadas – por intervirem no sobrenatural mediante práticas de adivinhação. O gráfico a seguir representa, enfim, a listagem dos delitos que foram denunciados à Visitação e que tiveram

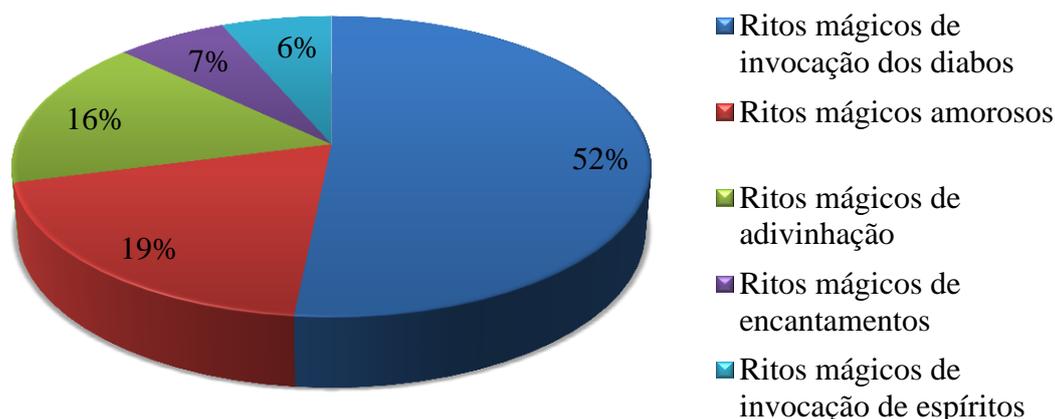
²¹ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*. 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 282-283.

²² VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 166.

²³ FEITLER, Bruno. *Nas malhas da consciência: Igreja e Inquisição no Brasil*. São Paulo: Alameda, Phoebus, 2007, p. 70. Todavia, essas relações na Época Moderna, principalmente entre Inquisição e Monarquia, nem sempre foram harmônicas, pelo contrário, por vezes os embates foram frequentes, como no episódio envolvendo a discussão a respeito do possível estabelecimento de um Tribunal na América portuguesa durante o reinado de Filipe III. Cf: Ibid., p. 72. Giuseppe Marocci e José Pedro Paiva afirmam que desde 1593 uma preocupação de cunho econômico pairava na atmosfera monárquica e que refletiam diretamente no Santo Ofício, tornando-se um elemento conflituoso até o início do século posterior. Cf: MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição portuguesa: 1536-1821*. Lisboa: A esfera dos livros, 2013, p. 135

por base principal as possíveis interações ilícitas com o sobrenatural citadas nas denúncias e confissões:

Gráfico 1: Porcentagem das práticas *mágico-religiosas* denunciadas à Primeira Visitação do Santo Ofício e realizadas por mulheres²⁴.



Fonte: *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça capellão fidalgo del Rey nosso senhor e do seu desembargo, deputado do Santo Ofício. Denúncias e Confissões da Bahia 1591-1593*. São Paulo: Paulo Prado, 1922-1929. *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil: Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1995*. Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984, Coleção Pernambucana, 2ª fase, vol. XIV.

Enfim, foram práticas que alcançaram relativa difusão no recorte por nós escolhido por serem dotadas, como vimos, da capacidade de interferência em um mundo no qual a Igreja Católica buscava ser a única autoridade. Um espaço de atuação para além do ambiente natural, em que as potências divinas e, principalmente, diabólicas eram tão reais quanto o próprio cotidiano dos indivíduos. Nesse contexto, a mínima interferência poderia resultar em uma religião institucionalizada ou em uma prática heterodoxa aos olhos desse sistema ordenado por leis pré-estabelecidas, a religião. Pretendemos, portanto, ater-nos às manifestações mencionadas, em que a presença feminina, seja como agentes ativas ou mesmo indiretas dessas interações, assumiu um peso

²⁴ As tipologias utilizadas no gráfico acima foram delimitadas com base na noção de “ritos mágicos” já apresentada anteriormente e no levantamento dos relatos voltados às interações com o sobrenatural. Gráfico retirado da minha Dissertação de Mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores, sob orientação da Profa. Dra. Daniela Calainho. Cf: REIS, Marcus Vinícius. *Descendentes de Eva: religiosidade colonial e condição feminina na Primeira Visitação do Santo Ofício à América portuguesa (1591-1595)*. 2014. 216f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014, p. 143.

considerável, levando-nos a questionar as possíveis motivações por detrás dessa problemática bem como do simbolismo em que esses rituais se arquitetaram no recorte definido.

Natural de Braga, cidade portuguesa responsável por um Arcebispado estabelecido desde o século XI, a cristã-velha Maria da Costa era casada com o cristão-novo e mercador Álvaro Sanches. Interessada em demonstrar um perfil de boa cristã, a denunciante se dispôs a promover uma extensa denúncia contra diversos indivíduos, em 21 de agosto de 1591. Cronologicamente, os fatos relatados remontam aos primeiros anos da década de 1580 até episódios ocorridos a poucos dias de sua denúncia.

Sua primeira acusação foi contra “uma mulher já defunta dalcunha Mija Vinagre”. Esta teria sido procurada pela própria Maria da Costa por volta de 1582, já que estava interessada em seus rituais que utilizavam candeias a fim de saber se seu pai concordaria com o casamento que pretendia. Contudo, embora este tenha de fato ocorrido com Álvaro Sanchez, a denunciante ressaltara que a dita “Mija Vinagre” tinha lhe dito que não conseguira adivinhar o episódio²⁵.

Merece destaque o uso de candeias como forma de promover um ritual de adivinhação, demonstrando a multiplicidade de usos que este ritual poderia apresentar de acordo com a “especialidade” de seu praticante. No verbete “candeia/candelabro”, Jean Chevalier e Alain Gheerbrant apontam, por exemplo, para o valor cósmico que essa peça possui nas mais diversas tradições, como a hebraica ou mesmo a cristã, no Apocalipse, em que é registrada a presença de sete candelabros que representam as sete Igrejas²⁶.

Ainda em sua denúncia, Maria da Costa mencionou a moradora de Salvador, Isabel Montija, citada por supostamente ser uma adivinha; ritual que era alvo de interesse da própria denunciante. A denúncia era fruto do que Maria Gomez teria vivenciado e dito à Maria da Costa.

Isabel Montija teria se utilizado do desenho de um signo de Salomão e, com isso, conseguira ver um homem e uma mulher juntos, na Bahia, sendo que ela se encontrava em Pernambuco, segundo Maria da Costa. A interferência no tempo e no espaço também teria sido o interesse principal da denunciada e provavelmente de Maria Gomez que a acompanhava e que resolvera noticiar o episódio para a denunciante.

Interessante notar a ausência da menção aos diabos nesta denúncia, sendo que, conforme apontara Francisco Bethencourt, o uso de tal instrumento em forma de desenho, como fora feito por Isabel, foi recorrente na religiosidade portuguesa do período como forma de estabelecer a comunicação com os

²⁵ *Primeira Visitação do Santo Offício às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça capellão fidalgo del Rey nosso senhor e do seu desembargo, deputado do Santo Offício. Denúncias da Bahia 1591-1593.* São Paulo: Paulo Prado, 1922-1929, 3 vols., p. 395.

²⁶ CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Candelabro. In: CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos, Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números.* Trad. Vera da Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Angela Melim e Lúcia Melim. 26ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 2012, p. 174-175.

diabos, garantindo a própria integridade do praticante²⁷. As interações entre os mundos natural e sobrenatural nem sempre seguiam a mesma lógica para os seus supostos mediadores quando o interesse nos destinos era o objetivo.

Mas, não apenas eventos cotidianos integravam o rol das adivinhações pelas quais as mulheres se interessavam ou mesmo supostamente praticavam. Ainda em sua denúncia, Maria da Costa afirmou às autoridades que certa mulher chamada Maria Vicente teria lhe confidenciado que naquela época “havia grandes trabalhos em Portugal e que depois se soube que naquele dia em que ela aquilo disse entraram os castelhanos em Lisboa”²⁸.

Ao que tudo indica, já que há o relato de uma suposta invasão castelhana a Portugal, a possível adivinhação se refere ao turbulento contexto vivenciado entre lusos e espanhóis durante a época que antecedeu o início da União Ibérica. Período que, nas palavras de Rafael Valadares, se apresentou para Portugal a partir de uma conjuntura política instável:

à derrota em Alcácer Quibir juntou-se o cativo dos sobreviventes em África, mais um relapso de peste no reino e a fractura civil entre austracistas, bragancistas e antonianos, com um monarca enfermo e indeciso no trono. Para uma sociedade do Antigo Regime, todas as bases se haviam desmoronado: a guerra e a peste eram um castigo divino, a ausência de rei abria um vazio político mais perturbador e a guerra civil, se ocorresse, implicaria o maior desastre que uma comunidade política podia sofrer ao converter-se no sinal da sua incapacidade para se governar²⁹.

70

Os “grandes trabalhos” que Maria Vicente teria relatado à Maria da Costa não comporiam apenas um quadro de crise dinástica, mas de verdadeira guerra civil que se desenvolveu entre os anos de 1578 a 1583, em que possivelmente compreenderam o próprio período referente à suposta adivinhação. Verdadeiro “ícone apocalíptico” entre diversos europeus, o Duque de Alba foi a principal figura que comandou o avanço das tropas espanholas rumo a Lisboa; objetivo que se intensificaria já em meados junho de 1580, tendo no mês seguinte, os primeiros avanços mais consideráveis rumo à capital.

Se até mesmo do outro lado do Atlântico teríamos o eco das turbulências vivenciadas pela sociedade portuguesa, é de se concordar com a assertiva de Rafael Valadares ao questionar que o avanço espanhol se deu apenas por vias diplomáticas ou por rendição das regiões lusitanas. A resistência por vezes foi combatida com execuções dos líderes, principalmente nas ações de Alba e na conhecida “Batalha de Alcantâra” – marco da tomada definitiva de Lisboa, em 25 de agosto de 1580 – em que diversos relatos registram inúmeras mortes do

²⁷ BETHENCOURT, Francisco. *O imaginário da magia: feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 137.

²⁸ *Primeira Visitação do Santo Officio ás partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça capellão fidalgo del Rey nosso senhor e do seu desembargo, deputado do Santo Officio. Denúncias da Bahia 1591-1593*. São Paulo: Paulo Prado, 1922-1929, 3 vols., p. 329.

²⁹ VALADARES, Rafael. *A conquista de Lisboa*. Violência militar e comunidade política em Portugal, 1578-1583. Alfragide, 2010, p. 49.

lado português que, só não foram maiores, por conta de um número não tão expressivo de comandados por D. António³⁰. Quanto à população comum, ainda traumatizada com a morte repentina de D. Sebastião, a direção tomada foi majoritariamente de apoiar a resistência organizada por D. António, mostrando disposição de combater a invasão estrangeira, embora tal atitude tenha se mostrado vã diante da tomada de Lisboa.

Mesmo sendo breve a informação de Maria da Costa, não é difícil imaginar como a própria população esteve envolvida diretamente com os acontecimentos bem como na fuga para o campo do sobrenatural, tornando-se um dos instrumentos capazes de fornecer respostas a um contexto deveras turbulento. Integrando até mesmo a ideia de profecia, já que Maria Vicente supostamente antecipou as invasões castelhanas, não é de se surpreender que essa mencionada fuga tenha sido tão comum entre as mulheres na Época Moderna.

O que trazemos à tona em nossas discussões pode ser considerado apenas um exemplo restrito desta afirmação, tanto pelo conteúdo não ser tão complexo como, também, por termos exemplos, como a da visionária espanhola Lucrécia de León que, no mesmo período em torno da União Ibérica, previu a decadência dos Habsburgo³¹. Todavia, ainda assim, é outro importante componente para pensarmos como o campo da religiosidade, envolvendo, também, os rituais de adivinhação e/ou profecias, se tornaram instrumentos privilegiados para as mulheres também na América portuguesa por permitirem que elas alcançassem certo protagonismo.

Natural de Oliveira, região pertencente ao bispado de Elvas, o cristão-velho André Magro d'Oliveira, em novembro de 1593 – já com a Visitação em Pernambuco –, resolveu denunciar António Lopes e Brísida Lopes. Esta, que era “vendedeira mulata [...] e nomeada por feiticeira”, teria confidenciado ao denunciante que ele haveria de embarcar para o reino em breve e que “no mar havia de pelejar com um navio ladrão”, sendo levado preso para Portugal, mas retornando em liberdade para Pernambuco³².

Tal confidência teria sido resultado de uma adivinhação praticada por uma amiga de Brísida, segundo o que ela teria contado ao denunciante: “dissera que fizera umas feitiçarias e sortes com água e chumbo pelos quais soubera o sobredito”³³. De acordo com André, o fato teria se efetivado, confirmando a suposta adivinhação contada por Brísida. No entanto, o próprio denunciante relatara sua desconfiança com relação à acusada, dizendo que as ditas “feitiçarias” teriam sido praticadas não pela tal amiga, mas por Brísida Lopes.

Trazendo o significado do uso da água para o campo simbólico, identificamos uma variedade de interpretações que justifica *a priori* sua

³⁰ VALADARES, op.cit., p. 85; 90; 94; 103.

³¹ ARROYO, María V. Jordan. *Sonhar a História*. Risco, criatividade e religião nas profecias de Lucrécia de León. Bauru, SP: EDUSC, 2011, p. 19.

³² *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil - Denúncias de Pernambuco 1593-1995*. Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984, Coleção Pernambucana, 2ª fase, vol. XIV, p. 98.

³³ Idid.

diversidade no que tange à sua condição ritualística. No entanto, uma de suas definições nos chamou a atenção justamente por se relacionar aos possíveis usos que a suposta praticante fizera ao associá-la com o chumbo. Segundo Chevalier e Gheerbrant, a água pode ser considerada como “símbolo das energias inconscientes, das virtudes informas da alma, das motivações secretas e desconhecidas”, ou seja, presente também em rituais de adivinhação onde o desconhecido é revelado. Ao se combinar com o chumbo, matéria “impregnada de força espiritual”, o ritual de adivinhação se torna completo por promover, através do mundo sobrenatural, uma intervenção capaz de trazer à tona o que é obscuro, secreto³⁴.

No mesmo mês dessa denúncia, a cristã-velha Maria de Escobar, casada com João Fernandes e moradora da vila de Olinda, afirmou às autoridades que, certa vez, uma mulher chamada Paula Luís lhe dissera que Domingas Brandão, no período em que ambas estiveram presas, fez umas “cerimonias com uma vassoura”, revelando que no dia seguinte a dita Paula seria solta através de uma pessoa que viria buscá-la na cadeia, o que, de acordo com a denunciante, de fato ocorreu³⁵.

Presas pelas autoridades da Visitação em 8 de maio de 1595 na vila de Olinda, a trajetória de Felícia Tourinho entre as malhas inquisitoriais se iniciou dois anos antes, com a denúncia apresentada por Domingas Jorge ainda no primeiro ano do Visitador na Capitania de Pernambuco. Mulata, filha de um clérigo chamado João Tourinho, a cristã-velha Felícia Tourinho foi apontada pela denunciante como responsável por praticar alguns rituais de adivinhação durante o período em que ambas estiveram presas na cadeia de Olinda.

Quanto ao suposto episódio vivenciado por Domingas Jorge, esse se refere à ação de Felícia Tourinho em ter tomado uma tesoura e fincado o objeto em um “chapim”³⁶, levantando-o em seguida com “ambos dedos mostradores” e proferindo as seguintes palavras: “diabo guadelhudo, diabo orelhudo, diabo felpudo tu me dygas se vay Joam por tal parte digo por tal camynho [...] se isto ser verdade tu faças andar isto se não ser verdade não ho faças andar então”³⁷. A denunciante ainda afirmou que o “chapim”, juntamente com a tesoura, teria “rodeado” em sua direção assim que Felícia Tourinho proferiu as palavras acima, o que confirmava o paradeiro do homem mencionado. Domyngas Jorge ainda relatou que essa prática teria se repetido por algumas vezes ao longo do período de detenção de ambas.

³⁴ CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Água. In: CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*; Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Trad. Vera da Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Angela Melim e Lúcia Melim. 26ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 2012, p. 22; 235.

³⁵ *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil - Denúncias de Pernambuco 1593-1995*, op.cit., p. 121.

³⁶ Em Rafael Bluteau, o significado de chapim é o de uma espécie de calçado composto de quatro ou cinco solas, o que atualmente pode ser considerado um salto. Cf: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino (1713)*. Rio de Janeiro: UERJ, s.d [CD-ROM], p. 276.

³⁷ DGA/TT. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo nº 01268. Processo de Felícia Tourinho. 1593-1595. fl.03.

Com o traslado feito pelo notário Manoel Francisco da denúncia em questão, o processo de Felícia Tourinho seria estabelecido, como dissemos, em 1595. Passadas duas fases de arguições, em que a acusada sustentou que desconhecia quaisquer acusações e/ou delitos contra a fé católica que teria praticado, no dia 13 de maio, sua confissão emergiu nos moldes do que as autoridades almejavam confirmar, ou seja, a utilização de práticas de adivinhação voltadas para a invocação do Demônio por parte da acusada.

Sua arguição, além do relato em torno dessas práticas, revelou, também, o motivo para que estivesse presa na cadeia de Olinda. Segundo a própria Felícia Tourinho, a prisão foi resultado de uma bofetada que desferiu em Inês de Brito dentro de uma igreja, o que acarretou na sentença do degredo por dez anos para "Abrytioga", levando-a a praticar, assim que foi presa, um ritual de adivinhação a fim de descobrir se a sentença lhe sairia ruim; o que de fato aconteceu. O ritual confessado pela acusada foi, por sua vez, organizado da seguinte maneira:

tomou hum chapim e fincou nele uma tesoura, e então levantou no ar tomando com os dois dedos mostradores por baixo dos anéis da tesoura e disse as palavras seguintes, eu te esconjuro por Sam Pedro e por Sam Paulo e pelo Diabo felpudo e guedelhudo que tu me digas a verdade que te quero perguntar e do que ela então perguntou disso não está ela ora lembrada então lhe perguntou ela Ré que sinal havia ela de ter pera saber o que perguntava respondeu-lhe ela então que Se oque perguntava era verdade havia de se andar a roda a tesoura e se era mentira não se havia de mover [...] ³⁸

73

A historiografia em torno dos fenômenos voltados para a religiosidade na Época Moderna, citando, em especial, as obras de Carlo Ginzburg - para o âmbito europeu - e de Laura de Mello e Souza e Daniela Calainho - referentes ao contexto brasileiro - são unânimes ao afirmar que o processo inquisitorial é uma complexa construção de relações de poderes que, embora na maioria das vezes prevaleça a posição e interpretação de uma "cultura erudita", revelam fragmentos de uma religiosidade que por vezes deturpava o catolicismo ou até mesmo estranho a este ³⁹.

O interesse inquisitorial em confirmar a participação do Diabo nos rituais de Felícia Tourinho e as diferenças em torno dos relatos aqui apresentados por

³⁸ DGA/TT. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo nº 01268. Processo de Felícia Tourinho. 1593-1595. fl.06.

³⁹ GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. Trad. de Jonatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras; 2010; GINZBURG, Carlo. *História Noturna: decifrando o Sabá*. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Para o caso brasileiro, ver: CALAINHO, Daniela. *Metrópole das mandingas: religiosidade negra e inquisição portuguesa no antigo regime*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008; MELLO E SOUZA, Laura de. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986; MELLO E SOUZA, Laura de. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização: séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

denunciante e acusada revelam um pouco dessa construção a que nos referimos. Em outras palavras, esse mesmo processo de homogeneização cultural encabeçado pelos eruditos deixa escapar por vezes fragmentos de crenças pertencentes à população comum e distantes dos discursos demonizadores das autoridades. Nesse sentido, tanto a familiaridade apresentada no processo de Felícia Tourinho com o Diabo como o uso nada convencional para o catolicismo dos santos católicos em rituais divinatórios, são capazes de nos fornecer indícios desses fragmentos mencionados. Este segundo aspecto ainda é mais problemático levando-se em consideração o conteúdo de sua sentença, que opta por negligenciar o uso desses santos, privilegiando apenas a suposta participação da acusada em práticas envolvendo o Diabo:

acordam o visitador do Santo Ofício, o Ordinário e Assessores, que vistos estes Autos porque se mostra que a Ré Felícia Tourinha que presente esta confessa que estando presa na cadeia fez uma sorte de uma tesoura metida em um chapim, chamando pelo demônio para saber se lhe havia de sair boa ou má sentença tendo intenção que o demônio lhe faria aí sinal [...]⁴⁰

Essa lacuna apontada pode se justificar, assim, pelo interesse inquisitorial em se efetivar a homogeneização pretendida, pelo que são desconsiderados outros aspectos da religiosidade “popular”, elementos importantes no processo de acusação e sentença da ré. Predominou, portanto, a presença de um nível cultural que se utilizou de distintas estratégias durante as arguições a fim de detectar a participação do Diabo, mesmo que tácita.

Ressaltamos, como o fizera Carlo Ginzburg, que a “continuidade entre estereótipos anticlericais e estereótipos contra a feitiçaria [era] apenas elemento secundário de um fenômeno bem mais complexo”⁴¹, como a existência em Felícia Tourinho de símbolos católicos negligenciados, contudo, pelas autoridades. Desse modo, embora mereça destaque a existência de um desnível cultural, até por se tratar de um processo em que as relações de poder predominam, ainda nos é permitido identificar na trajetória de Felícia Tourinho indícios de um hibridismo em que a “cultura popular” não foi apenas agente passiva na circulação de crenças na América portuguesa, se apropriando, inclusive, de elementos predominantemente católicos, não se tratando apenas de uma reprodução dos estereótipos aqui mencionados.

Uma “cultura popular” que, por sua vez, também se apropriou amplamente, e das mais diversas formas, da figura do Diabo delimitada pelo catolicismo, adjetivando-o, banalizando-o e conferindo-lhe as mais diversas funções. Combinou-se, por exemplo, com o interesse dos indivíduos em

⁴⁰ DGA/TT. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo nº 01268. Processo de Felícia Tourinho. 1593-1595. fl.13.

⁴¹ GINZBURG, Carlo. *História Noturna: Decifrando o Sabá*. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 82.

também contar com o rol de santos católicos para efetivar um ritual de adivinhação que, no caso de Felícia, teria sido praticado diversas vezes⁴².

Todavia, acreditamos em novas possibilidades para justificar essa negligência, essa lacuna nas interpretações, sem, contudo, eliminar a constatação de que houve a homogeneização citada.

Sem desconsiderar a possibilidade de que a ausência de quaisquer menções ao uso de signos católicos se deu pelo próprio entendimento de que o caráter herético das práticas de Felícia Tourinho residia essencialmente na evocação do demônio, a expressão em latim “quod soli deos competit” – presente em seu processo – é, por outro lado, categórica, e reforça nossa argumentação a respeito das tentativas pós-tridentinas, principalmente, em legitimar o catolicismo como única religião a intervir no sobrenatural e, seu Deus, como grande responsável pelo destino da humanidade. Uma problemática conectada a uma questão ainda maior inserida nos próprios debates milenares do catolicismo a respeito da geografia do sobrenatural⁴³.

O processo de Felícia Tourinho deve ser entendido, enfim, como resultado de um interesse das autoridades da Visitação em reafirmar a existência do pacto demoníaco por meio de rituais de adivinhação, corroborando toda uma construção de um estereótipo presente também na Inquisição portuguesa a respeito da *feitizaria*. Contudo, ainda merece ser entendido como resultado de uma forte tradição católica voltada para a legitimação de suas ações sobre o mundo sobrenatural, de uma tradição *misógina* voltada para a associação da mulher com o que era demoníaco e, logicamente, das defesas praticadas pela ré como forma de se desvencilhar das acusações. Nesse caso, vale citar, por exemplo, a menção de uma mulher conhecida pela alcunha de “Figueireda” como sendo a pessoa que teria ensinado Felícia Tourinho, segundo seu próprio relato, as adivinhações, já que teria presenciado na mesma cadeia a própria praticando ritos divinatórios. Afirmou também que essa mulher se embebedava continuamente durante as supostas práticas⁴⁴.

Outra forma encontrada pela ré a fim de minimizar uma possível sentença se direcionou para a afirmação de que “não sabia que isso era pecado nem pertencia a Santa Inquisição e que nem sabia que por fazer isso a poderiam castigar” além de declarar que no período em que praticara as mencionadas adivinhações, não passava de mulher nova, sem experiência e que “depois que é mulher e tem mais experiência sabe e entende que o diabo não pode saber o

⁴² Desse modo, concordamos em parte com a afirmação de Laura de Mello e Souza referente às práticas de adivinhação na América portuguesa, em que estas “ligavam-se antes à religião folclorizada do que à magia ritual ou à feitizaria”. Cf: MELLO E SOUZA, Laura de. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitizaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 262. Nossa ressalva diz respeito apenas à expressão “magia ritual”, que seria, para a autora, ausente nos ritos de adivinhação, mas que, a nosso ver, se enquadram na noção de práticas *mágico-religiosas* aqui delimitada.

⁴³ DELUMEAU, Jean. *O que sobrou do paraíso?* Trad. de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁴⁴ “disse ela para a dita Figueireda, creio em Deus e nas outras”. Cf: DGA/TT. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo n. 01268. Processo de Felícia Tourinho. 1593-1595. fl.07.

que está por vir e somente isso pertence a Deus”⁴⁵. Sinceridade ou estratégia em torno dessas afirmações?

É problemático negligenciar simplesmente a sinceridade na assertiva de Felícia Tourinho, uma vez que esse desconhecimento sobre os delitos que encabeçavam o rol da perseguição inquisitorial era costumeiro entre a população, ainda mais em um espaço em que a própria estrutura eclesiástica se apresentava deficitária, tornando-se componente favorecedor dessa questão. Nesse sentido, se até mesmo entre a “cultura letrada” se constata a dificuldade em delimitar os delitos envolvendo a intervenção no sobrenatural, bem como a multiplicidade de interpretações eruditas a respeito do crime de *feiticeira* em torno das jurisdições civis e religiosas⁴⁶, não é de se espantar que entre a população a imprecisão a respeito da religiosidade a ser praticada tenha sido evidente.

Em contrapartida, mesmo considerando essa hipótese do desconhecimento, não significa anular a possibilidade de que seja também problemático o apelo da acusada para a pouca idade e a consequente falta de experiência, ou, a nosso ver, ingenuidade, fazendo com que o uso de ritos de adivinhação mediante a participação do Diabo fosse mais um “acidente” do que necessariamente um ato consciente da própria. Lúcida ou não a atitude de Felícia Tourinho em tomar uma tesoura e um “chapim” e combiná-los em uma prática divinatória, talvez aponte para uma decisão consciente com o objetivo de se defender das acusações, de perceber que se inseria em um ambiente desfavorável não somente por se tratar da presença inquisitorial, mas por ser uma presença respaldada por uma conjuntura *misógina*.

Ampliando a escala de observação, nos voltamos para os trabalhos de Alison Weber a fim de identificar como a autora percebeu a apropriação de Teresa d’Ávila do código *misógino* vigente a fim de legitimar seu modelo visionário, denominando essa atitude a partir da noção de “retórica da feminilidade”. O desenvolvimento desse conceito partiu, por sua vez, de suas observações em torno da trajetória da freira carmelita durante os vários momentos em que sofreu arguições por parte das autoridades da Igreja, incluindo integrantes do Santo Ofício. Estando às sombras do Iluminismo e da *misoginia* eclesiástica, Teresa optou pela “acomodação da ideologia de gênero em sua audiência”⁴⁷. Reafirmou, segundo a autora, os mais diversos estereótipos vigentes e que se referiam às mulheres, autodeclarando-se “fraca e com pouca fortaleza”, o que lhe permitia conferir autoridade às suas

⁴⁵ DGA/TT. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo no 01268. Processo de Felícia Tourinho. 1593-1595. fl.08.

⁴⁶ Adriano Prosperi também é uma importante referência para pensarmos nas dificuldades em se processar um modelo unitário em torno do que seria a *feiticeira* ou *bruxaria* e as formas de perseguição a serem utilizadas pelas autoridades e a quem competia essa função. Cf: PROSPERI, Adriano. *Tribunais da consciência: Inquisidores, Confessores, Missionários*. Trad. de Homero Freitas de Andrade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, p. 289; 294.

⁴⁷ WEBER, Alison. *Teresa of Avila and the rhetoric of femininity*. Princenton, New Jersey: Princenton University Press, 1990, p. 34.

experiências místicas, já que a humildade era considerada fator preponderante para a legitimação das revelações místicas⁴⁸.

Logicamente, sem alcançar a sofisticação do discurso e das respostas de Teresa d'Ávila – até porque a própria possuía um séquito de confessores e religiosos que a assessoravam –, Felícia Tourinho e seu processo tornam-se exemplo para pensarmos a inserção da mulher na América portuguesa de Quinhentos e a “retórica da feminilidade”, diz respeito à possibilidade de consciência da figura feminina frente ao discurso *misógino* vigente e suas mais variadas implicações. Consciência adquirida que se revela não apenas pela possibilidade de transformar práticas *mágico-religiosas* numa forma de reconhecimento social, de relativização do discurso patriarcal ou enquanto tentativa de sanar algum problema cotidiano, como no caso em questão. Detecta-se uma atitude consciente, também, em perceber que, ao se reconhecer enquanto mulher nova, ingênua, ou seja, acomodando-se à conjuntura delimitada pelos homens, reafirmando que a culpa maior residia nas tentações dos diabos à mulher, seria a estratégia mais viável para se minimizar as culpas e, claro, as sentenças proferidas pelas autoridades.

Entretanto, conforme já mencionado anteriormente, mesmo apresentando sua defesa, Felícia Tourinho não escaparia da sentença inquisitorial, sendo escusada de cumprir sua sentença em ato público, já que confessara as invocações, mas tendo de cumprir penitências espirituais, bem como pagar dez cruzados para as despesas de seu processo e, por fim, fazer uma Abjuração de Leve, reconhecendo suas culpas e reafirmando a legitimidade do catolicismo como religião a ser seguida.

A partir dos relatos aqui levantados, foi de nosso interesse destacar a presença feminina tanto em seu envolvimento em ritos de adivinhação como supostamente em suas práticas, revelando os primeiros indícios de uma tentativa das mulheres em procurar espaços de autonomia para além da normatização vigente. Talvez essa recorrência possa ser pensada como uma das motivações para que Felícia Tourinho fosse chamada à Visitação de modo a esclarecer supostos rituais envolvendo também as práticas de adivinhação aqui mencionadas. Reforçamos, assim, o entendimento de que a possibilidade de intervir nos destinos se mostrou sedutora para a figura feminina, principalmente pela condição de protagonismo e/ou relativa autonomia ofertada pela recorrência a esses rituais. A comunicação com o sobrenatural tornava-se, por sua vez, ambiente privilegiado para sanar possíveis contextos turbulentos de outrem ou mesmo do próprio agente ativo nessa intervenção via rituais *mágico-religiosos*.

Quanto ao espaço das crenças e práticas, falamos de um campo de atuações no qual a intervenção no âmbito simbólico era compartilhada não somente por um indivíduo, com diferenças entre “eruditos” e “populares”, sem desconsiderar, contudo, a intensa troca de referenciais. Sem negar a existência e o peso da estratificação social pautada no acesso ao letramento, a análise da

⁴⁸ Ibid., p. 36-39.

cultura como um painel multifacetado e como resultado de diversas combinações entre pequenas e grandes tradições foi a chave encontrada por Peter Burke⁴⁹ referente às manifestações populares na Época Moderna e que também nos serviu para perceber que os ritos de adivinhação na América portuguesa quinhentista não se resumiram apenas ao pacto diabólico.

Sobre o autor

Marcus Vinicius Reis é doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Possui Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ/FFP) e graduação (Licenciatura e Bacharelado) em História pela Universidade Federal de Viçosa (2011). E-mail: mv.historia@gmail.com.

*Artigo recebido em 25 de fevereiro de 2015.
Aprovado em 01 de junho de 2015.*

⁴⁹ BURKE, Peter. *Cultura popular na idade moderna*. Tradução de Denise Bottmann: São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 52.

RELAÇÕES DE GÊNERO E ESTEREÓTIPOS FEMININOS EM ANÚNCIOS DE ONTEM E DE HOJE

FRANK ANTONIO MEZZOMO

Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)

IVANIA SKURA

Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)

CRISTINA SATIÊ DE OLIVEIRA PÁTARO

Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)

RESUMO

Esta investigação tece reflexões questionando estereótipos femininos que evidenciam desvalorizações da mulher na mídia, e busca demonstrar que ferramentas como a propaganda não só permitem difundir discursos sexistas, mas também possibilitam abordar criticamente as relações de gênero. Para ilustrar esta discussão, foram elencados anúncios publicitários com relações intertextuais que apresentam representações de caráter generalizante e outros que combatem visões sexistas, de diferentes temporalidades e contextos. Os anúncios que ilustram o estudo têm a mulher como figura central e apelos que reiteram ou desconstruem desigualdades de gênero, denotando mudanças e permanências nas representações de ontem e de hoje. A partir dos materiais analisados, argumenta-se que os estereótipos presentes nas comunicações têm servido de modelo e parâmetro para dissolver diferentes modelos femininos, e também revelam as marcações de relações entre mulheres e homens, apontando para desafios tais como a problematização das estruturas sociais discriminatórias.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Mulher; Propaganda.

ABSTRACT

This research weaves reflections that questions female stereotypes that show woman devaluations in the media and seeks to demonstrate that tools such as advertising not only allow to spread sexist speeches but also allows to critically approach gender relations. To illustrate this argument, there were brought in commercials with intertextual relations that addressed generalizing representations and others that fight sexist views, from different times and contexts. The ads that illustrated the study have the woman as the central figure and have appeals that reiterate or deconstruct gender inequality, denoting changes and continuities in yesterday's and today's representations. From the materials analyzed, it is argued that stereotypes present at the communications have served as a model and parameter to dissolve different female models, and also reveal the markings of relations between women and men, pointing to challenges such as the problematization of discriminatory social structures.

KEYWORDS: Gender; Women; Advertising.

Introdução

Este texto tem o objetivo de refletir sobre o papel da propaganda na construção e na desconstrução de estereótipos femininos. Assim, discute-se, por exemplo, como a estreita associação da mulher com a esfera doméstica, usualmente tratada como natural ou inevitável, é, na verdade, uma construção social e, nesta direção, questionam-se estereótipos midiáticos que usualmente colocam figuras femininas em um papel de cuidadoras do lar, dos filhos e também de si mesmas, atendendo às exigências de padrões de beleza e comportamento provenientes de discursos e de modelos sociais normatizadores.

Para articular discussões teóricas e empíria, elencamos anúncios cujos argumentos centrais evidenciaram entre si uma intertextualidade temática, abordando estereótipos femininos em diferentes temporalidades e formatos, baseando-se em consensos e noções vigentes que se repetem anonimamente através do tempo¹. A intertextualidade, nesta direção, como perspectiva interdiscursiva e interdisciplinar, investe no amplo relacionamento entre textos e cultura, redefinindo práticas de leitura², buscando significados que estão além do visível e tratando do diálogo entre textos e produções de sentidos.

Olhamos para essas fontes avaliando que “as representações sociais veiculadas nos anúncios publicitários desempenham uma parte importante, se não a mais importante, na relação entre a publicidade e sociedade”³ e, dessa maneira, pela lente conceitual dos estudos de gênero, apontaremos alguns caminhos para reflexão e debate.

A noção de gênero aqui empregada “refere-se à institucionalização social das diferenças sexuais; é um conceito usado por aqueles que entendem não apenas a desigualdade sexual, mas muitas das diferenciações sexuais, como socialmente construídas”⁴. Esta noção é produto de variadas forças sociais e tem cunho interdisciplinar, pois abarca aspectos culturais, históricos e socioeconômicos da perpetuação do gênero, visto, neste momento, como uma categorização mutável e complexa.

Por isso, “gênero” é um termo usado por aqueles que defenderam que a área acadêmica de estudos sobre mulheres iria transformar os paradigmas disciplinares e as problematizações das representações femininas do passado, permitindo discutir também as práticas atuais⁵, de modo que, abandonando determinismos biológicos e falsas noções de modelos fixos para homens e mulheres, seria possível se desfazer de uma visão generalizante. É válido questionar modelos limitadores, principalmente porque, na concretude destes, é

¹ KOCH, Ingedore Villaça. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2007.

² CARVALHAL, Tania Franco. *O próprio e o alheio: ensaios de literatura comparada*. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003.

³ GASTALDO, Édison. *Publicidade e sociedade: uma perspectiva antropológica*. Porto Alegre: Sulina, 2013, p. 20.

⁴ OKIN, Susan. O gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008, p. 306.

⁵ SCOTT, Joan W. Gender: A useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986.

possível verificar que os mesmos foram reiterados por gerações através de diversas mídias, discursos e demais normatizações, que, ao fim e ao cabo, vão moldando perfis e construindo no imaginário social conceitos e concepções do que é ou não “adequado”, certo ou errado, bom ou mau.

Se, no espaço da significação, as representações colocam-se como formas de classificar e de perceber – isto é, como instituições sociais que denotam divisões da organização social e práticas que constroem o próprio mundo social⁶ –, as representações de mulheres são modos de produzir significados na cultura, pela linguagem, e a produção de sentidos se dá por sistemas simbólicos que são atravessados por instituições, instrumentos, saberes e poderes⁷. Como expressa Chartier, as representações “não são simples imagens, verídicas ou enganosas, do mundo social. Elas têm uma energia própria que persuade seus leitores ou seus espectadores”⁸.

É preciso olhar para essas representações, portanto, como construções que dialetizam o real e que, ao mesmo tempo constroem e desconstroem práticas e significados. A colocação de que nenhum destino biológico define a forma que a mulher assume na sociedade, reiterada pela célebre frase “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, de Simone de Beauvoir⁹, corrobora, portanto, para explicitar o questionamento da mediação midiática que impõe padrões de comportamento e “rotulações” femininas que são ensinadas e sofrem vigilância.

Esses modelos constantemente reiterados acabam por ser fortalecidas e estabelecem, por exemplo, uma diversidade de obrigações femininas como as de manter-se bela, de cuidar da casa, marido e filhos, conforme observaremos nos exemplos trazidos a seguir. Não é cabível, no entanto, aqui apontar representações como falsas ou verdadeiras, mas percebê-las dentro de um contexto histórico específico, como práticas constituintes de uma realidade social que generaliza posições e interpretações capazes de estabelecer ou sustentar relações de poder.

A análise pode apontar categorias e classificações, percebidas através da linguagem e da representação, quanto ao modo como o conhecimento é institucionalizado, modelando práticas sociais e pondo novas práticas em funcionamento¹⁰. E no intuito de evidenciar discriminações e desvalorizações, são apresentados, neste texto, anúncios publicitários¹¹ que retomam estas

⁶ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <<http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/CHARTIEROmundocomorepresentacao.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

⁷ SANTAELLA, Lucia. *Corpo e comunicação*. São Paulo: Paulus, 2004.

⁸ CHARTIER, Roger. Uma trajetória intelectual: livros, leituras, literaturas. In: ROCHA, João Cezar de Castro (org.). *Roger Chartier - A força das representações: história e ficção*. Chapecó: Argos, 2011, p. 21-54.

⁹ BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 9.

¹⁰ HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação e Realidade*, v. 22, n. 2, jul./dez., p. 15-46, 1997.

¹¹ Neste texto, as palavras anúncio, publicidade e propaganda são usadas como nomenclaturas

categorizações, discutindo relações de gênero e estereótipos femininos ali presentes¹².

O *corpus* do estudo, deste modo, contou com três propagandas de 1967, publicadas em uma mídia impressa norte-paranaense de grande abrangência regional; outras duas de 2014 e 2015, publicadas no ambiente digital por uma marca nacional de renome; e dois anúncios atuais (2014) também veiculados *online*, assinados por organizações que reconhecem e questionam papéis de gênero e que visaram combater práticas sexistas.

Compreende-se que as mídias são produtos culturais e, ao mesmo tempo, portadoras de concepções e visões de mundo que merecem um olhar crítico¹³. A imprensa, como fonte e objeto de pesquisa, permite compreender a trajetória humana, o passado e suas complexidades. Essa abordagem, dessa maneira, é feita com base em um olhar não positivista, inaugurado pela escola dos *Annales*¹⁴, que ganha notoriedade, sobretudo, a partir da década de 1970, por intermédio da ampliação de problemas, objetos e abordagens de estudos dando corpo a uma nova perspectiva historiográfica¹⁵.

A relação entre História e fontes de pesquisa foi redimensionada a partir do momento em que a confluência desta com outras ciências possibilitou olhar para novos materiais com possibilidades de serem problematizados. As fontes passaram a ser aquilo que o historiador enxerga como passível de análise, compreensão e interpretação¹⁶. A importância da nova abordagem foi decisiva não apenas para a História, mas também para campos de saberes vizinhos,

sinônimas. Usualmente, classifica-se propaganda como a propagação de conceitos e ideias – num sentido mais abstrato – e publicidade como a comunicação de produtos e serviços, num sentido mais concreto. Cf. LUPETTI, Marcélia. *Gestão estratégica da comunicação mercadológica*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

¹² Ao abordar os anúncios publicitários e a transmissão de informação midiática, compreendemos que esta não pode ser enxergada de modo linear, num modelo de comportamento que crie a ilusão de uma absorção automática da informação. Pelo contrário, trata-se de um processo bastante complexo, que implica uma relação que envolve elementos diversos como cultura, sujeitos, códigos, e não possui fim nem começo determinados. Cf. MARTINO, Luiz C; HOHLFELDT, Antonio. FRANÇA, Vera Veiga (org.). *Teorias da comunicação: Conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001.

¹³ ADORNO, Theodor. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

¹⁴ Os *Annales d'Histoire Économique et Sociale* foi uma revista acadêmica francesa que, na intenção de problematizar as perspectivas hegemônicas da época, difundiu uma abordagem nova e interdisciplinar da história, voltada para o método das ciências sociais. No movimento dos *Annales* expressaram-se inquietudes e experiências de um novo exercício histórico, ao propor a pesquisa de sujeitos e objetos como mulher e família, infância e educação, livro e leitura etc., tratando do cotidiano e das contradições da história humana num movimento desenraizado da noção positivista, Cf. RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias da; SILVA, Maria Aparecida Alves. Jornal como fonte: uma das pontas do iceberg nas narrativas em história da educação. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 13, n. 1, jan./jun., 2014.

¹⁵ LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (orgs.). *História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

¹⁶ SILVA, Márcia Pereira; FRANCO, Gilmar Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. *Revista História em Reflexão*, Dourados, v. 4, n. 8, p. 1-11, jul./dez. 2010.

promovendo diálogos interdisciplinares e vinculações da pesquisa histórica às preocupações e problemas da contemporaneidade¹⁷.

A escolha por investigar como se constituiu a representação da mulher em fontes de diferentes temporalidades vem, portanto, justamente da visão de que a pesquisa histórica com fontes da imprensa possibilita o conhecimento de articulações conceituais e reverberações que, possivelmente, são observadas no presente e podem se projetar no devir.

A bela "rainha do lar": uma representação que perpassa gerações

Nos ditos Anos Dourados do Brasil (1945-1964) notavam-se as distinções de gênero de modo bastante evidente¹⁸ ao passo que em diversos meios propagava-se a imagem da mulher como a mãe e dona de casa dedicada ao lar e aos filhos, e do homem como marido ou pai provedor, fortalecendo-se a noção de que "as mulheres têm sido vistas como 'naturalmente' inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família"¹⁹. As esposas e mães dos Anos Dourados eram valorizadas por sua capacidade de tomar responsabilidades ligadas à felicidade doméstica, agradando aos filhos e ao marido²⁰.

Tratando especialmente de discursos dos anos 1960, e buscando evidenciar mudanças e permanências em relação a anúncios atuais dirigidos ao público feminino, esses papéis demarcados são aqui ilustrados para trazer exemplos à discussão de gênero como um marcador de diferença que, muitas vezes, pode encontrar resistência por parte de homens e mulheres por lidar com uma desconstrução do que está posto. As análises trazidas neste momento, giram em torno da concepção de que "o problema com o gênero é que ele prescreve como devemos ser em vez de reconhecer como somos"²¹.

Para a discussão sobre gênero e estereótipos femininos em anúncios, ilustrando a já exposta imagem comum que retrata a mulher dos anos 1960 como "rainha do lar", selecionamos três anúncios publicitários publicados na mídia impressa norte-paranaense em 1967 (Imagens 1, 2 e 3). O jornal em que se materializaram as propagandas a seguir, denominado Folha do Norte do Paraná, foi criado em 1962 e publicou seu último exemplar em 1979. Embora fosse de posse da Igreja Católica, diocese de Maringá-PR, o periódico tinha

¹⁷ BARBOSA, Marialva Carlos. Escola dos anais. In: CITELLI, Adilson; BERGER, Christa; BACCEGA, Maria Aparecida; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; FRANÇA, Vera Veiga (orgs.). *Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 192-200.

¹⁸ PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Contexto, 2014.

¹⁹ OKIN, op. Cit., 2008, p. 308.

²⁰ DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. 2 ed., São Paulo: 2014.

²¹ ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *We should all be feminists*. Produção: TEDx Euston. 30'15". TED Talks, 2013. 1080p (HD). Disponível em: <http://youtu.be/hg3umXU_qWc>. Acesso em 20 fev. 2014.

cunho comercial e, por isso, continha propagandas de grandes marcas locais e nacionais que assinavam os anúncios. O jornal foi considerado uma das principais mídias impressas dos anos 1960 e 1970 na região norte paranaense e chegou a circular em 200 municípios do estado, além de distribuição de vendas em São Paulo e Santa Catarina.



Imagem 1 - Anúncio Arno 1967.
Fonte: Jornal Folha do Norte do Paraná (23 abr. 1967).

Na propaganda da Imagem 1, o significado do título "Para a mamãe um presente Arno de Hermes Macedo S/A" é ancorado pelo *box* de apoio em formato de coração que anuncia "14 de maio, dia das mães", explicitando o motivo da promoção e o apelo de venda. Com uma imagem de uma mulher ao fundo e de duas crianças ao lado segurando o que se assemelha a caixas de presentes atrás de si, como que para surpreender a mãe presenteando-a, a propaganda explica: "apenas 7 centavos de entrada e 7 cruzeiros novos mensais para você presentear bem!". Ao lado, há desenhos de produtos como batedeira, aspirador de pó, enceradeira, liquidificador, em volta do logotipo da marca. Num último *box*, em contraste, a peça assina: "Aproveite mais esta excepcional oferta das lojas famosas para presentear maravilhosamente A RAINHA DO LAR. Hermes Macedo S/A. 34 anos vendendo conforto".

Ali fica latente a noção de que a mulher-mãe tem para si os eletrodomésticos como boas e apropriadas opções de presentes, já que estes fazem parte de sua vivência diária²².



Imagem 2 - Anúncio Castelo Copa 1967.
Fonte: Jornal Folha do Norte do Paraná (6 mai. 1967).

Com a mesma linha criativa, o apelo publicitário da Loja Castelo Copa (Imagem 2) ilustra o anúncio com uma figura feminina e usa o título: "14 de Maio - Dia das Mães! Festa de Amor e Carinho". Ao lado de uma grande imagem do logotipo, segue o texto explicativo: "Visite a nossa loja e veja quanta coisa útil e moderna v. encontrará para presentear a 'RAINHA DO LAR'". Reitera-se o apelo de venda com a frase "Castelo Copa - Agora com novas características funcionais e decorativas em sua copa ou cozinha" e são listados alguns produtos, tais como conjuntos estofados e fórmica, colchões de molas e

²² Destaca-se que, no contexto tratado, quando se fala de "mulher", as mensagens dirigiam-se geralmente às mulheres brancas, com determinada capacidade de consumo e estilo de vida. Discussões sobre marcadores sociais de diferenças que envolvem raça/etnia e classe social/segmento econômico, embora não sejam foco desta discussão e não sejam aqui contempladas, podem enriquecer a problematização do tema em questão. As representações presentes nos anúncios analisados, ainda, não são compreendidas como espelhos da realidade social de sua época, mas como materializações de discursos em meios privilegiados evidenciando valores, culturas e modelos sociais que interferiram e interferem na construção de uma cultura de (des)igualdade de gênero.

a “confortável cadeira mamãe” (não há ilustração ou descrição da cadeira ofertada). O anúncio termina alertando: “Todos os nossos artigos são de fabricação própria, por isso podemos vender com condições excepcionais”, seguidos da assinatura da marca e o endereço do ponto de venda.



Imagem 3 - Anúncio Dako e Brasil 1967.
Fonte: Jornal Folha do Norte do Paraná (9 mar. 1967).

Já na Imagem 3, a peça publicitária da loja Hermes Macedo S/A, anunciando produtos das marcas Dako e Brasil, também abordou a figura da “rainha do lar”, ainda que não tenha utilizado o termo no apelo de vendas (como se notou nas imagens 1 e 2, por exemplo). A figura feminina central no anúncio está posicionada entre dois fogões, exibindo contentamento e satisfação ao apontar para os produtos. O texto inicial introduz: “Hermes Macedo S/A – Comemorando a conquista do botijão de ouro Liquigás como o seu maior revendedor absoluto oferece – os famosos fogões DAKO e BRASIL”, de modo que seguem as informações de venda “Por apenas Cr\$ 2.000 de entrada. Saldo a longo prazo e em suavíssimas mensalidades”. Repete-se o apelo assinando a propaganda “Vá buscar o seu fogão Dako ou Brasil em Hermes e Macedo S/A, as lojas famosas da cidade - o maior revendedor Liquigás do sul do país!”.

Ao mesmo tempo em que se promove a marca das lojas e busca-se atrair o público para o ponto de venda, nessas peças é retomada a noção vigente à época de que, quando se trata de vender produtos de cozinha, eletrodomésticos e mercadorias para o lar (seja em datas comemorativas como o dia das mães ou em outro momento festivo), a mulher é o público adequado para se abordar ou para se presentear, pois a ela cabem essas atribuições.

Estas representações estão intrinsecamente ligadas a diferenças de gênero, de modo que:

é bastante razoável pensar que, por exemplo, em troca da inferioridade do feminino na hierarquia de gênero, o discurso da ordem e da estabilidade atribua à dona de casa o título de "rainha do lar" a fim de promover o conformismo e a manutenção das relações estabelecidas. [...] A ideia de que a mulher é efetivamente a "rainha do lar" pode contribuir para mantê-la como tal sem alternativas²³.

Este título de "rainha do lar", empregado nas imagens 1 e 2, é um termo recorrente e, portanto, bastante comum nas comunicações dos anos 1960. Na atualidade, o mesmo apelido dado às donas de casa já é menos usual em mensagens comerciais, mas parece manter-se incorporado aos conceitos publicitários. Exemplo disso é o recente anúncio publicado na página oficial da marca de eletrodomésticos Arno, na rede social digital Facebook, que retoma a ideia de mulher que merece presentes como eletrodomésticos na data comercial que comemora o dia das mães (Imagem 4).

87



Imagem 4 - Anúncio Arno 2014.
Fonte: Facebook Arno Oficial (11 mai. 2014)²⁴.

A *fanpage* legenda a imagem com a afirmação "Você imagina um presente para sua mãe... CLIC a Arno tem" seguido de um emoticon smiley²⁵

²³ PINSKY, op. cit., 2014, p. 284-285.

²⁴ Postagem disponível em: <<http://goo.gl/vMpFWe>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

numa substituição de palavras que remete ao *slogan* oficial da marca em suas últimas campanhas "Você imagina, clic, a Arno faz". A publicação assinada pela Arno, veiculada em 11 de maio de 2014, lembra que a data de comemoração do dia das mães se aproxima e sugere a compra dos produtos da marca para presentear as mães, retomando um lugar-comum que não só se faz presente em discursos comerciais, como também no mundo social, onde às mães cabe o espaço doméstico e, tendo o controle desta esfera, a elas seriam úteis os eletrodomésticos, já que estes aparelhos as auxiliam e facilitam sua tarefa de cuidar do lar e dos filhos.



Imagem 5 - Anúncio Arno 2014 ampliado.
Fonte: Facebook Arno Oficial (11 mai. 2014)²⁶.

Na propaganda ampliada (imagem 5), analisam-se as fotos ilustrativas de uma fritadeira e uma panela elétrica, com uma batedeira à frente, em que o sentido se ancora pelo título "Mãe que cuida", numa significação em que a tradicional imagem da mãe que cozinha para a família assim expressa seu amor (o próprio plano de fundo e imagem dos produtos têm moldura que utiliza símbolos de corações, geralmente ligados a significações de carinho). A segunda parte do anúncio "Mãe que se cuida", num jogo de palavras que retoma a primeira colocação, denota que a mulher deve cuidar dos outros, mas também de si, já que as imagens logo abaixo são de itens geralmente ligados à beleza feminina: um depilador, um secador de cabelos e uma chapinha de alisamento/*babyliss*, que se segue pela assinatura da marca centralizada em destaque ao fim da propaganda.

Em 5 de maio de 2015, novamente em celebração do dia das mães, sob o mote "#minhamãemerece"²⁷, a marca retoma o sentido da campanha

²⁵ Emoticon, que une a palavra *emotion* (emoção) com *icon* (ícone) é uma forma de expressar-se em mensagens curtas, que tornou-se bastante popular principalmente no ambiente digital. O smiley é um dos mais clássicos emoticons: um círculo geralmente preenchido de amarelo que aparenta sorrir - ☺ - expresso pelos caracteres ":" e "\"".

²⁶ Postagem disponível em: <<http://goo.gl/vMpFWe>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

passada. A imagem de uma mãe com sua filha na cozinha é pano de fundo para o lançamento de um novo eletrodoméstico: "A Planetária Dual, assim como as mães, é multifuncional. 2 em 1, podendo ser liquidificador ou batedeira. Contém 3 tipos de batedores, um para cada tipo de massa. Ela é a porta de entrada para conhecer novas receitas! #MinhaMãeMerece", é a legenda do anúncio.



Imagem 6- Anúncio Arno 2015.
 Fonte: Facebook Arno Oficial (5 mai. 2015)²⁸.

Sobre os estereótipos apresentados nos anúncios (da mulher invariavelmente valorizada por cuidar da casa/filhos e manter-se bela), questiona-se o caráter generalizante que possuem, que dissolve diferenças e perpetua argumentos explícitos sobre a família, relacionados à "natureza" da mulher: do cuidado, do senso de maternidade, do talento para atividades domésticas, etc.

É nesta direção que "pesquisadoras feministas têm argumentado que a divisão doméstica do trabalho, e especialmente a prevalência da mulher à frente da criação dos filhos, são socialmente construídas"²⁹, porque esses discursos vêm sendo repetidos, em diversos contextos, com o passar do tempo e, deste modo, tendem a se consolidar, legitimar papéis e funções sociais.

A associação imediata da mulher com a esfera doméstica, seja numa propaganda ou num pensamento automatizado da convivência diária, reafirma desigualdades. Esses vínculos não são naturais e, portanto, não podem ser vistos desta maneira, principalmente porque "a desigualdade social entre o

²⁷ O uso do caractere "#", recurso denominado *hashtag*, é utilizado como marcador de palavras-chave no ambiente digital. Nas redes sociais digitais, tem a função de categorizar conteúdos similares facilitando a busca e a integração entre usuários.

²⁸ Postagem disponível em: <<https://goo.gl/1V570l>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

²⁹ OKIN, op. cit., 2008, p. 315.

masculino e o feminino é uma construção social, cultural³⁰. Do mesmo modo, o discurso frequente da beleza como sinônimo de feminilidade, se analisado de perto, pode ser melhor compreendido e problematizado.

O corpo, assim como as maneiras de se comportar estão ligadas a uma economia doméstica e social, uma subjetividade dominante³¹. Essas representações contemporâneas parecem perpetuar-se já que, conforme lembra Almeida, já no início do século XX, "as virtudes próprias da feminilidade pautavam-se no recato, na docilidade, na afetividade mais desenvolvida, na receptividade passiva em relação aos desejos e necessidades dos homens e, mais tarde, dos filhos"³². Do mesmo modo, Alves afirma: "das mulheres espera-se que sejam: simpáticas, atenciosas, submissas, sorridentes e discretas"³³. Continua o autor em outro livro:

tem-se claramente a intenção de inserir a mulher no âmbito da dependência simbólica em que ela primeiro existe pelo e para o olhar dos outros. Decorre desse entendimento a expectativa que ela seja receptiva, atraente e esteja sempre disponível para agradar ao homem. Por isso, dela é esperado simpatia, atenção e submissão³⁴.

Certamente as noções de feminilidade, assim como a de beleza, por exemplo, variam conforme o contexto histórico, além de ser um conceito em constante recomposição. De maneira geral, e em especial na publicidade, a posição social da mulher é colocada de maneira que as representações não contemplem diversidades de modo de ser, pelo contrário, o cuidado com a beleza é imperativo e, inclusive, "ideias como sacrifício, dedicação e necessidade, estão associadas à função da mulher"³⁵. Nas imagens publicitárias, os apelos demonstram que as "mulheres livres" não são aquelas que podem fazer escolhas, mas as que se conformam aos modelos da mídia, que só se enxergam pelo olhar do homem, reforçando a ideia de superioridade do masculino³⁶.

³⁰ ALMEIDA, Anailde. *A construção social do ser homem e ser mulher*. Salvador: EDUNEB, 2010, p. 13.

³¹ SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira; FARIA, Aline Almeida de. Corpo, saúde e beleza: representações sociais nas revistas femininas. *Revista Comunicação, Mídia e Consumo*. São Paulo, v.3, n. 9, p. 171-188, 2007.

³² ALMEIDA, Angela Maria Menezes de. Feminilidade: caminho de subjetivação. *Estudos de Psicanálise*, Belo Horizonte, v. 4, n. 38, p. 29-44, 2012, p. 30.

³³ ALVES, Fábio Lopes. *Pós-mulher: corpo, gênero e sedução*. Curitiba: Editora Champagnat, 2014.

³⁴ ALVES, Fábio Lopes. *Noites de cabaré: prostituição feminina, gênero e sociabilidade na zona de meretrício*. 2. ed. São Paulo: Arte e Ciência, 2012.

³⁵ FARIA; Lia Ciomar Macedo de; CUNHA, Washington Dener dos Santos; SILVA, Rosemaria Josefa Vieira da. Memórias e representações femininas: Ideologias e Utopias dos anos 60. *Revista Vozes dos Vales da UFVJM*, Minas Gerais, v. 1, n. 2, p. 1-14, 2012, p. 11.

³⁶ DEL PRIORE, Mary. *Histórias e conversas de mulher: amor, sexo, casamento e trabalho em mais de 200 anos de história*. São Paulo: Planeta, 2014.

De certa forma, coloca-se que a manutenção da beleza, entre outros atributos, imperava, nos anos 1960 e 1970, como uma condição para o sucesso do casamento, responsabilidade delegada à mulher³⁷. Nesse movimento, “cristalizam-se no corpo as crenças, as representações e os significados do que é ser homem ou mulher em determinada sociedade, em determinado momento”³⁸ e esses modelos vão se fortalecendo se não forem relativizados e discutidos.

Se tradicionalmente “a chamada boa aparência impunha-se. Os bons casamentos sobretudo dependiam dela”³⁹, significa que a beleza, além de ser uma forma de igualar as relações de poder, ligadas à sedução e a valores que supervalorizam a boa aparência, passa a ser definidora de mulher e função a ser cumprida socialmente⁴⁰. Tratam-se de representações midiáticas envoltas de relações de poder, uma vez que regulam condutas, modos de agir, de vestir, de se alimentar, entre outras implicações socioafetivas⁴¹.

Quando falamos do autocuidado da mulher – em suas roupas, modos, corpo e abordagens congêneres – e dos cuidados do outro – da mulher na posição de cuidar do marido, dos filhos, do lar, sendo, desse modo, compreendida como mãe, esposa e dona de casa –, não é intenção denotar que o cuidado coletivo e individual seja, em si, uma forma de opressão reiteradora de desigualdades, mas apontamos a assimetria presente nas noções de associação imediata entre mulher e responsabilidades no âmbito da família e do lar como tarefas obrigatórias para elas.

Os discursos que transparecem noções afirmadoras das mulheres como “naturalmente” adequadas ao espaço doméstico, dependentes dos homens e subordinadas ao núcleo familiar, denotam modelos limitadores e desiguais. Na noção de dicotomia público-privado, embora existam fronteiras borradas entre essas esferas, o espaço privado, que é cenário dessas atribuições associadas à mulher, é desvalorizado e discriminado, num movimento em que se coloca o espaço público como mais importante e reservado ao homem. A divisão do trabalho entre os sexos denota a dicotomia entre os espaços privado e público num movimento em que os homens são ligados às ocupações da esfera da vida econômica e política e às mulheres atribuem-se ocupações ligadas à domesticidade e reprodução⁴². Difunde-se a ideia de homem autônomo e

³⁷ CUNHA, Maria de Fátima da. Homens e mulheres nos anos 1960/70: um modelo definido? *Revista História Questões & Debates*, Curitiba, v. 34, n.0, p. 201-222, 2011.

³⁸ MATOS, Auxiliadôra Aparecida de; LOPES; Maria de Fátima. Corpo e gênero: uma análise da revista TRIP Para Mulher. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 61-76, 2008, p. 62.

³⁹ DEL PRIORE, Mary. *Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil*. São Paulo: Senac, 2009, p. 73.

⁴⁰ BELELI, Iara Aparecida. Imagens efêmeras: gênero e sexualidade na propaganda brasileira. 29º Encontro Anual da ANPOCS, 2005, Caxambu. *Anais do 29º Encontro Anual da ANPOCS*, 2005.

⁴¹ LOURO, Guacira Lopes; NECKER, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. *Corpo, gênero, sexualidade: um debate contemporâneo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

⁴² OKIN, op. cit., 2008.

mulher dependente⁴³, primeiro do pai, depois do marido – e, em alguns discursos, até mesmo dos filhos.

Este lugar-comum, da mulher “destinada” ao espaço doméstico, especialmente no papel de mãe além do de dona de casa, apresentado nas imagens 1, 2 e 3, de 1967, e reiterado nas imagens 4, 5 e 6, de 2014/2015, denota justamente estas noções. Os sentidos presentes nas associações que fazem essas propagandas ilustram como estereótipos e relações de gênero, mesmo através do tempo, permanecem limitadores, apresentando poucas mudanças no que se refere aos modelos femininos.

Novas pautas, novos desafios: ontem e hoje

A partir do exposto acima, podemos compreender como a saída das mulheres de casa para “trabalhar fora” é, possivelmente vista como uma atividade de mais privilégio, já que nas tarefas domésticas, além de não existir remuneração, há a ideia de que quem as faz é um servidor do outro.

Os movimentos feministas brasileiros, já nas décadas de 1960 e 1970, surgem em um contexto de contestação à ordem política instituída, manifestando descontentamento e, em alguns casos, subvertendo os códigos de conduta da época ao questionar o lugar tradicionalmente atribuído à mulher na sociedade⁴⁴. É na década de 1960 que se intensificam discursos emancipatórios (de vários movimentos sociais, como o estudantil, negro, feminista, etc.) permitindo que houvessem personagens coletivos femininos que passam a ganhar notoriedade pública⁴⁵.

Para as mulheres, reivindicar espaço na esfera pública não era uma negação do privado, espaço historicamente associado a elas, mas se tratava de colocar em pauta e problematizar a divisão sexual deste trabalho. Reinvidicações acerca da queda de barreiras que se apresentavam à mulher no mundo do trabalho e da política fizeram parte, inclusive, do movimento feminista dos anos 1960, embora que, ainda nesse momento, o próprio movimento feminista ressaltasse que a mulher deveria se atentar para responsabilidades específicas na família⁴⁶. No bojo das reivindicações dos movimentos feministas, notava-se que a aceitação do duplo papel feminino (no mercado de trabalho e no lar) podia acirrar ainda mais as desigualdades entre homens e mulheres.

⁴³ TÍMON, Mônica; SASTRE, Genoveva. Los sentimientos em el ámbito de la moral. *Educación e pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 219-234, 2003.

⁴⁴ GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid; TRINDADE, Zeidi; SANTOS, Maria de Fátima. Mulheres brasileiras e militância política durante a Ditadura Militar: a complexa dinâmica dos processos identitários. *Revista Interamericana de Psicología*, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 359-370, 2007.

⁴⁵ MOTTA, Alda Britto da. Mulheres velhas: elas começam a aparecer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.) *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 84-103.

⁴⁶ OKIN, op. cit., 2008.

Parece correto afirmar que representações midiáticas, e na imprensa de um modo geral, essas rupturas ainda não se faziam presentes como hoje (conforme apontaremos a seguir), de modo que as representações femininas estereotipadas não apenas permaneciam, como também pareciam tomar força. Por outro lado, socialmente, a contradição da aceitação de um “duplo papel” da mulher, nos anos 1960, passa a dar espaço para o questionamento das classificações, ao passo que avaliam e revisam os papéis sociais das mulheres, como as atribuições domésticas e extra domésticas típicas de homens e mulheres, assim como papéis de mãe, esposa, dona de casa, entre outras⁴⁷.

Na atualidade, contudo, a chamada dupla jornada da mãe que trabalha em casa e fora de casa, têm ocupado com frequência a pauta do movimento feminista, assim como a visibilidade no espaço midiático. Nos últimos anos, principalmente nas redes sociais digitais, nota-se um movimento social de uso de ferramentas como os anúncios publicitários para subverter papéis estereotipados, questionando algumas situações e condições de desigualdades.

Há, inclusive, discussões que, para além das desigualdades, colocam as assimetrias de gênero como uma forma de violência velada ou simbólica. Como é o caso da imagem 7, que aborda diretamente a pauta da dupla jornada feminina.



Imagem 7 - Campanha FCM e INEGRA. Fonte: Facebook (2014)⁴⁸.

O movimento feminista, mostrando rupturas nas noções vigentes, deste modo, apropria-se da propaganda, ferramenta usualmente explorada para a construção de uma imagem subordinada da mulher, para desconstruir estereótipos e ressignificar as relações de gênero criticamente.

A imagem 7, que faz parte de uma campanha assinada pelo Fórum Cearense de Mulheres⁴⁹ e Instituto Negra do Ceará⁵⁰, é um exemplo de uma

⁴⁷ DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

⁴⁸ Esta e outras postagens relacionadas à campanha estão disponíveis em: <<http://goo.gl/oDNNhi>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

dessas contraposições. Divulgada em redes sociais em novembro de 2014, as imagens colocam em debate situações cotidianas que acentuam desigualdades de gênero entre mulheres e homens valorizando uma parte em detrimento da outra.

É possível constatar que, ainda nesse anúncio, se problematiza a noção de que "homens que têm sucesso na vida pública são frequentemente desculpados por negligenciar suas famílias, enquanto as mulheres, na mesma situação, não o são"⁵¹. Essa compreensão, ainda, é também transposta na campanha assinada pelo grupo Manifesta Utilità (Imagem 8), uma organização que une designers gráficos para abordar temas relacionados aos direitos humanos.

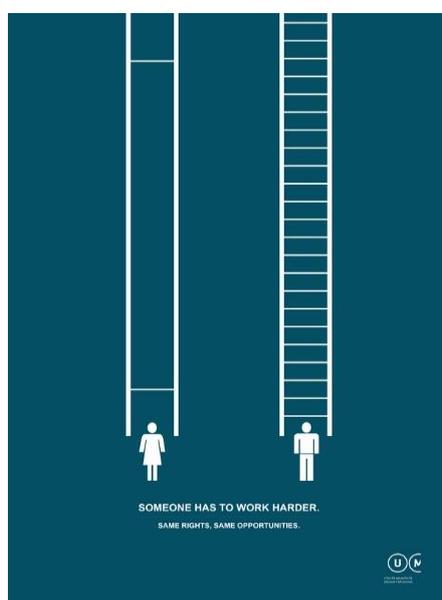


Imagem 8 - Anúncio Manifesta Utilità. Fonte: Behance (2014)⁵²

A imagem 8 sugere a ideia de que a mulher, em comparação ao homem, por mais que possa parecer ter oportunidades iguais, tem sua jornada de trabalho diária dificultada. A noção aqui discutida, de que há discriminações e desvalorizações que representam percalços na vivência diária feminina, se

⁴⁹ O Fórum Cearense de Mulheres (FCM) é uma organização feminista e antirracista, de atuação estadual composta por organizações não governamentais, mulheres vinculadas a núcleos de pesquisas de universidades, secretarias de mulheres de sindicatos e mulheres sem vínculos institucionais. Foi criado em 1994, no processo preparatório da Conferência de Beijing (Conferência de Mulheres das Nações Unidas, realizada em 1995). *Site* oficial: <<http://www.portaldomar.org.br/sujeitos-da-mobilizacao/fcm>>.

⁵⁰ O Instituto Negra do Ceará – INEGRA é uma organização social com prioridade a mulheres negras que busca promover os valores étnicos, políticos, sociais e culturais das populações negras atuando em uma perspectiva antirracista e feminista. *Site* oficial: <<http://inegrace.wordpress.com/author/inegrace/>>.

⁵¹ OKIN, op. Cit., 2008, p. 326.

⁵² Esta peça e as demais que compõem a campanha publicitária podem ser encontradas em: <<https://www.behance.net/gallery/Manifesta-Utilita-human-rights/2598519>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

traduz na assinatura das peças da campanha "Someone has to work harder. Same rights. Same opportunities"⁵³, trazendo à tona as discussões de gênero ao abordar que "as instituições e práticas de gênero terão de ser muito alteradas para que as mulheres tenham oportunidades iguais às dos homens"⁵⁴.

Anúncios como esses, que vão na contramão de discursos sexistas e visam um enfrentamento de valores hierárquicos nas relações entre homem e mulher, são um caminho para entender os estudos de gênero. Tal perspectiva evidencia que as noções multiplicadas reiteram feminilidades e masculinidades não só a partir de características inatas (biológicas), mas também via fenômenos sociais que, mediados, por exemplo, por concepções de uma campanha de publicidade podem criar e/ou estimular modos de ser e viver⁵⁵.

Discutir gênero, assim, é um processo complexo e interdisciplinar que perpassa campos como a cultura, a economia, a educação, a política e, inclusive, a linguagem. Pela linguagem, se fazem notar discursos ideológicos que retomam outros discursos, conferindo um caráter social a estes, porque há neles muitas vozes de textos que se entrecruzam no espaço e no tempo, recuperando significações, que podem ser utilizadas, inclusive, para encontrar pistas das intenções do enunciador⁵⁶.

Exemplo prático disso são os marcadores sociais de diferença que dão uma "falsa neutralidade de gênero" em documentos oficiais e discussões teóricas, como uso de termos masculinos de referência, como "ele" e "homem", enraizados em nossa cultura ocidental. Historicamente, esses usos deixavam claro que a mensagem se direcionava a chefes de família masculinos, mas estas práticas, nos últimos anos, despontam para interpretações feministas que têm revelado a necessidade de uma reestruturação para evitar que, na linguagem, sejam reforçados padrões sexistas⁵⁷.

Esse tipo de questionamento é pertinente justamente porque "vivemos uma longa tradição machista. E, de modo curioso, somos nós que a alimentamos"⁵⁸. Dentro destas problematizações, questionar os "naturalizados" papéis de gênero que claramente desvalorizam uns em função de outros faz parte da busca pela igualdade que envolve a mudança de noções engendradas num imaginário social e cultural sexista que foi se consolidando historicamente.

As questões diárias de gênero, neste sentido, precisam ser discutidas, principalmente porque é possível encontrar resistência quando se lida com uma desconstrução do que já está posto como "adequado" e "correto". Este

⁵³ Em tradução livre: "Alguém tem que trabalhar mais. Mesmos direitos. Mesmas oportunidades".

⁵⁴ OKIN, op. cit., 2008, p. 327.

⁵⁵ BELELI, Iara Aparecida. Corpo e identidade na propaganda. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 193-215, 2007.

⁵⁶ BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*: em torno de Bakhtin. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

⁵⁷ Em 2014, inclusive, foi disponibilizado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul o "Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende", disponível para consulta em: <<http://goo.gl/NSjPXm>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

⁵⁸ DEL PRIORE, op. cit., 2014, p. 6-7.

entendimento está, também em sintonia com as proposições do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015)⁵⁹, que tem como princípios orientadores a busca pela igualdade entre mulheres e homens em todos os espaços e o respeito à diversidade e combate a qualquer forma de discriminação.

Essas indicações, do mesmo modo, inclusive, alinham-se com os desafios do milênio promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU)⁶⁰, quando, em seu terceiro objetivo, trata da importância de promover a igualdade de gênero e valorização da mulher. Dentre as sugestões de ações presentes no plano estratégico da ONU, destacam-se a divulgação dos locais dos centros de atendimento para mulheres; a realização de denúncias de casos de agressão e violência contra mulheres; o incentivo à população feminina para a busca de alternativas de geração de renda; a promoção de uma educação na qual filhos e filhas realizem, com igualdade, o trabalho cotidiano do lar; a não reprodução de expressões sexistas que atentem contra a dignidade da mulher ou a coloquem em situação de inferioridade; e o boicote à produtos que explorem o corpo feminino em sua comercialização, de modo que se exija o cumprimento da regulamentação publicitária e se fortaleça o senso crítico dos consumidores e sociedade, entre outras propostas.

Considerações finais

Vivemos em uma sociedade organizada por relações em que o modo como somos e vivemos depende de identificações de gênero. Compreender as representações, práticas e discursos que se pautam na divisão do trabalho e nas relações de poder, estereotipando a imagem feminina e fortalecendo desigualdades, permite desmistificar a associação da mulher com a esfera doméstica, com a incansável responsabilidade de cuidar de si e dos outros segundo padrões externos que vão sendo internalizados historicamente.

Neste movimento, desconstruir a consolidada estrutura social sexista gira em torno da noção de gênero como uma identidade mutável, inserida em um tempo e espaço, de origem e força cultural.

As representações femininas aqui elencadas, presentes nas imagens publicitárias da mídia impressa dos anos 1960, por exemplo, podem ter reverberado em conceitos presentes nos anúncios de hoje, conforme mostrado nas campanhas publicitárias que circularam em plataformas digitais. Questionar essas noções e perceber que modelos e padrões de gênero são historicamente reiterados, pode auxiliar na criação de políticas públicas e mudança de concepções que se minimizam as chances de que estereótipos femininos homogeneizantes ecoem *ad eternum*. Nesse sentido, é possível visualizar no

⁵⁹ BRASIL. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015)*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

⁶⁰ O projeto intitulado "8 jeitos de mudar o mundo" e suas sugestões de ações está disponível em: <<http://www.objetivosdomilenio.org.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

bojo de alguns movimentos e ações feministas a apropriação de instrumentos de comunicação, como a propaganda, desconstruindo representações sexistas e ressignificando as relações de gênero por um viés social e político, ao mesmo tempo em que se contrapõe às visões tradicionalmente presentes nestes meios.

As mulheres, ainda que diferentes entre si, têm sido comumente englobadas por um mesmo estereótipo que tem servido de modelo e parâmetro para dissolver diferenças. Revelando as marcações de relações entre mulheres e homens e apontando para discussões em torno deste tema, percebe-se como as estruturas sociais e as representações midiáticas ainda haverão de se modificar para promover relações de igualdade.

Sobre os autores

Frank Antonio Mezzomo é Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Unespar e Coordenador do Programa de Mestrado Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Câmpus de Campo Mourão. Líder do grupo de pesquisa Cultura e Relações de Poder e Editor da Revista NUPEM. É bolsista Produtividade da Fundação Araucária. Graduado em Filosofia e especializado em História Social na Historiografia Contemporânea pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Mestrado e doutorado em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Experiência docente na área de História, Antropologia Cultural e Filosofia. Ênfase nas pesquisas: Religião, política e cultura. E-mail: frankmezzomo@gmail.com.

Ivania Skura é mestranda e bolsista CAPES do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campo Mourão - PR. Bacharela em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pelo Centro Universitário Cesumar (UNICESUMAR), Maringá (PR). E-mail: ivaniaskura@hotmail.com.

Cristina Satiê de Oliveira Pátaro é docente da Universidade Estadual do Paraná, campus de Campo Mourão (Unespar) e bolsista Produtividade pela Fundação Araucária. Diretora de Pesquisa da Universidade Estadual do Paraná. Professora e vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (Unespar, campus de Campo Mourão). Possui Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2011), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2006) e graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Campinas (2001). Foi Diretora de Pesquisa e Pós-Graduação do campus de Campo Mourão (2010-2013). E-mail: crispataro@gmail.com.

Artigo recebido em 28 de fevereiro de 2015.

Aprovado em 10 de junho de 2015.

UM LITERATO FEMINISTA: JÔNATAS BATISTA E AS AMPLIAÇÕES DAS RESPONSABILIDADES FEMININAS EM TERESINA (1906-1927)

RONYERE FERREIRA

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

TERESINHA QUEIROZ

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

RESUMO

Este artigo busca analisar a participação dos literatos no processo de ampliação das responsabilidades sociais das mulheres, durante as primeiras décadas do século XX, em Teresina (PI), privilegiando a trajetória social de Jônatas Batista e seus posicionamentos perante o processo histórico que se desenrolava. Os escritos deste literato permitem identificar os debates sobre o feminismo e as novas demandas que surgiam na cidade. Como fontes, utiliza poemas, crônicas e a peça *Astúcia de Mulher*, escrita por Jônatas Batista em 1925. Argumenta-se que por meio das funções de cronista, dramaturgo, conferencista e poeta, Jônatas Batista buscou interferir em seu cotidiano e legitimar atitudes consideradas feministas, dentre elas a atuação na política, imprensa e esportes modernos.

PALAVRAS-CHAVE: Jônatas Batista; Feminismo; Teresina.

ABSTRACT

This article seeks to analyze the participation of writers in the process of enlarging social responsibilities of women during the first decades of the twentieth century in Teresina (PI), focusing on the social trajectory of Jônatas Batista and their positions before the historical process unfolding. The writings of this literary allow us to identify the debates about feminism and the new demands that emerged in the city. As sources, we use poetry, chronicles and the piece woman Cuning, written by Jônatas Batista in 1925. It is argued that through chronicler functions, playwright, lecturer and poet, Jônatas Batista sought to interfere with their daily lives and legitimate feminist attitudes considered, among them the role in political, media and modern sports.

KEYWORDS: Jônatas Batista; Feminism; Teresina.

Durante as primeiras décadas do século XX em Teresina (Piauí) nota-se o aumento das preocupações dos literatos com o avanço do feminismo, movimento que já se encontrava instalado em alguns países europeus e em um ou outro estado brasileiro, defendendo maior equivalência entre os sexos e a ampliação das responsabilidades sociais das mulheres. Essas novas demandas eram observadas com preocupação por intelectuais e integrantes da sociedade em geral, pois muitos enxergavam nessas atitudes uma subversão dos lugares ocupados pelos gêneros, desagregação familiar e social. Essas inquietações adentraram à imprensa periódica, transformando-a em arena propícia para exposições de argumentos e projetos para os lugares sociais que deveriam ser ocupados por homens e mulheres. Tendo isso em vista, o presente artigo busca analisar o processo histórico das ampliações das atuações sociais femininas em Teresina durante as primeiras décadas do século XX, privilegiando a trajetória de Jônatas Batista, literato que por meio de seus escritos evidenciou seus anseios diante a trama histórica que se desenrolava.

Nesse estudo analisamos escritos publicados em periódicos que contaram com a colaboração ou redação de Jônatas Batista, entre eles: *Alvorada*, *Revista da Academia Piauiense de Letras*, *O Arrebol*, *O Piauí* e *O Artista*. No contato com as fontes, amparamo-nos em estudos que compreendem esses escritos como projetos sociais coletivos, alertando-nos ainda para sua diagramação e hierarquia interna, pois esses elementos informam sobre a importância dada aos conteúdos dos textos e a seus autores¹. Especificamente, analisamos crônicas publicadas no período e uma comédia de costumes escrita por Jônatas Batista, *Astúcia de Mulher*, partindo do pressuposto de que esses textos literários integram o que Nicolau Sevcenko chamou de literatura moderna, carregando em seu bojo tensões, mágoas e desejos de mudança². Essas publicações são entendidas como integrantes do movimento social, possuindo íntima ligação com seu tempo e espaço de produção e contendo forte desejo de intervenção no social³.

Esses escritos foram publicados de forma crescente no decorrer das primeiras décadas do século XX, relacionados principalmente à educação, profissionalização e luta por inserção feminina na política. Textos de homens e mulheres, que muitas vezes recorriam ao uso de pseudônimos, manifestavam-se a favor ou contra ao feminismo, motivados especialmente pelas novas ações de seus adeptos em outros países. Sobre este aspecto, Elizangela Cardoso destaca:

¹ Conferir: BOTELHO, Denílson. Por uma história social da imprensa. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; SANTOS, Maria L.; MONTE, Regianny L. (Org.). *Diluir fronteiras: interfaces entre História e Imprensa*. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 13-33; LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 111-153.

² SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 29-30.

³ CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Apresentação. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de História Social da crônica no Brasil*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2005, p. 11-22.

Homens e mulheres – que principiavam a escrever na imprensa, – passaram a expressar seus pontos de vista acerca destas questões, tornando visíveis formas de significação que se embatiam no contexto, no âmbito das disputas pela hierarquização do social. Isto porque, embora o feminismo não tenha se tornado um movimento organizado em Teresina, as suas demandas impulsionavam a reflexão e a redefinição das relações de gênero⁴.

Essas novas demandas buscavam ampliar a atuação das mulheres na sociedade, visando à igualdade de acesso à educação formal, ao mercado de trabalho e sua participação na política, o que até então lhes era negado.⁵ Em contrapartida, buscando combater o processo que principiava, proliferaram-se nos periódicos artigos acusando-as de tentarem concorrer no espaço público aos homens. Sobre essa questão, Olívia Rocha destaca:

Nesse contexto, o avanço das mulheres no espaço público e nas atividades que antes eram monopólio masculino e as reivindicações sufragistas instalavam um clima de inquietações que ameaçavam um modelo de ordenamento social e familiar, constituindo um perigo iminente de perdas de espaços e poder pelos homens. Dessa forma, era preciso delimitar espaços de atuação para homens e mulheres na sociedade⁶.

Influenciado por essa inquietação e intentando interferir na sociedade, Clodoaldo Freitas, por meio de crônica intitulada “O feminismo”, informa-nos o que considerava como práticas feministas, seu pensamento sobre as obrigações das mulheres e sua instrução adequada. Para ele, uma jovem deveria ser educada para ser mãe de família, “pintora, costureira, cozinheira, gomadeira, modista, uma perfeita dona de casa, entendendo um pouco de tudo, principalmente das línguas, da música e das matemáticas elementares”, assim, as mulheres estariam restritas ao ambiente doméstico, ao passo que não deveria se envolver em atividades que compunham os deveres do sexo masculino⁷.

Para Clodoaldo Freitas, quando as feministas aderiam às práticas que estavam na moda, baseadas no exibicionismo público e em uma falsidade total – pó de arroz, dentaduras e cabeleiras postiças –, as mulheres estariam sacrificando “a ventura doméstica para gozar do direito de disputar ao homem

⁴ CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina: (1920-1960)*. 2010. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p. 15.

⁵ CARDOSO, 2010, p. 15.

⁶ ROCHA, Olívia Candeia Lima. *Mulheres, escrita e feminismo no Piauí (1875-1950)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2011, p. 58.

⁷ FREITAS, Clodoaldo. O Feminismo. In: FREITAS, Clodoaldo. *Em roda dos fatos*. 2. ed., Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996, p. 71.

as prerrogativas inerentes a seu sexo”⁸. Dentre as obrigações pertinentes aos homens e que estariam sendo pretendidas pelas feministas encontram-se o direito de votarem e serem votadas, a escrita jornalística, as atividades comerciais, dentre outros campos. Em seus termos:

Estamos em um tempo em que a mulher entra conosco, resolutamente, na grande peleja pela vida e conosco se enxovalha na poeira das estradas, no foro, nas artes, nos hospitais, no comércio e até na política, já não falando nas igrejas, que são seu elemento preferido⁹.

A escrita de Clodoaldo Freitas nesse artigo é revestida de um conservadorismo que nos serve como exemplo de um pensamento amplamente difundido entre os homens na sociedade teresinense de início do século XX, que associava as mulheres ao ambiente doméstico, desempenhando o papel de mãe protetora, esposa cuidadosa e dona de casa profissional.

Doze anos após Clodoaldo Freitas, em crônica publicada no jornal *O Arrebol*, o colunista Dr. Y. Y criticava os rumos nas relações de gênero e o movimento feminista que supostamente se encontrava espalhado pelo mundo. O cronista acusava serem as feministas continuadoras de uma subversão da ordem natural e iniciada por Eva ao cometer o pecado inicial, destacando ainda que “Na velha Europa, a conservadora, elas alcançaram vitórias consideráveis e na América elas estão também na vanguarda”¹⁰.

Para Dr. Y. Y, com o avanço do feminismo a sociedade encontrava-se marcada por instabilidade nas relações sociais e familiares, e que tudo tenderia a mais modificações. Durante o período que escrevia, idos de 1923, o movimento emancipacionista das mulheres tornava-se ainda mais frequente no cotidiano teresinense, ocasionando o surgimento de inúmeras crônicas em jornais e debates acalorados nas mais diversas ocasiões, como podemos notar no texto do cronista de *O Arrebol*, quando relata um suposto diálogo durante um baile:

No outro canto do vasto salão o Dr. Morgado Filho, cercado de belas senhoritas de vestidos bem decotados atacava furiosamente o feminismo.

- A mulher não deve ter a liberdade que deseja, ela só serve para o jugo.
 - Não apoiado. Por que não merecemos a liberdade? Ruidosamente as vozes femininas responderam.
 - Por todas as razões.
 - Algumas delas Dr.!...
 - Y. Y. Faz favor.
- Matando a minha recordação aproximei [...]

⁸ FREITAS, 1996, p. 73.

⁹ Ibid., p. 71.

¹⁰ DR Y. Y. Feminismo. *O Arrebol*, Teresina, ano 9, n. 39, 10 jun. 1923, p. 3.

- Sim. O feminismo. Agora dize a estas senhoritas a razão da mulher não merecer a liberdade de pensar.
- Alto lá. Todos merecem a liberdade de pensar...
- muito bem Dr. Y. Y.
- Mas eu tenho a opinião de Beaufreton... [...]
- ... em toda mujer palpita la madre y este carácter materno, es quizàsel que presta al amor feminino tanto encanto y tanta dulzura¹¹.

Por meio deste diálogo o cronista expressa opinião semelhante à de Clodoaldo Freitas, reforçando o caráter natural da maternidade e associação das mulheres ao ambiente privado. Contudo, é pertinente destacarmos que tal pensamento nas primeiras décadas do século XX não é generalizado entre os literatos, mas representativo de parcela da sociedade, principalmente aquela pertencente a grupos sociais de hierarquia tradicional. A atuação doméstica às mulheres de grupos sociais mais desprovidos é ilusória, sendo que com frequência metiam-se no espaço público para auxiliar ou proverem o lar¹².

Durante as primeiras décadas do século XX é possível notarmos diversas manifestações de apoio à ampliação das responsabilidades sociais das mulheres. Tal adesão, não contava unicamente com a presença feminina, angariando homens de letras reconhecidos que contribuíram para as conquistas do movimento ao passo que incentivavam a inserção feminina na educação, na política e nos espaços públicos de sociabilidades. A propaganda feminista poderia ser encontrada em diversos artigos de jornais, alguns de autoria feminina declarada, outras que assinavam com pseudônimos, assim como textos rubricados por homens de letras respeitáveis. Dentre eles encontrava-se Jônatas Batista, que durante diversos momentos de sua atuação na cidade manifestou-se sobre o feminismo.

Nascido em 1885 no povoado Natal, atual cidade de Monsenhor Gil (PI), Jônatas Batista mudou-se ainda criança para Teresina, capital do Piauí, onde estudou em escolas particulares e posteriormente no Liceu Piauiense, este último foi fundamental para sua inserção no mundo das letras, pois entrou em contato com docentes renomados na literatura piauiense e construiu amizades que perduraram toda vida, fundamentais para seu livre acesso nas redações de jornais e no meio cultural teresinense.

Durante o período que residiu em Teresina, foi funcionário público, poeta, cronista, contista, ator e dramaturgo, nesta última, escreveu várias peças que lhe possibilitaram o acesso à Sociedade Brasileira de Autores Teatrais. Higino Cunha, intelectual de prestígio no norte brasileiro durante o período, em esboço histórico sobre o teatro em Teresina destacou a obra de Jônatas Batista como a única significativa:

¹¹ DR Y. Y, 1923, p. 3.

¹² As mulheres pobres em Teresina desenvolveram diversas atividades com o intuito de auxiliarem no sustento da casa, encontrando-se operárias, nas poucas fábricas existentes, empregadas domésticas, vendedoras e muitas recorrendo à prostituição. Conferir: CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2013, p. 126-135.

Além de algumas tentativas malogradas de Licurgo de Paiva e de um drama religioso sobre *O Natal* do Dr. Luiz Correia, somente as obras de Jônatas Batista merecem figurar nesta resenha histórica. O seu drama *Jovita, ou a heroína de 1865*, as suas revistas de costumes, principalmente *O Bicho*, os seus monólogos e canções, tão aplaudidos pelo nosso público, já tiveram repercussão lá fora, onde não contamos nenhum teatrólogo, e lhe facilitaram ingresso na Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, da qual é sócio, o único piauiense que mereceu tamanha honra, até hoje¹³.

Na imprensa, o literato redigiu pelo menos cinco jornais e colaborou em dezenas de outros no Piauí, Pará e Acre durante o período de 1906 a 1927, quando se mudou para o Pará, onde assumiu cargo disputado em concurso público realizado ainda no ano de 1906. No meio deste intervalo, casou-se, teve nove filhos e transformou-se em escritor assíduo e reconhecido, proferindo palestras e buscando interferir em seu cotidiano, característica esta marcante da literatura piauiense do período¹⁴.

No início do século XX, quando ainda estava iniciando sua carreira literária, manifestou amplo apoio às mulheres que se aventuravam no fazer jornalismo em Teresina, como podemos observar em sua colaboração ao jornal *Borboleta*, criado em 1904 e redigido por três jovens moças: Helena e Alayde M. Burlamaqui, e Maria Amélia Rubim. Nesse periódico a maioria do conteúdo publicado era assinada por mulheres.

No *Borboleta*, Jônatas Batista colaborou especialmente com poesias, que possuíam como temática recorrente a mulher. Em homenagem ao primeiro aniversário do jornal o literato enviou para publicação o poema "Musa"¹⁵. Essa data marcou ainda a mudança de formato impresso da publicação, substituindo a versão manuscrita e de publicidade reduzida. A iniciativa contava ainda com o apoio de alguns escritores, dentre eles Abdias Neves¹⁶, Esmaragdo de Freitas¹⁷ e Nei da Silva¹⁸. O apoio destes literatos ganha relevo se considerarmos o período temporal e ambiente social no qual o periódico circulava em Teresina, momento histórico em que leitura e escrita feminina passavam por rigorosa crítica e tentativa de controle e, quando existentes produções literárias, cabia ainda sua privacidade ou publicidade em meio aos amigos e familiares, o que justifica em parte o jornal *Borboleta* ter perdurado treze números em formato manuscrito.

No primeiro número impresso do *Borboleta*, as jovens manifestaram através do editorial que a pretensão seria trabalhar em defesa do progresso e

¹³ CUNHA, Higino. *O teatro em Teresina*. Teresina: Tipografia do Correio do Piauí, 1922, p. 4.

¹⁴ QUEIROZ, Teresinha. Literatura e história social. In: QUEIROZ, Teresinha. *História, literatura, sociabilidades*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998, p. 104-5.

¹⁵ BATISTA, Jônatas. Musa. *Borboleta*, Teresina, ano 1, n. 14, 29 out. 1905, p. 3-4.

¹⁶ NEVES, Abdias. Flores Murchas. *Borboleta*, Teresina, ano 1, n. 17, 29 jan. 1906, p. 2.

¹⁷ FREITAS, Esmaragdo de. Orgulhosa. *Borboleta*, Teresina, ano 1, n. 17, 29 jan. 1906, p. 3.

¹⁸ SILVA, Nei da. Prometeu. *Borboleta*, Teresina, ano 1, n. 18, 01 mar., 1906, p. 2.

dos bons costumes da cidade, contudo, demonstraram o receio perante o momento de publicidade de seus textos em meio a um círculo dominado por homens:

E sempre lutando contra os obstáculos que costumam se apresentar nas lides jornalísticas, conseguimos hoje vencer um ano de ingentes esforços e realizar o nosso mais ardente desejo, que era apresentar impresso o nosso pequeno jornal [...] Há muito que desejávamos atirá-lo assim aos ventos da publicidade, porém, tínhamos que não fosse bem acolhida essa nossa ideia¹⁹.

O temor manifestado no artigo nos informa sobre o fazer jornalístico por mulheres, que era antecipado por obstáculos à sua publicidade intelectual e posterior a ela, isso devido os supostos “perigos que atravessam a vida jornalística”²⁰, podendo resultar inclusive em hostilidades em forma de críticas públicas por meio da imprensa.

Os quatro primeiros números impressos do periódico foram marcados por um tom levemente ácido por parte das redatoras, inicialmente mencionando a possibilidade de encontrarem barreiras no meio jornalístico e, posteriormente, tornando-se mais enfáticas em seus questionamentos sobre o lugar social ocupado pelas mulheres. Por meio de outro editorial as moças tornam pública a opinião de que a instrução secular, por ser um tesouro, deveria ser procurada inclusive por mulheres. Para elas, a educação não deveria ser somente de cunho doméstico e não teria somente o papel de um adereço, mas a função de habilitá-las para todos os momentos da vida. Lê-se:

Muitos pensam que a mulher deve esmerar-se mais na educação doméstica, eu porém não penso assim, acho que ela não deve conquistar títulos que não estejam ao seu alcance, mas deve estudar e trabalhar muito com o fim de certos conhecimentos seguindo assim o exemplo de Maria Amália Vaz de Carvalho, Júlia Lopes de Almeida, Ignez Sabino e tantas outras que têm sabido se impor pela sua vasta ilustração²¹.

Argumentando em defesa de seus pensamentos, declara que a educação secular seria útil para exercerem a maternidade com maior eficiência, tornando seu filho “dócil e obediente”, para no futuro exercerem papel de destaque e orgulharem a sociedade²². Nesta alegação em favor de novos rumos para a educação feminina, as jovens faziam uso de estratégia comum às

¹⁹ BORBOLETA. Primeiro Ano. *Borboleta*, Teresina, ano 1, n. 14, 29 out. 1905, p. 1.

²⁰ R, M. A. [Maria Amélia Rubim]. A nossa atitude. *Borboleta*, Teresina, ano 1, n. 15, 29 nov. 1905, p.1.

²¹ B, A. [Alayde Burlamaqui]. Adorno da mulher. *Borboleta*, Teresina, ano 1, n. 16, 29 dez. 1905, p.1.

²² M. [Maria Amélia Rubim]. Em prol da educação. *Borboleta*, Teresina, ano 1, n. 16, 29 dez. 1905, p. 1-2.

feministas de outros países, técnica refinada que consistia na valorização da maternidade enquanto uma função social, buscando assim ampliar seus direitos²³. Igualmente, ao priorizarem essa reivindicação atuavam em uma área fundamental, pois se atendida “possibilitava a abertura de outras portas e outros caminhos no espaço público”²⁴. Portanto, a educação secular seria basilar para uma ampliação do campo feminino de atuação, já que os ensinamentos recebidos até aquele momento eram basicamente domésticos. Sobre a instrução neste período, Castelo Branco destaca:

Passando a analisar a educação feminina especificamente em Teresina, no final do século XIX e início do XX, podemos observar que ela continuava a ser marcadamente voltada ao aprendizado de atividades domésticas. A casa continuava a ser o espaço reservado à mulher, por isso sua educação voltava-se preferencialmente para o aprendizado de atividades como cozinhar, cuidar da casa, dos filhos, costurar, bordar e outros serviços domésticos quase sempre ensinados pela própria mãe. A vida feminina direcionava-se para o casamento, que era uma das únicas formas de realização pessoal para as mulheres, e as atividades domésticas eram essenciais para que executassem bem as funções de esposa, mãe e dona de casa²⁵.

A inserção das mulheres na educação, proposta no *Borboleta*, desejava capacitá-la para ocupar outros lugares na sociedade, inclusive intelectualmente por meio da escrita e leitura. Até então, a prática de escrever, quando aceita, deveria voltar-se para temáticas leves, enquanto as leituras eram frequentemente controladas, principalmente com o intuito de reprimir gêneros literários considerados inadequados, como romances naturalistas ou excessivamente românticos²⁶.

Esse controle provocava desconfianças sobre as revistas voltadas ao público feminino, pois em seu programa estariam crônicas, contos, poesias, “matérias sobre vestuário, cuidados do lar e dos filhos, o sexo oposto e o feminismo”²⁷. Desta forma, o próprio ato de redigir revistas voltadas para esse público poderia configurar-se como adesivo a uma ampliação das responsabilidades femininas na sociedade.

Em ambos os casos Jônatas Batista era singular, o literato não só defendia a escrita feminina como sua liberdade temática. Em relação à leitura, incentivou sua prática em algumas de suas iniciativas culturais, já que redigiu pelo menos duas revistas voltadas para mulheres, onde veiculava crônicas sociais e sobre a moda, artigos literários, poesias e feminismos.

A defesa do literato pela ampliação da atuação social e intelectual das mulheres pode ser percebida por meio de uma crítica literária veiculada na

²³ CARDOSO, 2010, p. 15.

²⁴ ROCHA, 2011, p. 69.

²⁵ CASTELO BRANCO, 2013, p. 77.

²⁶ ROCHA, 2011, p. 71.

²⁷ Ibid., p. 38.

Revista da Academia Piauiense de Letras, na qual argumentou longamente a favor da obra de Gilka Machado, poetisa muito criticada no início do século XX devido o erotismo presente em seus escritos. Por meio de seu texto, Jônatas Batista recriminou as censuras feitas aos escritos de Gilka Machado, para ele, os censores não passavam de moralistas, que através de indelicadezas e grosserias insultavam-na por meio da imprensa do Rio de Janeiro²⁸.

Para o literato piauiense, as análises negativas da produção de Gilka Machado seriam mais “o extravasamento de um despeito incontido do que um estudo calmo, sincero e criterioso de um trabalho artístico”²⁹. Jônatas destacou que os críticos, longe de apagarem a importância literária da carioca, por meio de sua desqualificação, iriam torná-la mais conhecida e apreciada. Em seus termos:

[...] os rotineiros da arte, os conservadores, os caturras impenitentes não perdem vasa atirando-lhe todas as farpas envenenadas da maldade e da ironia... [...] Tudo isso, porém, longe de lhe empanar o brilho, longe de lhe diminuir o valor próprio, ao contrário, mais a elevará, tornando-a, se possível for, mais conhecida, mais admirada. Admirada, sim, moralistas e exagerados, críticos espetaculosos, por que os lindos versos de Gilka Machado são daqueles cuja leitura a gente se não cansa de repetir, de repetir sempre³⁰.

107

Ao findar sua análise, classificou Gilka Machado como a melhor poetisa brasileira em atividade, à altura de poetisas renomadas. Esse parecer é uma fonte privilegiada sobre seu posicionamento em relação às funções das mulheres no período, configurando-se como subversivo, pois defendeu a manifestação artística feminina, mesmo que praticado por meio de poemas eróticos, em meio a uma sociedade que, em grande parte, relutava contra o avanço do feminismo. Essa defesa de Jônatas Batista à ampliação das responsabilidades das mulheres nos meios literários e sociais igualmente se fazia por meio dos periódicos que redigia.

Em 1910, por meio da revista literária *Alvorada*, a qual era um dos redatores, publicou uma pequena crônica, extraída de um periódico de outro estado, no qual o autor faz uma comparação entre as mulheres piauienses e as mineiras, estas que reivindicavam o direito ao voto. Lê-se:

Segundo notícias telegráficas, as senhoras do Caeté, em Minas, pediram à câmara municipal o direito de votar nas eleições respectivas; as senhoras do Piauí ofereceram ao navio de guerra, que tem o nome desse estado, uma bandeira de seda bordada à ouro. [...] E eis como debaixo do mesmo céu

²⁸ BATISTA, Jônatas. Gilka Machado. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, ano 1, n.1, jun. 1918a, p. 169.

²⁹ BATISTA, 1918a, p. 169.

³⁰ *Ibid.*, p. 169-170.

estrelado [...] as mulheres se dividem em preocupações diferentes: umas fazem política, outras fazem bordado³¹.

O cronista destaca ainda que as duas ocasiões poderiam ser compreendidas como duas bandeiras distintas, dois projetos de atuação social para as mulheres, eximindo-se de opinar sobre a melhor escolha. Apesar de não apontar sua preferência, permite-nos identificar uma espécie de desqualificação da atitude das mulheres piauienses. Possivelmente, os redatores da *Alvorada* reproduziram a crônica com o intuito de informar às leitoras as atitudes feministas que ocorriam em outras regiões, fazendo com que visualisassem “perspectivas de realização que ultrapassassem as fronteiras do espaço doméstico”³².

Dessa forma, percebe-se um literato que em diversos momentos se manifestou com o intuito de legitimar uma expansão no movimento cotidiano das mulheres na sociedade. Com o passar dos anos, nota-se o escritor ainda mais íntimo das demandas femininas, defendendo até mesmo a inclusão das mulheres em esportes considerados modernos e praticados predominantemente por homens.

Em discurso proferido em setembro de 1918, na ocasião de inauguração do campo de futebol da Praça Benjamin Constant, pertencente ao Artístico Futebol Clube, diante do então governador do estado e de senhoras e senhores da sociedade teresinense, o literato defendeu a inserção das mulheres nos esportes considerados modernos no início do século XX, entre eles, o futebol. Em sua fala, Jônatas lamentou a insensibilidade feminina em relação a novas demandas que exigiam cuidado com o corpo:

Pena é que a mulher piauiense, eu o digo com tristeza, ainda não tenha, por sua vez, despertado da quase indiferença em que vive pelos modernos *sports*, conservando-se constringida entre as talas dos espartilhos que deformam o corpo, pouco afirmada nos altos sapatos Luiz XV, cujos taçães, exageradamente elevados, têm sido a causa de tantos desvios incuráveis, de tantas infelicidades na vida doméstica³³.

Além das queixas, o literato criticou a forma com o qual as mulheres faziam uso descomedido da moda, levando, em muitos casos, a prejuízos à própria saúde. Em seguida, teceu censuras ao modelo de educação masculina e feminina, enraizados unicamente no desenvolvimento intelectual e em detrimento ao incremento corporal, sugerindo uma reforma em regra. Para a substituição desse tipo de instrução, fez uso da situação para propor uma propaganda “dirigida com inteligência e muito critério”³⁴ em defesa do esporte e aperfeiçoamento corporal. Após o aprimoramento físico, a sociedade contaria com homens fortes e mulheres perfeitas, sem a necessidade de exageros

³¹ MAIA, Gonçalves. Política e bordados. *Alvorada*, Teresina, ano 2, n. 16, p. 7-8.

³² ROCHA, 2011, p. 69.

³³ BATISTA, Jônatas. Discurso. *O Artista*, Teresina, ano 1, n. 1, 22 set, 1918b, p. 2.

³⁴ BATISTA, 1918b, p. 2.

estéticos. Assim, após o fim da inércia corporal e do modelo tradicional de educação, a raça humana estaria salva e apta ao progresso:

Apenas ousar lembrar que a educação de estufa que ainda adotamos, posto que sem os exageros de nossos avós, não pode continuar, sob pena do enfraquecimento da nossa raça que irá, fatalmente, degenerando, sucumbindo, desaparecendo. As flores de sombra, notai bem, são infinitamente mais tristes e menos formosas que as flores do sol³⁵.

A postura de Jônatas Batista diante da plateia é provocante: o que teria levado o literato a propor tal reforma da educação, especialmente feminina? Ao analisarmos o estatuto regente do Artístico Futebol Clube, poderíamos encontrar alguma indicação ao literato sobre tal temática, contudo, o documento praticamente não se refere às mulheres.

O estatuto destaca os objetivos da instituição, que seria o desenvolvimento físico de seus sócios, além de organizar jogos, concursos e possíveis premiações, delimitando as formas de angariarem recursos financeiros, as obrigações e deveres pertinentes aos sócios, as atribuições da diretoria e disposições gerais. Referente às mulheres, destaca-se que ficaria "criada uma ordem de associadas especiais, para maior destaque social do clube. As associadas não contribuirão para os cofres sociais; terão direito aos bilhetes de festas levadas a efeito pela sociedade"³⁶.

Mediante as informações anteriores, percebe-se que as mulheres não possuíam os mesmos direitos e deveres que os homens, já que sua condição de associadas estava delimitada em artigo diferente dos demais. A participação das mulheres no clube esportivo era limitada, davam destaque social às solenidades, porém, ficavam vetadas sua participação em treinamentos e jogos, bem como seu aperfeiçoamento físico. Sendo assim, a postura de Jônatas sugere objetivo além dos explícitos.

Em meados da década de 1900, começaram a surgir algumas escolas particulares voltadas para atender ao público feminino, a primeira delas, Colégio Sagrado Coração de Jesus, fundada em 1906 pelo Bispo e freiras catarinas europeias, objetivava opor-se ao ensino leigo, instruir as mulheres, moldar seus comportamentos, transformando-as em mulheres religiosas e apegadas aos ensinamentos cristãos³⁷. Em seu conteúdo programático destaca-se o ensino de pintura, música, idiomas, bordados, confecções de flores, expressão literária e exercícios físicos³⁸, o que sugere a realização de atividades por parte das estudantes. Esses exercícios certamente ocorriam em ambientes privados da escola, desse modo, assim que as moças cessassem os estudos, não teriam um local adequado ou liberdade para se intrometerem em meio aos ambientes esportivos masculinos.

³⁵ Ibid., p. 2.

³⁶ ESTATUTOS do Artístico Futebol Clube. *O Artista*, Teresina, ano 1, n. 1, 22 set. 1918, p. 3-4.

³⁷ CASTELO BRANCO, 2013, p. 80-81.

³⁸ ROCHA, 2011, p. 50.

Dessa forma, é possível que o literato tenha aproveitado a ocasião e seu lugar como homem de letras, para tecer críticas à educação doméstica das mulheres, ao passo que buscava ampliar o espaço de atuação social do público feminino, pois, para jogarem futebol, teriam de recorrer aos campos que se localizavam nos largos que a cidade possuía. O literato ainda defendia o acesso das mulheres em outros âmbitos da sociedade, inclusive na política, como pontuamos anteriormente.

Em relação à participação política das mulheres no período, segundo Elizângela Cardoso, o literato era simpático, defendendo por meio de seu jornal *O Nordeste* a candidatura da professora Josefa Ferraz ao cargo de Conselheiro Municipal, nas eleições de 1920, quando angariou sete votos. Os votos que a professora recebeu significaram para o literato uma maior adesão ao movimento feminista:

Quer dizer, nada mais nada menos, que o povo, numa proporção animadora, reconhece o direito que a mulher, tanto quanto o homem tem de votar e ser votada, para qualquer cargo eletivo. Com franqueza que o fato nos encheu de entusiasmo, e é ainda possuídos desse entusiasmo que mandamos à professora Josefa Ferraz os nossos calorosos parabéns por ter sido, no Piauí, segundo nos consta, a primeira mulher cujo nome aparece nas urnas. É sempre assim que as ideias crescem, ganham solidariedade da opinião pública, tornando-se mais tarde a mais bela e radiante realidade³⁹.

110

O entusiasmo do literato era motivado por sinais na cidade de que as mulheres estariam buscando maior movimentação nos espaços públicos, atitudes essas pregadas por Jônatas há pelo menos uma década, que crescia e radicalizava-se com seu amadurecimento intelectual, desembocando em uma crítica sistemática em relação ao cotidiano de muitas mulheres após o matrimônio, isso por meio de sua comédia *Astúcia de Mulher*, encenada no ano de 1925.

Astúcia de Mulher, com texto de Jônatas Batista e composições musicais de sua esposa, Durcila Batista, passa-se em ambiente urbano e hábitos contemporâneos, o que sugere uma íntima ligação com seu ambiente de produção. Os personagens da trama são Laura, de dezoito anos, e Jorge, de vinte e dois, recém-casados.

A peça inicia-se com a moça lendo impaciente enquanto espera o marido, que logo ao chegar anuncia estar de passagem, pois teria de ir ao baile em comemoração ao aniversário de um amigo. Após se arrumar, Jorge despede-se de Laura sem convidá-la e promete não demorar, seria somente o tempo de duas ou três danças. Revoltada com o tratamento do marido a jovem desabafa à plateia: “É demais!... Nem, ao menos, tem a delicadeza de me consultar se também desejo ir ao baile”. Após a saída de Jorge, Laura decide se utilizar da distração e ciúmes do marido e deixa uma antiga carta sua na sala,

³⁹ BATISTA, 1920 *apud* CARDOSO, 2010, p. 45.

sem a assinatura do destinatário, contendo delicadezas e marcando um encontro, simulando assim uma traição.

Em seguida, Jorge volta repentinamente para buscar um lenço e pede para que a esposa vá buscá-lo. Ao encontrar-se sozinho na sala, observa o papel jogado e começa a ler, percebe então que se trata de uma carta de amor destinada à esposa, marcando urgentemente um encontro. Sem reconhecer sua própria letra, pede explicações:

Laura – Aqui está o lenço. Avia-te, se não queres perder a amável companhia de teu amigo...

Jorge – (que não recebe o lenço, depois de ligeira pausa) – Senhora, preciso de uma explicação sua...

Laura – (contendo o riso) – Que modos!...

Jorge – Não dissimule. Lembre-se de que um homem desonrado é capaz de todas as loucuras.

Laura – (sempre contendo o riso) – Mas, afinal? Explique-se. Teria esquecido outra qualquer coisa?

Jorge – O caso é mais grave que o supõe (pega-lhe o braço, com ímpeto, trazendo-a, ainda mais à boca de cena) – Diga-me, senhora, quem é o signatário de semelhante infâmia?

Laura – (fingindo surpresa) Ah!... O autor deste bilhete amável?

Jorge – (Cada vez mais enfurecido) – Amável, para a senhora, mas nojento, para mim. Diga-me: - tamanho arrojo?⁴⁰

Na sequência do diálogo Laura busca prolongar a revelação do destinatário da carta, enquanto Jorge mostra-se mais impaciente e ameaçando perder o cavalheirismo. Mesmo diante da irritação crescente do marido, a jovem começa a questionar seus atos, suas andanças pela rua ao passo que ela permanecia carente em casa: "Laura- (imperiosa) – Diga-me, senhor que mal haveria em procurar eu uma distração, um meio de matar o tempo, o consolo de um 'flirt', quando o meu 'rico marido' passa os dias na rua e as noites nos cafés?"⁴¹.

Findando as "afrontas" ao marido, entrega a outra metade do bilhete e, enfim, ao ler rapidamente, Jorge reconhece sua assinatura, sentando-se "cansado e abatido". Após descobrir-se envolvido na artimanha da esposa, decide não mais ir ao baile, mas acaba convencido de ir acompanhado de Laura, pois a ideia lhe teria dado uma lição, fazendo-o "um homem bem diferente do que fui; um marido inteiramente ao contrário do que era até bem poucos instantes". A peça se finda com Jorge redimido, Laura esperançosa, e ambos cantando as felicidades futuras.

O detalhamento do enredo, por mais minucioso que fosse, não exploraria as significações históricas de *Astúcia de Mulher*, menos ainda a densidade da crítica social que Jônatas Batista reveste a obra. Por meio desta

⁴⁰ BATISTA, Jônatas. *Astúcia de Mulher*. *O Piauí*, Teresina, ano 36, n. 88, 16 abr. 1925, p. 4.

⁴¹ BATISTA, 1925, p. 4.

peça, desde as primeiras falas de Laura o literato questiona as vivências que a instituição do casamento proporcionava, muitas vezes, às mulheres.

Lembremos que a década de 1920 foi marcada pela ampliação significativa da liberdade feminina, com algumas mulheres inseridas na educação formal, escrevendo na imprensa e com os adeptos do feminismo fazendo ecoar suas reivindicações por meio dos periódicos. Contudo, a equivalência entre os sexos estaria longe de ser concretizada, notando-se a permanência de formas de pensar conservadoras e que pregavam a limitação das mulheres ao meio privado.

Se considerarmos os crescentes debates sobre as obrigações dos gêneros no período, *Astúcia de Mulher* pode ser compreendida como uma sátira das artimanhas femininas na perseguição de seus objetivos, contudo, é difícil imaginar a astúcia na forma como Laura contornou sua situação de confinamento doméstico. Por mais avanços que as mulheres tenham tido na década de 1920, muitas continuavam na situação de dependência social, em que sua vontade era entendida por muitos como a extensão dos desejos dos maridos, e sua liberdade, simples concessões matrimoniais. Portanto, as atitudes de Laura configuram-se como um embate direto ao marido, não se enquadrando na política cotidiana dos dependentes.

Segundo Sidney Chalhoub, a política dos dependentes não é isenta de resistência, porém, não consiste no embate direto com o opositor, e sim em movimentos sinuosos e dissimulados, com o intuito de induzir nos demais as ações que lhe interessam.⁴² Percebe-se, assim, que Laura, mesmo encontrando-se numa sociedade marcada pela dependência das mulheres ao marido, seguiu caminho inverso, dizendo verdades e partindo para o conflito direto, como se estivesse denunciando as “agressões” sofridas ao “agressor”.

Por meio destas disposições, Laura é considerada astuciosa devido a sua tática em percorrer caminhos perigosos, levando-se em consideração sua situação social, sempre sujeita às retaliações, como ela mesma nos informa ao perguntar a Jorge se estaria irritado com a galhofa empreendida: “Laura – (abraçando-o) – E, então? Estás zangado com a tua mulherzinha, por essa brincadeira?”⁴³.

A construção desse embate direto entre Laura e Jorge não se configura como uma criação sem intenções objetivas do dramaturgo, quem sabe o contrário, mostra-se parte fundamental para desenvolver sua análise social sobre as relações matrimoniais do período. Os personagens da peça podem ser compreendidos como uma materialização literária de duas formas de pensar distintas sobre as posições das mulheres na sociedade teresinense.

Jônatas Batista mostra através de Jorge um pensamento tradicional da sociedade, no qual se atribui aos homens grandes liberdades e associa as mulheres ao ambiente privado, como podemos observar quando surpreende

⁴² CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 58-93.

⁴³ BATISTA, 1925, p. 4.

Laura ao recitar versos: "Jorge – Jesus!... Temos uma poetiza!... Olha que as mulheres que fazem versos, em regra geral, são péssimas donas de casa"⁴⁴.

Por outro lado, Laura representa o descontentamento de mulheres em relação às suas funções sociais e as desigualdades de direitos existentes dentro do casamento, assim como o exemplo a ser seguido para reais avanços em sua liberdade. Por meio dela que, em diversos momentos, as denúncias e a militância literária de Jônatas Batista pela ampliação das responsabilidades sociais das mulheres ganham envergadura. Vejamos a primeira fala da comédia:

É, realmente, para desesperar!... Casa-se a gente prelibando um paraíso de delícias, um céu constante de gozos e felicidades, para, depois, mal são passados os quinze primeiros dias, ter saudade do tempo de solteira!... [...] Por que somente ao marido é dado ampliar o mais que pode a liberdade desproporcional que lhe concede a sociedade? A eles – os homens – tudo; a nós – as mulheres – quase nada ou coisa nenhuma. Ora, isso revolta!...⁴⁵.

Pelo trecho destacado, percebe-se o descontentamento de Laura com o casamento, que não concretizou suas expectativas românticas, igualmente manifestando sua indignação com as diferenças de liberdade que dispunham homens e mulheres. Contudo, tal indignação é proclamada ainda no começo, a fala da jovem aos poucos ganha consistência, atacando sua solidão noturna, "enquanto Jorge – cruel e desumano – vive do clube para as farras, dos bailes para o jogo!"

Por meio de Laura, o literato nos informa sobre a sorte de muitas jovens do período ao se casarem, que se desiludiam e protestavam em silêncio, lembremos que as queixas de Laura até o meio da peça são proferidas unicamente à plateia. A condição única de dona de casa e a construção de uma imagem familiar ideal e alegre eram associadas a uma prisão confortável em plena idade em que as jovens deveriam se divertir: "Quanto mais preciso de viver, de gozar, de ter liberdades e alegrias, eis que me atiram em um cárcere, disfarçado em lar feliz, para uma prisão com alcova de luxo, para o isolamento constante e desesperador"⁴⁶.

Segundo o literato, esse isolamento seria responsável pela desconfiança que as mulheres casadas manifestavam em locais públicos, pois teriam se desacostumado com esses ambientes após o enlace. Mas a crítica central volta-se para a desigualdade de direitos entre homens e mulheres, que se explicitavam pelo antagonismo nos casamentos. Ao homem era permitido frequentar os ambientes elegantes, cafés, bailes, cervejarias, teatro, cinema, dentre outros, enquanto à mulher, nada de pensar livremente ou observar o passar do tempo pela janela, pois facilmente se tornariam alvo dos

⁴⁴ Ibid., p. 4.

⁴⁵ Ibid., p. 4.

⁴⁶ Ibid., p. 4.

“gracejadores de esquina”. Sobre essa frequência aos locais de lazer após o casamento, Elizangela Cardoso destaca:

Nos anos 1920, parte das mulheres dos seguimentos sociais mais abastados frequentavam os espaços de lazer e de sociabilidades. Passeios no jardim da Praça Rio Branco, bailes, cinemas, fazia parte do dia-a-dia de muitas jovens. Contudo, muitas mulheres, quando casavam, deixavam de fluir o lazer, uma vez que era comum o fato de os homens isolarem as esposas no lar e continuarem circulando, nos mesmos espaços, que frequentavam quando solteiros⁴⁷.

O objetivo de Jônatas Batista por meio de Laura possivelmente tenha sido questionar a sociedade teresinense do período, defendendo mais sociabilidades, liberdade de pensar e equivalência entre homens e mulheres, assim como indicar rumos de resistência possíveis. Por meio da comédia, o literato reconhece ainda que colocar sob suspeita a legitimidade das relações de gênero era entendido como uma prática feminista:

Entendo, porém, que deve haver mais justiça, mais equidade. Se isso é feminismo, estou com o meu sexo: - sou feminista. Pois haverá quem diga, em boa fé, que é lícito, que é humano o Jorge se divertir, a dançar, a rir, a passear, sem ver, sem compreender que também preciso viver; sem se lembrar, enfim, de que também sou gente?⁴⁸

114

As falas de Laura podem ser compreendidas como o ápice da crítica de Jônatas Batista em relação à atuação social desempenhada pelas mulheres nas primeiras décadas do século XX, repudiando o confinamento doméstico e o fosso existente entre os direitos de ambos os sexos. Porém, o findar da peça possui importância fundamental, pois não se trata de questionamentos, mas de conjecturas que o literato faz sobre o futuro do embate entre uma sociedade tradicional e as novas demandas femininas.

A modificação radical do comportamento de Jorge pode ser lida como uma constatação sobre os rumos que as relações de gênero seguiam. Para Jônatas Batista, desde a ocasião da candidatura de Josefa Ferraz, os reclames femininos ganhavam espaço e solidariedade na sociedade, portanto, quando Jorge encontra-se dominado pela astúcia de sua esposa e “senta-se cansado e abatido”, o dramaturgo está representando como um seguimento da sociedade, embasada em uma hierarquia tradicional, acabaria com o desgaste de suas estruturas nas relações de gênero: sofrendo a experiência da derrota ao feminismo.

Para Jônatas, somente após o desgaste da forma de pensar social representada por Jorge que as mulheres conseguiriam a equivalência dos sexos, e sua vitória somente seria conquistada pelas próprias mãos, pela

⁴⁷ CARDOSO, 2010, p 353-354.

⁴⁸ BATISTA, 1925, p. 4.

própria astúcia e pelo confronto direto, ao passo que negavam sua condição de dependentes. Após o conflito das mulheres com seu meio seguir-se-ia uma igualdade entre homens e mulheres, que viveriam ambos felizes após o passo do casamento. Eis o que Jorge e Laura cantam para encerrar a peça:

Não mais os negros dissabores
Nem a tristeza um átomo sequer!
Venham do beijo os tépidos ardores
Ai, quanto pode a "astúcia de mulher"⁴⁹.

A trajetória de Jônatas Batista, após rígido inquirido, nos informa sobre os mecanismos com que homens de letras buscavam analisar e interferir nas relações de gênero em Teresina. Ressalta-se que embora o feminismo não tenha se tornado um movimento organizado na cidade, contou com adesão de ambos os sexos, que proporcionaram ampla reflexão sobre as condições femininas. Jônatas Batista, aderindo ao movimento que se desenrolava, fez uso de seu lugar social enquanto homem público buscando contribuir para uma ressignificação das responsabilidades de homens e mulheres na cidade. Com sua escrita e trajetória social subversiva, buscou ampliar o campo de atuação social das mulheres, questionando-as sobre seu confinamento doméstico e convidando-as a adentrarem na arena social.

115

Sobre os autores

Ronyere Ferreira é graduando em História pela Universidade Federal do Piauí e integrante do Grupo de Pesquisa História Social da Cultura: Literatura, Imprensa e Sociedade (cadastrado no CNPq). E-mail: rony-001@hotmail.com.

Teresinha Queiroz é doutora em História pela Universidade de São Paulo; professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: teresinhaqueiroz@bol.com.br.

*Artigo recebido em 28 de fevereiro de 2015.
Aprovado em 20 de julho de 2015.*

⁴⁹ Ibid., p. 4.

A ALTERIZAÇÃO DA MULHER NO PROJETO NACIONAL IRLANDÊS

RAIMUNDO EXPEDITO DOS SANTOS SOUSA
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

ADELAINÉ LAGUARDIA
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

RESUMO

O anticolonialismo irlandês pautou-se na maximização de fronteiras de gênero com vistas a acentuar a hombridade dos homens gaélicos em face de sua feminização pelo colonialismo inglês, que se legitimava pela atribuição de gênero ao vínculo entre Inglaterra e Irlanda ao inscrever o império no registro masculino e a colônia no feminino. Mediante pesquisa em fontes primárias, investigamos as implicações dessa contra-estratégia na representação de mulheres subversivas que desafiavam uma matriz de gênero dual em que a masculinidade se definia em relação oposicional e complementar com a feminilidade. Tanto as feministas, que antepunham sua agenda ao nacionalismo, quanto as republicanas, que defendiam a nação antes com o rifle do que com o rosário, eram "alterizadas" pela intelligentsia nacionalista como aberrações de gênero por meio de descrições caricaturais que mal escamoteavam o temor de sua transgressão desestabilizar as balizas de gênero que sustentavam o projeto de remasculinização nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Irlanda; Projeto Nacional; Mulheres; Alterização.

ABSTRACT

Irish anticolonialism was based on the maximization of gender boundaries in order to accentuate the manliness of Gaelic men against their feminization by a colonialism that legitimized itself attributing gender to the link between England and Ireland, inscribing the empire in male register and the colony in the female one. Through research in primary sources, we investigate the implications of this counter-strategy in the representation of subversive women who challenged a dual gender matrix in which masculinity is defined in oppositional and complementary relation with femininity. Both feminists, who privileged their policies instead of nationalism, and Republicans, who defended the nation with the rifle rather than with the rosary, were othered by the nationalist *intelligentsia* as gender aberrations in sardonic descriptions whose scorn hardly hide the fear their transgression could destabilize gender boundaries that supported the project of national remasculinization.

KEYWORDS: Ireland; National Project; Women; Othering.

Introdução¹

Na colonização da Irlanda, o imperialismo inglês adotou uma economia geopolítica bidimensional de “racialização” do gênero e “generização”² da raça ao instaurar um regime de representação bipolar que masculinizava o império e feminizava a colônia, a fim de naturalizar o vínculo colonial e chancelar sua configuração assimétrica sob os álbis da complementaridade e hierarquia “naturais” entre os sexos, além de convencer os irlandeses de sua efeminação e, assim, mutilar seu potencial insurrecional. Como a resistência é a contraface do poder, os colonizados reagiram ao travar, de um lado, batalhas literais pela autonomia política e, de outro, batalhas simbólicas pela sua auto-representação. Todavia, já que não ocupavam na dialética colonial as mesmas posições estatutárias que os colonizadores, precisaram fazê-lo sob limites discursivos circunscritos pelos últimos, de modo que a consolidação de uma identidade nacional irlandesa pretensamente genuína dependeria, a rigor, da ambivalente dinâmica de contra-significação na qual os estereótipos atribuídos pelo discurso colonial seriam antes contrafeitos (via resignificação) do que desfeitos (via desconstrução). Noutros termos, o anticolonialismo constituiu, no limite, um corolário ideológico do próprio colonialismo a que se contrapunha por reagir à economia maniqueísta que distinguia a virilidade imperial e a feminilidade colonial em semelhante maniqueísmo, instaurando rígidos códigos de gênero em um nacionalismo anticolonial fincado na radicalização de assimetrias entre homens e mulheres³.

Assim, o projeto nacional irlandês foi auspiciado por uma militarização da cultura na qual o rifle (dispositivo masculinizado, alusivo a valentia, sangue e protagonismo) e o rosário (dispositivo feminizado, alusivo a candura, lágrima e coadjuvação) balizaram seus respectivos paradigmas de hombridade e feminilidade. Para tal, apropriou-se de repertórios discursivos criados pelo catolicismo para a legitimação de uma economia sacrificial que consistia, para os homens, na sua entrega pela causa nacional, e para as mulheres, na entrega de maridos, filhos e irmãos, sob garantia de que estes reaveriam sua hombridade ao se sacrificarem pela nação e aquelas ratificariam sua feminilidade ao incitá-los ao autosacrifício. Nesse sentido, a Igreja contribuiu decisivamente para o projeto de nação, pois, além de conferir sacralidade à

¹ No inglês, o neologismo *to other* (construir o outro como diferente) tem sido largamente utilizado em estudos sobre processos de construção da diferença (e.g. de gênero, raça, classe). Como, em português, também utilizamos o substantivo “alteridade”, mas não dispomos de um verbo que designe o processo de construção da “alteridade”, empregamos o neologismo “alterizar” e o termo “alterização” para nos referirmos a esse processo.

² Têm-se, em inglês, as formas *genre* (gênero textual) e *gender* (categoria social pautada na dualidade masculino/feminino), ao passo que no português o termo gênero abrange ambas as conotações. Traduzimos o verbo *to gender* (atribuir valor de gênero) como “generizar” pela ausência de um equivalente adequado em português.

³ Cf. SOUSA, Raimundo Expedito dos Santos. *Da Feminização à Remasculinização: Gênero e Raça na Dialética Angloirlandesa*. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). 361ff. Programa de Mestrado em Letras, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2013.

ideologia sacrificial, também atuou como instância de criação e distribuição de códigos de gênero inspirados nas figuras de Jesus e Maria, com vistas à naturalização de uma economia de gênero pautada na concatenação entre o sacrifício másculo e o sofrimento feminino⁴. Levando em consideração esse panorama, examinamos, mediante pesquisa em fontes primárias, como as lideranças nacionalistas “alterizavam”⁵ as mulheres que cobiçavam agência no espaço público, notadamente as feministas, que antepunham sua agenda à do nacionalismo, e as republicanas, que ousavam defender a Irlanda antes com o rifle do que com o rosário.

Nacionalismo e ideologia de gênero

O argumento de que os sexos possuíam faculdades assimétricas, porém complementares, emprestava ao falocentrismo do projeto nacional irlandês um romantismo insuspeitado, como explicitava um ideólogo ao afirmar que

womanhood is [...] valuable to Ireland as an indirect rather than a direct force. It furnishes a light of idealism in which the manhood of the nation sees many incentives for the maintenance of its patriotic endeavours and the deeds it inspires by its spirit-influence are far more important than anything that results from its own direct participation in acts that are more suited for manly hands to do⁶.

119

Reduzidas à função inspiradora, as mulheres seriam valorizadas conforme mobilizassem os homens, à sombra dos quais teriam supostamente mais a contribuir para o projeto nacional do que pela atuação na cena pública. Não bastava ao êxito do código sacrificial que os homens fossem persuadidos a almejar o sacrifício como valor supremo; era preciso também convencer as mulheres de que não deveriam cobiçá-lo por ser extrínseco à sua natureza e, mais ainda, de que eram indefesas e, portanto, dependentes daqueles. Afinal, se as mulheres se defendessem sozinhas, quem precisaria se sacrificar por elas? Noutros termos, como os homens exibiriam o heroísmo necessário à ratificação de sua hombridade se não houvesse vítimas dependentes de sua defesa? Por isso, se o horizonte ideológico do nacionalismo pode ser sintetizado pela metáfora da dupla face de Jano, na qual um rosto se volta para o passado

⁴ SOUSA, op. cit..

⁵ No inglês, o neologismo *to other* (construir o outro como diferente) tem sido largamente utilizado em estudos sobre processos de construção da diferença (e.g. de gênero, raça, classe). Como, em português, também utilizamos o substantivo “alteridade”, mas não dispomos de um verbo que designe o processo de construção da “alteridade”, empregamos o neologismo “alterizar” para nos referirmos a esse processo.

⁶ CASSIDY, J. *The Women of the Gael*. Boston: Stratford Company Publishers, 1922, p. 4-5.

(tradição) e outro para o porvir (progresso)⁷, as mulheres e os homens deveriam ser, respectivamente, conservadoras enquanto guardiãs de princípios que se queriam imutáveis e inovadores enquanto agentes do progresso imprescindível ao desenvolvimento da nação.

Dada a necessidade de convencer as mulheres de sua coadjuvação no *ethos* sacrificial, novamente a inflexão católica se mostraria útil ao instituir a Virgem Maria como um paradigma de feminilidade que a religião protestante, hostil à mariolatria, deveria buscar em outras figuras. O culto à Virgem, desenvolvido tardiamente no catolicismo e tratado com reservas pelo magistério de uma Igreja falocêntrica para não eclipsar a trindade masculinizada nem reavivar o culto pagão às deusas da fertilidade, foi revigorado no século XIX com o recrudescimento do marianismo nos países católicos, haja vista que apenas em 1854 foi instituído o Dogma da Imaculada Conceição, por Pio IX, que culminaria, em 1950, no Dogma da Assunção, por Pio XII⁸. Na Irlanda, país que vivenciou uma revolução devocional particular em meados do Oitocentos sob os auspícios do catolicismo ultramontano, a Igreja, em face da miséria instalada após a Grande Fome, ergueu a Virgem como alento espiritual para os sobreviventes, que a adotaram como uma Mãe que os guardaria sob seu manto protetor, e como exemplo de castidade para viúvas e solteironas⁹.

Investida de um conjunto de atributos cristalizados no imaginário ocidental cristão, Maria fornecia um perfil identitário pronto, que bastaria ser associado às irlandesas como se lhes fosse peculiar. Assim, enquanto o discurso colonial representava as nativas como dissolutas e metaforizava a ilha como amante do império, diversos ideólogos anticolonialistas retrucavam tais insultos pela celebração da suposta posição destas como as mulheres mais castas do mundo, quer por realmente crerem nessa marca distintiva, quer pelo fito de as pressionarem, pela lisonja, a corresponder a essa atribuição. Desse modo, vangloriavam-se superlativamente da mulher irlandesa como “o tipo mais excelso do mundo em feminilidade e virgindade”¹⁰¹¹, que possivelmente ganharia “o primeiro prêmio do mundo em modéstia e purezavirginal”¹². Evidentemente, a mulher irlandesa, tal como descrita pelos nacionalistas, não passava de uma idealização a partir do modelo mental da Virgem, como se pode depreender pela forma como um padre a definia:

An Irish mother! She is foremost among the hidden saints of earth. A follower of Christ, whose cloister is within the four walls of the home, wherein she reigns as a queen! [...] A ruler for Christ, who draws her subjects to her sanctity and love. Her toil-worn hands that clasp the old brown rosary are eloquent of

⁷ NAIRN, T. *Faces of Nationalism: Janus Revisited*. London: Verso, 1997.

⁸ SANT'ANNA, A. R. *O canibalismo amoroso: o desejo e a interdição em nossa cultura através da poesia*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁹ LARKIN, E. The Devotional Revolution in Ireland, 1850-75. *American Historical Review*, v. 77, n. 3, p. 625-652, 1972; INNES, C. L. *Woman and Nation in Irish Literature and Society, 1880-1935*. Athens: University of Georgia Press, 1993.

¹⁰ SPARLING, C. *The Irish-Canuck-Yankee*. Chicago: M. A. Donohue, 1913, p. 45.

¹¹ Tradução nossa. Todas as traduções de citações em língua estrangeira são de nossa autoria.

¹² CASSIDY, op. cit., p. 206.

strength to seize and lift to God all souls they meet; her lips are molded to lines of peace by years of unending prayer and murmured benisons over sleeping babes; upon her brow eternal calm and resignation sit enthroned; her eyes are lit by the light of serene confidence, that tells of a heart secure in the friendship of God¹³.

Essa irlandesa idealizada, cujos traços físicos mantêm relação especular com sua disposição anímica, rompe com a clivagem entre alma e corpo, espiritualidade e carnalidade, que na ideologia cristã caracteriza o ser humano cindido entre as forças do Bem e do Mal. Porém, uma vez que apenas a Virgem teria sido poupada do estigma partilhado por todas as mulheres, relacioná-la à irlandesa implicava impor a esta última um padrão comportamental inexecutável, já que era impossível preencher conjuntamente dois quesitos de feminilidade inconciliáveis, a virgindade e a maternidade. Dada a sua incapacidade de cumprir à risca o padrão mariano, as mulheres poderiam, se tanto, aproximar-se de Maria, e essa incompletude facilitava um rígido controle sobre sua conduta, fazendo-as se envergonharem de cada ato que as distanciasse ainda mais da Virgem. Portanto, atribuir o conservadorismo como valor inato à mulher irlandesa implicava condenar como anti-femininas aquelas que não o expressassem, assim como conceber a mulher “normal” como sexualmente anestesiada facilitava a ingerência sobre sua sexualidade e a condenação da mulher pública, de forma que qualquer reivindicação política seria tomada como deslealdade à nação e qualquer manifestação erótica como negação da natureza. Se bem que Maria assegurasse às gaélicas um discreto empoderamento na medida em que as limitações do cosmo doméstico seriam compensadas pelo axioma de que detinham o mundo em suas mãos e podiam manipulá-lo com seu rosário, seu enaltecimento como gestoras soberanas do lar constituía uma forma não conflituosa de intimidá-las para que não cobiçassem a esfera pública. Da mesma forma, o elogio do espaço privado como moralmente superior ao público não era mais do que um engodo que tentava inverter hierarquias de poder ao tempo em que as acentuava, haja vista que, em patente contradição, a “rainha” não usufruía os mesmos direitos de cidadania que seus súditos, como se verá mais adiante.

Respalado pelo alibi de que a avidez por emancipação política era estranha à natureza das hibélicas, conservadoras por excelência, um intelectual nacionalista celebrava, menos por certeza do que por retórica, que suas patrícias não eram “politicamente inclinadas” e, ao invés de cobiçarem ocupações masculinas, desejavam “uma vida mais feminina”¹⁴. Um segundo definia a mulher irlandesa como dotada de um “conservadorismo instintivo” que a resguardava “contra todas as tentações de abandonar o lar por atividades mais ‘atualizadas’ fora dele”¹⁵. Comentários ufanistas como esses

¹³ LOCKINGTON, W. *The Soul of Ireland*. New York: The Macmillan Company, 1920, p. 120.

¹⁴ RUSSELL, G. *Co-operation and nationality*. Dublin: Maunsel and Company, 1912, p. 67.

¹⁵ CASSIDY, op. cit., p. 34.

escamoteavam, na *descrição* de comportamentos supostamente característicos das gaélicas, a *prescrição* de como estas deveriam se portar, de forma que o elogio operava como um mecanismo de controle subliminar, pois partir do pressuposto de que as irlandesas já eram virtuosas as pressionava a responder às expectativas sociais em torno de sua conduta.

Se as descrições lisonjeiras não tivessem, subliminarmente, um caráter prescritivo, não se precisaria lançar mão de estratégias materiais para enquadrar as mulheres em um padrão comportamental supostamente intrínseco a elas. Uma das implicações da Revolução Industrial, a clivagem entre a casa e o local de trabalho e, por conseguinte, a exclusão da mulher da economia formal por não produzir mais-valia, repercutiu tardiamente na Irlanda, às voltas com uma economia agropastoril até meados do século XX. Contudo, a estratificação de gênero ocorreu mesmo nesse modo de produção em um duplo movimento calcado na adoção de medidas que aspiravam à masculinização do espaço público e feminização do doméstico mediante restrição da atuação das mulheres pela compressão (e regulação) do espaço doméstico e ampliação da atuação dos homens pela extensão (e regulação) do público. Se, em parte, a retirada maciça das mulheres do campo para o trabalho doméstico ao final do Oitocentos decorreu da rarefação do labor agrícola subseqüentemente à Grande Fome, em parte se deveu ao empenho de reformistas rurais com vistas a consolidar um ideal de nação “generizada” binariamente, insuflando-as ao confinamento doméstico e à retomada e perpetuação de tradições pré-coloniais. Com vistas ao encapsulamento da mulher na célula familiar, reformistas sociais conferiam atratividade ao seio doméstico por força de iniciativas como, por exemplo, cruzadas contra casas mal-cuidadas, certames com premiação para a *cottage* mais impecável, concursos de gulodices, lições de economia doméstica e mesmo admoestações contundentes, como a do austero George Russell: “Estamos envergonhados das mulheres irlandesas porque elas não têm nenhum orgulho das artes femininas e não têm dado nenhuma contribuição à mesa de jantar do mundo senão o cozido irlandês”¹⁶.

Se a conjuntura militar de luta pela independência nacional havia trazido as mulheres à arena pública, sobretudo como mão de obra substitutiva para manutenção da engrenagem capitalista, uma vez restaurada a ordem civil eram reconduzidas aos antigos papéis, quer sob efeito de discursos laudatórios acerca da maternidade e da domesticidade, quer via medidas coercitivas como aquelas adotadas pelo governo, que oferecia nos anos 1930 subsídios às indústrias que contratassem mais homens do que mulheres. Também com vistas a restringir sua agência, foram promulgados diversos Atos que, na contramão do liberalismo, acentuavam a intervenção estatal a fim de assegurar o monopólio masculino na esfera pública e a sujeição das mulheres às funções reprodutivas, deslocando-as do trabalho fabril para o trabalho de parto. Destes, o *Civil Service Amendment Act* (1925) restringia seu acesso ao mercado de trabalho, o *Matrimonial Act* (1925) vetava o divórcio, o *Juries Act* (1927) as

¹⁶ RUSSELL, G. Home Life in Ireland – A Challenge to Irishwomen. *Irish Homestead*, 1 de junho de 1907, p. 428.

excluía do serviço jurídico e o *Censorship of Publications Act* (1929) lhes negava acesso a informações sobre controle da natalidade. Essa miríade de estratégias que visavam formar um *cordon sanitaire* entre as esferas masculina e feminina culminaria, em 1937, com a *Bunreacht na hÉireann* (Legislação Fundacional da Irlanda), cujo controverso artigo 41 dispunha sobre os planos estatais para a mulher na República:

41.2.1 In particular, the State recognises that by her life within the home, woman gives to the state a support without which the common good cannot be achieved. [...] 41.2.3. The State shall, therefore, endeavour to ensure that mothers shall not be obliged by economic necessity to engage in labour to the neglect of their duties in the home¹⁷.

Além de aproximar os substantivos “mulher” e “mãe” em relação sinonímica, o discurso constitucional se apresentava como instância defensora dos direitos femininos, propondo um pacto implícito no qual o Estado se comprometia a salvaguardar os direitos da mulher-mãe, que, por sua vez, deveria retribuir com seu zelo pelo “bem comum” de toda a nação, sob garantia de que em nenhuma hipótese seria “forçada” a deixar seu reino doméstico.

123

A feminista como alteridade

Embora o nacionalismo irlandês fosse pautado no isolamento cultural com vistas ao resgate da cultura pré-colonial, a Irlanda também sofreu impacto do sufragismo em sua cultura. Inspirado em sua congênera inglesa, o feminismo irlandês era concebido como empecilho ao projeto de remasculinização, já que, como os padrões de gênero se constituem dicotomicamente, se as mulheres deixassem de ser hiperfemininas, conseqüentemente os homens não seriam hipermasculinos. Assim, enquanto as *suffragettes* inglesas enfrentavam resistência da ordem instituída, as irlandesas encaravam obstáculos adicionais, pois, em um nacionalismo animado por teorias conspiratórias acerca de ameaças estrangeiras à moralidade gaélica, o sufragismo era tomado como um anglicismo que, se não extirpado, arruinaria a cultura nativa. Haja vista a denúncia de um ideólogo quanto ao efeito danoso do influxo do feminismo na Irlanda por distrair as mulheres de seu compromisso no projeto nacional:

With our language dying, our traditions fading, our faith paling, the landmarks of our nationality disappearing around us one by one, has the Irishwoman's money and time and energy and place in her heart for a fight for a class. The rights of a class

¹⁷ IRELAND. *Constitution of Ireland*. Dublin: Government Publications Office, 1937, p. 11.

when the issue of a nation's existence is at stake! [...] The suffrage movement is turning the thoughts of the average Irishwoman Englandwards. That is the greatest danger in the present state of this country¹⁸.

A identificação do sufrágio feminino como o maior desafio a ser enfrentado pelas lideranças nacionalistas reforça a incompatibilidade entre nacionalismo e feminismo em um horizonte ideológico no qual as sufragistas eram consideradas desleais à nação não apenas pelo suposto desdém frente à degeneração da cultura nativa como por sua filiação com os ideais das feministas metropolitanas quando deveriam se opor incondicionalmente a tudo quanto proviesse da Inglaterra.

Como os homens precisavam provar sua virilidade subestimada pelo império, o cumprimento dos quesitos para aquisição da hombridade se tornaria ainda menos exequível se a mulher se “masculinizasse”, embaralhando os papéis de gênero. Por isso o repúdio à adesão das mulheres aos inventos da modernidade, tais como o triciclo e a bicicleta, meios de locomoção considerados impróprios para as mulheres não apenas por serem incompatíveis com seu vestuário, mas, sobretudo, porque facilitavam seu trânsito pela arena pública. Por isso, a crescente voga desses veículos entre elas causava desconforto ao atenuar diferenças de gênero, como se vê na celeuma provocada pelas primeiras triciclistas na Irlanda, segundo relato de um jornal esportivo em 1889:

Through a distant town in the South-west of Ireland there passed a member of the Ladies' CC [Cycling Club], and the good people, unaccustomed to such a sight, rushed to their doors and windows, and stared with all the stare in their power. Now, it so happened, that in the same town there was a circus, and the clown was proceeding through the streets [...] when [...] the fair tricyclist got into that crowd, and quickly became the cynosure of all eyes, and it was not until she had gone some distance that she perceived that she had ousted the clown, the people evidently believing that she belonged to the circus also, and that she was much the most interesting object to follow¹⁹.

O episódio em que uma mulher é confundida como atração circense e, sobretudo, como uma atração mais curiosa do que um palhaço é sintomático de como a emancipação feminina era recebida como um contra-senso que, ao transgredir acepções de feminilidade convencionais, adquiria efeito cômico. A ultrapassagem de fronteiras espaciais pela Nova Mulher, capaz de percorrer longas distâncias, constituía uma medida de sua ruptura de fronteiras simbólicas entre os gêneros, atemorizando guardiões do patriarcado, como se percebe no discurso de um memorialista alarmado com sua “invasão” nas diferentes esferas sociais:

¹⁸ LAEGH. Matters of the Moment. *The Catholic Bulletin and Book Review*, v. II, 1912, p. 791.

¹⁹ IRISH CYCLIST AND ATHLETE. *Editorial*, 10 de julho de 1889, s.p.

The lady legion in Kildare numbers its fifties and sixties; but in what department of life does not the lovely woman take the lead and keep it? [...]. Indeed, one of the phenomena of the second half of the century is the female usurpation of the privileges and prerogatives of men, and her general ascendancy over the stronger and stupider sex, who, according to recent judicial decisions, have ceased to be "the head of the wife"²⁰.

Ao identificar a mobilização das mulheres como um "fenômeno" emergente na segunda metade do Oitocentos, desconsiderando o histórico de engajamentos feministas, o ideólogo a concebia como um modismo instalado *ex nihilo* e, desse modo, a despolitizava ao negar sua historicidade. Também o substantivo coletivo "legião" caracterizava a irmandade *suffragette* como uma corporação que avançava vertiginosamente, apoderando-se de tudo quanto pertencesse aos homens, deixando entrever o temor da perda de prerrogativas até então não ameaçadas, já que era recorrente a crença de que o sufrágio instaurava uma ordem social anômala que ascendia a mulher e, por conseguinte, destronava o homem.

Entre os literatos, o escritor William Butler Yeats simbolizava a repulsa pela Nova Mulher, pois, à maneira dos românticos, idealizava a feminilidade passiva, mas se interessava por mulheres fálicas como Maud Gonne, motivado pelo desafio de adestrá-las conforme o paradigma de feminilidade vitoriano. Dentre suas diversas tentativas de dissuadi-la do ativismo político, o escritor se valia do desgastado argumento de que a mulher dedicada ao intelecto era subtraída de sua feminilidade. Ao compará-la à irmã, obediente aos padrões de gênero vitorianos, argumentava: "Você não cuida de si como faz Kathleen, tanto que ela parece mais jovem do que você; seu rosto está cansado e magro [...]. Por que não se casa comigo e desiste dessa faina trágica para levar uma vida pacífica?"²¹. Conforme explicaria em um de seus volumes autobiográficos, feminilidade e racionalidade eram incompatíveis:

Women, because the main event of their lives has been giving themselves and giving birth, give all to an opinion [...]. Men take up an opinion lightly [...] but to women opinions become as their children or their sweethearts, and the greater their emotional capacity the more do they forget all other things [...]. At last the opinion is so much identified with their nature that it seems a part of their flesh becomes stone and passes out of life²².

²⁰ MORRIS, M. *Memini or Reminiscences of Irish Life*. London: Harrison & Sons, 1892, p. xxv.

²¹ GONNE, M. *A Servant of the Queen*. London: Victor Gollancz, 1938, p. 330.

²² YEATS, W. *Dramatis personae*. London: The Macmillan Company, 1936, p. 341.

Sob a premissa de que as mulheres, porque condicionadas à doação, dão tudo de si a uma causa, incorrendo em exagerado investimento afetivo, o poeta compreendia que o intelectualismo lhes seria então prejudicial, pois a tomada de posições políticas categóricas as tornaria fanáticas e incapazes de manter um necessário distanciamento da causa que propugnavam, já que a internalizariam como parte do seu ser.

Yeats era secundado por seu pai, o pintor John Butler Yeats, cuja oposição à Nova Mulher era manifesta no ensaio *The Modern Woman: Reflections on a New and Interesting Type*, no qual a caracterizava como uma anomalia da modernidade. Em descrição que informava menos acerca da mulher do que dos preconceitos do ideário patriarcal, o artista procurava despolitizá-la, representando-a como uma narcisista que, motivada pelo desejo de visibilidade no lugar de uma agenda consistente, não sabia ao certo o que desejava e só mantinha sua ilusão de emancipação porque ignorava sua limitação intelectual e seu sexo, que de outro modo denunciariam sua predestinação ao subjugo:

She may be in a minority, yet she is not difficult to discover, for she is most active, showing herself everywhere. Nor is it difficult to describe her, since she spends much of her time in describing herself. In the first place, like the orator, she is made rather than born; indeed, she is herself a good deal of an orator, always being ready to harangue her friends, explaining and enforcing her ideas. [...] Self-improvement is her passion; improvement in what direction? you will ask. She herself does not know. Meantime she insists on absolute personal liberty [...]. That she may be free she places a ban on the senses and upon sex; either of these would put her back under subjugation. [...] At the same time, while resolved on liberty she does not forget that she is born into a business community; therefore she has adopted the business man's creed – efficiency: "Whatsoever thou doest, do it with all thy might."²³.

126

Antipática à natureza, que em vão "grita dentro dela"²⁴, divorciada de seus atributos naturais, como a doçura e o altruísmo, e ávida por aquiescência social e êxito profissional, a mulher moderna, sob esse prisma, despojava-se de sua essência feminina, tanto que, outrora "o maior dos mistérios do mundo", tornara-se tão previsível que perdera completamente seu encanto:

Now she is as easy to read as an old almanac. Watch her as she paces Fifth Avenue, with her businesslike air. How bright her eyes, and yet hard as jewels! Her smile how thin-lipped! and her figure that of a young athlete. Her mode of dress and of personal array, how smart and efficient and almost military! She is the very embodiment of briskness, and of commanding

²³ YEATS, J. *Essays in Irish and American*. Dublin: The Talbot Press Ltd.; London: T. Fisher Unwin Ltd., 1918, p. 63-64.

²⁴ YEATS, op. cit., p. 65.

decision. But all the lines of allurements are vanished, and she no longer undulates with slow grace. She is not feline, neither is she deerlike; and she no longer caresses, for her voice is as uncompromising as her style of dress. The ordinary man [...] has always despised the arts of pleasing, until some charming woman has taken him in hand; but the modern woman has ceased to instruct him, and has become his imitator, so that her manners are almost as intimidating as those of the successful business man²⁵.

Numa atmosfera de insegurança quanto a um iminente colapso social fomentado pelas vicissitudes da modernidade, os comentários acerca das vestimentas da mulher moderna, caracterizadas sardonicamente como imitações grosseiras do vestuário masculino, procuravam inscrever sua luta política como mera ganância de mimetizar os homens e não como busca de expansão de seu campo de participação pública. Desse modo, o escarnecimento do aspecto físico reduzia a feminista a uma aberração de gênero, situada na liminaridade entre a mulher, da qual se distanciava, e o homem, do qual aspirava se aproximar, e, como ambos os objetivos seriam inexequíveis, essa figura intersticial nem se distinguia completamente da primeira nem se igualava ao segundo de todo. Essa caracterização sugeria que a mulher moderna, não mais identificável à natureza, tornara-se um construto artificial e, não mais ocupando socialmente um epicentro distinto do homem, deixara de exercer a função primordial de instruí-lo a um cavalheirismo que coroasse sua hombridade. Se seu grande mérito consistia em representar um enigma para o homem e, assim, instigar suas faculdades imaginativas, servindo-lhe de inspiração nas Letras e Artes, a mulher não teria existência própria senão em virtude do aprimoramento masculino. Portanto, a abdicação dessa prerrogativa aparentemente sobre-humana era interpretada como prova de insensatez, daí o argumento de que a mulher moderna, governada pelo egoísmo, “desceu ao nosso nível”, tornando-se “um de nós”²⁶. Nessa falsa hierarquia na qual o que está acima tem menos poder do que o que está abaixo, a mulher, ao descer à condição anódina do homem, desestabilizava exatamente a posição masculina de poder.

Sob o recorrente argumento de que a mulher contemporânea se masculinizava repousava o temor de que a atenuação de polaridades de gênero desestabilizasse a própria masculinidade, dependente de uma exterioridade constitutiva para adquirir significado em uma equação na qual quanto mais femininas fossem as mulheres, mais másculos os homens. O feminismo, precisamente por questionar tais polaridades, constituía ameaça para homens interpelados a ratificar uma condição máscula que não prescindia da diferenciação da feminilidade *via negativa*, de modo que um dos perigos da mulher moderna consistia em evidenciar a instabilidade dos códigos de gênero.

²⁵ YEATS, op. cit., p. 67-68.

²⁶ YEATS, op. cit., p. 71.

Tal como na Inglaterra, onde várias mulheres letradas – incluindo-se as escritoras Charlotte Brontë, Elizabeth Browning, George Eliot e Christina Rossetti – se opunham veementemente à campanha pelo sufrágio feminino por duvidar da aptidão de seu gênero ao exercício da política ou por considerar que havia pautas mais prementes na agenda das mulheres²⁷, na Irlanda as intelectuais mais reacionárias atuavam como cúmplices do regime falocrático na medida em que pressionavam os homens à masculinidade hegemônica e condenavam aquelas que aspiravam a outra emancipação que não fosse a independência do país. Ao tempo em que as *suffragettes* inglesas podiam se ocupar com a luta por acesso à instrução universitária, ao instituto do divórcio e às profissões liberais, as irlandesas, devido à especificidade da experiência colonial, deveriam conciliar o sonho de emancipação feminina com aquele, não menos premente, de emancipação política da nação. Duplamente atraída pelo nacionalismo e pelo feminismo em um movimento pendular entre duas agendas dissonantes, Constance Markievicz optou por priorizar a primeira ao creditar a subordinação das mulheres à colonização e crer que sua cidadania seria conquistada automaticamente após a descolonização, tal como explicou em conferência na *Student's National Literary Society* ao instruir as mulheres para que não se engajassem em lutas sociais desnecessárias e prejudiciais à unidade nacional:

Fix your mind on the ideal of Ireland free, with her women enjoying the full rights of citizenship in their own nation, and no one will be able to sidetrack you, and so make use of you to use up the energies of the nation in obtaining all sorts of concessions – concessions too, that for the most part were coming in the natural course of evolution, and were perhaps just hastened a few years by the fierce agitations to obtain them²⁸.

128

A crença de que os direitos de cidadania seriam amealhados pelas mulheres tão logo fosse assegurada a autonomia política era alimentada pelo próprio ideário nacionalista. Calcado numa ideologia unificadora, o nacionalismo atraía grupos subalternos, dentre os quais as mulheres, induzindo-as a crerem que sua micropolítica seria incorporada à macropolítica nacionalista ou que, estando a opressão de gênero vinculada à colonização, adquiririam os direitos que pleiteavam automaticamente após a implantação do Estado Livre. Graças à internalização desse axioma, várias mulheres letradas não só aceitavam de bom grado os encargos delegados ao gênero feminino como se mostravam eficientes deladoras em relação a outras mulheres. Uma vez que toda representação consiste numa construção a partir de uma determinada posição no interior das relações de poder, os ideólogos anti-sufragistas não caracterizavam suas conterrâneas mediante representações distorcidas que, se empreendidas por uma delas, seriam mais autênticas. Afinal, se a representação é antes uma

²⁷ HIMMELFARB, G. *The De-Moralization of Society: From Victorian Virtues to Modern Values*. New York: Alfred A. Knopf, Inc., 1994.

²⁸ MARKIEVICZ, C. *Women, Ideals and the Nation*. Dublin: Inghinidhe na hEireann, 1909, p. 9.

construção de sentidos do que uma reprodução especular, as mulheres bem poderiam assumir postura análoga à dos homens mais misóginos se inseridas em seu regime de significação. De fato, o discurso que enaltecia seu contributo na arquitetura da nação a partir da base a fim de obter sua adesão à causa nacional induzia o reacionarismo daquelas intelectuais que, mesmo posicionadas em favor do gênero feminino, endossavam a convencional cisão de gênero entre esferas sociais. Dentre outras, Mary Butler relacionava a contribuição das mulheres no resgate da língua gaélica ao afastamento dos debates públicos e ao retiro doméstico:

Now the women of our race are dignified and decorous; they shrink from mingling in a melee, and retiring into the inner courtyard, they leave the scene of strife in the outer world to the sterner sex. They may, therefore, think that in this language war they have no place, but they are mistaken, for it is warfare of an special kind, warfare which can best be waged not by shrieking viragoes or aggressive amazons, but by gentle, low-voiced women who teach little children their first prayers, and, seated at the hearth-side, make these around them realise the difference between a home and a dwelling. [...] Let it then be thoroughly understood that when Irishwomen are invited to take part in the language movement they are not required to plunge into the vortex of public life. No, the work which they can best do is work to be done at home²⁹.

129

No limiar do século XX, o desafio crucial das irlandesas consistia em se livrar não tanto do opressor, instância coercitiva associada ao homem, mas do opressor internalizado nelas próprias, pois mesmo as mulheres investidas de autoridade discursiva na ordem simbólica se posicionavam, não raro, sob os limites epistêmicos de uma formação discursiva falocêntrica. Daí a poeta Katharine Tynan, na conclamação "A Trumpet Call to Irish Women", escrita em comemoração ao Estado Livre recém-implantado, definir nos seguintes termos o papel da mulher na nação que se constituía: "O anseio de nossa nação não é pela amazona [...]. É pela mulher conservadora, zeladora de todas as santidades, de todas as seguridades, de todas as salvaguardas da Casa da Vida"³⁰. Se bem que a amazona fosse, potencialmente, um símbolo de resistência contra um discurso colonial que concebia a Irlanda como uma mulher dependente da tutela masculina, esse símbolo mitigava ainda mais a hombridade dos irlandeses, valor priorizado pela agenda nacionalista. Seguras de que a amazona conspurcava o gênero feminino – quando, a rigor, fazia-o com o masculino –, ambas as escritoras a refutavam ao considerar que predicados como a combatividade e a avidez por conquista eram não só toleráveis como desejáveis no homem, mas, na mulher, seriam faltas graves

²⁹ BUTLER, M. *Irishwomen and the Home Language*. Dublin: Gaelic League, 1901, p. 3.

³⁰ TYNAN, K. A Trumpet Call to Irish Women. In: FITZGERALD, William George (Ed.). *The Voice of Ireland: a survey of the race and nation from all angles*. Dublin: Virtue and Co., 1924, p. 174.

porque a natureza a havia moldado para o reino do afeto a fim de contrabalançar a racionalidade masculina.

Ainda mais radical, a escritora Nora Tynan O'Mahony declarava abominação pelas *suffragettes* em manifesto, publicado no jornal católico *Irish Monthly*, contra a invasão do modismo Nova Mulher na Irlanda. Certa de que a honra vinculada à domesticidade estava em vias de extinção "nestes dias degenerados de sufragetismo (*sic*) militante e similar idiotice, se não perversidade", a autora advertia as mulheres contra a "distorção gradual de sua natureza", insuflada "pelos guinchos histéricos da irmandade suffragette"³¹. Também apontava o sufragismo como contra-senso, pois a mulher, ao almejar aquiescência social no mundo externo, perdia seu *status* "como incontestável senhora e rainha do lar", levando ao "destronamento da mãe e seu nenê, a Nossa Senhora e a Criança, que deveriam ser os primeiros e mais sagrados objetos de toda casa"³². Para intelectuais como O'Mahony, uma vez que as irlandesas já possuíam seu espaço de atuação e o prestígio conquistado pela excelência com que o gerenciavam, aquelas imprevidentes que abrissem mão desse espaço perigavam não obter o mesmo êxito na arena pública e ainda perder a hegemonia na esfera privada. Era mais seguro, portanto, considerar que a Nova Mulher, impelida por influências extrínsecas à cultura nativa a disputar com os homens um espaço que não o seu, fazia-o sob pena de perder a reputação como esposa e mãe. Sob essa crença, rejeitavam qualquer desvio dos padrões comportamentais femininos, partindo da premissa de que a mulher representava o elemento conservador da cultura nacional. Se bem que O'Mahony considerasse a praticidade e o conforto do vestuário adotado pela mulher moderna, seu superego patriarcal se impunha ao lembrá-la da inadequação deste à natureza feminina:

[T]he regrettable lack of femininity, of sweet, gracious, dignified womanliness, not only in modern woman's manners but in her dress, all tend to bring her down to a lower level in masculine eyes than she ever sank before. The mannish cut of the modern woman's scanty garments, the short skirts, the liberal display of ankle, the often bared throat and neck [...], the jaunty set of her hat jammed down to one side, and completely covering her hair and her eyes – it may be convenient and comfortable, but it certainly is not womanly³³.

A indistinção entre o discurso de Markievicz, Butler, Tynan e O'Mahony e aquele dos guardiões do falocracismo indica que posições políticas hegemônicas eram articuladas de modo que as irlandesas as identificassem como suas, já que o padrão de feminidade atingiria pleno êxito quando introjetado pelas mulheres, que se tornariam, elas próprias, vigilantes de si e de outrem. Inseridas numa episteme cujo horizonte ideológico não lhes facultava vislumbrar outras possibilidades de agência que as estabelecidas pela ideologia

³¹ O'MAHONY, N. The Mother. *The Irish Monthly*, 91, 1913, p. 529.

³² O'MAHONY, op. cit., p. 530.

³³ O'MAHONY, op. cit., p. 530.

hegemônica, essas intelectuais interpretavam as incursões da mulher pela esfera pública como deterioração de valores que a haviam consagrado socialmente. Todavia, afirmar que reproduziam o discurso androcêntrico simplesmente porque alienadas sob seu efeito ideológico seria desconsiderar por completo sua capacidade de negociação. O fato de algumas mulheres serem mais suscetíveis à ideologia dominante do que outras tinha um caráter pragmático, pois essas intelectuais afinadas com a falocracia obtinham algum dividendo, haja vista sua prerrogativa de participação no debate público, ao tempo em que diversas das mulheres em nome das quais estas advogavam eram despojadas de qualquer isonomia.

A republicana como alteridade

Segundo a ideologia dominante, se as mulheres cooptadas pela campanha sufragista desobedeciam seu papel de gênero ao negligenciar a causa nacional, aquelas que se excedessem em sua participação no nacionalismo para além das tarefas delimitadas pela agenda nacionalista o fariam pela inobediência às limitações de sua natureza. De fato, em um nacionalismo que se queria viril, as mulheres que ousassem defender a nação com a arma em vez do rosário seriam antes adversárias que aliadas da causa nacional. Por isso o mesmo Presidente William Cosgrave que repreendeu um grupo de manifestantes republicanas afirmando-lhes que, em vez de manusear armas, deveriam ter rosários em suas mãos, lamentou a participação de mulheres no nacionalismo militar em análise retrospectiva do primeiro ano de Estado Livre:

In England, fortunately for her, the 'Die-hards' are men [...]; but unhappily in Ireland the 'Die-hards' are women, whose ecstasies at their extremest can find no outlet so satisfying as destruction – sheer destruction³⁴.

Sob impacto da psiquiatria vitoriana, notadamente a *histerização* de mulheres insurgentes contra padrões de feminilidade, uma forma de deslegitimar o ativismo das republicanas consistia em identificá-lo como agente patogênico e caracterizá-las sob o signo da insanidade, de forma a despolitizar sua atuação como resultante de impulsos irracionais. Partindo-se da premissa de que a mulher, devido à instabilidade de sua constituição cognitiva, seria governada pelo excesso tanto para o bem quanto para o mal, justificava-se que apenas a disfunção mental explicaria sua adesão a empreendimentos contrários à natureza de seu gênero e que seu envolvimento militar só poderia redundar em destruição. Prova disso é um relato oficial do Estado Livre, publicado no *The Irish Independent* de 1º de janeiro de 1923 sob a manchete "Neurotic Girls",

³⁴ COSGRAVE, W. Mr. Cosgrave's Review. *Irish Times*, 1 jan. 1923, p. 11.

referindo-se às republicanas engajadas no militarismo nos seguintes termos: "Moças neuróticas estão entre os mais ativos aderentes da causa irregular [republicana] [...]. Elas desfiguram os muros de Dublin com propagandas mentirosas e são ativas transportadoras de documentos, armas e munições"³⁵.

Alguns opositores remontavam à mitologia greco-romana para encontrar uma figura que encapsulasse toda a monstruosidade contida na mulher que empunhasse o rifle em vez do rosário. Em homilia publicada no *Cork Examiner*, o Bispo Doorley instruíra meninas a jamais aderirem ao engajamento militar sob pena de se transformarem em "Fúrias":

If I had a little girl friend who took up politics I would give up praying for her. Women who go around taking despatches and arms from one place to another are furies. Who would respect them or who would marry them? Never join a Cumann na mBan or a Cumann na Saoirse or anything else. Do your work as your grandmothers did before you³⁶.

Sob um sistema de valores em que na respeitabilidade e no casamento residiam os bens supremos de uma mulher, aderir às forças armadas implicava despojar-se exatamente do respeito social e da possibilidade de ser desejada como esposa, convertendo-se em "víboras", metamorfose que implicava abdicar-se não apenas da feminilidade como da própria humanidade. O fato de nem mesmo orações serem capazes de amansar as ativistas reforçava sua percepção como bestas irracionais cuja emulação as jovens deveriam evitar em prol de um modelo de identificação fincado na figura arquetípica da avó. Se em nível manifesto as "Fúrias" da mitologia grega, entidades demoníacas dotadas de cabeleira em forma de serpentes, configuravam um meio de aterrorizar as irlandesas, dissuadindo-as do militarismo, em nível latente constituíam um sintoma do terror suscitado pelas mulheres públicas, identificadas como figuras castradoras que, à semelhança da Medusa, estarreciam homens sob cuja pose varonil se disfarçava um concentrado teor de angústia.

Dentre as mulheres atuantes no nacionalismo militar, uma das mais proeminentes foi Constance Markievicz (1868-1927), cujo engajamento bélico incitava a indignação de seus contemporâneos por desviá-la de seu destino "natural" como ornamento e inspiração masculina. Diversos comentadores subestimavam sua consciência política, interpretando como resultado de empolgação irrefletida sua adesão a agendas em princípio incompatíveis (como o socialismo, o feminismo e o nacionalismo), como fez o escritor Sean O'Faolain, ao afirmar que a condessa "não tinha ideias inteligíveis, mas instintos"³⁷. Todavia, o caráter mais perturbador de sua infração dos códigos de gênero consistia na ameaça à correlação entre armamento e virilidade em que se ancorava o programa de "revirilização" nacional. No apogeu de um nacionalismo que incompatibilizava feminilidade e militância e no qual a mulher

³⁵ IRISH INDEPENDENT. *Neurotic Girls*, 1 jan. 1923, s.p.

³⁶ DOORLEY. Women Who are Furies. *Cork Examiner*, 18 mai. 1925, p. 11.

³⁷ O'FAOLAIN, S. *Constance Markievicz, or The Average Revolutionary*. London: Jonathan Cape, 1934, p. 74.

deveria trazer em punho o rosário, não o rifle, Constance era identificada como uma aberração, haja vista a forma caricatural com que sua rendição foi descrita por jornais como o *Irish Times*:

The Countess was in charge of the rebels at the College of Surgeons. Realising the hopelessness of the struggle, she offered to surrender [...]. The countess who had 120 men, walked out of the building at their head. She was dressed entirely in green, including green shoes. She walked up to the officer and saluting took out her revolver which she kissed affectionately and then handed it up³⁸.

Ao representar a entrega do revólver como um erotizado gesto de despedida, a imprensa procurava deslegitimar a inserção da mulher no militarismo como motivada pela avidez por *juissance* e espetáculo, ridicularizar o fetichismo feminino e desacreditar o próprio Levante – que, como se sabe, não teve aceitação imediata – pelo fato de uma mulher ridiculamente vestida reger uma corporação de 120 homens. No entanto, gestos de escárnio como esse mal disfarçavam a insegurança quanto à possibilidade do revólver ser portado por uma mulher; afinal, Constance provocava desconforto não apenas por assumir um papel “masculino”, mas porque, ao fazê-lo, punha em questão a fantasia de “revirilização”, por comprometer a vinculação entre armamento e masculinidade.

133

Considerações finais

No projeto nacional irlandês, os nacionalistas estavam seguros de que o êxito da remasculinização do país dependia de uma cooperação entre os sexos, na qual ambos se complementassem de sorte que as potencialidades de um compensassem as deficiências do outro. Nesse sentido, a mulher que fugia a esse contrato social invertia a lógica que organizava as relações de gênero, comprometendo a um só tempo os códigos de masculinidade e feminilidade pela ameaça de descentramento que impunha à falocracia. Por isso a aversão dos intelectuais nacionalistas pelas figuras da feminista e da republicana, cujas respectivas formas de agência ameaçavam a política de revirilização, já que a masculinidade se definia em relação antitética e complementar com a feminilidade, de sorte que qualquer alteração nos padrões desta última desestabilizava os referenciais da primeira.

Se levarmos em conta a subalternidade das mulheres no projeto nacional irlandês, o crítico Luke Gibbons é impreciso ao generalizar que na Irlanda colonial “a população nativa inteira, tanto a masculina quanto a feminina,

³⁸ IRISH TIMES. *Surrender of Countess Markievicz*. 2 mai. 1916, s.p.

partilhava da condição das mulheres no centro metropolitano”³⁹. Ora, as especificidades da condição colonial tornavam as irlandesas relativamente mais subordinadas do que as inglesas e implicavam desafios adicionais ao feminismo em um país cuja elevação do nacionalismo anticolonial sobre outras formas de coalizão invalidava reivindicações feministas com tanto ou mais intensidade do que na metrópole. Ao tempo em que as *suffragettes* inglesas podiam se ocupar com a luta por acesso à instrução universitária, ao instituto do divórcio e às profissões liberais, as irlandesas, devido à especificidade da experiência colonial, deveriam coadunar o sonho de emancipação feminina com aquele, não menos premente, de emancipação política da nação, e diante desse duplo imperativo a mulher, instigada desde tenra idade ao altruísmo, acabava antepondo o segundo, que beneficiaria toda a coletividade, ao primeiro, que favoreceria seu grupo restrito.

Não bastasse isso, o falocentrismo da agenda nacionalista, franqueado pelo axioma de que a nação fora mutilada em sua hombridade, impôs obstáculos à participação das mulheres em um projeto de nação obcecado pela virilidade dos homens. Desse modo, as irlandesas eram subjugadas numa hierarquia de gênero doméstica que as excluía dos direitos à morte sacrificial e à vida plena, encurralando-as sob diferentes dispositivos de controle, a fim de que não ameaçassem um projeto de remasculinização que se esforçava para proteger as fronteiras da nação enquanto estabelecia fronteiras internas.

Sobre os autores

Raimundo Expedito dos Santos Sousa é doutorando em Teoria da Literatura e Literatura Comparada (linha de pesquisa Literatura, História e Memória Cultural) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde desenvolve pesquisa sobre gênero e sexualidade, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). E-mail: raimundo_sousa@terra.com.br.

Adelaine LaGuardia é doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, é professora associada da faculdade de Letras da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), onde também atua no Programa de Pós-Graduação em Letras. Desenvolve e orienta pesquisas no âmbito dos Estudos de Gênero e Sexualidade. E-mail: adelaineufs@gmail.com.

Recebido em 28 de fevereiro de 2015.

Aprovado em 20 de julho de 2015.

³⁹ GIBBONS, L. *Transformations in Irish Culture*. Notre Dame: University of Notre dame Press, 1996, p. 20.

A HISTÓRIA DAS PRIMEIRAS MULHERES PSICANALISTAS DO INÍCIO DO SÉCULO XX

MARCUS VINICIUS NETO SILVA
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

ÉRICA SILVA ESPÍRITO SANTO
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

RESUMO

O presente artigo investiga de que modo as mulheres passaram a fazer parte do campo psicanalítico, através do relato resumido da vida e obra das primeiras psicanalistas. Além disso, tentamos esclarecer sobre o que pode ter contribuído para que a maioria delas tenha permanecido relativamente desconhecida, mesmo tendo produzido uma grande quantidade de trabalhos importantes para a construção da teoria e prática psicanalítica.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres psicanalistas; História da Psicanálise; Sexualidade Feminina.

ABSTRACT

This article investigates how women became a part of the psychoanalytic field, through a short review of the lives and work of the first women psychoanalysts. Besides, we try to clarify what might have contributed to the fact that most of them have remained relatively unknown, even though they have produced a great amount of important works that contributed to the construction of the psychoanalytic theory and practice.

KEYWORDS: Women Psychoanalysts; History of Psychoanalysis; Female Sexuality.

No cenário atual, a presença e participação ativa de mulheres nas diversas instituições de psicanálise não é incomum. De fato, é possível até mesmo que o número de mulheres tenha superado o de homens. Essa situação, absolutamente natural aos olhos de um psicanalista de nossos tempos, pareceria impensável a um membro do movimento psicanalítico na primeira década do século XX.

Embora seja difícil obter dados precisos, Appignanesi e Forrester afirmam que: "Em 1940, 40% dos analistas na Grã-Bretanha eram mulheres; o restante do movimento psicanalítico internacional alcançou 30% na década de 1930"¹. Segundo os autores, entre 1920 e 1980 cerca de 27% dos analistas europeus eram mulheres, número que caía pra 17% nos Estados Unidos, onde era necessário formação médica para se tornar psicanalista.

No caso do Brasil, não há informação exata sobre a quantidade de mulheres psicanalistas. As pesquisas que mais se aproximam disso dizem respeito ao percentual de mulheres exercendo a psicologia, que é, afinal de contas, o caminho mais comum para os profissionais entrarem em contato com a psicanálise².

Mesmo assim, parece ser dado um lugar de pouco destaque às psicanalistas na história da psicanálise. Os relatos em geral têm como foco a obra de homens, de controvérsias entre eles e colocam ênfase na produção teórica deles. A muitas mulheres costuma ser reservada uma ou outra nota de rodapé, e suas histórias permanecem relegadas à obscuridade.

Tentaremos acompanhar de que modo as mulheres passaram a fazer parte do campo psicanalítico, através do relato resumido da vida e obra das primeiras psicanalistas. Também é nossa intenção lançar alguma luz sobre o que pode ter contribuído para que a maioria delas tenha permanecido relativamente desconhecida, mesmo tendo produzido uma quantidade considerável de trabalhos de grande valor. Para isso, será necessário que nossa investigação tenha início num momento ainda anterior à entrada das mulheres nas instituições psicanalíticas.

A partir de 1902, Freud passa a se reunir semanalmente com quatro médicos interessados em estudar psicanálise. Esse primeiro grupo, que veio a ser conhecido como Sociedade Psicológica das Quartas-feiras, cresceu ao longo dos anos seguintes, chegando a ter 22 membros em 1906. No que diz respeito à profissão de seus integrantes, embora composto inicialmente apenas por médicos, logo veio a acomodar uma diversidade de profissionais: filósofos, escritores, músicos. Entretanto, antes de 1910 era um grupo exclusivamente masculino.

Antes mesmo da entrada de qualquer mulher na Sociedade Psicanalítica de Viena, já havia uma série de mulheres interessadas nas ideias de Freud e que assistiam suas conferências na universidade. Para citar alguns exemplos: Dora Teleky, uma das primeiras médicas da Áustria, ginecologista, que frequentou desde 1900 até 1903-4; Aurelia Axter, Else Friedland e Gisela

¹ APPIGNANESI, L. & FORRESTER, J. *As Mulheres de Freud*. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 41.

² Para mais informações sobre o cenário brasileiro, ver Rosemberg (1984), Castro e Yamamoto (1998) e também o relatório do Conselho Federal de Psicologia (2013).

Kaminer, essa última tendo contribuído com pesquisas pioneiras sobre câncer, estiveram presentes em 1906-7; Ada Hirsch (que provavelmente³ foi analisada por Freud), Clara Honigsberg e Caroline Bum em 1908-9 e Emilie Pisko, que viria a se casar com Hanns Sachs, conhecido discípulo de Freud, freqüentou as conferências de 1906 a 1910⁴.

Todas estas mulheres se aproximaram da psicanálise ainda na infância do movimento, quando não havia sequer um órgão oficial para o seu ensino. A maior parte delas, porém, não chegou sequer a praticar psicanálise. Antes disso, contudo, já havia uma mulher que havia sido paciente de Freud e que veio a praticar psicanálise por um período breve: Emma Eckstein.

Emma Eckstein: a primeira psicanalista depois de Freud?

Emma Eckstein foi uma das pacientes tratadas por Freud no início de sua carreira. Há uma referência a ela no "Projeto" (1895) e alguns autores argumentam que ela também aparece em "A Interpretação dos Sonhos" (1900), no famoso sonho da injeção de Irma. Seu tratamento teve início em 1892 e aparentemente durou até 1897. De acordo com Borch-Jacobsen⁵, Freud não cobrava nada, já que ela era de uma família próxima, com quem Freud tinha laços de amizade (o irmão de Emma jogava cartas nos sábados com Freud e outros amigos).

Durante o tratamento, no início do ano de 1895, Freud pediu a seu amigo Fliess para realizar uma operação no nariz da paciente. Duas semanas depois, ela ainda apresentava dores no local e também secreções mal cheirosas. Quando um outro médico amigo de Freud, Rosanes, a examinou, descobriu que Fliess havia esquecido um pedaço de gaze no interior do nariz, que foi retirado, causando um intenso sangramento. Freud, que assistia o procedimento, se sentiu mal e teve de se retirar do local. Quando retornou, Emma o recebeu com as palavras: "Então este é o sexo forte!" Durante as semanas seguintes ela esteve bastante debilitada, com a vida em risco devido aos sangramentos freqüentes, mas eventualmente se recuperou⁶.

Para além de seu valor como paciente, Emma se tornou colaboradora e aluna. Borch-Jacobsen afirma que Freud chegou a enviar-lhe uma paciente, talvez até várias. De fato, em 1897, Emma Eckstein era possivelmente a primeira pessoa⁷ a praticar psicanálise depois de Freud.

³ Essa afirmação é feita por KAPIT, H. What made me want to become a psychoanalyst. In: REPPEN, J. *Why I became a psychotherapist*. New Bergen: Jason Aronson, 1998.

⁴ APPIGNANESI & FORRESTER, op. cit., p. 299.

⁵ BORCH-JACOBSEN, M. *Os Pacientes de Freud - Destinos*. Lisboa: Texto & Grafia, 2012.

⁶ APPIGNANESI & FORRESTER, op. cit.; BORCH-JACOBSEN, op. cit., 2012.

⁷ É difícil afirmar com precisão quem teria sido a primeira pessoa a praticar psicanálise depois de Freud, mas o material existente parece indicar que esse mérito teria de ser dado a Eckstein ou a Felix Gattel, que também estudou com Freud por volta de 1897. A respeito de Gattel, ver Schröter e Hermanns (1992).

Não sabemos exatamente o desfecho dos casos que tratou, mas ela veio a publicar alguns textos, como uma resenha de "A Interpretação dos Sonhos" e um pequeno livro chamado "A Questão Sexual na Educação das Crianças", em 1904⁸.

A entrada da primeira mulher na Sociedade: Margarete Hilferding

No período anterior à entrada da primeira mulher na Sociedade, Fritz Wittels apresenta, em 1907, um trabalho com o título "Female Physicians". O texto tem um tom claramente misógino. Ele afirma que a verdadeira profissão das mulheres "é atrair homens" e que o interesse de uma mulher em estudar Medicina está baseado na vontade de superar outras mulheres. Wittels prossegue, declarando que "enquanto a mulher é ainda estudante de medicina, ela não está prejudicando ninguém além de si mesma", mas quando se forma médica, "se torna um perigo para outros". Ele aponta ainda outros problemas, pois considera que uma mulher é incapaz de entender o funcionamento psíquico de um homem (o que a impediria de seguir carreira psiquiátrica) e que se ela chegar a uma posição hierárquica superior a dos homens, abusaria do poder⁹.

Na discussão que se segue à apresentação, vemos que o grupo se divide entre aqueles que parecem concordar com a visão de Wittels (como Graf e Reitler) e os que denunciam seus equívocos e preconceitos (por exemplo, Hitschmann, Rank e, em certa medida, Adler). Freud fica no meio do caminho, já que elogia o trabalho por ser original e engenhoso, mas logo em seguida aponta que ele é formado por meias-verdades. Ele repreende Wittels pelas críticas que faz às mulheres, mas também deixa escapar seus próprios preconceitos, afirmando que "é verdade que a mulher não ganha nada estudando"¹⁰.

O que vemos nestas passagens é que o movimento psicanalítico ainda em sua fase inicial não se afastava muito do tipo de visão sobre a mulher vigente na Viena do início do século XX. O acesso das mulheres à universidade ainda era restrito nesse período. Em 1897 foram admitidas mulheres na Faculdade de Filosofia, em 1900 na de Medicina e apenas em 1919 na Faculdade de Direito. A primeira mulher a ter seu título de doutora em Medicina foi Gabriele Possanner Von Ehrenthal, em 1897. Ela havia concluído os estudos em Zurique, em 1894, e apenas três anos mais tarde foi concedida permissão para exercer a profissão, após superar uma oposição considerável e realizar um novo exame¹¹.

⁸ APPIGNANESI & FORRESTER, op. cit..

⁹ NUNBERG, H. & FEDERN, E. *Minutes of the Vienna Psychoanalytic Society* (Vol. 1). New York: International Universities Press, 1962, p. 196.

¹⁰ NUNBERG & FEDERN, op. cit., p. 199.

¹¹ VIANNA, H. B. Sobre as Bases do Amor Materno: vida e obra de Margarete Hilferding. In: VIANNA, H. B., PINHEIRO, T. & HILFERDING, M. *As Bases do Amor Materno*. São Paulo: Escuta, 1991, p. 33.

Margarete Hilferding se matriculou na Faculdade de Filosofia da Universidade de Viena em 1898. Permaneceu nessa faculdade até 1900, quando se transferiu para a Faculdade de Medicina. Em 1903 recebe o título de doutora em Medicina¹².

Com relação à admissão de Margarete Hilferding na Sociedade Psicanalítica de Viena, o que podemos notar de imediato é que isso não ocorreu sem alguma oposição. Na reunião de 6 de abril de 1910, Federn a propõe como membro, mas o assunto não é discutido naquele dia devido à necessidade de resolverem questões mais urgentes. Na reunião do dia 14 de abril, Federn traz novamente à tona sua proposta e durante a discussão que se segue, Sadger declara se opor à admissão de mulheres¹³.

Adler se posiciona a favor da admissão de médicas e também de outras mulheres interessadas seriamente em psicanálise. Freud afirma que seria uma enorme inconsistência excluir a participação de mulheres por princípio. Logo após é realizada uma votação preliminar, que resulta em três votos contrários à admissão de mulheres em um total de onze. Adler então encaminha o assunto para o comitê executivo.

A votação acaba sendo adiada até o dia 27 de abril. Nessa ocasião, ela é eleita com 12 votos a favor e 2 contra. Wittels, ausente na reunião, envia uma carta com sua opinião, que foi lida extra-oficialmente (não há registro do conteúdo da carta, mas é possível supor que fosse coerente com a postura já demonstrada em seu texto de 1907)¹⁴.

De toda forma, a participação de Hilferding na Sociedade Psicanalítica de Viena teve duração limitada: começou a frequentar as reuniões em 4 de maio de 1910 e abandonou o grupo em 11 de outubro de 1911, junto com vários outros membros que apoiaram Adler em sua controvérsia com Freud.

Durante esse período em que participou da Sociedade Psicanalítica de Viena, Hilferding apresentou apenas um trabalho, discutido na reunião de 11 de janeiro de 1911. Seu texto, com o título "On the basis of mother love", parte da observação freqüente de mães que esperavam com ansiedade pelo nascimento do filho, mas que se mostram desapontadas quando isso ocorre e não demonstram nenhum tipo de amor materno. Ela supõe que em alguns casos, a ausência desse amor provoca o surgimento de uma espécie de simpatia, possivelmente assentada em uma exigência cultural (que se esperaria de uma mãe um amor dessa natureza)¹⁵.

Hilferding prossegue afirmando que esse amor materno deveria surgir logo após o nascimento, ou talvez até mesmo antes. Ela constata não ser esse o caso, e a não existência desse amor se torna evidente na recusa da mãe de

¹² VIANNA, op. cit., 1991.

¹³ BALSAM, R. M. Women of the Wednesday Society: the presentations of Drs. Hilferding, Spielrein and Hug-Hellmuth. *American Imago*, p. 303-342, 2003; NUNBERG, H., & FEDERN, E. *Minutes of the Vienna Psychoanalytic Society* (Vol. 2). New York: International Universities Press, 1967.

¹⁴ NUNBERG & FEDERN, op. cit..

¹⁵ NUNBERG, H., & FEDERN, E. *Minutes of the Vienna Psychoanalytic Society* (Vol. 3). New York: International Universities Press, 1974.

cuidar da criança, ou até mesmo na vontade de se desfazer dela. Essa rejeição do filho pode chegar aos extremos de maus tratos e até infanticídio. Ela chama a atenção para o fato de geralmente se considerar a mãe que mata o filho como perturbada, hipótese que não é necessariamente válida. Esse tipo de impulso hostil pode também ser convertido em seu oposto, se tornando amor excessivo.

Diante dessas observações, conclui que “não há amor materno inato”¹⁶. Esse amor, porém, pode ser evocado através do contato físico entre a mãe e a criança. Na realidade, mesmo ainda durante a gestação, a mãe obtém algum prazer com os movimentos do feto e Hilferding supõe que a perda dessa satisfação com o nascimento da criança possa contribuir para o surgimento de uma aversão a ela.

Como Balsam (2003) indica, houve alguma resistência às ideias de Hilferding no grupo. Os comentários por vezes desviavam a discussão da relação da mãe e da criança para o pai, ou eram declarações que colocavam em questão a validade das afirmações da autora. Até mesmo Freud parecia discordar de boa parte do que ela apresentou, embora também tenha declarado que “é digno de elogio que a palestrante tenha realizado uma investigação psicanalítica de um tópico que, como resultado da convenção que mantemos, tinha sido mantido de fora de nossas pesquisas”¹⁷.

Quem pareceu ser capaz de compreender e discutir de forma mais detalhada o trabalho foi Adler, que colocou ênfase na hostilidade e agressividade presentes na relação da mãe com a criança.

De toda forma, Hilferding encerra a discussão concluindo que foi, em certa medida, incompreendida. Ela tenta ainda comentar algo sobre os aspectos fisiológicos e psicológicos do amor materno, mas não fica claro o que pretendia dizer com isso.

Como ela não permanece por muito tempo no movimento psicanalítico, suas ideias parecem não sobreviver no grupo após sua saída em outubro de 1911. Ela veio a se tornar, após a 1ª Guerra Mundial, presidente da Sociedade de Psicologia Individual de Viena (fundada por Adler após a ruptura com Freud) e continuou interessada no tema da maternidade. Ela morreu em um campo de concentração em 23 de setembro de 1942. Ainda se passaria quase uma década antes que os psicanalistas passassem a investigar seriamente as questões levantadas por ela em 1911. Suas ideias pioneiras sobre maternidade, feminilidade e relações primárias da criança com a mãe ganhariam destaque apenas na década de 1920 (e mesmo assim, sem referências a sua contribuição), quando outras autoras se interessariam por estes temas, como veremos adiante.

¹⁶ NUNBERG, H., & FEDERN, E. *Minutes of the Vienna Psychoanalytic Society* (Vol. 3). New York: International Universities Press, 1974, p. 114.

¹⁷ NUNBERG & FEDERN, op. cit., 1974, p. 118.

Sabina Spielrein, a pulsão de morte e a psicanálise na Rússia

Sabina Spielrein foi a segunda mulher aceita na Sociedade Psicanalítica de Viena. Curiosamente, ela foi aprovada como membro na mesma noite que Hilferding se desligou, em 11 de outubro de 1911. Não houve qualquer polêmica ou controvérsia em sua entrada, e ela participou das reuniões somente até março do ano seguinte (apesar de ainda constar como membro da Sociedade até 1914).

Dentre as primeiras psicanalistas, ela talvez seja a mais conhecida nos dias atuais, o que não significa que sua obra seja devidamente apreciada. O interesse dedicado a ela passa muitas vezes por seu envolvimento com Jung e os conflitos que se desenvolveram a partir disso. Focando nesse aspecto escandaloso de sua vida, foi lançado em 2011 um filme, "Um Método Perigoso", que contribuiu para atrair atenção para a vida de Spielrein.

Há uma extensa bibliografia sobre Sabina, e acompanhar detalhadamente sua vida exigiria mais espaço do que é possível no presente artigo. Remetemos os leitores a alguns dos principais estudos de sua vida e obra¹⁸. Tentaremos manter o foco em sua participação na Sociedade Psicanalítica de Viena e na sua principal contribuição teórica, o artigo "A Destruição como Origem do Devir".

Sabina Nikolaievna Spielrein nasceu em 25 de outubro de 1885 em Rostov, Rússia. No ano de 1904 é internada no hospital psiquiátrico Burghölzli, em Zurique, onde recebeu tratamento até junho de 1905. Quem a tratou, fazendo uso da psicanálise, foi Jung, que nos anos seguintes se tornaria o favorito de Freud.

Assim que recebeu alta, iniciou os estudos de Medicina na Universidade de Zurique, que concluiu em 1911 com uma tese sobre o tratamento psicanalítico de uma paciente esquizofrênica. Nesse mesmo ano, se muda para Viena e passa a fazer parte da Sociedade Psicanalítica de Viena, como já havíamos indicado. Seu trabalho mais conhecido, "A Destruição como Origem do Devir", já estava sendo escrito quando morava na Suíça (Jung a estava ajudando na redação do artigo) e quando chega na capital austríaca apresenta uma versão resumida do trabalho para os colegas vienenses.

O texto apresentado, intitulado "On Transformation", expunha a hipótese de um componente destrutivo da pulsão sexual. Spielrein utiliza como suporte a suas ideias elementos da mitologia e literatura, o que rendeu algumas críticas de Freud (bem como de outros presentes), embora tais críticas pareçam, na realidade, dirigidas a Jung¹⁹. Ela declara, ao final do debate, que falhou na

¹⁸ Ver principalmente CROMBERG, R. U. *Sabina Spielrein - Uma pioneira da psicanálise*. São Paulo: Livros da Matriz, 2014; COVINGTON, C. & WHARTON, B. *Sabina Spielrein - forgotten pioneer of psychoanalysis*. New York: Routledge, 2003 e RICHEBÄCHER, S. *Sabina Spielrein - De Jung a Freud*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

¹⁹ O próprio Freud afirma: "A apresentação em si mesma nos fornece oportunidade para uma crítica a Jung (...)", e prossegue questionando a forma como ele interpreta material mitológico. NUNBERG & FEDERN, op. cit., 1974, p. 335.

tentativa de demonstrar os pontos principais de sua teoria, e esclarece algumas idéias, sem muitos detalhes²⁰.

No ano seguinte, o tema da apresentação aparece finalmente publicado em sua obra "A Destruição como Origem do Devir". Nesse texto, Spielrein expõe toda uma série de hipóteses originais, principalmente a noção de um masoquismo primário e a existência de um componente destrutivo da pulsão sexual (comumente visto como o precursor do conceito de pulsão de morte)²¹.

Em 1912, Spielrein deixa Viena e, embora existam indícios de que planejou retornar, isso nunca ocorreu²². Ela se casou com Pavel Scheftel em Rostov e no intervalo de uma década passa por várias cidades. Mora por dois anos em Berlim, onde nasce sua primeira filha. Passa um breve período em Zurique, em que o marido a abandona e retorna para a Rússia, e em 1915 se muda para Lausanne, onde fica até 1920. Os três anos seguintes são passados em Genebra, onde trabalha no Instituto Jean-Jacques Rousseau e conhece Claparède e Piaget (que é analisado por ela). Spielrein dá aulas no Instituto sobre psicanálise educativa, e diversas conferências para leigos. Em 1922, tanto ela quanto Piaget participam do VII Congresso Internacional de Psicanálise em Berlim, e a influência de um sobre o outro é visível, já que citam-se mutuamente em suas palestras²³.

Em 1923 decide retornar à Rússia, primeiro a Moscou, onde é a psicanalista com melhor formação. Faz parte da presidência da Associação Psicanalítica Russa e é uma das responsáveis pelos cursos científicos do Instituto Psicanalítico Estatal. Parte finalmente para Rostov em 1924 e retoma o casamento com Pavel Scheftel, a que se segue, em 1926, o nascimento de sua segunda filha. A situação política da Rússia se torna mais instável: em 1930 a Sociedade Psicanalítica Russa é dissolvida e em 1933 a prática da psicanálise é proibida.

Spielrein sobrevive trabalhando como médica. Boa parte de sua família é fuzilada na década de 1930 por acusações de participação em organizações contra-revolucionárias. No início da década de 1940, o exército alemão invade Rostov e Sabina Spielrein, suas duas filhas e milhares de judeus são assassinados.

Ao longo de sua carreira como psicanalista, publica uma grande variedade de trabalhos. Seus mais de 30 artigos tratam de temas que vão desde psicoses à psicanálise de crianças. Mesmo com uma produção tão extensa, permaneceu largamente desconhecida até a década de 1970, quando foram descobertos documentos e cartas deixadas por ela sob os cuidados de Claparède.

²⁰ NUNBERG & FEDERN, op. cit., 1974.

²¹ Embora não seja possível analisar os argumentos do texto em detalhes, o leitor interessado pode encontrar mais informações sobre sua real contribuição para a criação da pulsão de morte em CROMBERG, op. cit., 2014 e SILVA, M. V. *A Construção da Pulsão de Morte Freudiana: um estudo histórico da criação do conceito a partir de suas fontes*. Montes Claros: Editora Unimontes, No prelo.

²² Ela havia combinado com Freud de submeter-se à análise para a "correção de sua dependência de Jung". RICHEBÄCHER, op. cit., p. 182.

²³ Ibid.

Em fevereiro de 1912 uma outra mulher se junta à Sociedade Psicanalítica de Viena. Trata-se da também russa Tatjana Rosenthal, que, assim como Spielrein, estudou Medicina em Zurique²⁴. Ela aparece listada como membro da Sociedade entre 1912 e 1914²⁵.

Ela nasceu em São Petersburgo em 1884, de família judia. Desde muito cedo já tinha envolvimento com causas políticas, o que fica evidente em seu engajamento com o movimento operário, como presidente da Associação de Estudantes de Moscou. Em 1906 foi a Zurique, onde escolheu estudar Medicina e se especializou em psiquiatria. Em 1911 conclui os estudos e retorna à Rússia para divulgar as ideias freudianas. Em 1919 recebe o cargo de diretora da Clínica de Tratamento de Psiconeuroses, no Instituto de Pesquisas sobre Patologia Cerebral, dirigido por Vladimir Bekterev. Nessa instituição, ainda em 1919, profere uma série de conferências sobre psicanálise. Ela participa ativamente da implantação da psicanálise no país, e teve particular influência no campo de tratamento de crianças. Foi uma das idealizadoras, junto com Vera Schmidt, do Lar Experimental para Crianças, onde as crianças eram educadas seguindo princípios da psicanálise e também do marxismo. Suicidou-se em 1921, em circunstâncias não muito claras. Seus textos são pouco conhecidos, e o mais famoso trata de Dostoiévski²⁶.

Hermine Hug-Hellmuth e a psicanálise de crianças

Hermine Wilhelmina Ludovika Von Hugenstein, conhecida como Hermine Hug-Hellmuth (nome adotado inicialmente como pseudônimo de escritora a partir de 1910), nasceu em 31 de agosto de 1871 em Viena, em uma família nobre. Seu pai perdeu toda a fortuna em uma crise da bolsa em 1873 e sua mãe veio a falecer de tuberculose por volta de 1883²⁷.

Tornou-se professora, profissão que exerce até 1910. Ainda em 1897, ingressa na Universidade de Viena, embora possivelmente apenas como ouvinte (a universidade havia sido aberta a mulheres nesse mesmo ano). Seu pai morre no ano seguinte e ela vai a Praga, onde trabalha nos anos seguintes, ainda com planos de obter uma formação universitária. Retorna à Universidade de Viena em 1904, e, em 1909, obtém o grau de doutora em filosofia, com uma tese intitulada "Pesquisas sobre as propriedades físicas e químicas dos depósitos radioativos nos polos positivos e negativos"²⁸.

²⁴ Ibid., p. 179.

²⁵ NUNBERG, H., & FEDERN, E. *Minutes of the Vienna Psychoanalytic Society* (Vol. 4). New York: International Universities Press, 1975, p. 308-310.

²⁶ CROMBERG, R. U. Primeiras Psicanalistas. *Percurso*, 45, 2010; RICE, J. *Freud's Russia*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1993.

²⁷ PLASTOW, M. Hermine Hug-Hellmuth, the first child psychoanalyst: legacy and dilemmas. *Australasian Psychiatry*, 2011, p. 206-210.

²⁸ CROMBERG, op. cit., 2010; ORELLANA, R. V. Hermine Hug-Hellmuth, pionera del psicoanálisis del niño. *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatria*, 24, 2004, p. 131-142;

Em 1907, Isidor Sadger, membro da Sociedade Psicanalítica de Viena, passa a ser médico da família Hug e, por cerca de três anos, analisa Hermine. É a partir desse contato que ela se interessa pela psicanálise e é também por sugestão de Sadger que ela é aceita como membro da Sociedade em 8 de outubro de 1913 (contrariando a postura anterior de Sadger, que rejeitava a presença de mulheres no grupo)²⁹.

Nas reuniões da Sociedade, apresenta dois trabalhos: "Sobre alguns ensaios de Stanley Hall e sua escola, sob o ponto de vista da psicanálise" e "Jogos infantis". Seus trabalhos publicados foram numerosos (mais de trinta artigos), e apareceram entre os anos de 1911 e 1924 nos periódicos psicanalíticos da época. Eles tratam principalmente da psicanálise de crianças, motivo pelo qual ela é geralmente considerada a primeira analista de crianças.

Seu primeiro texto, "Análise de um sonho de um menino de cinco anos", publicado em 1911, ainda não propõe nenhum tipo de terapia, apenas tenta confirmar a teoria freudiana dos sonhos como realização de desejos aplicada aos sonhos de crianças. Seu trabalho "A vida psíquica da criança – um estudo psicanalítico" (possivelmente escrito em 1913, mas publicado mais tarde, em 1918) fornece também confirmação de ideias de Freud sobre o complexo de Édipo, angústia de castração, etc., fazendo uso de observações diretas de crianças. Em seguida, em seu texto de 1914, "A psicanálise da criança e a pedagogia", já apresenta uma posição do psicanalista de crianças mais próxima de um educador do que de um terapeuta, o que foi muito debatido à época. Ela desenvolve esse tema em diversos artigos ao longo da década³⁰.

Em 1920, apresenta no Congresso Internacional de Psicanálise realizado em Haia um trabalho com o título "Sobre a Técnica da Psicanálise de Crianças" (que veio a ser publicado no ano seguinte). Estavam presentes a essa conferência Anna Freud e Melanie Klein, que posteriormente se destacariam no campo da psicanálise infantil. O trabalho de Hug-Hellmuth diferenciava a análise de adultos da de crianças, atribuindo a esta última um caráter mais pedagógico, já que o paciente se encontra ainda em formação. Esse ponto também seria alvo de polêmica posteriormente, e chegaria a dividir o movimento psicanalítico na década de 1940³¹.

Provavelmente as circunstâncias conturbadas de sua morte, tendo sido assassinada por seu sobrinho Rolf³², que supostamente era também seu paciente, contribuíram para o relativo silêncio que se abateu sobre sua vida e obra. Ela também havia deixado orientações em seu testamento para que não se referissem a ela (tanto com relação a sua vida, quanto sua obra) após sua

GEISSMANN, C. & GEISSMANN, P. *A History of Child Psychoanalysis*. London & New York: Routledge, 1998.

²⁹ ORELLANA, op. cit., 2004.

³⁰ Ibid.

³¹ Ibid.; MÜHLEITNER, E. Hermine Hug-Hellmuth von Hugenstein. In: MIJOLLA, A. *Dicionário Internacional de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2005, p. 898-899; GEISSMANN & GEISSMANN, op. cit., 1998; PLASTOW, op. cit., 2011.

³² Para mais informações sobre esse fato, e a comoção que se seguiu, ver ORELLANA, op. cit., 2004, p. 134-135.

morte³³. Sendo assim, mesmo com uma produção bastante rica³⁴ e tendo sido pioneira no campo da psicanálise de crianças, por vezes é colocada em posição secundária (quando é lembrada).

Lou Andreas-Salomé

Louise Von Salomé, ou Lou Andreas-Salomé, como é geralmente conhecida, nasceu em São Petersburgo, em 12 de fevereiro de 1861. Recebeu a maior parte de sua educação em casa e aos 19 anos decidiu entrar para a Universidade de Zurique, onde pretendia se dedicar ao estudo da filosofia e história da religião. Seus estudos na universidade, porém, foram interrompidos cerca de um ano depois devido a uma doença.

Entre 1883 e 1903, viveu em Berlim e dessa data até 1937 passou a morar em Göttingen, de onde viajava para diversas cidades por períodos mais ou menos extensos. Em 1911, entra em contato direto com a psicanálise ao participar do congresso de Weimar. Ela já conhecia a obra de Freud³⁵, e no ano seguinte decide ir a Viena, onde passa a frequentar as reuniões da sociedade psicanalítica local. Freud até mesmo concedeu a ela que frequentasse, ao mesmo tempo, as reuniões do grupo de Adler, algo que era vetado a qualquer membro do movimento psicanalítico na época. Ela permaneceu em Viena até abril de 1913³⁶.

Desde meados de 1880, Lou já era uma autora e crítica literária reconhecida. Seu contato com diversos filósofos, intelectuais e escritores da época demonstravam o quanto ela transitava pelo meio artístico e acadêmico. Como psicanalista, chegou a escrever alguns trabalhos e atender pacientes em sua casa em Göttingen, além de ter mantido uma extensa correspondência com Freud até o fim de sua vida. Freud a tinha em alta conta, o que fica evidenciado no obituário que escreveu na ocasião de sua morte, em 5 de fevereiro de 1937³⁷.

Sua produção teórica não é muito numerosa, o que pode ajudar a compreender o impacto limitado de suas ideias. Publica em 1914 um artigo intitulado "Sobre o Feminino", em que desenvolve alguns pressupostos

³³ Um resumo sobre a produção bibliográfica referente à Hug-Hellmuth pode ser encontrado em GEISSMANN & GEISSMANN, op. cit., 1998.

³⁴ Comentários sobre alguns de seus principais trabalhos podem ser encontrados em PLASTOW, op. cit., 2011, bem como esclarecimentos sobre seu papel de precursora da obra de Anna Freud.

³⁵ Em agosto de 1911, em uma viagem a Estocolmo, manteve contato com Poul Bjerre, com quem discutia psicanálise. Logo após o congresso de Weimar, passou um período em Berlim, onde travou conhecimento com Abraham, no início de 1912. Ver PFEIFFER, E. *Sigmund Freud and Lou Andreas-Salomé: Letters*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1972.

³⁶ PFEIFFER, op. cit., 1972.

³⁷ Ibid. e FREUD, S. *Lou Andreas-Salomé*. In: FREUD, S. Moisés e o monoteísmo, Esboço de Psicanálise e Outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 315.

freudianos apresentados no famoso “Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade”, de 1905. Nessa obra, discute a diferença entre os sexos e a passividade feminina, em oposição à atividade conflituosa que teria lugar nos homens. Em 1916 publica um artigo sobre erotismo anal que é muito elogiado por Freud. Seu texto mais extenso, “Narcisismo como Dupla Orientação”, de 1921, expande as formulações freudianas sobre o tema, fornecendo uma versão mais extensa e generalizada do conceito, ao propor que o narcisismo não se refere apenas a uma espécie de egoísmo, mas pode também se revelar numa fusão com o mundo, uma dissolução dos limites do ego³⁸.

Ao que parece, o papel de Lou Andreas-Salomé como divulgadora das ideias de Freud no meio intelectual europeu teve um efeito mais duradouro do que seus textos psicanalíticos. A impressão é de que a psicanálise significou mais para ela do que ela para a psicanálise.

Karen Horney: a primeira grande feminista da psicanálise

Karen Clementina Theodora Danielsen (posteriormente conhecida como Karen Horney) nasceu em 16 de setembro de 1885, em uma pequena vila chamada Eilbeck, próxima a Hamburgo. Entra para a Universidade de Freiburg em 1906 (diversas universidades alemãs ainda impunham restrições a mulheres, o que influenciou sua escolha), onde estuda Medicina. Nessa época conhece Oskar Horney, com quem viria a se casar³⁹.

Em 1908, muda-se para Göttingen para realizar sua residência médica. No ano seguinte, já instalada em Berlim, casa-se com Oskar, e nos anos posteriores dá a luz a três filhas. Começa a se dedicar ao estudo da psiquiatria, logo se interessando pela psicanálise (mesmo contra o conselho de vários de seus professores). Em 1910 passa a ser analisada por Abraham (por cerca de um ano e meio)⁴⁰.

Horney começou a tratar pacientes em 1912 e foi uma das fundadoras do Instituto de Psicanálise de Berlim em 1920, onde lecionou durante quase 12 anos (sendo a primeira mulher a dar aulas no local).

Em 1922, no Congresso Internacional de Psicanálise, realizado em Berlim, apresentou um trabalho que colocava em questão a forma como os psicanalistas pensavam o complexo de castração, se dirigindo principalmente a Abraham e Freud. Sua apresentação, com o título “Sobre a gênese do complexo de castração nas mulheres” criticava o modo como as mulheres eram tratadas na teoria psicanalítica, embora ainda de maneira discreta⁴¹.

Em 1926, porém, é bastante direta em seu ensaio “The Flight from Womanhood”, publicado em um volume em honra ao aniversário de 70 anos de

³⁸ APPIGNANESI & FORRESTER, op. cit, 2010.

³⁹ HITCHCOCK, S. T. *Karen Horney - Pioneer of feminine psychology*. New York: Chelsea House Publishers, 2005.

⁴⁰ HITCHCOCK, op. cit.; PARIS, B. Karen Horney-Danielsen. In: MIJOLLA, A. *Dicionário Internacional de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2005, p. 895-897.

⁴¹ HITCHCOCK, op. cit..

Freud. Nesse texto, aponta que a psicanálise é criação de um homem, e que quase todos que contribuíram para seu desenvolvimento são também homens. Segundo ela, por esse motivo seria compreensível que a psicanálise tenha se tornado mais uma psicologia masculina e que seja capaz de explicar melhor o desenvolvimento de homens do que o das mulheres.

Ela prossegue atacando a noção de inveja do pênis e atribui o sentimento de inferioridade experimentado por algumas mulheres a fatores sociais. Horney parecia acreditar que seu texto desencadearia debates e discussões acirradas. Nada disso ocorreu, porém. Mesmo Freud ainda demorou cinco anos para comentar estas proposições em sua conferência sobre a feminilidade, e, nessa ocasião, a coloca lado a lado com uma série de outras autoras, o que de algum modo diluiu o impacto de seus argumentos⁴².

Em 1926, Horney se separa de Oskar e em 1932 se muda para os Estados Unidos. Passa a dirigir o Instituto Psicanalítico de Chicago, mudando-se para Nova Iorque dois anos depois e ingressando no instituto dessa cidade. A partir da década de 1930, começa a se afastar da psicanálise clássica de forma visível, e após seus trabalhos "A Personalidade Neurótica de Nosso Tempo" (1937) e "Novos Rumos na Psicanálise" (1939) é geralmente vista como pertencendo ao grupo dos chamados neofreudianos, também referidos como "Escola Cultural". Em 1941, organizou a Academia Americana de Psicanálise, que presidiu até 1952, ano em que morreu, em 4 de dezembro⁴³.

Jeanne Lampl-de Groot

Na década de 1920, algumas mulheres passaram a cercar Freud e ter maior participação em sua vida pessoal e também em sua produção teórica. Dentre as mulheres que se aproximaram de Freud e da Psicanálise nesse período, temos Jeanne Lampl-de Groot, Ruth Mack Brunswick, Marie Bonaparte, entre outras.

Jeanne Lampl-de Groot nasceu em 16 de outubro de 1895 em Schiedam, Holanda. Era a terceira filha de uma família rica (de quatro filhos). cursou Medicina na Universidade de Leyde e em Amsterdam, doutorando-se em 1921. Durante seus estudos, leu por acaso "A Interpretação dos Sonhos", de Freud. Quando concluiu seus estudos, escreveu a ele pedindo que a instrísse com relação à psicanálise. Em abril de 1922 vai a Viena e começa a estudar com Freud, participando de conferências e seminários da Sociedade Psicanalítica de Viena⁴⁴.

Em Viena, além de estudar psicanálise, também estava se formando em psiquiatria na clínica de Wagner-Jauregg. Com sua formação concluída, vai a

⁴² HITCHCOCK, op. cit., 2005.

⁴³ PARIS, op. cit., 2005.

⁴⁴ VERHAGE-STINS, E. Jeanne Lampl-de Groot. In: MIJOLLA, A. *Dicionário Internacional de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2005, p. 1062-1063.

Berlim, onde conhece Hans Lampl, com que se casou, mas retorna a Viena com a ascensão de Hitler ao poder. Em 1938, muda-se com a família para a Holanda fugindo da ameaça nazista.

Com relação a sua produção teórica, seus trabalhos versam principalmente sobre o conceito de narcisismo e psicologia feminina. Em um de seus mais importantes artigos, "The Evolution of the Oedipus Complex in Women" (1927), Lampl-de Groot se insere no debate sobre a sexualidade feminina que já se desenrolava desde o início da década. Ela se refere a textos de Abraham, Alexander, Deutsch, Horney, Van Ophuijsen e Freud para apontar que as discussões sobre as primeiras ligações libidinais se baseiam num modelo masculino e (referindo-se principalmente a Freud) não são capazes de lançar luz sobre uma série de questões relativas ao desenvolvimento sexual da menina.

Lampl-de Groot coloca em destaque a relação da menina com sua mãe, fazendo o complexo de castração tomar uma posição secundária na explicação da sexualidade feminina. Essa hipótese, como comenta Chodorow⁴⁵, força Freud a revisar sua teoria e concordar que, de fato, as meninas, assim como os meninos, começam suas vidas ligadas libidinalmente a suas mães.

Tomando outro aspecto da contribuição de Lampl-de Groot, temos a sua participação no estabelecimento da psicanálise na Holanda. Ela é uma das fundadoras, em 1946, do Instituto Psicanalítico Holandês. Em 1950, organiza em Amsterdam o primeiro congresso de psicanalistas europeus após a guerra. Em 1963 é nomeada vice-presidente honorária da IPA. Em 1970 recebe o título de doutora honoris causa da Faculdade de Medicina de Amsterdam e a Associação Psicanalítica Alemã a nomeia membro honorário, assim como a Sociedade Holandesa de Psiquiatria e Neurologia. Em 1985, como celebração de seu aniversário de 90 anos, amigos e colegas publicam uma coletânea de suas contribuições. Ela morre em Amsterdam, em 5 de abril de 1987⁴⁶.

148

Ruth Mack Brunswick

Ruth Jane Mack, nascida em 17 de fevereiro de 1897 em Chicago. Casou-se em 1917 com Hermann Ludwig Blumgart (se divorciando em 1924). Teve sua entrada em Harvard proibida (por ser mulher) e por essa razão cursou Medicina na Tufts Medical School, concluindo sua residência em psiquiatria em 1922⁴⁷.

Nesse mesmo ano, decide ir a Viena consultar Freud. Passa a estudar psicanálise e também ser analisada por Freud (sua análise, com interrupções,

⁴⁵ CHODOROW, N. *The Reproduction of Mothering - Psychoanalysis and the sociology of gender*. Berkeley: University of California Press, 1978, p. 95.

⁴⁶ VERHAGE-STINS, op. cit., 2005.

⁴⁷ WARNER, L. Ruth Mack Brunswick In: HYMAN, P. & OFER, D. Jewish Women: a comprehensive historical encyclopedia. Disponível em Acesso em <<http://jwa.org/encyclopedia/article/brunswick-ruth-mack>>. Data de acesso: 24 de Fevereiro de 2015.

parece ter durado até 1938). Torna-se próxima de Freud, encaminhando a ele os norte-americanos que pretendiam vir a Viena para análise. Freud parecia confiar em sua capacidade, e prova disso foi ter enviado a ela para continuar o tratamento um de seus pacientes mais conhecidos, o "Homem dos Lobos", em 1926⁴⁸.

Em 1928 casou-se novamente, dessa vez com Mark Brunswick (de quem se divorciou em 1945), músico e compositor que também era analisado por Freud. Participou da Sociedade Psicanalítica de Viena, e lecionou no Instituto de Psicanálise.

No decorrer da década de 1930, tornou-se viciada em morfina. Em 1938 vai para a Inglaterra seguindo Freud e no ano seguinte retorna aos Estados Unidos, se tornando membro da Sociedade Psicanalítica de Nova Iorque. Durante esse período, ajudou colegas psicanalistas judeus a sair da Europa e migrar para os EUA. Com problemas pessoais e de saúde, prescrevia drogas a si mesma, o que aparentemente contribuiu para sua morte, ao sofrer uma queda e bater com a cabeça, em 25 de janeiro de 1946⁴⁹.

Com relação a sua contribuição teórica, esteve entre as analistas que discutiam a sexualidade feminina e a relação da menina com a mãe, forçando Freud a revisar suas proposições no final da década de 1920 e início da década de 1930. Brunswick foi possivelmente a primeira pessoa a usar o termo "pré-edípico"⁵⁰, já que seus escritos tinham como foco a relação primária com a mãe. Mesmo assim, como indica Chodorow⁵¹, ela se mantinha de acordo com Freud em diversos pontos, considerando a menina em seus primeiros anos idêntica ao menino, com relação ao seu desenvolvimento sexual.

Marie Bonaparte

Marie Léon Bonaparte nasceu em 2 de julho de 1882 em Saint-Cloud. Sua mãe morreu algum tempo após o parto, razão pela qual foi criada pelo pai e pela avó paterna. Embora tivesse intenção de estudar Medicina, foi impedida pelo pai. Mesmo assim, era freqüentadora assídua de conferências e apresentações de pacientes no hospital Saint-Anne em Paris. Casou-se em 1907 e nos anos seguintes deu a luz a dois filhos⁵².

Seu contato inicial com a psicanálise se dá ao ler "Conferências Introdutórias sobre Psicanálise", que havia sido publicada em francês recentemente, ao cuidar do pai enfermo, em seu leito de morte, em 1924. No

⁴⁸ ROAZEN, P. Ruth Mack Brunswick. In: MIJOLLA, A. *Dicionário Internacional de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2005, p. 272-273.

⁴⁹ ROAZEN, P. *Freud and his Followers*. New York: Da Capo Press, 1992.

⁵⁰ ROAZEN, op. cit., 1992, p. 248.

⁵¹ CHODOROW, op. cit., 1978, p. 146.

⁵² THOMPSON, N. Marie Bonaparte's Theory of Female Sexuality: Fantasy and Biology. *American Imago*, 60, 2003, p. 343-378.

ano seguinte, se torna paciente de Freud, tendo sido analisada de 1925 a 1929 (retornando para sessões isoladas após essa data). Ela logo decide estudar psicanálise e psiquiatria, o que fazia informalmente, já que não cursava a universidade⁵³.

Seus textos tratam principalmente de questões referentes à sexualidade feminina, e ela está entre o grupo de autoras que contribuiu para as reformulações que Freud faz em sua teoria na década de 1930. Escreveu também artigos sobre a guerra e uma obra em dois volumes sobre Edgar Allan Poe, publicada em 1933.

Sua maior contribuição, entretanto, foi na organização e expansão da psicanálise na França. Participou da fundação da Sociedade Psicanalítica de Paris, traduziu textos de Freud para o francês e, posteriormente, ajudou Freud e sua família a escapar da Viena ocupada pelos nazistas. Também financiava periódicos de psicanálise, como a *Revue Française de Psychanalyse*. De modo similar, quando a editora psicanalítica passou por dificuldades financeiras em 1929, foi Marie quem forneceu o apoio para salvá-la do risco de falência. Marie morre de leucemia em 21 de setembro de 1962 em Saint-Tropez⁵⁴.

Antes mesmo da chegada de Marie Bonaparte a Paris, outra psicanalista já tentava implantar efetivamente a doutrina freudiana na França. Eugénie Sokolnicka (sobrenome de solteira Kutner), nasceu em 14 de junho de 1884 em Varsóvia, em uma família judaica abastada. Estuda biologia na Sorbonne, em Paris, onde obtém uma licenciatura em ciências. Também frequentou as aulas de Pierre Janet. Algum tempo após seu casamento, vai a Zurique estudar com Jung no Burghölzli. Dois anos depois, em 1913, decide ir a Viena, onde é analisada por Freud por cerca de um ano. Em 1916 se torna membro da Sociedade Psicanalítica de Zurique e também da de Viena. No ano seguinte, retorna à Polônia, com intenção de fundar uma sociedade de psicanálise em sua cidade natal⁵⁵.

Esse plano acaba fracassado e, em 1920, Sokolnicka vai a Budapeste, onde se submete à análise com Ferenczi, por aproximadamente um ano. No ano seguinte muda-se para Paris, onde tinha contato próximo com o meio literário e um grupo de escritores e poetas passou a se reunir em sua casa semanalmente (eles chamavam a si mesmos de *Club des Refoulés*). Em 1922, proferiu conferências sobre psicanálise na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais e foi admitida no hospital psiquiátrico de Sainte-Anne, participando de reuniões e apresentações de pacientes por um período curto (ela abandonou o hospital três meses depois, por acreditar que não a estavam levando a sério)⁵⁶.

⁵³ BOURGERON, J.-P. Marie Léon Bonaparte. In: MIJOLLA, A. *Dicionário Internacional de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2005, p. 249-250; STEIN-MONOD, C. Marie Bonaparte. In: ALEXANDER, F., EISENSTEIN, S. & GROTHJAHN, M. *Psychoanalytic Pioneers*. New York and London: Basic Books, 1966, p. 399-414.

⁵⁴ STEIN-MONOD, op. cit., 1966.

⁵⁵ MIJOLLA, A. Eugénie Sokolnicka-Kutner. In: MIJOLLA, A. *Dicionário Internacional de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2005, p. 1768-1769; APPIGNANESI & FORRESTER, op. cit., 2010.

⁵⁶ MIJOLLA, op. cit., 2005; GEISSMANN & GEISSMANN, op. cit., 1998.

Sokolnicka analisou René Laforgue, Edouard Pichon e Sophie Morgenstern, que viriam a ter papel de relevância na psicanálise francesa. Porém, não sendo médica, encontrava muita resistência no meio psiquiátrico. Em 1926, foi uma das fundadoras da Sociedade Psicanalítica de Paris. De acordo com Geissmann e Geissmann, uma série de fatores (não ter formação médica, seu interesse por psicanálise infantil, sua personalidade difícil) contribuíram para que, no início da década de 1930, Sokolnicka fosse lentamente desaparecendo do cenário psicanalítico francês. Em 19 de maio de 1934, ela comete suicídio.

Seus principais trabalhos se referem à psicanálise de crianças, sendo "Análise de um Caso de Neurose Obsessiva Infantil", de 1920, o mais famoso. Também chegou a fazer experimentos com análises mais curtas. Entretanto, a maior parte de sua produção se dava na forma de palestras e conferências, de modo que pouca coisa sobreviveu⁵⁷.

Helene Deutsch

Helene Rosenbach nasceu em 09 de outubro de 1884, em Przemysl - uma antiga cidade fortificada de porte médio na Galícia de língua polonesa, na fronteira ucraniana do Império Austro-Húngaro - e morreu, aos 98 anos, em 29 de março de 1982, em Massachusetts, nos Estados Unidos⁵⁸.

Era de família burguesa e contrariou os anseios da mãe de que se tornasse uma dona de casa exemplar, para formar-se em medicina, na Universidade de Viena. Foi preciso que ela fugisse de casa para negociar com os pais seu retorno em troca de que a ajudassem a conseguir acesso à Universidade⁵⁹.

Conheceu o marido, Félix Deutsch, na faculdade. Sionista, vienense e da mesma idade que Helene, Félix era um médico eminente, que também se tornou analista e é apontado como um dos pioneiros da medicina psicossomática. Casaram-se em Viena, em 1912⁶⁰.

Após formar-se em medicina, em 1915, Helene trabalhou com figuras renomadas da psiquiatria como Emil Kraepelin e Julius Wagner-Jauregg, sucessor de Richard von Krafft-Ebing.

Sua entrada na psicanálise se deu em 1911, quando leu a Interpretação dos sonhos e passou a acompanhar o seminário de Victor Tausk, que viria a se tornar, posteriormente, seu primeiro cliente, a pedido de Freud. Em 1918 passou a assistir regularmente às reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena, da qual se tornou membro em 13 de março desse ano. Como condição para sua

⁵⁷ GEISSMANN & GEISSMANN, op. cit., 1998.

⁵⁸ SAYERS, J. *Mães da Psicanálise: Helene Deutsch, Karen Horney, Anna Freud, Melanie Klein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

⁵⁹ APPIGNANESI & FORRESTER, op. cit, 2010, p. 35.

⁶⁰ Ibid., p. 39.

entrada no grupo, Helene teve que comentar o artigo “Vaginal e Anal”, de Lou Andréas Salomé.

Helene Deutsch foi uma das primeiras mulheres a integrar a Sociedade Psicanalítica de Viena. Fez análise com Freud e também foi supervisionada por ele. Sua primeira saída de Viena se deu por problemas no casamento e desejo de fazer uma análise com Abraham. Mudou-se para Berlim em 1923, onde morou no mesmo hotel que Melanie Klein. Sua segunda e definitiva saída de Viena foi em 1935, como tantos outros por causa do nazismo, mudando-se para Boston, nos Estados Unidos, onde integrou a Sociedade Psicanalítica de Boston. Redigiu seu primeiro trabalho sobre psicologia da mulher e o apresentou no congresso da Associação Psicanalítica Internacional, em 21 de abril de 1924. Foi a primeira a dirigir o Instituto de Formação Psicanalítica de Viena, fundado no mesmo ano. Nesse período já começa se manifestar seu interesse pela psicologia feminina que seria o tema da maior parte de seus trabalhos. Sua monografia “Sobre a Psicanálise das Funções Sexuais da Mulher”, de 1925, foi o primeiro livro escrito por um psicanalista dedicado à psicologia feminina. Embora suas idéias sejam revolucionárias na busca pela compreensão do que é próprio da sexualidade da mulher, assunto que o próprio Freud declarava não compreender totalmente, ela não rompe com a utilização de termos próprios à compreensão masculina da sexualidade⁶¹.

Em 1931, publica um ensaio intitulado “Sexualidade Feminina” (publicado por engano com o mesmo título do trabalho de Freud do mesmo ano). Tratando do lesbianismo, Deutsch contrariava a proposição freudiana de que isso decorria da decepção com o pai. Para ela, se tratava de uma ligação entre mulheres, fruto da identificação à maternalização primária, tema que a ocupou nessa década.

Seu livro “Psicologia da Mulher” foi, em 1949, a referência psicanalítica maior de Simone de Beauvoir em “O segundo sexo”. “A posição de Helene Deutsch sobre a sexualidade feminina, inspirada na tese da libido única e do falicismo, se inscreve perfeitamente na corrente vienense, também representada por Jeanne Lampl-de Groot, Ruth Mack-Brunswick e Marie Bonaparte”⁶².

Joan Rivière: a tradutora preferida/preterida de Freud

Joan Hodgson Verrall nasceu em 28 de junho de 1883, em Brighton, Inglaterra. Filha mais velha de Hugh e Anna, Joan fazia parte da grande burguesia intelectual inglesa e se formou inicialmente na cidade onde nasceu. Aos 17 anos foi mandada para a Alemanha, onde ficou por um ano, tempo suficiente para que aprendesse muito bem a língua e já fosse capaz de traduzir

⁶¹ SAYERS, op. cit., 1992.

⁶² ROUDINESCO, E. & PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 150.

para um inglês “fluente e expressivo” os escritos psicanalíticos de Freud. Casou-se com Evelyn Rivière, advogado⁶³.

Joan Rivière não tem uma biografia dedicada à sua vida e obra, porém tem um capítulo biográfico dedicado a ela em uma coletânea que reúne seus textos de 1920 a 1958. Na biografia de Melanie Klein, Joan Rivière aparece como alguém que “possuía uma das mentes mais perspicazes e inteligentes do grupo inglês”⁶⁴.

Seu papel como primeira tradutora de Freud é menos conhecido do que sua colaboração com divulgação das ideias de Melanie Klein. James Strachey supõe que o interesse de Joan Rivière pela psicanálise tenha ocorrido através da Sociedade de Pesquisa Psíquica, depois de ler um artigo de Freud nas atas dessa sociedade. Mas o que aparece de maneira mais evidente⁶⁵ (Roudinesco & Plon, 1998; Hughes, 2005; Grosskurth, 1992) é o fato de, em 1916, Joan ter iniciado uma análise com Ernest Jones. Impressionado com o conhecimento de sua cliente sobre princípios e processos psicanalíticos aparece como responsável por “cooptá-la” para a Sociedade Britânica de Psicanálise. Ela é uma das seis mulheres (Alix Strachey, Susan Isaacs, Ella Freeman Sharpe, Sylvia Payne e Bárbara Low), entre 24 homens, que fizeram parte da fundação da Sociedade. Joan é apontada também como sendo então a primeira analista leiga da Inglaterra, já que não possuía formação médica⁶⁶. Em 1922, foi para Viena realizar uma análise com Sigmund Freud.

Passou a ser a tradutora preferida de Freud já que possuía um estilo elegante de escrita aliado a um rigor na tradução. Freud parece ter se encantado com tais características de Joan Rivière e enxergou nela uma grande aliada do movimento psicanalítico. Porém, há duas situações que parecem comprometer tanto os planos de Sigmund Freud para Joan quanto o reconhecimento desta como ícone importante na história do movimento psicanalítico: 1) a relação de Joan Rivière com as ideias kleinianas, da chamada Escola Inglesa e 2) o fato disso entrar em choque com o interesse de Sigmund Freud em apoiar as ideias da filha, Anna Freud, em relação a análise de crianças.

A suposta rivalidade entre Joan Rivière e Anna Freud começa a aparecer por acaso, pois a submissão de Joan à análise com o pai da psicanálise e a análise que Sigmund Freud realizou com a própria filha ocorreram em momentos simultâneos, em 1922. O brilhantismo e desenvoltura de Rivière contrastam com a inibição de que se queixava Anna Freud em relação a escrita e apresentação de suas ideias.

⁶³ HUGHES, A. *The Inner World and Joan Riviere: Collected Papers 1920-1958*. London: Karnac Books, 1991.

⁶⁴ GROSSKURTH, P. *O Mundo e a Obra de Melanie Klein*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

⁶⁵ ROUDINESCO & PLON, op. cit., 1998; HUGHES, op. cit., 2005 e GROSSKURTH, op. cit., 1992.

⁶⁶ HUGHES, A. Joan Rivière-Hodgson Verall. In: MIJOLLA, A, *Dicionário Internacional da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2005, p. 1643-1644.

Foi em 1924 que Rivière e Klein, durante o Congresso de Salzburgo, perceberam que tinham ideias afins e a partir daí se desenvolveu uma parceria entre as duas analistas. Por essa ligação com Klein, Joan Rivière hoje é muito mais lembrada do que por suas ideias originais ou como a tradutora favorita de Freud.

Em 1927, Anna Freud escreve sua "Introdução à técnica da análise infantil", onde explicita as diferenças entre seus posicionamentos e aqueles defendidos pela corrente inglesa. No mesmo ano é organizado na Inglaterra um "Simpósio sobre análise de crianças" em que Joan Rivière sustenta a teoria kleiniana acrescentando pontos originais relacionados ao seu entendimento sobre o superego. Foi a partir da explicitação dessas ideias que houve o rompimento com Sigmund Freud, o que o levou a escrever uma carta para a Sra. Rivière.

A partir desse ponto a participação de Joan Rivière no campo da psicanálise passa a ficar bem mais centralizada na corrente inglesa. Seu artigo sobre "A feminilidade como máscara" é bastante conhecido e referenciado, sobretudo por ter sido citado por Jacques Lacan. Roudinesco & Plon apontam esse artigo como sua produção mais importante, opinião divergente de Hughes, que considera sua obra prima o artigo que escreve sobre a reação terapêutica negativa, de 1936.

Anna Freud: caçula de Freud e guardiã do espólio

Anna Freud é a filha caçula de Sigmund Freud e única a seguir no terreno da psicanálise. A mais nova dos seis filhos, Anna nasceu em Viena, em 3 de dezembro de 1895 e morreu em Londres em 9 de outubro de 1982. Filha preferida do pai, Anna nunca se casou. Tornou-se professora primária, profissão que exerceu durante a Primeira Guerra mundial, de 1914 a 1920⁶⁷. Foi analisada pelo pai em dois períodos, de 1918 a 1920 e de 1922 a 1924. Um dos sintomas de que se tratava sua análise era sua inibição. E parece ter sido baseado na análise da filha que Sigmund Freud escreve o texto de "Bate-se numa criança", de 1919.

A entrada de Anna Freud na história do movimento psicanalítico, para além de seu parentesco com o pai da psicanálise, se deu em relação ao tratamento de crianças. Seu primeiro trabalho apresentado, em 1922, foi "Fantasias e devaneios diurnos de uma criança espancada". Em 1927 publicou seu principal trabalho, segundo Roudinesco e Plon, "O tratamento psicanalítico de crianças", que como vimos na seção anterior, foi o ponto de partida para as grandes controvérsias ocorridas posteriormente, quando o centro do movimento psicanalítico se mudou de Viena para Londres, em 1938, devido ao nazismo.

Anna Freud não foi a pioneira na análise de crianças, mas dedicou boa parte de sua vida a essa temática. Nunca ousou refutar nenhum ponto na

⁶⁷ ROUDINESCO & PLON, op. cit., 1998.

teoria do pai e fazia oposição à vertente desenvolvida por outras psicanalistas mulheres que enfatizavam o maternalismo.

Anna Freud desempenhou um papel preponderante na história do movimento devido a sua meticulosa organização de documentos, textos e cartas importantes. Graças a ela, tais papéis foram guardados e catalogados, fornecendo uma infinidade de material para pesquisa.

Outro ponto importante de sua história no campo da psicanálise foi sua amizade longa com Dorothy Burlingham, com quem dirigiu clínicas de atendimento infantil e escreveu artigos. Ao lado de Dorothy escreveu o livro "War and children", de 1943 e também "Crianças sem lar" de 1954, em que discutem as consequências da guerra para as crianças.

Uma das maiores críticas que recebe o teor das construções teóricas de Anna Freud é o fato de dar ênfase demais ao fortalecimento do ego em detrimento de outra instância psíquica, o id. Um de seus livros mais conhecidos e citados é exatamente "O Ego e os mecanismos de defesa", publicado em 1936, que ressalta a importância dos mecanismos de defesa do ego em relação aos ataques do id. Anna defendia e acreditava que o papel da análise deveria ser mais voltado para o fortalecimento do ego do que para a escuta de conteúdos inconscientes, sendo acusada assim de deixar de lado o pilar mais fundamental sobre o qual se ampara a teoria psicanalítica.

Considerações finais

A história das primeiras mulheres psicanalistas retrata uma luta intensa necessária para a criação de um espaço social em que a mulher pudesse participar de um campo até então dominado por homens. A vida das autoras visitadas nesse artigo demonstra como cada uma conquistou algum reconhecimento, e de fato foram capazes de participar da construção de todo um movimento científico.

Inicialmente relegadas a papéis vistos como aceitáveis para as mulheres, tal como o cuidado de crianças, elas avançam para o terreno da sexualidade feminina. Estranhamente, tiveram que lutar também aí para que suas vozes fossem ouvidas. A intensa resistência de Freud e seus discípulos às teorizações destas pioneiras foram vencidas lentamente e as mulheres foram ocupando gradativamente lugares cada vez mais importantes na construção da teoria e prática psicanalítica.

Um dos fatores que motivaram essa investigação foi a impressão de que, no campo da psicanálise, essas autoras acabam ocupando um lugar secundário em relação aos grandes nomes do movimento psicanalítico. O que se confirma em alguns casos, mas não em outros. As razões que as levam a serem colocadas em segundo plano podem ter alguma relação com o gênero, mas a confirmação dessa hipótese exigiria uma pesquisa ainda mais minuciosa.

Sobre os autores

Marcus Vinicius Neto Silva é psicólogo (Newton Paiva), mestre em Estudos Psicanalíticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutorando em Estudos Psicanalíticos nessa mesma instituição.

E-mail: marcusviniciusnsilva@gmail.com.

Érica Silva Espírito Santo é graduada (2005) em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestre (2014) em Psicologia pela mesma instituição.

E-mail: ericases@gmail.com.

Artigo recebido em 01 de março de 2015.

Aprovado em 22 de junho de 2015.

POR UMA HISTÓRIA DOS SILÊNCIOS: MULHERES, GUARDIÃS E CULTURA NA CIDADE DE GOIÁS (DÉCADA DE 1960)

PAULO BRITO DO PRADO

Universidade Federal Fluminense (UFF)

RESUMO

O presente artigo estuda o passado recente de Goiás na expectativa de questionar os silêncios que obscureceram mulheres atuantes no cenário urbano em 1960. Propomos um exercício de reflexão histórica voltado para a interrogação dos silêncios no interior da Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT). No decorrer da narrativa problematizamos as políticas da memória e criamos espaços para que as mulheres silenciadas pudessem nos contar outras versões da história local, apagadas pelos jogos de poder e pela dominação masculina presentes nesta instituição cultural, criada em 1965.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Goiás; História; Silêncios.

ABSTRACT

This paper studies the recent past of Goiás in expectation of questioning the silence that obscured women working in the urban setting in 1960. We propose a historical reflection exercise focused on the question of silence inside the Vilaboense Arts and Traditions Organization (OVAT). In the course of the narrative we question the politics of memory and create spaces for women silenced could tell us other versions of local history, erased by power games and the male domination present in this cultural institution, established in 1965.

KEYWORDS: Women; Goiás; History; Silences.

Tecidos de histórias, tecidos de silêncios...

Ao longo de sua trajetória histórica a cidade de Goiás, localizada no "Coração do Brasil", incorporou em seus costumes, práticas e manifestações culturais muitas tradições inventadas, (re) inventadas e modernizadas. Clóvis Britto (2008), na ocasião de suas incursões pelo ambiente dessas tradições, sugeriu serem elas referências culturais dotadas de "valores, vivências e experiências constantemente produzidas [...] reelaboradas"¹ e (re) inventadas pela Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT) a partir de 1965, ano em que foi fundada.

Embora compreendamos as tradições de Goiás como (re) invenções², Clóvis Britto nos chamou atenção para a necessidade de as observarmos com maior cuidado, pelo fato de não serem (re) invenções "arbitrárias, visto que já [ocorriam] em terras goianas desde o século XVIII"³. Esta observação singularizou a cidade de Goiás e suas manifestações culturais quando relacionadas às de outras regiões do Brasil, a exemplo da literatura de cordel no Nordeste explicada por Durval Muniz (2013)⁴ como mais uma fabricação dos anos 1920 e 1930 que obedecia à lógica do mercado de bens simbólicos nordestino.

Na última década, as tradições vilaboenses e goianas inquietaram estudiosos de diversas áreas das ciências humanas e se tornaram objetos de pesquisa que se desdobraram em importantes trabalhos acadêmicos⁵. Ainda que existam investigações sobre o assunto, na cidade de Goiás ou em outras cidades do Estado, pouco se questionou sobre os vazios, os espaços em branco e os silêncios das mulheres presentes na fabricação e na (re) invenção dessas tradições.

Transformadas em ícones da identidade e cultura goiana⁶ pela OVAT, as celebrações e manifestações culturais da Semana Santa foram constantemente representadas e contadas por cronistas e memorialistas que passaram pelos sertões de Goiás, ou que por estas terras viveram⁷. Ainda que os apontamentos desses relatos sejam fundamentais para a compreensão dos itinerários históricos da cidade, optamos enveredar pelos caminhos de Goiás na

¹ BRITTO, Clóvis Carvalho (Org.). *Luzes e trevas: estudos sobre a Procissão do Fogaréu da Cidade de Goiás*. Rio de Janeiro: Coriféu, 200, p. 10.

² HOBSBAWM, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Tradução Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

³ BRITTO, *op. cit.*, p. 44.

⁴ JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. *A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste – 1920-1950)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

⁵ SILVA, Mônica Martins da. *A festa do divino: romanização, patrimônio e tradição em Pirenópolis (1890-1988)*. Goiânia: AGEPEL, 2001; TAMASO, Izabela. *Em nome do patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás*. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de Brasília, 2007.

⁶ BERTRAN, Paulo. *Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783*. Goiânia: ICBC, 2010. CHAUL, Nasr Fayad. A identidade cultural do goiano. In: *Ciência e cultura*, São Paulo, v.º 63, 2011.

⁷ CASTELBAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 2000; LEAL, Oscar. *Viagem às terras goianas (Brazil Central)*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1980.

companhia de mulheres, até porque a investigação propõe questionar os silêncios que pairam sobre estas personagens. Daí buscarmos esclarecimentos nas memórias escritas por Ofélia Sócrates (1974; 1983), Regina Lacerda (1977) e Anna Joaquina da Silva Marques⁸ para, a partir de suas lembranças, projetarmos compreensões para os silêncios femininos fabricados pela OVAT no instante em que (re) inventou e modernizou as tradições vilaboenses.

Durante os séculos XVIII, XIX e meados do XX a sociedade vilaboense utilizou-se de mecanismos discursivos e da dominação simbólica para impedir que as mulheres participassem das procissões noturnas. Os mecanismos de impedimento garantiram a subalternização e manutenção das mulheres nas "sombras da história". Clóvis Britto (2011) problematizou estes não ditos, esquecimentos, subalternizações e exclusões no momento em que investigou as permanências da dominação masculina na sociedade vilaboense contemporânea. Conforme indicou, foram detectados projetos que insistiam na proibição da participação feminina em manifestações do catolicismo popular, talvez numa tentativa de produzir a crença das tradições genuinamente autênticas.

Se atualmente não se pode proibir que as mulheres assistam à procissão como ocorria no século XIX e início do XX, nosso argumento é que a própria fabricação de mecanismos que justifiquem ou que invisibilizem sua participação como protagonista da festa consiste em uma forma de instituir uma ponte com as práticas consideradas 'tradicionais' e envolver o ritual de uma maior 'autenticidade'⁹.

159

Suas interrogações e provocações nos permitiram conferir que o silêncio e a proibição – dirigida às mulheres – de participar dos rituais católicos era um elemento cultural incorporado pela memória coletiva do vilaboense – um *habitus* – e que em muitos momentos este *habitus* que também é uma violência simbólica havia sido cruzado com a manutenção das tradições locais. Na expectativa de corroborar esta hipótese, buscamos indícios desses silêncios e proibições nos testemunhos de Elder Camargo:

Nas pesquisas, constatamos que as mulheres tradicionalmente eram proibidas de participar da Procissão do Fogaréu. Mas em 1966 como é que você proibiria uma coisa dessas? Até hoje ainda não tivemos uma mulher vestida de farricoco na Procissão, também existe a questão do peso da tocha, é necessário caminhar descalço, ficar parado algum tempo, a

⁸ IPEH-BC. *Memorial de Anna Joaquina da Silva Marques*. Cidade de Goiás. 1880-1930. Manuscrito pertencente à 'Coleção da Cúria da Arquidiocese da Goiânia', sob a guarda do IPEHBC. Goiânia – GO; LACERDA, Regina. *Vila Boa: história e folclore*. 2 ed., Goiânia: Oriente, 1977.

⁹ BRITTO, Clóvis Carvalho. As mulheres ou os silêncios da procissão do Fogaréu. *OPSIS*, Universidade Federal de Goiás: Catalão, 2011, p. 200.

roupa que esquenta etc. Isso não é nenhuma proibição, é somente porque acho mais fácil trabalhar com os rapazes e não misturar¹⁰.

Lendo os testemunhos de Elder Camargo sobre a fabricação da OVAT e a Procissão do Fogaréu, verificamos o quanto é latente a crença de que para manter antigas tradições em Goiás faz-se necessário preservar as mesmas formatações dos séculos XVIII e XIX, quando as mulheres eram impedidas de tomarem seus lugares no espaço público. A contribuição memorialista de Elder indicia a incorporação de um discurso masculino e preconceituoso, pois constrói uma imagem frágil para as mulheres goianas. Seu testemunho encarna um *habitus* que (re) inventa antigos princípios da divisão sexual na sociedade contemporânea por meio de "regularidades da ordem física e da ordem social [que] impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres [...] assimilando-lhes lugares inferiores"¹¹, no teatro de memórias: os bastidores.

Ao confrontarmos esta violência simbólica com os variados momentos da história de Goiás, encontramos no diário de Anna Joaquina registros que denunciam a exclusão feminina da participação pública em rituais do catolicismo popular de Goiás. Entre os dias 23 e 28 de março de 1920, a memorialista destacou ter havido a procissão de Nosso Senhor dos Passos "*m.s as mulheres não acompanharão p.r q'. foi proibido p.lo P.e Confucio*". E no Domingo de Ramos "*detarde teve a prossição das Dôres m.to bôa m.s não foi moças*"¹².

Ainda que Anna Joaquina tenha se reportado literariamente ao referido impedimento somente na década de 1920, quando lemos seu memorial confrontando-o às memórias de Pohl identificamos os projetos para silenciar estas agentes, subalternizando-as e lhes delegando papéis inferiores. Segundo impressões do cronista as mulheres goianas não "participavam de festa pública alguma [e que por esta razão] haviam acudido à Igreja"¹³ ocupando aí funções de menor prestígio social.

Embora o trabalho projete interrogar os silêncios das mulheres na história de Goiás é necessário considerar a informação do cronista, compreendendo a presença dessas agentes na igreja como uma tática, um jogo de poder ou uma disputa de gênero¹⁴. Desta forma observamos que, a despeito dos silêncios e esquecimentos, as mulheres, no decorrer de suas trajetórias

¹⁰ PASSOS, Elder Camargo de. O futuro de Goiás é o passado. In: BRITTO, Clovis Carvalho (Org.). *Luzes e trevas: estudos sobre a Procissão do Fogaréu da Cidade de Goiás*. Rio de Janeiro: Coriféu, 2008.

¹¹ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 34.

¹² IPEH-BC. *op. cit.*, p. 510-511.

¹³ POHL, Johann Emmanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. 2 vol., Rio de Janeiro: INL, 1975, p. 143.

¹⁴ SCOTT, Joan Wallach. *Gênero e história*. Tradução de Consol Vilá I. Boadas. México: FCE, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

utilizaram mecanismos, táticas¹⁵ e estratégias “para fazer desse silêncio uma arma, esquivando-se das produções, ocupando os vazios do poder e as lacunas da história”¹⁶. Essas táticas, ou resistências, podem ser corroboradas com a presença das mulheres em igrejas¹⁷, na organização de manifestações culturais, como o Canto do Perdão executado no período das comemorações do passionário vilaboense¹⁸ ou, em nosso caso particular, quando Elina Maria e Altair Camargo auxiliaram na criação da OVAT, atuando como agentes culturais responsáveis pela (re) invenção de tradições na cidade de Goiás.

Ainda que tenham sido silenciadas pela memória coletiva e pela história, é importante destacar que a “aceitação” não foi um acontecimento harmônico. O silêncio feminino em Goiás sempre veio acompanhado de táticas, resistências e técnicas que frustravam os efeitos da dominação masculina. Uma vez impedidas de sociabilizarem-se publicamente, as mulheres eram obrigadas a subjugar-se ao ambiente do privado¹⁹. Restava-lhes desta forma, “participar dos cultos diurnos, das celebrações no interior dos templos [observando] os préstitos pelas [frestas das] janelas” como faziam as mulheres descritas por Cora Coralina e que viam “pela tabuleta riçada e graduada [...] sem se mostrar [...] a rua, os passantes, as casas fronteiriças e, dentro de certo ângulo, observavam os acontecimentos”²⁰ da cidade.

A tática mais comum, e que foi amplamente utilizada pelas mulheres goianas a fim de ocupar posições públicas (PERROT, 2005) na sociedade vilaboense era “aceitar se apagar [para] exercer algum poder”. No desempenho de tal projeto elas “desenvolviam concessões de ordem simbólica”²¹ compondo a organização das celebrações religiosas, semelhante ao que fizeram as guardiãs do Perdão entre os séculos XIX e XX. Sobre a cerimônia e a presença de mulheres no processo de execução da representação religiosa, Ofélia Sócrates contou que:

Sexta-Feira da Paixão, às três horas da tarde, realizavam-se na Boa Morte o Ofício da Via Sacra, o Sermão das Sete Palavras e o Perdão. Meninas vestidas de branco com faixa preta na cintura, previamente ensaiadas, cantavam o Perdão. Junto a este o primeiro par se ajoelhava e cantava seu pedido de

¹⁵ SOIHET, Rachel. O feminismo tático de Bertha Lutz. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

¹⁶ BRITTO, *op. cit.*, p. 200.

¹⁷ ATAÍDES, Jésus Marco de; CAPEL, Heloísa Selma. Símbolos do despertar da mulher goiana no séc. XIX. *Teoria e Práxis: Revista de Ciências Humanas e Política*, n.º 2, Goiânia, 1991.

¹⁸ PRADO, Paulo Brito. Entre o Perfume de angélicas e estrelas do norte as mulheres tornam perpétua a tradição do perdão: por uma história (fé)minina em terras goianas nos séculos XIX e XX. In: BRITTO, Clóvis Carvalho; SIQUEIRA, Guilherme Antônio de e PRADO, Paulo Brito do. Por uma história da saudade: itinerários do Canto do Perdão na Cidade de Goiás (Séculos XIX e XX). Goiânia: Gráfica e Editora América, 2014.

¹⁹ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

²⁰ CORALINA, Cora. *Estórias da casa velha da ponte*. São Paulo: Global, 2006, p. 22.

²¹ BRITTO, *op. cit.*, p. 163.

perdão em nome dos pecadores. Em seguida os outros pares vinham, cantavam e iam se colocar atrás da fila. [...] A noite de sexta para sábado era de grande azáfama para padre Confúcio, tia Adelaide e seus auxiliares. Mistér se fazia retirar o luto que cobria a igreja e orná-la para as alegrias do Sábado de Aleluia²².

Ao relatar suas memórias, Ofélia Sócrates destacou a presença de mulheres na celebração paralitúrgica que, além de ser pública se delongava noite adentro – nesta mesma tarde era executada em muitas igrejas da cidade e isto exigia das professoras e alunas que se revezassem nas várias representações –. Ainda que não mencionando o nome de Pacífica Josefina de Castro (Mestra Nhola) – a primeira guardiã do perdão – Ofélia deu visibilidade a Adelaide Sócrates que também era uma guardiã de tradições, isto porque ensaiava as meninas para cantar o Perdão todos os anos, conforme relatou Anna Joaquina em seu Memorial. Somadas às lembranças de Ofélia e Anna contamos com os relatos de Regina Lacerda que ilustrou a cerimônia do Perdão dando visibilidade a Gracinha Péclat, Benedita de Nhola, Maria Camargo e Nenê Pinheiro, mulheres que também pertenciam à aristocracia de Goiás e que foram eternizadas na memória coletiva da cidade como guardiãs de tradições/memórias, pelo fato de manterem vivas muitas tradições nos sertões de Goiás.

Embora estas mulheres fossem filhas “de um pequeno segmento da população brasileira do século XIX”²³, aspecto que possivelmente lhes proporcionou forçar a passagem e “sair” para “desenvolver sua influência junto às portas do poder”²⁴, o que nos interessou foi verificar por que e de que forma a sobreposição do tempo provocou o silêncio e o esquecimento não só dessas mulheres, mas de muitas outras que utilizaram táticas diversas para burlar os efeitos da dominação masculina e garantir sua presença no espaço público.

Clóvis Britto (2013) nos alertou para a existência de uma política da memória responsável pela seleção daquilo que deveria ser lembrado e aquilo que deveria ser esquecido. Seus apontamentos metodológicos nos auxiliaram na compreensão de que em muitas das vezes o silêncio parte não só da dominação masculina, mas de direções diversas, daí ser necessário ter um olhar multifacetado, pois:

Não narrar alguém ou algo é um mecanismo eficaz de instituí-los como ‘mortos’ metaforicamente, de conferir uma identidade a partir da não identificação. Soma-se a esse fato, o reconhecimento de que a memória se pauta em um jogo entre lembranças e esquecimentos e, no âmbito individual, na disputa entre o que deve ser lembrado, narrado, fabricado. Questões

²² MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Reminiscências: Goiás D’ Antanho (1907-1911)*. Goiânia: Oriente, 1974, p. 39-41; MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Goyaz: coração do Brasil*. Brasília, DF: Sem editora, 1983.

²³ HAHNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 43.

²⁴ PERROT, *op. cit.*, p. 279.

que desembocam em embates de uma política da memória que permeia a constituição das narrativas²⁵.

Parafraseando as suas impressões compreendemos ser nossa proposta, de certo modo, uma forma de tecer a trajetória de mulheres a partir da reconstrução de seus acidentados itinerários, tornados visíveis em representações sociais, criadas na expectativa de atribuir sentido ao tecido de vidas femininas, ilustrado pela narrativa. Suas expectativas vão ao encontro do que projetamos quando nos inquietamos pela possibilidade de entender Elina Maria e Altair Camargo como agentes culturais e guardiãs de tradições/memórias, silenciadas e esquecidas por conta da violência simbólica, da dominação masculina, pela política da memória/história e pelo desinteresse de parte da academia por este campo de investigação.

Como muitas outras mulheres, Altair e Elina guardaram, mediaram e (re) inventaram uma memória para a cidade tornando-se "narradoras privilegiadas da história do grupo ao qual pertenceram com autoridade para falar"²⁶ e/ou deixar indícios de suas trajetórias. Enquanto Elina, na Rádio Treze de Maio, narrava e contava muitas tradições de Goiás na companhia dos jovens vilaboenses que lá trabalhavam, Altair cuidava de reaver esculturas sacras que trafegavam pelos sertões de Goiás em pacotes com a finalidade de serem comercializadas. Nice Monteiro em crônica sobre o nascimento do Museu da Boa Morte destacou o papel de Altair como a guardiã que agenciou o processo de criação do referido museu quando intermediou a compra de imagens sacras para a montagem da coleção museológica:

Certo dia, um deles entrou pelo Hotel Municipal com um saco cheio de imagens antigas. Os olhos de Altair de Camargo Passos sofreram com a visão e sua sensibilidade gritou um S.O.S. que alcançasse D. Cândido Penso. E alcançou. Ele, que viera da Itália, enviado por Deus para acordar nosso senso artístico muito adormecido. D. Penso ficou com as imagens comprando-as e começou um pequeno museu no Convento Dominicano. Com a ausência de D. Penso, as imagens foram transferidas para a Cúria, na Catedral, por D. Abel Ribeiro. Regina Lacerda condeou-se do abandono da Boa Morte e conseguiu sua recuperação, com autoridades, sob seu patrocínio. Assim a simpática Igreja, mais uma vez, sorriu em tintas novas. Elder Camargo Passos e Antolinda Bahia Borges já se iniciavam como sentinelas das Artes goianas e conseguiram, com o novo Bispo D. Thomaz Balduino, a transferência do acervo artístico para a Igreja da Boa Morte. Firmava-se, em

²⁵ BRITTO, Clóvis Carvalho. Do século XIX ao Século XX: as mulheres ou os silêncios da história do espiritismo na cidade de Goiás. *Fragmentos de Cultura: Goiânia*, v.º23, 2013, p. 19.

²⁶ BRITTO, Clóvis Carvalho. As mulheres ou os silêncios da procissão do Fogaréu. *OPSIS*, Universidade Federal de Goiás: Catalão, 2011, p. 167.

alicerces mais sólidos, o iniciante Museu que lá está impressionante em beleza com as imagens de Veiga Vale²⁷.

No texto de Nice percebemos o importante papel de Altair Camargo no processo de compra das obras sacras. Ao adquirir a imaginária, Dom Cândido Penso pode executar o projeto de criação do museu de arte sacra na cidade de Goiás. É importante observar que a escritora tornou visíveis outras mulheres que também guardaram e ainda guardam a memória e a tradição vilaboense, (re) inventada na década de 1960. O destaque dado a Altair nos permitiu visualizar Regina Lacerda e Antolinda Borges, também identificadas como guardiãs das tradições em Goiás.

Em tese de doutorado, a pesquisadora Mônica Martins (2008) esclareceu o importante papel de Regina Lacerda e Elder Camargo – filho de Altair – na escrita do folclore goiano e vilaboense²⁸. Já Antolinda foi lembrada por Izabela Tamaso (2007) como uma guardiã da memória por ter evitado que as representações culturais de Goiás sofressem “mudanças abruptas ou arbitrárias, [afastando] o risco de desintegrar referências fundadoras e ameaçar a própria manutenção da identidade do grupo”²⁹.

Diante dessas informações podemos considerar Elina e Altair como “guardiãs da memória/tradições”, uma vez que guardaram/possuíram as ‘marcas’ do passado sobre o qual se “remeteram, tanto porque se [tornaram] pontos de convergência das histórias vividas por muitos outros grupos (vivos e mortos), quanto porque se tornaram em [coleccionadoras e (re) inventoras] de objetos materiais que encerram memórias”³⁰. Uma vez identificadas como guardiãs de memórias e tradições, Altair e Elina se aproximaram também de Goiandira Ayres do Couto e Cora Coralina, identificadas por muito tempo como as guardiãs da memória vilaboense, pelo fato de agenciarem o mercado de produção dos bens simbólicos em Goiás. Cora Coralina foi fabricada como grande escritora que guardou em sua literatura indícios da cultura goiana, e Goiandira do Couto como a pintora das areias que guardou em grãos de lembranças a história silenciosa dos becos de Goiás.

Nos trabalhos envolvendo trajetórias de mulheres vilaboenses visualizamos entre os papéis de Cora Coralina e Goiandira do Couto o silêncio de muitas outras mulheres que guardaram as tradições e memórias de Goiás. Daí tomarmos de empréstimo o sentido criado por Pierre Bourdieu (2008) e Andréa Delgado (2003)³¹ para nos referir à fabricação de crenças que acabaram atribuindo maior brilho a algumas personagens em detrimento de outras. Por

²⁷ DAHER, Nice Monteiro. *Caminhos*. Goiânia: Sem editora, 1990, p. 50.

²⁸ SILVA, Mônica Martins. A escrita do folclore em Goiás: uma história de intelectuais e instituições (1940-1960). Tese (Doutorado em História). Instituto Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2008.

²⁹ GOMES, Angela de Castro. *A guardiã da memória*. Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, V. 09, 1996, p. 07.

³⁰ *Ibidem*, p. 07.

³¹ BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre, RS: Zouk, 2008; DELGADO, Andréa Ferreira. *A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, SP, 2003.

esta razão acreditamos ser importante o testemunho de Elder Camargo quando lembrou o papel das mulheres e dos velhos na guarda e preservação da memória vilaboense:

Por ouvir dizer das pessoas mais velhas, ficamos sabendo da existência da Procissão do Fogaréu que havia desaparecido. Diziam que existia a Procissão do Fogaréu aqui em Goiás, que mulher não podia acompanhar... Então começamos a pesquisar mais sobre ela. Procuramos os mais velhos, porém não havia ninguém que a havia vivenciado. Diziam o que seus avós e pais contaram, porém não encontramos alguém que tivesse assistido a Procissão do Fogaréu. E no grupo, fui eu quem ficou responsável pela pesquisa sobre o Fogaréu. [...] Depois conversei com minha avó, que era muito religiosa, e ela contava para mim que se cantavam as ladainhas ou profecias e a Procissão entrava pela porta central das igrejas e saía pela lateral. Ela também me contou que a Procissão era realizada na Quinta Feira, no dia de Endoenças, e citou a figura do farricoco, que era um homem encapuzado e me explicou tudo do modo como lhe haviam contado³².

Ao descrever o papel de sua avó Leonor de Barros (D. Siná) no projeto de reconstrução da memória cultural de Goiás, Elder enfatizou a importância dos velhos no processo de guarda, transmissão do legado cultural e das experiências para as novas gerações. Ele a aproximou das impressões de Maurice Halbwachs (1925) quando estudou no interior das sociedades tribais a importância atribuída aos velhos, pelo fato de serem agentes fundamentais no processo de preservação das experiências, tradições e dos costumes do lugar que habitam. Sobre este aspecto Halbwachs (1925) explicou que:

De uma forma resumida, o velho olha para o passado com maior intensidade que os jovens, mas não consegue segui-lo, pois não é capaz de evocar tantas lembranças do passado como quando era jovem. O mais importante é sua capacidade de manter imagens antigas, guardadas no inconsciente desde a infância e só depois da rememoração ele encontra forças para cruzá-las no limiar de sua consciência. Por ser mais bem compreendido, despertou-se por ele um novo interesse, principalmente por este momento de sua vida e que por muito tempo foi negligenciado. Os velhos foram inseridos na sociedade, e embora não sejam membros ativos dela, onde estão eles têm uma função atribuída. Em tribos primitivas, os mais velhos são guardiões das tradições, não só por terem recebido experiências mais cedo do que os outros, mas

³² PASSOS, Elder Camargo de. O futuro de Goiás é o passado. *In*: BRITTO, Clovis Carvalho (Org.). *Luzes e trevas*: estudos sobre a Procissão do Fogaréu da Cidade de Goiás. Rio de Janeiro: Coriféu, 2008, 197.

provavelmente por terem tempo livre para corrigir os detalhes ao longo de conversas mantidas com outras pessoas idosas e para transmitir ensinamentos aos jovens desde a mais tenra idade. Nossa sociedade também alimenta uma estima pelos velhos, e isto se dá pelo fato de terem vivido por mais tempo, por terem muita experiência e estarem cheios de memórias³³.

Halbwachs apresentou em suas investigações o grande valor atribuído aos velhos pelas sociedades contemporâneas, aspecto este intensamente estudado por Ecléa Bosi (2003; 2004)³⁴ na ocasião de suas incursões pelo cotidiano da sociedade industrial paulistana. Os dois estudiosos projetaram os velhos, como agentes fundamentais no processo de guarda e proteção das tradições em um dado espaço. Para eles, são os velhos os responsáveis pela transmissão das experiências. São eles que ajudam as crianças na construção de suas lembranças (BLOCH, 1925)³⁵ ou guardam no limiar de sua consciência reminiscências importantes para historiadores interessados na (re) construção e (re) invenção do passado. Embora Halbwachs se refira aos velhos no masculino, suas contribuições se aplicam aos exemplos femininos identificados na cidade de Goiás, em razão das relações de gênero aí existentes ser regidas por regras particulares à trajetória histórica da cidade.

Ao longo da história de Goiás, as mulheres goianas e vilaboenses tiveram que incorporar responsabilidades diversas na sociedade sertaneja e isto provocou o aparecimento não só de guardiões, mas de guardiãs das tradições, mulheres a exemplo da avó de Elder e de sua mãe que se transformaram em guardiãs, pois foram no decorrer de suas trajetórias intensamente consultadas e questionadas quanto às representações e manifestações culturais de Goiás. As memórias de Elder esclareceram o processo de idealização da OVAT e deixaram entre muitos silêncios os indícios de outras guardiãs de tradições, apagadas da história cultural da cidade e que precisam ser mais bem investigadas em novos projetos de pesquisa.

Memórias, histórias e tradições

Em meados da década de 1960 a Cidade de Goiás respirava os ares de muitas mudanças em seu cotidiano. Somada à possibilidade de receber o direito de sediar a capital do Estado durante alguns dias do mês de julho – um presente efêmero do então governador Mauro Borges que se renovaria anualmente, apaziguando antigas sombras do ressentimento deixado pelo surto

³³ HALBWACHS, Maurice. (1994). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel. (Original publicado em 1925), p. 81.

³⁴ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

³⁵ BLOCH, Marc. "Mémoire collective, tradition et coutume. A propos d'un livre récent". *Revue de synthèse*, t. XL, dec. 1925, pp. 73-83.

mudancista de 1930 (GOMIDE, 1999; 2005)³⁶. Goiás se tornaria, ainda que de forma tímida, uma cidade museu que embora parecesse adormecida no tempo, testemunhava o encontro do tradicional e do moderno em um cenário de becos e casarios seculares. Percebemos esta relação de negociação e concessão entre o “velho” e o “novo” nas memórias saudosistas de jovens que pelos rincões da “Cidade Morena” viveram e “cantaram suas noites goianas”:

Era uma cidade diferente, e como tal teria que ser olhada. Talvez fosse necessário olhá-la com os olhos do coração, para desvendar a sua sensibilidade, seu espírito, como fizeram Joaquim Bonifácio, Manoel Félix de Amorim, Elina Maria, Cora Coralina, Joaquina de Castro e outros, nas letras. Goiandira do Couto, Octo Marques, Marli Mendanha, Di Magalhães, Monserrat, Paulo Bavani, D. Beltrão, João do Couto, e outros mais nas telas. Eu tentava passar despercebido, alheio aquela morosidade, e a todo àquele acervo histórico, mas não me continha, caminhava também devagar a observá-la, descobrindo a cada momento, em seu conjunto arquitetônico, coisas novas, nunca antes vistas por mim. Tentava vê-la com o coração, mas ela era infinitamente maior que eu. Sua magnitude me engolia, eram muitos os mistérios a serem desvendados, e eu ficava perdido em meio a todo aquele espetáculo envolvendo a história, a cultura e a tradição de minha nova cidade e sua gente³⁷.

167

Foi através dessas imagens que Goiás se descortinou aos olhos de Francisco Santana, jovem estudante recém-chegado das Minas Gerais aos sertões vilaboenses. Francisco logo se avizinhou ao cotidiano “moroso” da cidade que em 1960 era embalado pela sonoridade do modernismo presente nas programações da Rádio Treze de Maio. Este mecanismo de radiodifusão além de ser um espaço de mediação da cultura local na cidade se tornou nos anos que se seguiram à década de 1960 até 1970 o centro irradiador de informações entre várias regiões limítrofes a Goiás, conforme explicou Dom Tomaz Balduino em mensagem do dia 18 de maio de 1974:

A Rádio, na sua pouca potência, (250 watts) era bem ouvida na zona rural de nossa cidade e em vários municípios vizinhos. Era um dos poucos meios de comunicação para o interior, cuja população unanimemente vibrava com seus programas sertanejos, seus horários de mensagem e notícias de utilidade

³⁶ GOMIDE, Cristina Helou. *Antiga Vila Boa de Goiás: experiências e memórias da/na cidade patrimônio*. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. GOMIDE, Cristina Helou. *Cidade de Goiás: da idéia de preservação à valorização do Patrimônio – a construção da imagem de cidade histórica (1930-1978)*. In: *As cidades dos sonhos*. Goiânia: Ed. da UFG, 2005.

³⁷ Fragmento de “Mercado Municipal”, uma das crônicas escritas por Francisco Santana antes de seu falecimento.

familiar e pública, seus momentos de reflexão religiosa, suas promoções cívicas e culturais³⁸.

Sob a direção de Elina Maria da Silva, a Rádio Treze de Maio incorporou características múltiplas. Sua programação contemplava temas diversos e os programas dos jovens radialistas que lá trabalhavam estavam sob minuciosa supervisão da diretora, que “olhava, via, ficava sempre com o radinho [...] ficava por ali assim [e] não era de chamar a atenção, mas [sempre aconselhando]: – Olha seja objetiva, nada de muito meloso nem nada [...] tenha mais objetivo, fala pouco, mais música porque ninguém gosta de blá blá”³⁹.

Conforme lembrou Osmerinda Martins, a função dos jovens radialistas orientados por Elina Maria era a de animar o cotidiano da cidade. Desta forma, os programas reuniam um misto de músicas sertanejas e o rock comum à juventude do período. Em suas memórias, percebemos que pela manhã era costume acordar ao som de “Crepúsculo Caboclo” e “Amanhecer na Roça” – programas conduzidos por Francisco Santana – e na sequência do dia a população vilaboense era entretida com “Balada para a Juventude” – apresentado por Osmerinda – e uma crônica diária lida por Elina Maria. Consoante às suas lembranças, a crônica feita sempre ao meio dia trazia temáticas relacionadas à história de Goiás, suas tradições e manifestações culturais, aspecto que corroborou as palavras de Francisco Santana quando lembrou Elina Maria entre outros nomes responsáveis por agenciar a guarda da cidade histórica e de suas tradições. Osmerinda também indicou o fundamental papel de Elina na liderança do mecanismo de radiodifusão e neste momento destacou a existência de outro meio de informação – o jornal *Embaló* – criado pelo grupo de jovens coordenado por Elina em 1968:

O nome do programa era Amanhecer. Amanhecer com música né que era as oito da manhã e esse depois eu passei a fazer [...] ao meio dia ela tinha uma crônica, assim que terminava a crônica da Elina eu começava meu programa Balada para a juventude e o das oito eu só fazia nas férias porque eu estudava de manhã. Era a primeira [...] a nossa programação até pouco tempo eu ainda tinha todo o programa. Francisco fazia o Crepúsculo Caboclo, fazia Amanhecer na Roça depois vinha esse. Depois das oito um programa só para a juventude ia até as dez mais ou menos, depois a Elina entrava com [...] geralmente uma crônica, com algum comentário, alguma coisa da cidade, fazia as novidades, nós chamávamos de novidades, há alguma novidade na cidade, então entrava e naquela época também tinha o jornal que era o *Embaló* que todo mundo escrevia, então a gente né [...]. Eu não sei que ano agora me falhou a memória, mas também tinha o jornal e as crônicas que todo mundo sabia, então as dez horas tinha as crônicas ou eu

³⁸ Fragmento de Mensagem do bispo Dom Tomás Balduino sobre a Rádio 13 de Maio em 18 de Maio de 1974. Arquivo da Diocese de Goiás/ IPEHBC.

³⁹ Entrevista realizada com Osmerinda Martins de Castro em 29 de dezembro de 2013.

lia, nas férias eu lia ou o Francisco Santana. Depois eu fazia esse Balada para a Juventude e depois música ao vivo aí era essa Balada para a Juventude, aí depois vinha um programa que ligava e pedia a música não me lembro o nome mais depois entrava o Delano e quatro horas eu entrava com outro programa também⁴⁰.

A presença de Elina e sua influência nos programas permitiram com que o lugar se transformasse em um espaço de negociação e agenciamento da informação. No cotidiano da rádio, a cultura e as tradições da cidade se cruzavam com os debates modernizadores, interessados por fazer de Goiás uma cidade com olhos no futuro, mas raízes fincadas em seu passado histórico (PASSOS, 2008). Como no início da década de 1960, a rádio era um dos poucos meios de difusão de informações na região, seus programas incorporavam características regionais ditadas pelo ritmo sertanejo, as preferências musicais juvenis e a valorização da identidade vilaboense/goiana diretamente relacionada ao legado cultural e às tradições da região. Como a direção da instituição permitia a atuação de jovens vilaboenses em seus programas, os debates no campo da cultura local se tornaram costumeiros e isto resultou no nascimento da Organização Vilaboense de Artes e Tradições.

Embalados pelas personalidades da cidade homenageadas no programa "Goiás Reverencia", pelas músicas típicas do período, interpretadas nas vozes de Roberto Carlos, Vanderléia e Erasmo Carlos, jovens a exemplo de Eudes Pacheco, Elder Camargo, Hecival de Castro e muitos outros, discutiam – sempre acompanhados por Elina – questões da terra trazidas para os programas da rádio. Eles destacavam nesse espaço – que também era um espaço para debates culturais – a necessidade de valorização das tradições e da história cultural da cidade.

Quando questionado sobre a gênese da OVAT, Eudes Pacheco disse que sua origem pode ser também associada aos programas da Rádio Treze de Maio. Os programas exigiram incursões pela pesquisa do passado vilaboense, na expectativa de encontrar experiências que pudessem ser apresentadas à população da cidade reforçando desta forma os sentimentos de pertencimento à história local. Conforme lembrado por Elder Camargo, Hecival de Castro e Eudes Pacheco, estas pesquisas, discussões e reflexões fizeram com que se inventasse uma instituição cultural encarregada da (re) invenção da história e costumes de Goiás. De acordo com suas impressões, caberia à OVAT representar esta história pelo caminho das tradições – (re) inventadas – e difundir uma imagem da cidade que lhe permitisse ocupar a condição de "berço da cultura goiana", conforme explicou texto do catálogo comemorativo dos quarenta anos de nascimento da OVAT:

⁴⁰ Entrevista realizada com Osmerinda Martins de Castro em 29 de dezembro de 2013.

Um dos fatores que contribuiu para que a história e cultura da Cidade de Goiás extrapolassem as cercas vivas de suas serranias chegando a ser reconhecida pela UNESCO como patrimônio mundial é a forma como que, em sua trajetória, conseguiu aliar a preservação do acervo arquitetônico a um excepcional patrimônio imaterial. Não por acaso Goiás ostenta o título de berço da cultura goiana e, se não bastasse, é o berço da cultura de toda a região que forma o coração do Brasil. Aqui tradições e indivíduos encontram terreno fértil para a figuração nos autos do passado em múltiplas vertentes que tecem nossa diversidade e singularidade: literatura, história, música, artes plásticas, educação, arte popular e áreas diversas. A OVAT se orgulha de ser uma das responsáveis por manter essas tradições pulsando no cotidiano vilaboense e uma das entidades precursoras na preservação do patrimônio imaterial brasileiro⁴¹.

O fragmento retomou as expectativas de Eudes Pacheco quando mencionou ser por meio de crenças produzidas, a exemplo das manifestações artísticas do apaixonado vilaboense – Procissão do Fogaréu e o Descendimento da Cruz na Sexta Feira da Paixão e cujo texto interpretado no instante da representação é de autoria de Elina Maria da Silva – que Goiás alcançaria certa visibilidade no cenário cultural brasileiro. Seu testemunho nos ajudou a esclarecer questões ainda nebulosas sobre o nascimento da instituição, uma vez que pudemos identificar Elina Maria como uma das agentes que intermediaram a fabricação da instituição e a invenção da cidade como berço da cultura do Estado:

Ela veio do município de Ceres [para trabalhar] como diretora da rádio 13 de Maio, de propriedade da diocese de Goiás. Nesta gestão dela na rádio, eu me aproximei por que nós tínhamos um programa no espaço que a diocese abria para nós, para nós falarmos da Semana Santa, tradições, da cultura de Goiás e etc. E isso era eu, Elder que é um dos que foi preso na época, Humberto que também foi preso. Nesse período, eu fui convidado para ter um programa na rádio, por aí que começou a minha convivência com a Elina. Porque ela era a diretora da rádio. Nós passamos a andar juntos e trocamos ideias. Ela era uma poetisa além do seu tempo, escrevia de forma correta, de métrica e rimas⁴².

Eudes Pacheco esclareceu que a rádio foi um dos lugares que propiciaram o nascimento da OVAT e os programas, os seus grandes motivadores. Quando indagado sobre a posição de Elina Maria nestes debates, ele destacou ter sido o elemento “motivador da OVAT a Elina Maria. Ela tinha um senso de organização das coisas. A Rádio Treze de Maio tomou essa

⁴¹ OVAT, 40 anos promovendo a cultura e resgatando as tradições. Cidade de Goiás, 2005, p. 03.

⁴² Entrevista realizada com Eudes Pacheco de Santana em outubro de 2009.

importância, graças ao direcionamento que a Elina dava. Ela buscava a juventude para participar⁴³. Eudes Pacheco através de seu testemunho confirmou as desconfianças de que Elina Maria havia sido apagada deste cenário cultural, em parte por ter projetado ela própria este esquecimento e silêncio e em outro porque seus silêncios e seus mistérios foram incorporados pela memória coletiva o que a apagou quase que por completo da história contemporânea da cidade de Goiás. Caso seu nome não figurasse no jornal *Cinco de Março*, por ocasião da sua prisão e também no catálogo comemorativo da OVAT em 2005, não saberíamos de sua existência e suas expectativas para manter-se em silêncio teriam sido atendidas. Felizmente pudemos acessar sua trajetória, graças aos “acidentes” dos projetos em apagar os rastros de sua presença.

Nas palavras de Eudes e nos vários indícios capturados no decorrer da pesquisa compreendemos ter sido Elina Maria uma das intermediadoras no processo de fundação da Organização Vilaboense de Artes e Tradições. O fato de ser uma mulher muito bem relacionada e politizada lhe permitiu condições para circular por vários espaços, adquirindo no decorrer deste trajeto a confiança dos moradores da cidade, a amizade de muitos e a distinção como liderança emparelhando-se à Altair Camargo pelo fato de “adotar” os filhos de Goiás, mantê-los sob sua tutela e auxiliar de uma forma efetiva na fabricação de crenças em Goiás, tornando-se uma “produtora de bens simbólicos”⁴⁴, atividade materializada na invenção da OVAT.

Nossa investigação tem tentado por meio de inquietações referentes à fabricação das tradições, o esclarecimento e a visibilidade das trajetórias de mulheres que durante a década de 1960 ocuparam importantes papéis no cenário cultural de Goiás. Animados por esta possibilidade nos aventuramos em provocações que privilegiaram “sopros de vida” femininos responsáveis pela ligação do passado vilaboense ao seu presente.

Sobre o autor

Paulo Brito do Prado é doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ). Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG-GO). Especialista em Educação para a Diversidade e Cidadania pelo Centro Integrado de Aprendizagem em Rede da Universidade Federal de Goiás (CIAR/UFG-GO). Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG-GO). Professor da SEDUC-GO. E-mail: paulobritogo@yahoo.com.br.

Artigo recebido em 08 de fevereiro de 2015.

Aprovado em 09 de julho de 2015.

⁴³ Entrevista realizada com Eudes Pacheco de Santana em outubro de 2009.

⁴⁴ BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 100.

A ESTETIZAÇÃO POLÍTICA DOS LUGARES DE MEMÓRIA

DANIELE BORGES BEZERRA
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

JULIANE CONCEIÇÃO PRIMON SERRES
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

RESUMO

Neste artigo discute-se a preservação da memória em antigos leprosários, instituições criadas, nas décadas de 1930 e 1940 para isolar pessoas acometidas pelo Mal de Hansen. Com a política de profilaxia da lepra, o exercício do poder disciplinar, perpassado pela perseguição e pelo isolamento social, gerou um tipo de experiência traumática compartilhada. O sofrimento humano, de pessoas que tiveram seus direitos violados por políticas de estado, tem sido foco de atenção no campo do Patrimônio Cultural, pois as memórias incômodas, de eventos que marcaram a humanidade, dos quais Auschwitz se tornou um emblema, não podem cair no esquecimento. Chama-se atenção, contudo, para a tendência à estetização dos usos políticos da memória. É necessário observar as formas narrativas pelas quais as memórias são contadas, em lugares que se configuram como lugares de memória.

PALAVRAS-CHAVE: Leprosários;
Instituições Totais; Patrimônio;
Narrativa; Acervos; Experiências
Traumáticas.

ABSTRACT

In this article the preservation of memory in ancient leper colonies, institutions created in the 1930s and 1940s to isolate people affected by Hansen's disease, is discussed. With leprosy prophylaxis policy, the exercise of disciplinary Power, perpassed by persecution and by social isolation, generated a kind of shared traumatic experience. Human suffering, of people Who have had their rights violated by state policies, has been the focus of attention in the Cultural Patrimony Field, because uncomfortable memories of events that have marked humanity, of which Auschwitz became na emblem, can not become forgotten. Attention is drawn, however, to the trend to aestheticization of the political uses of memory. It is necessary to observe the narratives through which memories are told, in places which are configured as places of memory.

KEYWORDS: Leprosaria; Total
Institutions; Heritage; Narrative;
Collections; Traumatic Experience.

Práticas de poder e políticas de ativação da memória

A biopolítica¹ exerce um controle sobre a vida em todas as suas dimensões, de modo que as “categorias de transação”² – como Estado, Sociedade Civil, Economia, Cultura, Comunidade – são invenções criadas “no próprio jogo das relações de poder”³ para organização de formas de governamentalidade. O surgimento do Direito traz consigo o ambivalente fardo de deveres cancelados pelo nascimento de leis e regulamentos que, se de um lado preveem proteção em diversos níveis, de outro não garantem a exequibilidade da mesma e, ainda, promovem meios de coerção sobre a liberdade de indivíduos sociais. Nos meandros do espaço constituído pela prática do Direito (exercício de direitos e deveres), as instituições e discursos são práticas de poder. As sociedades disciplinares⁴, surgidas com a institucionalização de práticas cotidianas de controle e coerção, tais como a escola, o exército e a fábrica, exercem o que o autor considera uma ortopedia política, ou anatomo-política, que visa o controle social a partir da configuração de corpos dóceis. Outro autor, Erving Goffmann⁵ desenvolveu uma teoria sobre estes locais extremamente disciplinados e os definiu como instituições totais “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos em situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”. Mesmo nesses locais, afirmava o autor, as pessoas desenvolvem “uma vida própria que se torna significativa, razoável e normal, desde que você se aproxime dela”⁶. Há casos mais ou menos expressivos desses tipo de institucionalização, desde prisões e hospitais até casos extremos como poderiam ser os campos de extermínio nazistas.

A dimensão do sofrimento humano evocado pela Shoah faz de Auschwitz um símbolo da barbárie onde o exercício do poder se caracteriza como um abuso contra a alteridade e um atentado à humanidade, infligido ao povo judeu. O Holocausto e os lugares de extermínio na Europa, podem ser interpretados, à luz do século XXI, como uma ferida aberta que coloca em evidência a dupla natureza da memória em sua estreita complementaridade com o esquecimento. Em tempos de “mnemotropismo”⁷, é importante refletir

¹ FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins fontes, 2008.

² FOUCAULT, 2008, p. 404.

³ Ibid.

⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

⁵ GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 7ª ed., 2003, p. 11.

⁶ GOFFMAN, 2003, p. 8.

⁷ CANDAU, Joel. *Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade*. Revista memória em rede. V. 1, n.1, Pelotas, 2009- 2010, p. 44. Para Joel Candau o *mnemotropismo* seria um sintoma contemporâneo expresso por uma compulsão memorial. Para o autor esse olhar excessivo sobre o passado e a espetacularização da memória no campo patrimonial podem estar relacionados a um fenômeno que Micehl Wieviorka chamou de “a emergência da vítima”. WIEVIORKA apud CANDAU, 2009, p. 44.

sobre “por que” e “como” se preserva a memória relacionada ao sofrimento humano. Para Wieviorka⁸ a memória das perdas, relacionadas a tragédias humanas é uma “memória da afirmação”, a lembrança serve como alicerce para o reconhecimento do sofrimento compartilhado e fortalece o grupo. Com a crescente reivindicação do direito à memória abre-se um novo campo de ação patrimonial dedicado à compreensão das memórias difíceis, pois os efeitos destas novas formas de comemoração do passado, ainda não estão claras e, tampouco existe um consenso no que diz respeito aos métodos experimentados pelos meios de transmissão destas novas memórias. Assim, é importante buscar respostas para questões que surgiram nesse século pós-traumatismo, antes que os vestígios sejam naturalizados. Por que lembrar? Como lembrar? De que modo expor o sofrimento, sem estetizar e uniformizar as narrativas? Pois o “como” irá refletir na interpretação dos fatos históricos determinando “de que” e “de quem” são as memórias.

Para Candau, Auschwitz é um “lugar de memória que se impõe a toda Alemanha atual”⁹, com “una carga traumática que pesa sobre la identidad nacional”¹⁰, e isso ocorre porque o lugar de memória bloqueia o esquecimento. Se relativizarmos o olhar sobre a cena histórica, percebemos que, para além de fronteiras ideológicas ou políticas, estes eventos traumáticos conservam a potência de nos lembrar sobre a capacidade humana em atuar sobre o direito do outro, em nome de um bem maior.

Menos impactante na história, por ser uma medida justificada pela propagação da doença, e por não se tratar de uma indústria de produção de cadáveres, como Auschwitz, mas sem deixar de comportar uma carga memorial, a criação de leprosários no Brasil durante os anos de 1930 e 1940 não deixam de remeter, em alguns aspectos, a esses locais disciplinares e sua patrimonialização no presente representam um desafio. Nesse cenário contemporâneo, de super valorização dos eventos do passado, onde o direito à memória é acionado por um desejo de reconhecimento, percebe-se uma tendência à estetização dos usos políticos da memória. É necessário dedicar atenção às formas narrativas pelas quais as memórias são contadas, em lugares que se configuram como lugares de memória, para que se obtenha coerência narrativa e ética nesse processo.

Hospitais-colônia: microcidades inventadas

A hanseníase, antigamente denominada lepra, causada pelo *microbacterium leprae*, também conhecido como “bacilo de Hansen”, foi uma

⁸ WIEVIORKA, Michel. *Mémoire, identité et histoire*. Pour, n. 181, 2004.

⁹ CANDAU, Jöel. *Memória e identidade*. Traduzido por: Maria Leticia M. Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011, p. 157.

¹⁰ HUYSSSEN, Andreas. *Em busca Del futuro perdido: cultura y memoria em tiempos de globalización*. Traducción de Silvia Fehermann. Buenos Aires: Grafimor, 2001, p. 155.

doença de dispersão mundial que declinou e praticamente desapareceu a partir do século XVI na Europa, tornando-se pouco comum na maioria dos países desenvolvidos. Segundo o informe da Biblioteca de Manguinhos¹¹, a hanseníase atualmente é encontrada, sobretudo, no Sudeste Asiático, Índia, África tropical e algumas áreas das Américas (México, Antilhas, Guianas, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Brasil e Argentina).

Existem relatos que afirmam que a lepra chegou ao Brasil com os primeiros europeus em 1500 e, a seguir, com os escravos trazidos da África. No século XVIII as pessoas infectadas começaram a sofrer uma forte perseguição, sendo a elas associados o estigma¹² religioso da contaminação e do pecado. Ocorreu, com isso, uma pressão social e política para retirar os "lazarentos" das ruas. O primeiro local de isolamento para pessoas com lepra no Brasil foi criado em 1640, em Salvador, Bahia, com o lendário Campo dos Lázaros, fundado pela caridade¹³.

Apesar dos esforços para conter a disseminação da lepra no Rio de Janeiro, a doença continuava se espalhando e, no séc. XVII, as autoridades planejaram a criação de um isolamento inspirado no hospital de Salvador, mas a tentativa fracassou devido à carência de recursos. No século XVIII, devido ao crescente número de casos noticiados em todo o país, foram promovidas ações isoladas, praticadas pela caridade, para conter a doença. Medidas como a criação de lazaretos, ou locais para isolar os doentes, seguiram-se ao longo do século XIX como forma de conter a propagação da doença. Foi no século XX que a lepra tornou-se um problema de saúde pública, exigindo ações dos poderes públicos em seu combate:

Na década de 20 havia um clima de pânico social em relação aos doentes. Marginalizados, os portadores da hanseníase não podiam trabalhar e, sem condições de subsistir, mendigavam pelas ruas. No primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-45), o combate à "lepra" foi ainda mais disciplinado e sistematizado. Reforçou-se, então, a política de isolamento compulsório que mantinha os doentes asilados em hospitais-colônia¹⁴.

O "poder médico, enquanto produtor de verdade, num espaço preparado para que esta produção permaneça sempre adequada ao poder"¹⁵ promovia um regime de invisibilidade comparável ao empreendido pelos regimes totalitários, onde a "construção social de um sujeito considerado supérfluo e desnecessário,

¹¹ FIOCRUZ. Biblioteca de Manguinhos. *Série doenças: Hanseníase*. Acessado em 21/10/2014. Online. Disponível em:

<http://www.cpqrr.fiocruz.br/informacao_em_saude/CICT/Hanseníase.htm>2014.

¹² O termo "estigma" foi desenvolvido por Erving Goffman (1993) como um atributo negativo surgido em sociedade a partir da categorização de seus integrantes.

¹³ Ibid.

¹⁴ MORHAN. Revista do movimento de reintegração das pessoas atingidas pela hanseníase. Julho/ Agosto de 2007, p.8. Acessado em janeiro de 2015. Online. Disponível em <http://www.morhan.org.br/views/upload/jornal_45.pdf>

¹⁵ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Traduzido por: Roberto Machado. Rio de Janeiro: edições Graal, 1989, p. 125.

desprovido de sua pessoa jurídica¹⁶ e, por conseguinte, de seus direitos, permitia que esse sujeito fosse retirado do seu meio social.

Os hospitais-colônia são produto de políticas de segregação fomentadas em nível mundial no final do século XIX e início do século XX, através das chamadas Conferências Internacionais de Lepra. No Brasil, o combate à lepra esteve a cargo da caridade e filantropia até a organização das políticas públicas de combate à doença do início dos anos de 1920 e, sobretudo, a partir dos anos de 1930 com a instauração do Estado Novo, período no qual a lepra passou a ser considerada sinal de atraso e falta de civilização¹⁷.

Os projetos dos leprosários no Brasil foram elaborados em 1935 a pedido do Ministério da Saúde, inspirados no modelo norueguês de isolamento, foram executados em lugares afastados dos centros urbanos, de difícil acesso, organizados no molde de microcidades que dispunham de uma estrutura que replicava, em menor escala, a organização necessária para uma vida coletiva, como as instituições totais descritas por Ervin Goffman na obra *Manicômios, prisões e conventos*¹⁸. Os hospitais-colônia possuíam um pátio que delimitava a fronteira entre o mundo dos sãos e o espaço construído com igrejas, pavilhão de esportes, teatro, prisão, cemitério e, inclusive, moeda própria.

Antes do tratamento com as sulfonas¹⁹, os hospitais-colônia desempenhavam o papel central de dispositivos para a contenção da doença, para impedir a propagação da lepra entre a parcela saudável da população. O Decreto Federal nº. 968 de 1962²⁰ determinou o fim do isolamento compulsório, mas a maioria das pessoas permaneceu nas suas casas, dentro dos antigos lugares de isolamento, sem conseguir projetar novos começos fora desses lugares. Os hospitais-colônia podem ser considerados lugares de memória, uma vez que se configuram como lugares "onde a memória trabalha"²¹ na evocação de emoções negativas que marcaram mais de uma geração.

Não apenas a sentença de reclusão, mas a brutalidade da separação dos filhos saudáveis de seus pais doentes no momento do nascimento, muitos dos quais só foram encontrados depois de adultos, são aspectos dolorosos da memória de quem viveu direta ou indiretamente nesse lugar. Por isso, além de um lugar de memória, os hospitais-colônia podem ser entendidos e identificados

¹⁶ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Schwarcz, 1998, p. 498.

¹⁷ SERRES, Juliane Conceição Primon. *Nós não caminhamos sós: O Hospital Colônia Itapuã e o combate à lepra no Rio Grande do Sul (1920-1950)* Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2004.

¹⁸ GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 7ª ed., 2003.

¹⁹ Primeira medicação efetiva no tratamento da hanseníase, descoberta em 1944.

²⁰ FIOCRUZ DECRETO Nº 968, de 7 de maio de 1962. Acessado em 24 de jul. de 2015. Online. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/historiadahanseníase/media/Decreto968.pdf>>1962.

²¹ NORA, Pierre 1993 apud CANDAU, Jöel. *Memória e identidade*. Traduzido por: Maria Leticia M. Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011, p. 153.

como lugares de sofrimento, o que traz à tona uma noção de “patrimônio incômodo”²².

Quase duas décadas depois, a inclusão de Auschwitz na lista do patrimônio mundial pela UNESCO em 1979 chama a atenção para a importância do reconhecimento de lugares marcados por experiências traumáticas. Assim, a problemática da patrimonialização em lugares marcados pelo sofrimento diz respeito às memórias de milhares de pessoas e de seus descendentes, mas também às ausências e ao indizível, localizados nos lugares “como se os lugares pudessem ser sujeitos e portadores de lembranças, e talvez, possuam uma memória que transcende os homens”²³.

Pode parecer imoderado, mas é comum associar os relatos de quem viveu as políticas de isolamento no Brasil com as narrativas dos sobreviventes dos campos de concentração nazistas, pois, embora não houvesse por parte do governo brasileiro e das políticas de saúde pública o objetivo de eliminar a vida, aconteceram muitas mortes subjetivas, infringindo direitos humanos básicos, no mesmo contexto totalitarista²⁴ em que a guerra ocorria na Europa. Certamente não podemos desconsiderar a capacidade que as pessoas possuem de burlar as situações extremas e reinventar espaços de alteridade, mesmo em isolamento. Contudo, esta capacidade humana de se reinventar nem sempre é acionada. Muitas vezes os prejuízos são irreparáveis. Não pretende-se com isso criminalizar as políticas sanitárias da época, entretanto é necessário que estes fatos tornem-se conhecidos. É importante frisar que existem diferenças no que tange aos lugares criados para isolar e tratar os pacientes acometidos pela hanseníase, e as pessoas encaminhadas para os campos de concentração e extermínio. Nas colônias a vida continuava, havia um incentivo por parte dos profissionais de saúde para que novos laços afetivos se formassem e as pessoas não viviam na iminência de serem eliminadas. A similaridade entre os dois sistemas talvez esteja associada à perseguição, seguida do isolamento compulsório, e ao preconceito sofrido pelos doentes do mal de Hansen, que também ocorria com o povo judeu, assim como a invisibilidade social garantida por lugares de concentração estrategicamente isolados.

Nesse sentido, os aspectos de violência trazidos à luz pelo Holocausto foram um “evento fundador” na modernidade, “*una cifra del siglo XX*”²⁵, cuja dimensão deixa de ser apenas local e passa a servir como referência a outros eventos traumáticos, em nível global, uma “*herida que se infringió a la civilización occidental*”²⁶, como o genocídio em Ruanda (1994), suscitado por rivalidades étnicas que tiveram sua origem ainda no século XIX com a colonização alemã.

²² PRATS, Llorenç. *Concepto y gestión del patrimonio local*. Cuadernos de Antropología Social Nº 21. UBA, 2005. Acessado em 21/10/2014. Online. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/cas/n21/n21a02.pdf>>. 2005.

²³ ASSMANN, Aleida. *Ricordare: Forme e mutamenti della memoria culturale*. Bologna: ed. Mulino, 2002, p. 331.

²⁴ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Schwarcz, 1998.

²⁵ HUYSEN, Andreas. *Em busca Del futuro perdido: cultura y memoria em tiempos de globalización*. Traducción de Silvia Fehermann. Buenos Aires: Graficor, 2001, p. 17.

²⁶ Ibid., p. 146.

O Holocausto é, nesse sentido, um evento fundador de uma forma de humanidade nunca vista antes, quando a intolerância projeta a ação humana no campo da desumanização e as práticas de poder se manifestam de forma traumática sobre as diferenças. Assim:

En el movimiento transnacional de los discursos de la memoria, el Holocausto pierde su calidad de índice del acontecimiento histórico específico y comienza a funcionar como una metáfora de otras historias traumáticas y de su memoria²⁷.

Além disso, Huyssen²⁸ se refere ao Holocausto como constituinte de uma “*estética negativa de la alta modernidad*”, em grande medida provocada pela forma ficcional dada à narrativa dos fatos que incidiram sobre a memória de quem não viveu o período. Pierre Nora chama a atenção para o processo de acomodação dos restos e para as formas de representação do passado, que caracterizaram-se pela configuração de uma “memória intensamente retiniana e poderosamente televisual”²⁹, portanto, perigosamente associada à narrativa da verdade. O documentário “Shoah”, de Claude Lanzmann (1985)³⁰, é uma exceção nesse sentido. O filme começa com o retorno de um sobrevivente que, a partir de um trabalho de memória, aciona os eventos ocorridos no lugar sem sensacionalismo. Nesse documentário, a noção de “lugar de memória” no sentido “material, simbólico e funcional”³¹ proposto por Pierre Nora, é clara. A queda do Muro de Berlim em 1989, que simbolizou a queda dos regimes totalitaristas, é um ícone da história da humanidade que alimenta a corrente dos Direitos Humanos. Hoje, mais de 70 anos após a criação do campo de Auschitz na Europa e dos hospitais-colônia no Brasil, observa-se, no país e no mundo, um movimento organizado a partir de uma díade do reconhecimento, com vistas tanto à preservação da memória quanto à reparação dos danos sofridos por pessoas sujeitadas à violência física e, ou, simbólica, dos quais o sistema disciplinar, e os lugares de isolamento (hospitais- colônia; hospitais psiquiátricos...) ainda evocam fantasmas.

O Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan) acredita que seja possível pensar a patrimonialização dos hospitais-colônia a partir de uma política mais ou menos uniforme, com relação à preservação da memória em nível nacional, respeitadas as especificidades e os interesses locais. Percebe-se até o momento, uma movimentação centralizada em torno da reivindicação de direitos, das pessoas que sofreram com as

²⁷ HUYSEN, Andreas. *Em busca Del futuro perdido: cultura y memoria em tiempos de globalización*. Traducción de Silvia Fehermann. Buenos Aires: Graficor, 2001, p. 17.

²⁸ Ibid., p. 126.

²⁹ NORA, Pierre. *Entre memoria e história: a problemática dos lugares*. Tradução Yara Aun Koury. In Projeto história. Revista do Programa de estudos de Pós Graduados em história e do Departamento de história da PUC- SP. São Paulo: Educ, 1993, p. 20.

³⁰ LANZMANN, Claude. *Shoah*. França, 1985. Acessado em 10 de jun. de 2015. Online. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=j4lwwAda6x8>>.

³¹ Ibid., p. 21.

políticas de isolamento compulsório, que tem como um dos produtos a consolidação de um discurso sobre uma memória compartilhada³².

Com representantes em todas as capitais brasileiras, um bom trânsito institucional em organismos como *The Nippon Foudation*, no Japão, e a Secretaria de Direitos Humanos, no Brasil, o Morhan desempenha um importante papel com a reivindicação e conquista de direitos junto ao poder público, com a ativação performática das memórias de quem viveu nesses lugares e com o estímulo à produção de uma forma de solidariedade social por parte da sociedade civil.

O ex-funcionário do Hospital-Colônia Aimorés, Jaime Prado, aos 15 anos de idade entrou "clandestinamente pelo meio do mato" e foi "conhecer este lugar: a cidade dos excluídos da sociedade". Ele participou da fundação do Morhan nacional, hoje continua atuando no movimento como voluntário e se identifica como narrador da história do recentemente tombado³³ Hospital-Colônia Aimorés, já que, para ele "a modernidade tenta apagar com a borracha do esquecimento essa história triste"³⁴.

A reparação que chega pelas indenizações do governo brasileiro parece cumprir com um "dever de memória"³⁵ muito mais simbólico do que concreto, pois a vida das pessoas no isolamento em hospitais-colônia, sejam eles psiquiátricos ou leprosários, é uma experiência em verdadeiros campos de extermínio lento. A começar pela subjetividade dos internos.

Para Artur Custódio, a resignificação da memória representa uma reparação simbólica do traumatismo do passado que permite projetar ações para o fortalecimento da autoestima e da cidadania no presente:

Então, essa questão da reparação financeira é, na verdade, um pedido de desculpas. [...] para alguns a publicidade dada à situação já resolveria, porque dinheiro nenhum paga o que o pessoal passou. Então, não é uma questão financeira. A questão financeira, ela é simbólica³⁶.

Para Tiago Flores, diretor do Morhan nacional, morador da Colônia Santa Izabel em Minas Gerais, filho adotivo de ex-hansenianos e um dos idealizadores do museu em construção no local, as indenizações são positivas quando reduzem os prejuízos históricos e são capazes de

devolver a sua dignidade e fazer com que essas pessoas tenham acesso a alguns bens de consumo que, devido aos prejuízos sofridos pela política de isolamento, não puderam ter

³² Cf. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Traduzido por: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

³³ O Hospital-Colônia Aimorés foi tombado em 2014 pelo órgão de preservação do estado de São Paulo (Condephat).

³⁴ PRADO, Jaime. *Entrevista. Hospital-colônia Aimorés*. São Paulo, por e-mail, 2015.

³⁵ RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2010, p. 54.

³⁶ CUSTÓDIO, Artur *Entrevista. MORHAN Nacional*. Rio de Janeiro, por e-mail, 2015.

acesso devido a baixa escolaridade e não ingresso no mercado de trabalho³⁷.

Artur Custódio, coordenador do Morhan nacional, no Rio de Janeiro, refere-se à justificativa histórica utilizada por profissionais da área médica para o isolamento compulsório, na qual fica claro o quanto o diálogo entre Direitos Humanos e Saúde Pública.

é um diálogo muito frágil. A indenização 11.520 nem sempre é bem interpretada pela área médica, pelos profissionais da saúde, pois a política de segregação era uma política de saúde pública, então não era crime³⁸.

Em paralelo à restituição legal, o outro eixo para o reconhecimento patrimonial dos hospitais-colônia no Brasil é a criação de memoriais e museus da memória que preservam elementos do cotidiano institucional no interior dos hospitais-colônia. Os acervos mesclam elementos da cultura material, tanto da área médica (instrumentos de cura, livros médicos, frascos de remédio) e de caráter coletivo (moldes para fabricação de sapatos, carteiras escolares...), quanto instrumentos da vida privada (utensílios de higiene pessoal, álbuns de fotografia e documentos pessoais) que apresentam vestígios da vida em ambiente compartilhado.

Como hipótese, propõe-se que seja possível falar em uma "estetização das políticas de memória"³⁹ como produto das ações de reconhecimento dos eventos traumáticos do passado, a partir de interpretações no tempo presente. Entretanto, considera-se que as diversas emoções ativadas pelos dispositivos de memória talvez não promovam uma comoção em torno das memórias dolorosas, mas valorizem um olhar sobre o cotidiano pitoresco no interior destas instituições. Assim, situamo-nos no espaço subjetivo entre a percepção do visitante e a emoção do antigo morador para problematizar a categoria da vítima e os dispositivos políticos para o reconhecimento de locais de memória marcados por eventos traumáticos.

Os sentidos do passado desprendem-se da materialidade evocativa do lugar e complementam-se com os objetos, documentos e fotografias expostos nos memoriais criados em seus espaços. Mas quais os significados atribuídos a esses lugares e "de que maneiras contam a história"⁴⁰ dos eventos passados?

³⁷ FLORES, Thiago. *Entrevista. Hospital-colônia Santa Izabel*. Minas Gerais.por e-mail, 2015.

³⁸ CUSTÓDIO, op. cit..

³⁹ SELIGMANN- SILVA, Márcio. *Estética e política, memória e esquecimento: novos desafios na era do Mal de Arquivo*. Unicamp: Remate de Males- 29 (2) jul./dez. 2009. Acessado em 20 de jun. de 2015. Online. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/view/873>>

⁴⁰ WAHNICH, Sophie. *Transmettre l'effroi, penser la terreur: Les musées d'une Europe déchirée*. Gradhiva [en ligne], 5/ 2007, p.2. Mis en ligne le 12 juillet 2010, Acessado em 01/07/2015. Disponível em: <<http://gradhiva.revues.org/692>>.

Com relação aos memoriais, resta a pergunta: como narrar o indizível? Ou, ainda, como diria Huyssen⁴¹ “*cómo resolver la transmisión inexorablemente mediática de um trauma de la humanidade a las generaciones nacidas después de las víctimas*”, já que a multiplicidade de discursos que tornam pública a memória mobilizam valores diferentes de acordo com as suas representações?

Imagem 1: Moldes ortopédicos utilizados na produção de sapatos para pacientes do HCI.



Fonte: Fotografia de Daniele Borges, junho de 2015.

Para Lehrer⁴², ao contrário do que foi dito por Pierre Nora⁴³, para quem só existe “lugar de memória” quando não existem mais os meios de memória, os “lugares patrimoniais não são apenas lugares (onde a memória se cristaliza), mas meios da memória, onde abstraídos das histórias nacionais homogeneizantes são postos em causa dentro da narrativa diária e de vida às quais sobrepõem-se histórias individuais”⁴⁴. Ao considerar a perspectiva dos autores, é possível propor que, num contexto global permeado pela midiaticização, a estetização memorial dos lugares seja uma forma de ativação

⁴¹ HUYSEN, Andreas. *Em busca Del futuro perdido: cultura y memoria em tiempos de globalización*. Traducción de Silvia Fehermann. Buenos Aires: Grafimor, 2001, p. 123.

⁴² LEHRER apud SIMON, Roger; ASHLEY, Susan. *Heritage and practices of Public Formation*. International Journal of Heritage Studies, n. 16, 4-5, 2010, p. 251.

⁴³ NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Tradução Yara Aun Koury. In Projeto história. Revista do Programa de estudos de Pós Graduados em história e do Departamento de história da PUC- SP. São Paulo: Educ, 1993, p. 7.

⁴⁴ “Heritage spaces are not just lieux, but milieux de memoire, where abstracted, homogenising national stories are called into question through the daily telling and living of our unique and overlapping individual stories”. (LEHRER apud SIMON; Ashley, op. cit., p. 251).

de discursos memoriais influenciada pela mesma cultura retiniana acusada por Pierre Nora⁴⁵.

Assim, ao pensar os prejuízos históricos provocados pelo exercício do poder, a ativação política da memória com um sentido reparatório que vai ao encontro da ideia de um dever de memória⁴⁶, deve ser considerada sem ingenuidade, para que o processo não resulte na estetização essencialista do referente. Também é fundamental que os profissionais da memória, sobretudo os que atuam no campo das narrativas memoriais, promovam formas plurais para exposição dos vestígios do passado, nas quais os silêncios também sejam condutores potenciais de significado.

No Hospital-Colônia Itapuã, localizado em Viamão no Rio Grande do Sul, foi criado recentemente um Memorial, que ainda está em fase de organização e recebe visitas de grupos restritos, sob agendamento prévio. Localizado na antiga casa das freiras, apresenta aos visitantes um acervo composto por objetos da época, tais como: fotografias, objetos ordinários, equipamentos cirúrgicos, de laboratório, documentos moedas locais, moldes para calçados, etc. Chama a atenção o cenário com um manequim que simula uma pessoa com hanseníase, segundo o estereótipo bíblico dos lazaretos. A pessoa coberta por tecidos, apoiada em uma muleta, com a face encoberta. Ao fundo, uma imagem de Jesus Cristo.

Imagem 2: Detalhe do acervo do Memorial do HCI.



Fonte: Fotografia de Daniele Borges, junho de 2015.

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

Ao abordar o uso memorial feito pelos objetos em museologia, Octave Debary introduz um texto sobre museologia e patrimonialização dos *restes* falando da teatralização nos museus: "*Les musées exposent des objets qui sont excuse à la théâtralisation*"⁴⁷. O objeto museológico e patrimonial é manipulado como um vestígio, ou resto do passado, conservado e reciclado pelas interpretações do presente. Ao considerarmos os objetos como potenciais vestígios do passado, carregados de marcas que permitem contar uma história, é preciso estar atento a essa "escritura" dos objetos hoje.

Enquanto ícone da memória da hanseníase no Brasil, os hospitais-colônia, continuam sendo um capítulo da história da saúde no Brasil pouco acessível aos leigos sobre o assunto. Enquanto lugares de memória, os antigos leprosários apresentam a dupla e ambígua característica de conservarem, ao mesmo tempo, traços de visibilidade e invisibilidade, tal como proposto por Deleuze em referência à "busca do tempo perdido"⁴⁸: "a Memória implica 'a estranha contradição entre a sobrevivência e o nada'"⁴⁹.

Assim, cabe a nós, atores sociais de hoje (pressupõe-se: pesquisadores, comunidade, profissionais da saúde, ex-moradores e atuais, gestores, etc.), escavarmos em busca de vestígios e identificar, entre aquilo que resta e pode ser recuperado das histórias vividas nessas microcidades, elementos da memória aos quais seja importante atribuir o título de Patrimônio.

Não se pode esquecer, assim como afirma Prats⁵⁰, que: "*La memoria es cambiante, selectiva, diversa, incluso contradictoria y relativa en todo caso a las situaciones, intereses e interrelaciones del presente [...]*". E a ativação do patrimônio, a sua "puesta em valor" tem a ver com os discursos a seu respeito.

Falar em patrimônio no século XXI significa tocar em uma dimensão polissêmica⁵¹ do reconhecimento que diz respeito à escritura de memórias plurais a partir de narrativas reais ou imaginadas, legitimadas pelo direito de memória. O patrimônio cultural pode ser entendido como categoria de pensamento⁵², logo, como ação social. Assim, pensamento, ação e institucionalização devem ser situados num contexto histórico de práticas de poder com a ativação de versões diversas da identidade representadas pelo patrimônio. Percebe-se, com isso, que a eleição consciente de valores para a

⁴⁷ DEBARY, Octave. *La fin du Creusot ou L'art d'accommoder les restes*. Paris: Éditions du CTHS, 2002, Collection Le regard de l'ethnologue 13, p.1. Acessado em 10/03/2015. Online. Disponível em <www.micosillons.org/collection/CreusotDebary.pdf>. Os museus exibem objetos que são desculpa para a dramatização (Livre tradução).

⁴⁸ O caminho de Swann, volume I da obra 'Em busca do tempo perdido' de Proust.

⁴⁹ Deleuze, Gilles. *Proust e os signos*. Tradução: Antonio Carlos Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 19.

⁵⁰ PRATS, Llorenç. *Concepto y gestión del patrimonio local*. Cuadernos de Antropología Social Nº 21. UBA, 2005, p. 16. Acessado em 21/10/2014. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/cas/n21/n21a02.pdf>>.

⁵¹ PRATS, Llorenç. *El concepto de patrimonio cultural*. Universidad de Barcelona: Política e sociedade. 27, Madrid, 1998, p.63.

⁵² GONÇALVES, José Reginaldo. *Patrimônio como categoria do pensamento*. 2002. Disponível em:

http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/biblioteca/arquivos/patrimonio_como_categoria_de_pensamento.pdf. Acessado em 10 de jul. de 2015.

representação dos repertórios patrimoniais é uma prática condutora de discursos tem sido elaborada “*por indivíduos concretos, al servicio, más o menos consciente, de ideas, valores e intereses concretos*”⁵³.

Candau descreve o mecanismo de seleção memorial em sua imbricada relação com a afetividade e a identidade. É possível pensar no patrimônio como uma lente, sem menosprezar o fato de que aquilo que é selecionado pelo enquadramento óptico também pode ser distorcido por ele.

É um `sistema tensional essencialmente dinâmico que implica as intenções, os valores [...] logo, as motivações, uma afetividade’. Por isso compromete toda a pessoa em sua percepção do mundo. Através da memória o indivíduo capta e compreende continuamente o mundo [...]”⁵⁴.

Enquanto profissionais do patrimônio, atuando em campos multidisciplinares, chama-se a atenção para a necessidade de ruptura com o romantismo nacionalista que impregnou e ainda se faz presente nas bases das ações patrimoniais fundadoras, práticas vinculadas à configuração de um conjunto “ideal” representativo da identidade nacional.

A seleção do que é nomeado como relevante para ser preservado deve ser entendida e questionada dentro das relações de poder que constituem o que deve ou não ser considerado patrimônio. Ou, como dito por Seligmann-Silva⁵⁵, claramente influenciado pelo “mal de arquivo” de Derrida⁵⁶, “todo arquivo implica seleção e, portanto, esquecimento mesmo que parcial de certos aspectos desse passado”, e, continua o autor, “o que tem o poder sobre ele deve ser pensado como aquele que tem também as chaves da porta da justiça”, uma estrutura jurídica, que fecha também as portas da memória. Assim, antes de naturalizar a categoria “patrimônio”, é necessário, tomando emprestado de Derrida⁵⁷ “desconstruir” modelos preconcebidos para que a categoria patrimônio não seja utilizada como bandeira de reconhecimento a partir da qual todos se identificam, capaz de representar as diversas identidades envolvidas nos processos e de restituir as fissuras do passado a partir de um modelo aplicável a tudo.

⁵³ PRATS, Llorenç. *El concepto de patrimonio cultural*. Universidad de Barcelona: Política e sociedade. 27, Madrid, 1998, p. 68.

⁵⁴ CANDAU, Jöel. *Memória e identidade*. Traduzido por: Maria Leticia M. Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011, p. 61.

⁵⁵ SELIGMANN- SILVA. Márcio. *Estética e política, memória e esquecimento: novos desafios na era do Mal de Arquivo*. Unicamp: Remate de Males- 29 (2) jul./dez. 2009, p. 279. Acessado em 20 de jun. de 2015. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/view/873>>.

⁵⁶ DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

⁵⁷ DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

Afinal de contas, a qual patrimônio nos referimos? Para Simon e Ashley⁵⁸, perguntas como: "patrimônio de quem?, quem está definindo, e para quem?" devem ser consideradas, pois "são questões extremamente importantes que nos auxiliam a evitar o nacionalismo redutível que suprime o reconhecimento da complexidade multicultural dos estados-nação contemporâneos dentro da nossa era da hiperglobalização"⁵⁹. Perceber os processos de patrimonialização a partir de uma perspectiva multiescalar, pensada do local ao global, é fundamental para compreender que o enquadramento dos bens no rol do patrimônio cultural depende muito mais do exercício de políticas sociais, cujo poder é situacional no presente, do que da apropriação de um passado cristalizado como herança universal a priori.

Segundo Pedro Funari (em aula oferecida ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, na Universidade Federal de Pelotas, no dia 14 de abr. de 2015), "não é só o acúmulo de conhecimento que leva ao saber, mas as mudanças paradigmáticas. Nossas percepções estão ligadas às transformações sociais". Ora, sob um ponto de vista institucional, a categoria patrimônio surgiu no século XVIII⁶⁰ e passou por reformulações no período após a Segunda Guerra, quando patrimônio e destruição não eram s, e também em 2001, com a criação da Carta sobre a Diversidade Cultural pela UNESCO, num contexto de intolerância que se ampliou após o atentado às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2011.

É necessário reconhecer a categoria como chave para a ação política de reconhecimento em diversos níveis, haja visto que esta vem sendo utilizada para acionar repertórios patrimoniais e construir patrimônios em diversos contextos históricos da humanidade, de modo a oficializar discursos na busca por uma narrativa de um passado comum, como ocorreu nos séculos XVIII e XIX, e não apenas para (ingenuamente) garantir a preservação da memória e da cultura dos povos em sua diversidade. Pois, como afirma Prats, "*Sin poder, podríamos decir em términos generales, no existe el patrimonio*"⁶¹, e este depende de interesses diversos para que se institucionalize.

Todas as comunidades sempre fizeram uso do passado. Contudo, a patrimonialização não é uma consequência lógica do processo de reconhecimento memorial. Pode-se dizer que essa é uma prática moderna de atribuição de valor. A categoria patrimônio, enquanto referente da memória social e coletiva⁶², constitui-se como um discurso, permeado por diversos interesses e significados.

⁵⁸ SIMON; ASHLE, op. cit., p. 247-254.

⁵⁹ Ibid., p. 247. *These are clearly extremely important questions in that they help us resist na all too facile, reductive nationalism which suppresses acknowledgment of the multicultural complexity of contemporary nation states within our era of hyper-globalisation.* (Ibid., p.247).

⁶⁰ Embora autores como Gonçalves (2002), entendam o patrimônio como categoria de ação e pensamento, presente em diversas culturas em distintos momentos históricos.

⁶¹ PRATS, Llorenç. *El concepto de patrimonio cultural*. Universidad de Barcelona: Política e sociedade. 27, Madrid, 1998, p. 69.

⁶² HALBWACHS. Maurice. *A memória coletiva*. Traduzido por: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

Por fim, ao considerar o patrimônio cultural como “uma invenção e uma construção social” com “caráter polissêmico”⁶³, reforça-se a necessidade de acurada atenção para as estéticas narrativas da memória, que ao invés de serem unívocas devem desdobrar-se infinitamente, tantos quantos sejam as memórias, os atores e os contextos narrados.

Sobre as autoras

Daniele Borges Bezerra é doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPEL). Atua na linha de pesquisa “Gestão de acervos e instituições de memória”. Possui Graduação em Artes Visuais e especialização em Saúde Pública. Realiza duas pesquisas em instituições de caráter asilar: Hospital Psiquiátrico São Pedro em Porto Alegre e Asylo de Mendigos de Pelotas. Atualmente desenvolve uma pesquisa sobre as narrativas memoriais referentes à memória da hanseníase em três hospitais-colônia no Brasil.

E-mail: borgesfotografia@gmail.com.

Juliane Conceição Primon Serres possui Licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Maria (2001), mestrado em Museologia na Universidad de Granada (Espanha, 2010), mestrado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2004) e doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2009). É professora na Universidade Federal de Pelotas no curso de Museologia e no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Tem experiência na área de Museologia e História. E-mail: julianeserres@gmail.com.

Artigo recebido em 24 de agosto de 2015.

Aprovado em 10 de outubro de 2015.

⁶³ PRATS, op. cit., p. 63.

O 'OCIDENTE' APORTA ÀS PRAIAS DO 'ORIENTE': REPRESENTAÇÕES ANTIGAS E MODERNAS DA CHEGADA DE JÚLIO CÉSAR A ALEXANDRIA

VICTOR HENRIQUE DA SILVA MENEZES
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo tratar das representações, na Antiguidade e na Modernidade, da chegada de Júlio César a Alexandria, ocorrida em 48 a.C. Entende-se que esse momento de contato entre César, um representante de Roma, e a cidade de Alexandria, então capital do Egito, causou estranhamento e despertou alteridades não só na Antiguidade, mas também deixou marcas ressignificadas na modernidade, em especial, nas obras midiáticas. Assim, pautado nos estudos sobre os usos do passado, tratar-se-á de algumas representações e discursos criados acerca dessa chegada nos textos de autores antigos e nas imagens e sons usados para representar esse mesmo momento em séries televisivas e filmes contemporâneos.

PALAVRAS-CHAVE: Júlio César;
Apropriações; Mídia; Alexandria.

ABSTRACT

This paper aims to address the ancient and modern representations of the arrival of Julius Caesar in Alexandria, in 48 BC. It is understood that this moment of contact between Caesar, a representative of Rome, and the city of Alexandria, then the capital of Egypt, aroused strangeness and otherness not only in antiquity but also left resignified images in modern times, especially in the media works. Thus, based on the concept of "usages of the past", I will analyze some of the representations and discourses created about this arrival in the texts of ancient authors in tandem with the images and sounds depicting the same event in films and TV series.

KEYWORDS: Julius Caesar; Reception; Media; Alexandria.

Introdução¹

O ano era 48 a.C e Roma estava envolta em sua Segunda Guerra Civil, que ficou conhecida também como Guerra Civil Cesariana. O conflito colocara de um lado Caio Júlio César e o grupo dos populares, e do outro, os *optimates*, grupo tradicionalista e conservador da República, liderado militarmente por Pompeu Magno. Concomitante, o Egito, então reino cliente de Roma, também estava lidando com a sua própria Guerra Civil devido às brigas pelo trono empreendidas entre os filhos de Ptolomeu Aulete: Cleópatra Filopater e Ptolomeu XIII. Ao ser vencido na Batalha de Farsália, Pompeu procurou abrigo junto aos reis egípcios, de quem havia recebido meses antes 60 navios carregados de trigo como apoio à sua causa. O que Pompeu não previra, porém, é que o conflito entre os irmãos ptolomaicos faria com que o Egito deixasse de apoiá-lo em favor de Júlio César, eminente vitorioso na Guerra Civil romana. É nesse contexto que chegando ao Egito Pompeu encontrou-se com o exército de Ptolomeu (comandado por Áquila e Potino) em Pelúcio, e, a mando de Ptolomeu XIII, com então doze anos, foi assassinado².

Júlio César, por sua vez, no enalço de seu rival político, aportou dias depois à praia de Alexandria, e, a ser aceita a tradição historiográfica antiga, devido à recepção ambígua, lá teria demonstrado os mais distintos valores morais romanos quando confrontado com a trágica notícia do assassinato traiçoeiro de seu conterrâneo. Entende-se que esse momento de contato entre César, um representante de Roma, e a cidade de Alexandria, capital de um Egito considerado pelos antigos romanos como um lugar inepto, e, em última instância, diferente e ardiloso, causou estranhamento e despertou alteridades não só na Antiguidade, mas também deixou marcas ressignificadas na modernidade, em particular nas obras de arte, como pinturas, óperas, filmes e séries televisivas. Com tais pressupostos e pautado nas discussões dos *usos do passado*³, aqui entendido como o estudo que busca compreender as interpretações e representações de momentos, conceitos e ideologias do passado no presente⁴, este artigo procurará discutir algumas das

¹ Este artigo é resultado da pesquisa de monografia intitulada "Capas, Espadas e Sandálias: Representações da Antiguidade no Cinema e na Televisão" defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em dezembro de 2014. Diante disso gostaria de agradecer ao meu então orientador, o Prof. Pedro Paulo A. Funari, e às professoras Renata Senna Garraffoni e Natália Ferreira Campos, examinadoras na banca de defesa da monografia. Também não posso deixar de mencionar e agradecer ao meu atual orientador na pesquisa de mestrado, o Prof. André Leonardo Chevitarese, e ao apoio da FAPESP. Sou igualmente grato ao Prof. Óscar Lapeña Marchena, da Universidad de Cádiz, pelo apoio bibliográfico oferecido. As ideias apresentadas ao longo do texto são de minha inteira responsabilidade.

² CANFORA, L. *Júlio César: o ditador democrático*. Trad. Antonio da Silveira Mendonça. São Paulo: Estação Liberdade, 2002, p. 227.

³ Como exemplo de pesquisa produzida por historiadores brasileiros pautada nos usos da Antiguidade por sociedades do século XX ver: SILVA, G. J. *História Antiga e usos do Passado: um estudo de apropriações da antiguidade sob o regime de Vichy*. São Paulo: Annablume, 2007.

⁴ PINTO, R. *Duas Rainhas, um Príncipe e um Eunuco: gênero, sexualidade e as ideologias do masculino e do feminino nos estudos sobre a Bretanha Romana*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, 2011, p. 30.

ressignificações da chegada de César a Alexandria perpetuadas tanto na Antiguidade quanto no mundo hodierno.

Uma chegada, inúmeras narrativas

Na Antiguidade, foram muitos os momentos de contato entre Roma e o Egito, e, como escreve Margareth Bakos⁵, a dominação do primeiro sobre o segundo “foi despótica sob todos os pontos de vista, havendo sido os romanos os segundos no processo de transculturação dos bens culturais egípcios” – sendo os gregos os primeiros. Assim, a chegada de César a Alexandria não seria o primeiro, nem o último, momento de contato entre romanos e egípcios, mas acredita-se ter sido talvez um dos mais marcantes, em particular, devido a seus desdobramentos: Guerra Alexandrina, *affaire* de César e Cleópatra e o estabelecimento desta como a única dirigente do Egito. Com isso em mente, e tendo como objetivo discutir as representações antigas e modernas da chegada de César a Alexandria, serão analisadas algumas passagens de autores antigos que retrataram esse momento, bem como as imagens e sons utilizados para apresentá-lo em produções midiáticas contemporâneas. Para tal, utilizar-se-á como fontes antigas o próprio Júlio César, por meio de sua obra “A Guerra Civil”⁶, a obra “Vidas Paralelas”, do historiador grego Plutarco de Queroneia⁷, e a biografia do general elaborada por Caio Suetônio Tranqüilo, “O divino Júlio”⁸, publicada junto à coleção que narra a vida dos onze primeiros imperadores de Roma. Enquanto que, para falar de representações contemporâneas, foram selecionadas cenas de uma das releituras contemporâneas da ópera de Georg Friedrich Handel lançada em DVD, *Giulio Cesare*⁹ (2005, Dir. David McVicar), do filme *Cleópatra*¹⁰ (1963, Dir. Joseph Mankiewicz) e da série televisiva *Roma*¹¹ (2005-7, Dir. Bruno Heller, John Milius e William J. MacDonald).

Essas obras foram escolhidas devido às suas peculiaridades que serão discutidas a seguir. Contudo, reconhece-se que há outras produções cinematográficas, e também televisivas, que representam esse momento

⁵ BAKOS, M. M. “Visões modernas do Mundo Antigo: a Egíptomani”. In: FUNARI, P. P. A.; SILVA, G.J.; MARTINS, A. L. *História Antiga: contribuições brasileiras*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 32.

⁶ JÚLIO CÉSAR. *Bellum Ciuile: A Guerra Civil*. Trad. Mario da Gama Kury. Brasília: Editora da UnB, 1985.

⁷ PLUTARCO. *César*. Trad. Ísis Borges da Fonseca. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

⁸ SUETÔNIO. *O divino Júlio*. Trad. Antonio da Silveira Mendonça. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

⁹ As cenas que serão tratadas neste artigo aparecem nos dez primeiros minutos da ópera/filme “Giulio Cesare” (2005), no DVD de número 01.

¹⁰ No filme “Cleópatra” (1963), a chegada de Júlio César a Alexandria está presente no DVD 01, entre 9min18s e 16min.

¹¹ A chegada de César a Alexandria no seriado “Roma” (2005-7) é mostrada no episódio 08 da primeira temporada. A cena aparece entre os 4min16s e 9min do episódio, cujo título é *Caesarion*, em referência ao nome do filho de César e Cleópatra.

histórico, bem como, pelo menos outros dois trabalhos produzidos ainda na Antiguidade que também mencionaram a chegada de César ao Egito. É o caso, por exemplo, do poeta latino Marco Aneu Lucano (39-65 d.C.), que no Livro X de seu poema "Farsália" (ou *Bellum Ciuile*), narrou a chegada triunfante de César em terras egípcias. Conhecido como o poeta que fez registros de fatos ainda recentes na memória de sua época¹², Lucano apresentou de forma peculiar o general romano que, ao desembarcar em Alexandria é comparado a Alexandre, fundador da cidade. O César de Lucano, quando da sua entrada em Alexandria, representa o poder e as leis romanas¹³, enquanto que os egípcios têm atitudes ambíguas, e não estão dispostos a submeterem-se aos desejos de Roma¹⁴. Também, cabe mencionar o livro "História de Roma", de Dion Cássio, escrito no século III d.C., que dedicou um de seus capítulos a narrar a chegada de César a Alexandria. Dion Cássio, que por certo conhecia os escritos de César e de seus biógrafos, retratou César como um político dissimulado, que, segundo a sua interpretação, havia combinado previamente com Ptolomeu e os ministros egípcios o assassinato de Pompeu¹⁵. Visto que, aparentemente, grande parte das produções televisivas e cinematográficas que retrataram esse momento da vida César optou por seguir e ressignificou, pelo menos em parte, os discursos presentes nos escritos de César e de seus biógrafos Plutarco e Suetônio, procurar-se-á tecer breves comentários acerca das passagens escritas por esses dois autores, para, então, trabalhar com as suas representações contemporâneas nas citadas obras midiáticas.

192

A chegada de César a Alexandria segundo César, Plutarco e Suetônio

Como meio de contar e legitimar os seus feitos militares, Júlio César, logo após o fim de Segunda Guerra Civil, escreveu a obra *Bellum Ciuile* ("A Guerra Civil"). Para além de ser um livro propagandístico, os escritos que compõem a obra tratam-se de fontes primárias para os estudos da história dos últimos anos da República, e apresentam a visão de César a respeito de seu levante contra Pompeu e o grupo dos *optimates*¹⁶. Escrita em terceira pessoa, a obra inicia-se com a narração da invasão da Itália pelas legiões de César, e, finda-se com o assassinio de Pompeu no Egito e o início da chamada Guerra Alexandrina¹⁷. Assim como *De Bello Gallico* ("Sobre a Guerra das Gálias"), escrito por César no período em que guerreara na Gália, "A Guerra Civil" pode ser entendida como

¹² CARVALHO, A. F. Uma leitura: a memória e a festa em Lucano – Pharsalia, X, 106-86. *Olho d'água*. São José do Rio Preto, 1 (1), 2009, p. 118.

¹³ Cabe destacar que no poema de Lucano, com exceção do livro X, César é apresentado como aquele que subverte as leis de Roma. No entanto, quando ele chega a Alexandria e entra em contato com o "outro", tido como bárbaro, ele passa a incorporar e representar as leis romanas.

¹⁴ MOURA, Alessandro R. Cleópatra e César: Lucano, Guerra Civil 10. *Revista Letras*, Curitiba, n. 80, jan./abr. 2010. Editora UFPR, p. 31.

¹⁵ CANFORA, op. cit., p. 230-1.

¹⁶ MENDONÇA, A. S. "Introdução". In. *Caio Júlio César: Bellum Ciuile – A Guerra Civil*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999, p. 26.

¹⁷ Ibid.

uma obra autobiográfica. Nela, a chegada de César a Alexandria é narrada no terceiro e último livro que compõe a obra e é apresentada como simples consequência da guerra que César empenhava contra Pompeu:

César, tendo-se demorado alguns dias na Ásia, ficou sabendo que Pompeu tinha sido visto em Chipre e, deduzindo que ele estava a caminho do Egito, não só por suas estreitas relações com aquele reino, mas também pelas vantagens desse lugar, partiu para Alexandria com a legião à qual havia dado instrução de segui-lo (B.C. III,106,1).

É interessante como em nenhum momento o César narrador deixa explícito quais são os objetivos do César personagem em Alexandria, a não ser percorrer o enalço de seu inimigo, que, neste momento, ainda é Pompeu. Sempre distante da ação, o narrador expõe que César não hesitara colocar-se em marcha para o Egito com débeis recursos (B.C. III, 106, 3), e, em seguida, apresenta a sua chegada a Alexandria, onde teria sido recebido com resistência por parte dos soldados egípcios. Segundo o César narrador, ele só teria ficado sabendo da morte de Pompeu quando da sua chegada a Alexandria:

Em Alexandria ficou sabendo [César] da morte de Pompeu, e assim que desce do navio ouve os protestos dos soldados que o rei havia deixado na cidade, como guarnição; vê que eles se precipitam em sua direção, porque se fazia preceder de feixes consulares. A multidão toda proclamava que com essa atitude se aviltava a majestade real (B.C. III, 106, 4).

193

Percebe-se que César retrata o Egito como um local hostil, que, envolto em suas próprias guerras pelo trono – entre os irmãos Ptolomeu XIII e Cleópatra VII –, não o recebe “de braços abertos”. A chegada é marcada, a seus olhos, por hostilidade e desordens, que ele procurará abater nos dias consequentes à sua presença em Alexandria. Em um segundo momento, César destaca o interesse em interferir na política interna do Egito, visto que, como naquele período ele era um reino cliente de Roma, o general romano sentia-se no direito de intervir na briga entre os irmãos. Interessante que, ao explicar isso, César deixa transparecer a ideia de que ele e Roma, nesse momento, são a mesma coisa:

Enquanto isso, ele achava que, por ser cônsul, o litígio entre os reis era de competência sua e do povo romano e tanto mais lhe dizia respeito porque no seu primeiro consulado, por lei e decreto do senado, fora concluída uma aliança com Ptolomeu pai; em vista disso, fez ver que era sua vontade que o rei Ptolomeu e sua irmã Cleópatra desmobilizassem seus exércitos e que perante ele discutissem suas divergências à luz do direito e não com o recurso às armas (B.C. III, 107, 2).

César procura argumentar que o seu objetivo primeiro era conseguir pacificar o Egito, e não acirrar as brigas entre Cleópatra e Ptolomeu. Talvez tal argumento tenha sido utilizado por César para responder às críticas que recebeu de seus conterrâneos por ter se envolvido na briga entre os irmãos. De fato, escritos posteriores, como o de Lucano, irão insistir que a permanência de César em Alexandria e o seu envolvimento na guerra fora vergonhoso¹⁸. Plutarco escreveu que alguns, na época do conflito, chegaram a argumentar que César havia tomado partido numa guerra "inglória e cheia de riscos", e que "não era necessária", pelo amor que nutria à Cleópatra (Plut. César, 48, 5). Outros chegaram a colocar como os verdadeiros incentivadores da guerra os servidores do rei, em particular, o eunuco Potino. Esta última interpretação dos motivos que levaram César a entrar em conflito contra os alexandrinos, por certo, estava respalda nos próprios argumentos do general, que apresentou o eunuco como traíçoeiro e incitador de levantes:

Dada a idade do garoto [Ptolomeu], estava na regência do reino seu tutor, um eunuco de nome Potino. Inicialmente se pôs ele a reclamar e manifestar indignação entre os seus por ter sido o rei convocado a apresentar sua defesa; depois, tendo ganhado adeptos para seu plano entre os favoritos do rei, fez vir secretamente o exército de Pelúcio a Alexandria e deu o comando de toda a tropa àquele mesmo Aquilas (...) Animou-o com as promessas próprias, enfatou-o com as do rei e o instruiu através de cartas e emissários sobre suas intenções (B.C. III, 108, 1-2).

194

Mais de um século após os acontecimentos narrados por César em "A Guerra Civil", o historiador grego Plutarco de Queroneia apresentou de forma peculiar a chegada do general na cidade de Alexandria. Plutarco, autor de uma das biografias mais conhecidas de Júlio César, nasceu por volta do ano 45 d.C. – portanto, cerca de 90 anos após a Guerra Civil –, em uma cidade chamada Queroneia, próxima à Tebas. Autor de aproximadamente duzentos e cinquenta obras, sendo que chegaram aos dias de hoje cento e uma completas, além de trinta fragmentos¹⁹, Plutarco é o responsável pela obra conhecida atualmente como "Vidas Paralelas", que reúne (dentre os escritos que chegaram até a atualidade) cerca de cinquenta biografias comparadas de políticos e militares gregos e romanos. As biografias são apresentadas da seguinte forma: inicialmente a biografia de um grego, seguida pela de um romano e, por último, uma breve comparação entre ambos. Importante notar que quatro dessas comparações não chegaram até a atualidade, inclusive aquela que comparava César a Alexandre. Esse modelo de biografia comparada, segundo Pedro Paulo Funari²⁰, atendia, antes de tudo, a interesses romanos e não necessariamente gregos. Detentor da cidadania romana, amigo de personagens influentes e

¹⁸ CANFORA, op. cit., p. 237.

¹⁹ FUNARI, P. P. A. "Introdução a Plutarco". In: PLUTARCO, SUETÔNIO. *Vidas de César*. Trad. Antonio da Silveira Mendonça e Ísis Borges da Fonseca. São Paulo: Estação Liberdade, 2007, p. 135.

²⁰ Ibid., p. 132.

próximos à corte imperial, Plutarco acabou tornando-se uma “figura central no processo de recriação de uma identidade grega sob o Império, na sua tentativa de reposicionar e repensar a relação entre gregos e romanos”²¹.

A biografia de César escrita por Plutarco é focada, assim como as demais biografias escritas pelo historiador, em suas ações políticas e militares. Mais do que o próprio César em “A Guerra Civil”, Plutarco – que por certo lera a obra de César antes de escrever a sua – em “Vida de César”, dá maior destaque à chegada do general a Alexandria e à certa repulsa que as notícias da morte de Pompeu, segundo Plutarco, lhe causaram:

(...) Tendo desembarcado em Alexandria, depois da morte de Pompeu, desviou-se horrorizado de Teódoto, que lhe apresentava a cabeça de Pompeu, mas recebeu seu sinete, e derramou lágrimas (Plut. César, 48, 2-3).

Teódoto (de Quios), retórico e mestre do rei Ptolomeu XIV, era, segundo Plutarco (Pompeu, 78), o idealizador da morte de Pompeu e tramara o crime juntamente a um conselho convocado por Potino na esperança de que o ato agradasse a César. Percebe-se por este trecho o descontentamento de César perante as atitudes dos egípcios e o desrespeito para com Roma ao terem a audácia de assassinar um de seus generais. César não só chora a morte daquele que até então era o seu inimigo – e esse choro, se é que existiu, pode ser interpretado de diversas maneiras –, mas dá as costas para aquele que agora personificava o seu novo inimigo: um Egito tido como exótico, hostil, que está em desordem nas mãos de homens como o eunuco Potino, e que precisaria urgentemente ser dominado, modificado e colocado sob “as rédeas” de Roma. Plutarco parece apontar para a necessidade de reorganização desse país estrangeiro e como César seria o romano ideal para tomar iniciativa nessa organização/dominação, ao tecer comparações entre ele, o misericordioso e generoso – que perdoa os companheiros e parentes de Pompeu – e o eunuco Potino, homem supersticioso que, segundo Plutarco, tramava às escuras contra César, e que precisava ser destituído de seu poder:

(...) Potino, que dispunha do maior poder e recentemente tinha mandado matar Pompeu; tinha também expulsado Cleópatra e tramado secretamente contra César. Por essas razões, dizem que este começou desde então a passar as noites bebendo para se proteger. Mesmo em público Potino era insuportável, porquanto dizia e fazia muitas coisas odiosas e ofensivas a César (Plut. César, 48, 5-6).

Assim como nos escritos de César, Potino também é tido como vilão para Plutarco, e só foi assassinado a mando de César porque conspirava contra ele. O César de Plutarco é também retratado, nesse momento, como um general

²¹ GUARINELLO, N. L. “Plutarco e a identidade grega no Império”. In: SILVA, M. A. *Plutarco Historiador*. São Paulo: USP, 2006, p. 20.

benevolente, cujo único intuito seria acalmar os ânimos dos alexandrinos e instaurar a paz no Egito:

(...) Depois, como todos tomavam parte num banquete pela reconciliação, um escravo de César, seu barbeiro, que pela pusilanimidade, na qual ultrapassava todos os homens, não deixava nada sem investigação, mas prestava atenção a tudo e intrometia-se em tudo, percebeu que uma trama estava sendo urdida contra César por Áquila, comandante das tropas, e pelo eunuco Potino. César, tendo-os apanhado em flagrante, colocou uma guarda em torno da sala de banquete e manteve matar Potino. Áquila contudo fugiu para seu acampamento e suscitou uma guerra dura e difícil contra César, visto que este se defendia de tão grande cidade e de tão grande exército com poucos companheiros (Plut. César, 49, 4-5).

Interessante notar como há, tanto em César como em Plutarco, discursos que não apenas buscam legitimar os motivos para que César entrasse em guerra, como também, certa necessidade em afirmar que eram poucos aqueles que lutavam a favor do general romano. Os discursos produzidos pelos autores antigos acerca da quantidade de pessoas que lutaram contra ou a favor de Roma sempre é questionável. Pois, talvez, ter discursos que afirmassem a superioridade em números do inimigo fosse um dos meios utilizados com o intuito de legitimar a qualidade e a superioridade do exército romano. Mas, independente se César tinha a seu favor muitos ou poucos, o mais curioso é como os escritos sobre a sua chegada a Alexandria confluem a uma ideia de que o Egito, terra tida como turbulenta, é quem teria se revoltado contra Roma, que desde a época de Ptolomeu Aulete, pai de Cleópatra, era sua "amiga" e "protetora".

O biógrafo Caio Suetônio Tranqüilo, comparado modernamente como um mordomo bisbilhoteiro²², por sua vez, deu pouca atenção à chegada de César a Alexandria, e resumiu a guerra que o general travou no Egito a um parágrafo. A culpa dos conflitos, assim como em César e Plutarco, é dos egípcios. No entanto, para Suetônio, mais do que Potino, o responsável seria o rei Ptolomeu XIII:

(...) indo ao encalço dele [Pompeu] em fuga para Alexandria, ficou sabendo que o tinham assassinado. Ao certificar-se de que igualmente a ele o rei Ptolomeu preparava ciladas, moveu-lhe uma guerra realmente duríssima, em posição e estação adversas, no inverno e dentro das muralhas de um inimigo provido de tudo e extremamente solerte, enquanto ele passava por toda sorte de necessidade e se encontrava despreparado (Suet. Div. Jul. 35, 1).

²² MENDONÇA, op. cit., p. 11.

Diferente de Plutarco, Suetônio não focou os seus escritos apenas nos feitos políticos, mas também procurou tratar, com detalhe, de diversos boatos, considerados por alguns como infames, de seus biografados. Como escreve Antonio da Silveira Mendonça²³, as biografias dos imperadores escritas por Suetônio sobreviveram praticamente intactas, com exceção “da dedicatória ao amigo Septício Claro e dos capítulos introdutórios da primeira biografia”, a de César. Através de consulta minuciosa à documentação existente na época, Suetônio escreveu uma biografia erudita de César²⁴. E é, em particular, aos seus escritos que deve-se informações acerca de assuntos polêmicos da vida do general e das invectivas que recebera de seus inimigos políticos. Por meio de Suetônio, César entrou para a posteridade com o título de Rainha da Bitínia, em alusão às supostas relações sexuais que teria tido com o rei Nicomedes (Suet. Diius Julius, 49), e com a caracterização de “o homem de todas as mulheres, e, a mulher de todos os homens” (Suet. Diius Julius, 52).

Essas caracterizações de César foram escamoteadas em suas cinebiografias ao longo de todo o século XX, apesar de serem muito conhecidas entre os historiadores da Antiguidade. O cinema e a televisão, muitas vezes, ao representarem César como um protótipo de líder ocidental, escolheram quais de suas construções seriam interessantes estar nas telas. E por certo, um César com práticas “bissexuais” ou “homossexuais” não interessava, ou melhor, não caberia, em representações de um líder, que supostamente, precisa ser “ocidental” e “heterossexual”. Essas escolhas dizem muito acerca das construções modernas da imagem de César, e, mais ainda, dos contextos em que foram produzidas. Cabe destacar que, a falar-se de César, escolhas acerca do que mostrar e paralelos com a vida de líderes contemporâneos não foram feitos apenas em relação às práticas sexuais, mas também às ações políticas e militares. É o caso de sua chegada a Alexandria em obras midiáticas, como procurar-se-á tratar agora.

A chegada de César a Alexandria nos filmes “Giulio Cesare” e “Cleópatra” e na série “Roma”

A chegada de Júlio César a Alexandria não foi representada em todas as películas que dedicaram-se a retratar a vida do general romano. Aquelas que, particularmente, inspiraram-se na obra de Shakespeare, tiveram como foco os acontecimentos posteriores à ida de César ao Egito, como a traição de Brutus e o seu assassinato, e, portanto, a cidade de Alexandria não foi mostrada. Em geral, o momento de contato entre César e o Egito, nas grandes e pequenas telas, aparece em produções que tratam do *affaire* entre César e a rainha Cleópatra. Não à toa, uma das representações mais famosas da chegada de César a Alexandria é a presente no filme *Cleópatra*, de 1963. Para a construção

²³ Ibid., p. 14.

²⁴ Ibid., p. 15.

da chegada, os produtores cinematográficos e televisivos baseiam-se, possivelmente, tanto na documentação discutida no tópico anterior, quanto de obras artísticas produzidas entre os séculos XVI e XIX. Entre essas obras destaca-se a ópera "Giulio Cesare in Egitto", de Georg Friedrich Handel. Composta na época de máximo esplendor do gênero de ópera ambientada na Antiguidade²⁵, em 1723, e estruturada em três atos, a ópera de Handel foi um grande sucesso na época de seu lançamento, sendo encenada por diversas vezes em cidades como Londres, Brunswick e Hamburgo entre os anos de 1724 e 1737.

Como destaca o historiador espanhol Óscar Lapeña Marchena, as óperas com enredo ambientados na Antiguidade também serviram como inspiração para algumas das produções cinematográficas do século XX²⁶. Tendo surgido no século XVI como um espetáculo de corte e limitado a um grupo seletivo e aristocrático, a ópera com o passar dos séculos foi se popularizando e aos poucos tornando-se um lazer da burguesia, apesar de manter o seu caráter aristocrático²⁷. Cenas, enredos e personagens do Mundo Antigo, desde o início, marcaram presença no palco, sejam em apresentações voltadas para as sociedades de corte, sejam em apresentações que tinham como foco a burguesia, e tiveram seu apogeu durante o século das luzes. Segundo Lapeña Marchena²⁸, entre os séculos XVI e XIX, foram produzidas mais de três mil óperas sobre temas da Antiguidade, que, em suas palavras, "indicam que houve uma produção operística que alcançou cotas de uma verdadeira indústria". Assim como o cinema, a ópera também elencou temas e personagens específicos para serem retratados no palco, sendo as sociedades greco-romanas a predileta. No entanto, de maneira mais plural que as produções cinematográficas e televisivas, as óperas também dedicaram-se a tratar do Oriente Próximo, Egito e Mesopotâmia. Entre as figuras da Antiguidade, as que receberam maior atenção foram Alexandre, Artaxerxes, Cipião, Cleópatra, Nero, Calígula, Mesalina e Júlio César²⁹.

A ópera de Handel, produzida no Século das Luzes, estava inserida no contexto em que os grandes generais do passado eram representados com o objetivo de serem exemplos de sabedoria e prudência para os reis e para a nobreza europeia³⁰. No entanto, a ópera que representou César como um Hércules que conquista o Egito, criou possibilidades para que, no futuro, o César-Hércules tivesse outras representações, que dialogassem, por sua vez, com o momento de suas releituras. Cabe destacar que "Giulio Cesare in Egitto" foi adaptada inúmeras vezes ao longo dos últimos dois séculos. Duas dessas adaptações porém, merecem certo destaque por, além de serem recentes, terem sido filmadas e lançadas em DVD. Uma dessas versões é a dirigida pelo controverso diretor teatral Peter Sellers. Produzida em 1990 pelo DEFA-Studio,

²⁵ LAPEÑA MARCHENA, Óscar. La imagen del Mundo Antiguo en la Ópera y en el cine. Continuidad y Divergencia. *Veleia*, 21, 2004, p. 206.

²⁶ LAPEÑA MARCHENA, op. cit., p. 201.

²⁷ Ibid., p. 204-5.

²⁸ Ibid., p. 202.

²⁹ Ibid., p. 202.

³⁰ Ibid., p. 201.

em Potsdam, Alemanha, "Giulio Cesare" de Sellers foi lançado em DVD no ano de 2006.³¹ A representação do general romano nesta adaptação é ímpar, uma vez que abriu mão da imagem de um ditador ou herói romano, e apresentou César como um líder moderno – de camisa e gravata – que visita um hotel internacional num conturbado Oriente Médio³².

Em 2005, foi a vez de o diretor britânico David McVicar produzir uma versão filmada da obra de Handel. Assim como Sellers, McVicar realizou profundas alterações nas personagens e cenários, que causaram grandes debates entre os críticos e fez da produção um sucesso imediato de bilheteria³³. Os romanos de McVicar foram apresentados como colonialistas britânicos de casacas vermelhas que empreendem a conquista do Egito; os egípcios, por sua vez, como povos que habitam uma terra diferente, fantasiosa e que causa estranhamento aos olhos daqueles que chegam³⁴. Nesta representação, portanto, não é Júlio César e suas legiões romanas que chegam ao Egito, mas sim, as tropas britânicas que desembarcam em Alexandria, em 1882. McVicar, ao falar de César, procurou passar a sua possível visão acerca do imperialismo britânico, e dos ingleses, que assim como César, em certo momento do passado teria aportado nesse Oriente desconhecido, inepto e estranho. A produção de McVicar, apesar de seguir o libreto de Nicola Haym, utilizado quando da primeira vez da apresentação da ópera no século XVIII, elaborou novas representações do momento em que César esteve no Egito.

A Alexandria de McVicar é representada como um salão dourado em que ao fundo há uma grande porta que dá acesso ao oceano. No início da ópera há alguns serviçais egípcios que limpam o salão. Aparentemente é só mais um dia de trabalho e tudo está ocorrendo bem. Mas, de forma inesperada, alguns navios surgem no horizonte, primeiro muito pequenos, mas que, aos poucos, vão aumentando; sinal de que aproximam-se do porto de Alexandria. Os serviçais, atônitos, observam os navios se aproximarem até que, ao perceberem que eles ancoraram no porto, afastam-se do centro do salão e escondem-se em suas laterais. É quando diversos soldados, vestindo uniformes militares vermelhos e carregando baús, desembarcam dos navios e entram marchando na cidade de Alexandria. O último dos soldados a entrar é Cúrio. Estando todos no salão/Alexandria, em coro, começam a cantar a música *Viva, viva il nostro Alcide!*. Os serviçais egípcios, assustados com a cena, saem do palco, que é todo ocupado pelos soldados ingleses/romanos. Enquanto os soldados continuam a cantar, Curio, com um binóculo, observa a cidade de Alexandria. É quando Júlio César (interpretado por Sarah Connolly), usando um longo casaco vermelho e com um rolo de pergaminho em suas mãos, aparece ao fundo do

³¹ Encontram-se disponíveis online algumas das cenas do filme, que podem ser visualizadas no *Youtube*: <http://www.youtube.com/watch?v=6SjDxv80s8I&list=PL3DC4DBE03EE79CE5>. Acessado em 12/12/2014.

³² LINK, Nathan. Performance – George Frideric Handel: Giulio Cesare. *Opera Quarterly* (2008), 24 (3-4), p. 314.

³³ *Ibid.*, p. 315.

³⁴ *Ibid.*

palco e observa o mar e os seus navios atracados no porto egípcio. César é alto, loiro e forte. Os egípcios são excêntricos, arredios e, no caso de Ptolomeu, agressivo. O Egito é uma terra fantasiosa que está à espera de um líder militar forte e inteligente que possa trazer-lhe a paz e "organizar a bagunça" feita por Ptolomeu, um déspota. A representação do Egito como um local hostil, caótico e místico vem, em grande parte, da versão original da obra apresentada no século XVII. Mas assim como na versão de Peter Sellers, McVicar elaborou novas representações: além de místico, o Egito é um lugar colorido; danças inspiradas nos filmes de Bollywood foram introduzidas; e, assim como descrito por Plutarco (César, 49, 2), Cleópatra chega a Alexandria enrolada em um tapete (na versão de Sellers ela aparece no telhado do palácio sentada em uma âncora).



Imagem 01

Título do filme: Giulio Cesare

Diretor: David McVicar

Ano: 2005

País produtor: Inglaterra

Cena: Ato I, Coro de Abertura, 2min 15s.

Legenda: A chegada de Júlio César no filme *Giulio Cesare* (2005) de David McVicar.

200



Imagem 02

Título do filme: Giulio Cesare

Diretor: David McVicar

Ano: 2005

País produtor: Inglaterra

Cena: Ato I, Coro de Abertura, 03min 25s.

Legenda: Os soldados romanos chegam a Alexandria. Nessa versão da ópera, os soldados são apresentados como colonialistas britânicos de casacas vermelhas que empreendem a conquista do Egito.



Imagem 03
Título do filme: Giulio Cesare
Diretor: David McVicar
Ano: 2005
País produtor: Inglaterra
Cena: Ato I, Coro de abertura,
04min 29s.
Legenda: Júlio César,
interpretado por Sarah
Connolly, entra em Alexandria.

David McVicar, em entrevista, quando da ida de sua versão de "Giulio Cesare" para a Broadway, em 2012, teceu o seguinte comentário acerca da obra de Handel:

Creio que Giulio Cesare é um dos exemplares mais multifacetados, caleidoscópicos, divertidos e maravilhosos de escritos operáticos que já foi levado ao palco. É uma das minhas óperas favoritas, e sua variedade absoluta de tom é uma das razões que me fazem amá-la tanto. É uma estória de aventura semi-séria, semi-cômica e semi-romântica. É repleta de ação, de caracterizações fantásticas, de músicas fantásticas, realmente envolve a plateia numa comédia histórica através de uma narrativa ficcional da vida de grandes personagens históricos. E ainda, de alguma maneira permanece incrivelmente fiel a um certo núcleo de realidade da história da jovem Cleópatra seduzindo o César de meia-idade, e também em relação a aliança de seus dois impérios (David McVicar, diretor da versão de 2005 da ópera Giulio Cesare)³⁵.

Interessante notar em sua fala a ideia de que a ópera representa grandes personagens e que consegue ser fiel a um certo núcleo da realidade histórica de Cleópatra. Isso se deve ao fato de que produções cinematográficas, e também operísticas, mesmo sendo construções fantasiosas do passado, tentam ao máximo ser reconstruções fieis do momento que buscam

³⁵ Original: *Giulio Cesare, I think is one of the most multifaceted, kaleidoscopic, entertaining, wonderful pieces of operatic writing that anyone has ever got onto any stage. It is absolutely one of my favourite operas and its sheer variety of tone is one of the reasons why I love it so much. It is a semi-serious, semi-comic, semi-romantic adventure story. It is packed with action, it is packed with fantastic characterisation, it is packed with fantastic music, it really takes the audience on an historical romp through a fictional account of the lives of these great historical characters. And yet, somehow it remains incredibly true to the kernel of reality inside the story of the young Cleopatra seducing the middle-aged Caesar, and about the alliance between their two empires.* Tradução de Nadhiny K. Ramos. A entrevista está disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=5zGGHDsUrYM>. Acessado em 12/12/2014.

representar. Mesmo inserindo pontos fantásticos em sua produção, e fazendo claras alusões ao imperialismo britânico, McVicar ainda tem o intuito em produzir uma obra que traga ou faça menções a uma suposta realidade do passado. Tem-se a ideia, talvez, de que é impossível representar o passado tal como ele aconteceu – McVicar mesmo aponta que se trata de uma narrativa ficcional –, mas é notável como tem-se, ao mesmo tempo, uma presunção de que nem tudo pode ser considerado como uma construção. Afinal, para McVicar, Cleópatra, de fato, teria seduzido “o César de meia-idade”. Se Plutarco disse que César havia sido seduzido pela jovem rainha, então “de fato” ele teria sido. Percebe-se que tanto a fala de McVicar quanto a representação da entrada de Cleópatra em Alexandria dialogam com os discursos produzidos por Plutarco ainda na Antiguidade. Mas a obra de McVicar também dialoga com questões e discursos contemporâneos. Os romanos serem representados como colonialistas britânicos é talvez o ápice desse diálogo entre passado e presente. Mas significativo ainda é que a produção de McVicar, mesmo diferenciando-se ao apresentar César como um general britânico, não o utiliza como uma forma de criticar o imperialismo britânico ou a ideia de Egito e ‘Oriente’ como um local exótico e violento que necessita da interferência ‘ocidental’. Assim como nos discursos criados ainda na Antiguidade, a entrada de César em Alexandria teria sido pacífica caso o déspota Ptolomeu não tivesse incitado os egípcios a lutarem contra os romanos. Ainda, percebe-se que o ‘Oriente’ como um local romanesco está presente também na obra de McVicar.

Sobre as representações de romanos como britânicos, segundo o diretor inglês, teria sido uma escolha proposital:

(...) Nas produções originais, eles eram interpretados em figurinos do século XVIII, de acordo com o propósito e com o objetivo dessas peças. Então eu não me senti de forma alguma comprometido a me manter nos limites da Alexandria e da Roma antigas. Isso nos permitiu retratar o período de maneira lúdica, e a ópera mesmo é bem lúdica. Os conquistadores romanos, por exemplo, se tornam sinônimos dos conquistadores britânicos do XIX (quando detínhamos o canal de Suez) Então nós queríamos captar aquela “sensação” de *melting pot* através da representação de quantas influências pudéssemos achar. (David McVicar, diretor da versão de 2005 da ópera Giulio Cesare)³⁶

Essa fala demonstra, de certa forma, como os produtores de uma obra cinematográfica, televisiva, e, nesse caso, uma ópera transformada em filme, ao produzi-la, possuem algumas intencionalidades que dialogam diretamente

³⁶ Original: “*In the original productions, they were to their own intents and purposes played in 18th-century costume. So I didn't feel in any way bound to keep within ancient Alexandria and ancient Rome. It allowed us to play fast and loose with period and to be quite playful, as the opera itself is quite playful. The conquering Romans, for example, become synonymous with the conquering Britons of the 19th century, when we held the Suez Canal. So we wanted to get that sense of melting pot across by drawing on as many influences as we could find*”. Tradução de Nadhiny K. Ramos. A entrevista está disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=5zGGHDsUrYM>. Acessado em 12/12/2014.

com seu contexto social e cultural. McVicar afirma que estava em busca de “quantas influências pudesse achar”, e a que ele encontrou foi nada menos que um passado de seu país que, apesar de hoje muito criticado, ainda é considerado por muitos como os tempos áureos da coroa britânica. Se Peter Sellers, produzindo uma versão da ópera em plena época de governo de George Bush Pai encontrou talvez em sua figura, um presidente dos EUA com claras políticas de interferência no Oriente Médio, um Júlio César do século XX, McVicar encontra o seu César no período “mais glorioso” da história de seu país. Tanto o César de Sellers quanto o César de McVicar dialogam com alguns dos discursos acerca de César vindos da Antiguidade, com discursos imperialistas e ocidentais, mas também produzem novos discursos. As representações de César de ambos os diretores, além de serem mais uma construção acerca do general romano, também podem construir novas interpretações e imaginações sobre o “homem César”. Essas representações, mesmo que o objetivo primeiro tenha sido o entretenimento, ou, simplesmente, o ato de fazer uma Arte diferente, e que não seja o objetivo de seus diretores, são criadoras de novas Histórias³⁷. História não apenas acerca da Antiguidade, mas também acerca das políticas internacionais do presente (em especial no caso da produção de Sellers) e mesmo sobre as relações imperialistas entre Inglaterra e suas colônias da virada do século XIX para o XX (no caso das representações elaboradas por McVicar).

Ainda, outro modelo ou influência emblemático, presente na produção de McVicar, é a também utilização da Índia como inspiração para a construção dos cenários e de algumas danças:

(...) Uma das grandes influências para retratar o mundo de Cleópatra e de seu irmão, seu marido-irmão, Ptolomeu, foi a Índia britânica. Na verdade “tomamos emprestado” partes consideráveis da cultura indiana para podermos falar sobre o choque do imperialismo com as culturas nativas e da falta de compreensão dos imperialistas conforme eles entram em contato com essas pessoas. Eles falharam em compreender a sutileza dessa cultura. Isso também levou a uma influência bollywoodiana em alguns números de dança. Nós fomos ao cinema indiano simplesmente porque ele é fantasticamente

³⁷ Numa perspectiva próxima a desenvolvida pelo historiador norte-americano Robert Rosenstone, entende-se que uma obra cinematográfica ou televisiva, assim como a historiografia, ao representar o passado, também constrói interpretações deste. Esse tipo de produção, uma narrativa sobre o passado influenciada por questões do presente – a historiografia não está distante disso – pode contribuir para a constituição de discursos históricos. Para maiores detalhes acerca das discussões sobre obras cinematográficas e televisivas como responsáveis por elaborações de discursos históricos ver: ROSENSTONE, Robert A. *A história nos filmes, os filmes na história*. Trad. de Marcello Lino. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

divertido (David McVicar, diretor da versão de 2005 da ópera Giulio Cesare)³⁸.

É pertinente lembrar que "Giulio Cesare" de McVicar foi produzido no mesmo ano de estreia do seriado "Roma", que também utilizou-se da Índia em algumas de suas construções da Roma Antiga³⁹. Seriam meras coincidências? Algo a se questionar também é a ideia, muito interessante na teoria, de McVicar, em falar do "choque do imperialismo com as culturas nativas". Fica a dúvida: como, ao retratar os egípcios como exóticos, excêntricos e violentos, que necessitam de César para organizar a bagunça feita por eles, e que eles mesmos não conseguem organizar, é possível tratar da falta de compreensão dos imperialistas?

Entende-se que as representações da chegada de César a Alexandria elaboradas por Sellers e McVicar não são vozes solitárias em meio aos inúmeros discursos midiáticos que estão envoltos da figura do general romano. Como apresentado anteriormente, este momento da vida de Júlio César, no cinema e na televisão, está, em geral, presente nas produções que tratam da sua relação com Cleópatra. Neste caso, dignas de nota são as representações presentes no filme *Cleópatra*, de Joseph Mankiewicz. Produzido em 1963 e considerado uma das películas mais caras da história do cinema, o filme de Mankiewicz está inserido no contexto da elaboração dos épicos hollywoodianos. Sendo até hoje a produção mais famosa acerca de Cleópatra, o filme, de quase quatro horas de duração, apresenta as relações da rainha tanto com César, quanto com Marco Antônio. A chegada de César a Alexandria ocorre logo no início do filme⁴⁰, e pode-se dizer que para a construção desse momento em específico, Mankiewicz buscou levar para as telas os discursos produzidos por César e Plutarco. Mas também, "recheou" a cena com algumas doses de ficção e também interpretações acerca do Egito do século I a.C marcadamente presentes em parte da historiografia da década de 1960.

Os principais pontos da chegada de César construída por Mankiewicz são: a cidade de Alexandria é uma cidade helenizada, com arquitetura marcadamente grega, em alusão, possivelmente, às teorias de helenização elaboradas por Johann Gustav Droysen⁴¹; César desembarca no porto de

³⁸ Original: "One of the big influences for delineating the world of Cleopatra and her brother, her brother-husband, Ptolemy, was the British Raj. We actually borrowed a great deal from Indian culture in order to talk about that clash of imperialism with an indigenous culture and the incomprehension of the imperialists as they come into contact with these people. They failed to understand the subtleties of this culture. That also led to famous Bollywood influence for some of the dance numbers. We went to Indian cinema simply because it is fantastically entertaining". Tradução de Nadhiny K. Ramos. A entrevista está disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=5zGGHDsUrYM>. Acessado em 12/12/2014.

³⁹ Menezes, Victor H. S. Representações e construções da Antiguidade por meio das séries de TV: o caso do seriado "Roma". *Cadernos de Clío*, n. 05, 2014, p. 256-8.

⁴⁰ A primeira cena em que aparece Alexandria é aos 9min e 18s.

⁴¹ O historiador Júlio César Mendonça Gralha, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), explica em sua tese de doutorado defendida na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 2009, que até os anos de 1960/1970, o Egito Ptolomaico era compreendido pela historiografia como tendo sido essencialmente grego. Tais ideias advêm dos estudos

Alexandria junto a uma grande quantidade de soldados e chega à cidade no dia de mercado; essa é uma oportunidade para o filme mostrar o cotidiano dessa Alexandria helenizada e também as suas excentricidades. Da mesma forma que fora descrito por César e Plutarco, a chegada do general a Alexandria não é bem recebida pelos ministros de Ptolomeu, e, como destacado por Suetônio, também não o é por parte de Ptolomeu. Potino é representado como um efeminado e Ptolomeu como um rei mimado e facilmente influenciado por seus ministros. No filme de Mankiewicz, César e os seus soldados não trajam uniformes do exército americano nem casacas vermelhas, mas sim, armaduras, capas, sandálias e espadas nos modelos daquelas utilizadas pelos romanos. César é um romano, mas, ao mesmo tempo, é também um líder ocidental, com características, atitudes e trejeitos que se espera de um homem do século XX que aporta às praias do Egito. César é o "Ocidente" que aporta às praias do "Oriente". Ele não precisa estar trajando terno e gravata para simbolizar a "civilização", a "democracia" e uma suposta "liberdade" que aporta às praias alexandrinas para libertar o Egito de déspotas e efeminados. Cabe notar que, no filme de Mankiewicz, assim como nos demais épicos do período, uma das características do vilão (no caso dessa cena, Potino) é a efeminação, enquanto que o protagonista é retratado como o símbolo máximo da masculinidade e heterossexualidade⁴². Se Mankiewicz lera a biografia de César escrita por Suetônio, provavelmente, escondera em uma gaveta e trancara a sete chaves os trechos em que o biógrafo alude à possível "bissexualidade" (utilizando-se do termo moderno) de César.

205



Imagem 04

Título do filme: Cleópatra

Diretor:

Joseph Mankiewicz

Ano: 1963

País produtor:

Reino Unido, EUA e Suíça

Cena: DVD 1, 10min.

Legenda: Vista aérea da cidade de Alexandria.

empreendidos por Johann Gustav Droysen no século XIX, e passaram a ser combatidos pela historiografia sobre o Mundo Grego Antigo apenas após a década de 1970.

⁴² LAPEÑA MARCHENA, Óscar. Hacia un pasado común. El cine y la uniformización de la Antigüedad Clásica. Apuntes para su estudio. *Methodos – Revista Electrónica de Didáctica del Latín*, 2007, p. 04-6.

Imagem 05

Título do filme: Cleópatra

Diretor:

Joseph Mankiewicz

Ano: 1963

País produtor:

Reino Unido, EUA e Suíça

Cena: DVD 1, 12min 13 s

Legenda: Júlio César (Rex Harrison), ao entrar em Alexandria, para no mercado e conversa com um dos mercadores.



Imagem 06

Título do filme:

Cleópatra

Diretor:

Joseph Mankiewicz

Ano: 1963

País produtor:

Reino Unido, EUA e Suíça

Cena: DVD 1, 13min

Legenda: César conversa com Ptolomeu XIII, irmão de Cleópatra. Na cena também estão



presentes outras personagens que representam autoridades egípcias, como o eunuco Potino (à esquerda de Ptolomeu), Teódoto de Quios, professor de retórica, e o comandante-chefe egípcio Áquila (à esquerda de César).

206

Entre o lançamento de *Cleópatra* e a produção da série *Roma* passaram-se pouco mais de quarenta anos, mas pouca coisa alterou-se na representação da chegada de César a Alexandria. Tendo como consultor de História Jonathan Stamp (mestre em Estudos Clássicos por Oxford e documentarista da BBC), a série foi criada por Bruno Heller, John Milius e William J. MacDonald, e produzido pelas redes de televisão HBO (Estados Unidos) e BBC (Inglaterra), em parceria com a RAI (Itália). Composta por 22 episódios (12 em sua primeira temporada e 10 na segunda), a série foi filmada nos estúdios *Cinecittà*, Itália, onde Mankiewicz também filmara *Cleópatra*. Considerada como uma das séries de televisão mais premiadas e caras da história, com o custo de U\$ 100 milhões por temporada⁴³, "Roma" foi transmitida originalmente entre 28 de agosto de 2005 e 25 de março de 2007. A série teve como enredo o drama histórico da transição da antiga Roma republicana para a Roma imperial, e representou as

⁴³ FEITOSA, Lourdes M. G. C.; VICENTE, Maximiliano C. "Masculinidade do soldado romano: uma representação midiática". In CARVALHO, M. M.; FUNARI, P. P. A.; CARLAN, C. U.; SILVA, E. C. M. (Orgs.) *História Militar do Mundo Antigo: Guerras e Representações*. São Paulo: Annablume, 2012; p. 182.

lutas pelo poder entre os principais generais da época. Para ambientar esta troca histórica, a série se baseou não só nos poderosos que promoveram a transição, mas também nas vidas do centurião *Lucius Vorenus* e do legionário *Titus Pullo*, personagens que aparecem no livro V da obra *De bello galico* ("Sobre a Guerra das Gálias")⁴⁴.

Produzido no mesmo ano de "Giulio Cesare" de David McVicar, a principal diferença que *Roma* traz em relação ao filme de Mankiewicz é a representação da cidade de Alexandria: em 2005 ela perde a característica de uma cidade grega, como a apresentada em *Cleópatra*. Talvez essa nova representação da capital egípcia esteja relacionada, em especial, às críticas pós-coloniais ao termo helenização⁴⁵, ou talvez, os produtores quiseram representá-la dessa forma para demarcar ainda mais as diferenças entre as cidades de Roma e Alexandria. O Egito é representado como um país místico, de velhos deuses⁴⁶, e que também precisa da chegada de César para que seja reorganizado. É válido elencar que não há um grande destaque a uma suposta efeminação de Potino, mas o foco é mais voltado às suas representações como um ministro que controla Ptolomeu, e que, na verdade, controla o Egito. César, ao saber da morte de Pompeu, demonstra mais fúria do que tristeza. Sua reação parece muito mais estar ligada ao seu desprezo pela atitude tomada por Ptolomeu ao assassinar um cônsul de Roma, do que pela perda de seu então inimigo político. O César de *Roma*, ao saber da morte de Pompeu, entende-a como uma desobediência a Roma. Tendo então o Egito se rebelado contra Roma, não há problema César colocar-se contra os propósitos dos aliados de Ptolomeu. Utilizando-se dessa justificativa, ele entra em confronto com os alexandrinos e, pouco tempo depois, "restabelece" a ordem na capital egípcia ao assassinar os aliados de Pompeu e instituir Cleópatra como a única dirigente do Egito⁴⁷. Em *Roma*, César é o general romano (e entenda-se, mas uma vez um protótipo de

⁴⁴ MENEZES, op. cit., p. 251.

⁴⁵ Desde os anos 1960/1970, a ideia de "helenização" passou a ser criticada pela historiografia voltada aos estudos da Antiguidade. Essas críticas não passaram incólume aos estudos de brasileiros preocupados com esse período histórico. Para maiores informações acerca das críticas empreendidas, no âmbito brasileiro, ao conceito de "helenização" e de Egito Ptolomaico como essencialmente grego ver, a título de exemplo:

BIAZOTTO, T. A. Mundo Antigo e modelos normativos modernos: helenização e aculturação. *Revista E. F. e H. da Antiguidade*, Campinas, no 156 27, Julho 2013/Junho 2014, p. 155-172.

FUNARI, P.P.A.; GRILLO, J. G. C.. Os conceitos de helenização e de romanização e a construção de uma Antiguidade Clássica. In: ALMEIDA, N.B.; NEMI, A.L.L.; PINHEIRO, R.A.B.. (Org.). *A construção da narrativa histórica: séculos XIX e XX*. 1ed., Campinas; São Paulo: UNICAMP; FAP-UNIFESP, 2014, p. 205-214. GRALHA, J. C. M. *A legitimidade do poder no Egito Ptolomaico: cultura material e práticas mágico-religiosas*. [Tese de Doutorado]. Campinas: IFCH/Unicamp, 2009.

⁴⁶ A expressão "um país de velhos deuses" é utilizada pelo centurião Vorenus em uma conversa com o legionário Titus Pullo no episódio 08 da primeira temporada da série. Ambas as personagens, na série, são membros do exército de Júlio César.

⁴⁷ Na série "Roma" Cleópatra tem apenas um irmão, o Ptolomeu XIII. Assim, quando este morre, ela torna-se a única dirigente do Egito.

líder ocidental), que aporta às praias do Oriente para levar-lhe “paz” e “civilização”.



Imagem 07
Título da série: Roma
Diretores: Bruno Heller, John Milius e William J. Macdonald
Ano: 2005-7
País produtor: EUA, Reino Unido e Itália
Cena: Disco III, Episódio 08, 04min 44 seg
Legenda: Júlio César (Ciarán Hinds) entrando no palácio real, em Alexandria,

acompanhado de seu escravo e seus legionários. Ao contrário do que ocorre no filme *Cleópatra* (1963) de Joseph Mankiewicz, não há uma grande recepção por parte dos egípcios. Se o no filme os governantes egípcios vão para fora do palácio encontrar o general romano, agora no seriado, o esperam dentro do palácio.



Imagem 08
Título da série: Roma
Diretores: Bruno Heller, John Milius e William J. Macdonald
Ano: 2005-7
País produtor: EUA, Reino Unido e Itália
Cena: Disco III, Episódio 08, 05min 42 seg
Legenda: César observa de longe Ptolomeu XIII que é

apresentado por Potino (ao centro da cena, de mãos levantadas). Nessa cena, assim como em *Cleópatra*, de Joseph Mankiewicz, estão presentes Áquila e Teódoto de Quios (à esquerda e direita de Potino, respectivamente).

Considerações Finais

Na Antiguidade, como procurou-se apresentar brevemente, diferentes discursos acerca do momento de contato entre César e o Egito foram construídos. Mas, de acordo com a representação que se pretendia fazer de César na contemporaneidade, alguns desses discursos não foram utilizados, enquanto que outros, como a ideia de que César não queria guerra – que teria sido provocada pelos alexandrinos –, parecem estabelecer-se como verdade única e absoluta. Cabe destacar que nenhuma das quatro produções midiáticas aqui discutidas utilizaram-se dos discursos de Dion Cássio para retratar a chegada de César a Alexandria. Em nenhuma das narrativas César demonstra

estar em comum acordo com Ptolomeu e seus ministros, e, ao contrário do que escrevera Lucano, em todas as representações ele manifesta certa tristeza ou fúria pela morte de Pompeu. As representações da chegada de Júlio César, por sua vez, não se esgotam em sua própria imagem de quase-imperador, mas resvalam para a maneira como as simbologias do Egito se coagulam nas imagens da cidade de Alexandria, em sua cultura material. De fato, a arquitetura e os artefatos que são apresentados nos filmes e seriados falam muito sobre o imaginário 'ocidental' acerca do 'oriente'. Por meio dessas produções percebe-se que chegada de César a Alexandria foi representada menos como a chegada de um romano ao Egito, e mais como a entrada triunfal do 'ocidente' em um 'oriente', em uma construção que o mostrava como um local que precisava ser colonizado, civilizado.

Os discursos produzidos por meio dessas representações não são neutros, nem surgem de maneira isolada, mas dialogam com outros discursos amplos, práticas e representações diversas. O Egito representado por Mankiewicz, Sellers, McVicar e Heller não são puras criações desses diretores, mas estão em diálogo com construções presentes desde os escritos de Heródoto até narrativas sobre o "Oriente" produzidas no século XX e XXI⁴⁸. Por sua vez, o Egito representado por esses diretores também são agentes produtores de novos discursos e representações acerca do outro, do oriental. Há escolhas acerca do que representar nas telas, e do que não se representar. E entende-se que as escolhas feitas por seus produtores nestas quatro produções, independente de seus objetivos iniciais, colaboraram na construção de novos discursos sobre a dicotomia "Ocidente" vs "Oriente", e na afirmação da figura de Júlio César como um "ocidental" que aporta às praias do "oriente". E que, assim como Alexandre ou Napoleão, ao entrar no Egito, conquistou-o, mas conquistou-o porquê "era necessário". E ao pobre Egito restou, como cantado pelo coro na ópera de Handel, "*oferecer palmas a seu conquistador*".

Sobre o autor

Victor Henrique da Silva Menezes é mestrando em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Contato: henrique.menezes92@gmail.com.

Artigo recebido em 29 de abril de 2015.

Aprovado em 22 de junho de 2015.

⁴⁸ Acerca das construções do "Oriente" pelo "Ocidente" ver: SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

“PETRIFICADO FIQUEI! AINDA HOJE, ATÉ AGORA”: USOS DO PASSADO, MEMÓRIA TOPOGRÁFICA E MONUMENTALIZAÇÃO DO POETA JOÃO SAPATEIRO EM LARANJEIRAS/SE

CLOVIS CARVALHO BRITTO
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

RESUMO

O artigo analisa as estratégias de produção da crença no poeta João Silva Franco (1918-2008), conhecido como João Sapateiro, cujo legado instituiu uma memória topográfica protagonizada pela cidade de Laranjeiras/SE. Para além da análise de sua poética, visualizamos as estratégias de manipulação de seu legado destacando como o escritor e seus herdeiros legais e simbólicos promoveram agenciamentos em prol de sua distinção nas tramas da economia simbólica. Analisando a publicação de suas obras, a instituição de vigilâncias comemorativas e, principalmente, a instalação de uma estátua em sua homenagem no centro da cidade de pedras e de palavras, observamos os usos do passado, a instituição de uma memória topográfica e a trama de sua monumentalização como uma das figuras centrais na batalha das memórias que institui personalidades significativas no campo do patrimônio cultural de Laranjeiras/SE.

PALAVRAS-CHAVE: João Sapateiro; Patrimônio; Monumentalização.

ABSTRACT

This paper analyzes the production strategies of belief in the poet John Silva Franco (1918-2008), known as João Sapateiro, whose legacy established a topographic memory in the city of Laranjeiras/SE. In addition to the analysis of his poetic, we see his legacy and as the writer, legal heirs and symbolic promoted strategies in favor of his distinction in the symbolic economy. Analyzing the publication of his works, the institution of commemorative surveillance and especially the installation of a statue in his honor in the city center of stones and words, we look at the uses of the past, the establishment of a topographic memory and the weft your monumentalization as one of the central figures in the battle of memories establishing significant personalities in the cultural heritage of Laranjeiras/SE.

KEYWORDS: João Sapateiro; Heritage; Monumentalization.

O artigo analisa as estratégias de produção da crença no poeta João Silva Franco (1918-2008), conhecido como João Sapateiro, cujo legado instituiu uma memória topográfica protagonizada pela cidade de Laranjeiras/SE. Para além da análise de sua poética, visualizamos as estratégias de manipulação de seu legado destacando como o escritor, herdeiros legais e simbólicos promoveram agenciamentos em prol de sua distinção nas tramas da economia simbólica. Analisando a publicação de suas obras, a instituição de vigilâncias comemorativas e, principalmente, a instalação de estátuas em sua homenagem no centro da cidade de pedras e de palavras, observamos a trama de sua monumentalização como uma das figuras centrais na "*batalha das memórias*" que institui personalidades significativas no campo do patrimônio cultural de Laranjeiras/SE.

O autor chama para si a tarefa de dar voz àqueles tradicionalmente silenciados e, para seu empreendimento artístico, reescreve microscópicas relações, repassando a limpo a história oficial a partir de outras espacialidades. Na esteira das reflexões de Maria Cristina Machado¹ poderíamos supor que ele teria desenvolvido uma sensibilidade sociológica, atrelada especialmente às transformações que caracterizaram o processo de emergência e configuração da sociedade capitalista no Brasil. Sentindo as dificuldades da profissionalização literária optou por desenvolver estratégias visando conquistar sua inserção mesmo que, para tanto, fosse necessário poetizar as contradições e a violência simbólica que presenciou ou ouviu contar, a exemplo das estratégias anteriormente desenvolvidas na prosa por Lima Barreto e João do Rio. No mesmo sentido, o poeta não inaugurou esse projeto sem antes beber na fonte da tradição lírica moderna e modernista. Ao privilegiar uma poesia que reabilita a marginalidade, ele se conectou com autores que desentranharam o heroísmo poético do lixo humano:

No caso do Brasil, essa tendência tornou-se prática consciente e coletiva a partir dos modernistas de 22, que, rejeitando a distinção entre temas poéticos e não poéticos, optaram pela poetização do que até então permanecera fora das esferas poéticas. E o que estava fora dessas esferas também estava, muita vez, fora das margens sociais. É assim que vamos encontrar personagens como o carregador de feira-livre João Gostoso, de 'Poema tirado de uma notícia de jornal', de Manuel Bandeira, o moço leiteiro, de 'Morte do leiteiro', de Carlos Drummond de Andrade, os indivíduos ínfimos celestados pela poesia de Manoel de Barros, as 'vidas obscuras' iluminadas pela lírica de Cora Coralina, enfim, todos esses personagens que representam uma interpretação pessoal, um desdobramento da preferência modernista por poetizar os tipos humanos que até então permaneciam fora da poesia e da vida².

¹ MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Lima Barreto: um pensador social na Primeira República*. Goiânia: Ed. da UFG; São Paulo: Edusp, 2002.

² YOKOZAWA, Solange Fiúza Cardoso. Confissões de Aninha e memória dos becos. In: BRITTO, Clovis Carvalho; CURADO, Maria Eugênia; VELLASCO, Marlene. *Moinho do tempo: estudos sobre Cora Coralina*. Goiânia: Kelps, 2009, p. 201-202.

A inserção marginal de João Sapateiro juntamente com sua ousadia contribuiu para que seu projeto literário trouxesse as marcas dessa tradição ao poetizar o considerado não poético tendo como especificidade o fato dessa tradição ser renovada a partir do olhar de dentro das margens. O escritor tinha consciência de que era necessário incorporar a seus textos novos temas e problemas e, por isso mesmo, optou por reorganizar a história considerada oficial, recontando-a, selecionando-a, inserindo novos fatos, rasurando passagens e conferindo voz a personagens até então destinados ao esquecimento histórico. Nesse aspecto, seu projeto literário é pautado por uma memória espacializada onde Laranjeiras foi eleita como principal espaço memorial.

Desse modo, é relevante identificarmos o lugar onde ocorrem as relações descritas pelo imaginário do poeta: a poesia de Sapateiro é a poesia de Laranjeiras. Não há como negligenciar o laço umbilical. O autor deixa transparecer sua opção no antológico poema “Cântico aos Laranjeirenses”, escrito em 1950. A partir desse entendimento, podemos ousar e dialogar com a definição de memória topográfica de Willi Bolle³, formulada quando identificou na obra de Walter Benjamin afinidades entre as estruturas da cidade e dos indivíduos que nela vivem. Em suas interpretações, história, biografia e mitologia seriam fios de um mesmo tecido – a memória. A memória topográfica não reconstruiria os espaços pelos espaços, eles se tornariam pontos de referência para captar experiências sociais e espirituais. Laranjeiras transformou-se em palco para o estabelecimento dessa memória repleta de significados, captados e reconstruídos por João Sapateiro entre um exercício de afetividade e percepção crítica.

Nesses termos, sublinha uma memória espacializada, fossilizada no espaço, reverberando as tramas de indivíduos acopladas a uma costura de lugares, próprias das práticas precatórias da folia. Talvez, por isso, a memória em Benjamin possa ser aproximada à arqueologia:

A memória não é um instrumento para a exploração do passado, é, antes, o meio. É o meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas. Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como o homem que escava. (...) Uma verdadeira lembrança deve, portanto, ao mesmo tempo, fornecer uma imagem daquele que se lembra, assim como um bom relatório arqueológico deve não apenas indicar as camadas das quais se originam seus achados, mas também, antes de tudo, aquelas outras que foram atravessadas anteriormente⁴.

³ BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna*: representação da história em Walter Benjamin. São Paulo: Edusp, 1994.

⁴ BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. Obras escolhidas. Vol. 2. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 239.

Visualizando os fragmentos, Benjamin recomporia o todo. Os estilhaços da memória funcionariam como metáfora e metonímia do vivido e do imaginado. Trata-se, conforme destacou Bolle, de uma estética constelacional e fragmentária. Por isso as cidades, que habitam os homens, constituem em húmus das recordações estimulando a tessitura de mapas afetivos: "lugares e objetos enquanto sinais topográficos tornam-se vasos recipientes de uma história da percepção, da sensibilidade, da formação das emoções"⁵. Saber incorporado, o corpo seria o espaço por excelência dessa memória topográfica na costura entre as expressões individuais e as representações coletivas.

Nesse sentido, fazemos coro com Cristina Freire quando observa que o espaço da cidade atualiza questões ligadas à preservação e à destruição de um modo menos programático, mais desorganizado. Por isso, alguns "monumentos" evocados nessa operação topográfica surgem pela ausência, sendo necessário recuperá-los a partir da investigação de vestígios, das camadas de sentido que os constituíram ao longo do tempo. Reitera, assim como Benjamin, uma inspiração nos procedimentos arqueológicos ao supor camadas sedimentadas, encobertas pelo tempo:

O procedimento da escavação não é, portanto, tão fantasioso assim e guarda estreitas analogias com a investigação da psique humana. (...) Mais de uma vez Freud relacionou seu trabalho com o do arqueólogo que escava, à procura do desconhecido. Para Donald Kuspit, entender a metáfora arqueológica é entender o cerne do pensamento psicanalítico. Nessa perspectiva, o psiquismo se estrutura em três níveis: uma camada mais profunda que denominou de inconsciente, uma camada intermediária – o pré-consciente – e uma mais superficial, acessível à razão – o consciente. Tanto mais profundo, maior a inacessibilidade dos conteúdos. O modelo é topográfico e arqueológico. Outro elemento comum às duas disciplinas é a referência a um passado que retorna. (...) Por outro lado, a arqueologia traz essa associação entre vida e morte, revelando centelhas de vida em objetos que se consideravam mortos, porque desaparecidos. No entanto, a reedição do passado se faz a partir do presente, dentro das circunstâncias reservadas a cada um dentro de sua história de vida já sedimentada no social e, a partir daí, realizamos a nossa experiência de lembrar⁶.

Desse modo, a arqueologia seria uma afirmação de que não existe amnésia, o passado existente em nossa volta estaria sedimentado no presente, sob a forma simbólica da memória, condensando uma diversidade de tempos e de espaços. Por isso é oportuna a categoria benjaminiana "memória topográfica": a topografia das cidades e as lembranças individuais concebidas

⁵ BOLLE, op. cit., 1994, p. 335-336.

⁶ FREIRE, Cristina. *Além dos mapas*: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: Annablume, 1997, p. 138-139.

como mapas de pensamento. As narrativas constituiriam em um dos “sítios arqueológicos” ricos para a captura dessas camadas de experiência.

Questões que podem ser observadas, por exemplo, a imagem das pedras acionadas pela poética de João Sapateiro. Conforme destacou Eclea Bosi⁷, as pedras são importantes para a memória dos velhos, lembranças e esquecimentos apoiados nas pedras das cidades onde viveram, representam tanto um elo entre passado e presente, quanto um testemunho que resistiu à passagem do tempo. Nesse sentido, a obra e o ofício do poeta se cruzam. As pedras de Laranjeiras são o suporte de memória que articulam a vida de seus moradores, auxiliando na elaboração de um mapa afetivo da cidade. Do mesmo modo, os sapatos artesanalmente consertados caminhavam sobre essas pedras e guardavam memórias em trânsito. Tempo e espaço articulados. Talvez seja por essa razão que Tilza Ribeiro afirme a função desintegradora do tempo, de desgastar as formas, umas mais firmes do que outras: “É o caso das pedras, que são apenas lavadas pelo tempo, mas não se movem. O tempo há de ser paciente para desgastá-las pouco a pouco”⁸. Torna-se um poderoso símbolo de permanência, de resistência.

Não é por acaso que escolhemos como título um dos versos do autor quando ele próprio problematiza essa condição: “Petrificado fiquei! Ainda hoje, até agora”⁹, se referindo ao sentimento de timidez que carregou por toda vida, arrependido pelo beijo que não deu em sua primeira namorada, sentimento que resistiu ao tempo. Torna-se, segundo analisamos, uma importante metáfora da imortalidade. Questões que remetem ao trabalho de Peter Burke quando avaliou a construção da imagem pública de Luís XIV a partir da máquina de propaganda do monarca e das interações entre poder e arte¹⁰. Análise que descortina como o “imortal” foi fabricado e, por essa razão, se aproxima das pesquisas pioneiras das antropólogas Regina Abreu¹¹ e Alessandra El Far¹² relativas ao trabalho de encenação/fabricação da “imortalidade” promovido por herdeiros e instituições detentoras de acervos pessoais no Brasil.

Ao discutir a fabricação da “imortalidade” de Miguel Calmon a partir da doação de seu acervo ao Museu Histórico Nacional, Regina Abreu¹³ (1996) oferece um instigante painel das estratégias de consagração no Brasil na primeira metade do século XX. Utilizando os objetos tridimensionais, o acervo

⁷ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁸ RIBEIRO, Tilza Antunes. Memória e lirismo das pedras e perdas em Cora Coralina. *In: DENÓFRIO, Darcy França; CAMARGO, Goiandira Ortiz de (Orgs.). Cora Coralina: celebração da volta*. Goiânia: Cãnone, 2009, p. 158.

⁹ *In: FRANCO, Joselito de Jesus; GUIMARÃES, Danielle Virginie Santos (Orgs.). Mensagens: João Sapateiro. Laranjeiras/SE: Prefeitura Municipal, 2008, p. 37.*

¹⁰ BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. 2. ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

¹¹ ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

¹² EL FAR, Alessandra. “A presença dos ausentes”: a tarefa acadêmica de criar e perpetuar vultos literários. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2000.

¹³ ABREU, op. cit., 1996.

documental do titular e as formas de gestão de sua memória como centro de sua investigação, demonstra como simples mortais podem "fabricar o imortal", as condições que essa fabricação perdurou, se alterou e desapareceu. O trabalho analisa a construção da representação do homem público por seus familiares e pela instituição de guarda do acervo e oferece subsídios para a compreensão das forças mobilizadas para a encenação da história brasileira. A doação do acervo Calmon ao museu não constituiu em um gesto desinteressado, sinaliza modos de formação e recomposição das elites e o alto capital de legitimação que o Museu Histórico Nacional deteve na elaboração de determinada versão da história do país. No intermezzo das tramas de consagração reafirma a importância da atuação pública do indivíduo para a fabricação do "imortal" e sua contribuição para a coletividade. Para tanto, a permanência póstuma se institui na batalha das memórias em torno da importância de seu legado, dos feitos conquistados pelo titular, de mecanismos de visibilização coerentes com o perfil que se pretende "imortalizar".

Se o Museu Histórico Nacional foi criado para guardar e expor relíquias e cultivar a lembrança dos grandes homens do país, o culto a certos objetos e personagens do passado seria uma forma de afirmá-los no presente. Daí os mecanismos simbólicos para selecionar os nomes que comporiam a história que a direção da instituição (e não apenas ela) queria ressaltar e a ciência de que, por meio das doações dos acervos, alguns grupos estariam se materializando (no caso, as elites aristocráticas) em troca de objetos não palpáveis, como honra, prestígio e legitimidade. Todavia, demonstra que essa tradição forjada composta pela eleição de "pessoas-símbolo da nacionalidade" necessita de constantes "guardiões" para que o discurso de autoridade se perpetue ou se atualize, sob o risco de o "imortal" ser desfabricado e de sua trajetória cair no esquecimento.

Interesses que permeiam o trabalho de Alessandra El Far quando investigou o papel da Academia Brasileira de Letras na criação e perpetuação de vultos literários, especialmente em suas três primeiras décadas de vida. Examinando a criação da Academia e a tentativa de configurar uma memória comum que unisse a nação em torno de um mesmo culto, demonstra como os membros da instituição desenvolveram mecanismos para o estabelecimento da "presença dos ausentes". Visando zelar pela língua e pela literatura brasileira, abraçaram a tarefa de garantir e promover a memória de seus membros a partir do modelo da Academia Francesa que preconizava o estatuto da "imortalidade": "todos aqueles que pertencessem aos quadros da associação nascente seriam qualificados de imortais, tendo seu nome e sua obra enaltecidos pelos demais e lançados à posteridade nas sucessivas sessões ordinárias e celebrativas"¹⁴.

Para tanto, decidiram escolher um patrono para cada uma das 40 cadeiras que reafirmaria a tradição (mesmo que inventada), fabricar bustos e retratos, elaborar estudos biográficos, reunir os restos mortais de seus membros, e abrigar acervos e objetos pessoais dos literatos. Segundo informa, as estratégias de consolidação da memória institucional e das memórias de

¹⁴ EL FAR, op. cit., p. 129.

cada membro tinham seu ápice nas sessões destinadas a recepção de novos acadêmicos. Por meio de uma teatralização delineada minuciosamente, sublinhavam a tradição através de discursos que enalteciam a vida e obra dos patronos e membros já falecidos: “através de uma encenação repleta de detalhes, reafirmavam-se perante a sociedade, simultaneamente, o valor institucional de uma agremiação literária e a genealogia de seus integrantes”¹⁵.

Com o tempo, as reuniões da Academia se tornaram um evento da alta sociedade carioca e, após a aquisição de certa estabilidade institucional, adotaram o uso do uniforme, confeccionado especialmente para essas celebrações. O fardão seria, conforme assinala El Far, uma forma de fixar os limites de uma “fronteira social”, que ao mesmo tempo distinguiria os acadêmicos e reforçaria a unidade do grupo e o valor da corporação. O que estava em jogo era encenar a “imortalidade” forjando uma linearidade genealógica entre seus membros e transformando determinados literatos em expoentes nacionais, tornando uma das instituições responsáveis, ainda hoje, por acionar determinadas engrenagens do campo literário.

Essa imagem se torna mais significativa quando observamos como os acervos pessoais de escritores colaboram para encenar a imortalidade de seus titulares e garantir, ao mesmo tempo, lucros simbólicos e econômicos aos seus herdeiros legais ou simbólicos. De acordo com Luciana Heymann, as especificidades dos acervos pessoais possibilitam tanto a análise dos conteúdos e contextos de produção dos documentos, quanto dos investimentos de acumulação, ou seja, da intenção acumuladora, já que os acervos pessoais são submetidos não a injunções administrativas, mas aos desígnios do indivíduo: “Não se trata de descurar das relações que conectam atividades desempenhadas e registros documentais, mas de atentar também para a relação que cada titular manteve com documentos, para os usos que cada um deu aos registros e para os atributos que lhe foram conferidos”¹⁶.

Desse modo, a pesquisadora demonstra que apesar de ser sugestivo pensar o arquivamento como uma “narrativa de si”, nem todos os procedimentos arquivísticos podem ser relacionados a motivações memoriais. O acervo documental resulta de diferentes gestos operados em diferentes momentos o que possibilita-nos captar temporalidades diversas dos próprios titulares para além de motivações únicas:

Entender os conjuntos documentais de natureza pessoal como produtos de investimentos sociais mais do que como produtos ‘naturais’ da trajetória dos indivíduos, como depositários de valores e representações, e não, simplesmente, como registros de atividades, pode ajudar-nos a desvendar significados e avançar na tarefa de refletir sobre os procedimentos mais adequados ao seu tratamento. Investimentos pessoais, imagem

¹⁵ Ibid., p. 126.

¹⁶ HEYMANN, Luciana Quillet. *De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do “legado” de Darcy Ribeiro*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2009, p. 54.

pública e personalidade se objetivam nos arquivos pessoais e nos usos dados a eles pelos titulares ou por seus herdeiros, fornecendo chaves para sua compreensão que vão além das tradicionais associações entre trajetórias e documentos. Nem sempre a acumulação documental é reflexo de uma atividade passada; ela pode ser função de uma ação projetada para o futuro. Apenas pesquisas em profundidade, que tomem cada conjunto documental como objeto de análise, poderão desvendar usos e sentidos associados a cada arquivo pessoal¹⁷.

Compreender as relações entre acervos literários e economia simbólica consiste em considerar as estratégias de manipulação da memória dos titulares e os lucros simbólicos e materiais decorrentes dessa manipulação. Tarefa empreendida em vida pelos integrantes do campo de produção simbólico em busca do estabelecimento de legitimidades manifestas nas formas de prestígio, autoridade e distinção, conforme afirma Bourdieu¹⁸. As lutas pela distinção são constantes e torna-se necessário um contínuo processo de reavaliação, reinvenção e reverberação da memória literária dos agentes a quem se pretende "imortalizar". Na verdade, os acervos literários possuem valor estratégico nesse processo, já que consistem em indícios e manifestação material de determinados aspectos da trajetória e das obras que interessam consagrar. Surgem, assim, mecanismos que conferem legitimidade (e ilegitimidade) a ações empreendidas em nome da prevalência de determinadas leituras sobre o passado (versões concorrentes) e do monopólio do direito de falar sobre o passado (capitais diferenciados).

É por essa razão que seguimos a opção de Luciana Heymann ao visualizarmos como os acervos interferem na construção de legados. Não apenas como herança material e política deixada às gerações futuras, mas entendidos como investimento social em virtude do qual uma determinada memória individual é transformada em exemplar ou fundadora de um projeto, ou, em outras palavras, ao trabalho social de produção da memória resultante da ação de "herdeiros" ou "guardiães": "a produção de um legado implica na atualização constante do conteúdo que lhe é atribuído, bem como na afirmação da importância de sua rememoração"¹⁹. Os agentes interessados se utilizam dos acervos como instrumentos úteis para a criação, manutenção e divulgação da memória do personagem, fomentando a criação de espaços de evocação da imagem e de atualização da trajetória do titular por meio de trabalhos acadêmicos, reedições, exposições, eventos e comemorações. Não desconsideramos as estratégias que o próprio titular forjou com vistas à criação de uma memória que sobrevivesse a sua morte, das quais a constituição do acervo pessoal seria um ilustrativo exemplo. Mas o que nos interessa é perceber as apropriações posteriores dessa memória e as formas de encenação da "imortalidade" instituídas pelos agentes e instituições que se revestem da

¹⁷ HEYMANN, op. cit., p. 55-56.

¹⁸ BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

¹⁹ HEYMANN, Luciana Quillet. Cinquenta anos sem Vargas: reflexões acerca da construção de um "legado". *XXVIII Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2004, p. 3.

condição de “herdeiros” ou “guardiães” dessa memória. Por isso a produção do legado se estabelece conjuntamente com a produção da crença nesse legado.

Para além da existência de uma trajetória e de um projeto criador considerado excepcional, torna-se necessário que a energia social produzida em torno de um nome próprio se estenda ao longo do tempo. Quanto maior a extensão cronológica do prestígio, maior é a eficácia dos mecanismos materiais e simbólicos mobilizados contra a ameaça do esquecimento. Desse modo, não basta ser um escritor conhecido e reconhecido em sua geração, é necessário reunir subsídios para que sua obra conquiste perenidade ou reconquiste o prestígio perdido ou não obtido em outros tempos. Tarefas empreendidas não apenas pelos herdeiros legais e simbólicos do autor, mas pelo conjunto de agentes que integram o espaço de possíveis expressivos de produção simbólica: escritores, editores, críticos literários, biógrafos, jornalistas, instituições de ensino e cultura, dentre outros. Aqui é importante compreendermos as ações empreendidas pelo artista (e *post mortem* pelos demais agentes) para a gestão e manutenção do capital de legitimidade acumulado. Ações que convergem para o estabelecimento de uma “marca” distintiva, identificada com o capital simbolizado por seu nome e renome e, conseqüentemente, com a posição ocupada no campo artístico.

Como exemplo dessas estratégias fundadoras do campo de produção simbólico, teceremos algumas reflexões iniciais a respeito das vigilâncias comemorativas e de outras ações em torno da monumentalização da vida e obra de João Sapateiro. Nesse sentido, um dos principais sustentáculos dessa “invenção da imortalidade” consistiu no acervo pessoal do poeta, fruto de seleções promovidas em vida pelo autor e posteriormente por seu filho, Joselito de Jesus Franco (Koka). Fabricar e guardar esses documentos configurava uma prática de olhar para si e construir uma identidade, selecionando e incorporando auto-representações e representações que outros elaboravam²⁰.

Os papéis de João Sapateiro consistiram em fruto de acumulação de décadas, a maioria elaborada em sua casa e em sua sapataria: “Discreto, mas de boa conversa, o sapateiro exibia, em sua oficina de trabalho, folhas de papel pautado, repletas de palavras escritas em letras de forma, fixadas nas paredes e nos poucos móveis de seu canto laboral. Eram trovas, pequenos e longos poemas, que surpreendiam a freguesia”²¹. Acervo documental que subsidiou as suas coletâneas de versos e rendeu uma “explosão discursiva” após sua morte em 2008. Esses discursos contribuíram para o que designamos de monumentalização de João Sapateiro no campo cultural de Laranjeiras/SE, ou seja, o processo de invenção da imortalidade, quando uma pessoa passa a

²⁰ DELGADO, Andréa Ferreira. *A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

²¹ BARRETO, Luiz Antônio. Um poeta e seu ofício. In: FRANCO, Joselito de Jesus; GUIMARÃES, Danielle Virginie Santos (Orgs.). *Mensagens: João Sapateiro*. Laranjeiras/SE: Prefeitura Municipal, 2008, p. 7.

integrar o patrimônio de uma nação ou região, tornando-se homem ou mulher-monumento²².

No ano de sua morte, a Prefeitura de Laranjeiras patrocinou a edição do livro *Mensagens: João Sapateiro*, organizado por Danielle Virginie Santos Guimarães (Edição de texto) e pelo filho do poeta, o também poeta Joselito de Jesus Franco – Koka (Pesquisa e seleção dos textos). A obra contou com poemas e fotografias do acervo do poeta e com textos introdutórios de Genaro Brota, Paulo Menezes Leite e Luiz Antônio Barreto. A publicação e promoção fazem circular no campo cultural sergipano lucros simbólicos em nome da obra do poeta em um sistema de reciprocidades que também eleva a patrocinadora, os organizadores e prefaciadores, espécies de fiadores da importância e da autoridade. Não é sem motivos também que fotografias e desenhos do autor marquem a capa e o interior do livro, em uma deliberada intenção biográfica e de marca distintiva no campo cultural.

Isso prova que além de seu conteúdo, a materialidade do acervo pessoal aciona memórias de e sobre João Sapateiro contribuindo para a fabricação de determinados repertórios sobre a personagem e, por isso mesmo, articulando valor econômico e simbólico. A gestão do legado consiste em promover a vida e obra do autor, reatualizando e ritualizando determinadas versões construídas por ele e por outros agentes de acordo com os interesses dos herdeiros, das instituições de guarda e promoção e do campo literário vigente.

Aqui nos aproximamos das leituras de Eneida Cunha ao analisar tais características na Casa de Jorge Amado, considerando que assim como um texto autobiográfico a Casa impõe sua própria narrativa, aberta à leitura, mas resistente a interpretações que possam desvirtuar, rasurar ou alterar a imagem instituída do escritor, especialmente à instituição de biografias alternativas. Ou seja, ao se tornar detentora e gestora de um acervo e, ao mesmo tempo, um centro cultural atuante na vida da cidade, a instituição "detém a prerrogativa de uma 'atividade', que se faz em prol da divulgação, autorizada, de uma determinada imagem do escritor e de uma determinada vertente de leitura de sua obra"²³.

Além da família de João Sapateiro, é evidente que a Prefeitura Municipal de Laranjeiras se tornou uma das principais divulgadoras de sua vida e obra no campo cultural local. Durante o Encontro Cultural de 2009, ações em torno da memória do poeta foram coordenadas pela gestão municipal a exemplo da reedição de seu livro *Coisas do coração*, a exposição "O poeta desenhado" e a exposição de parte de seu acervo pessoal.

Conforme analisa Luciana Heymann, as datas comemorativas não são dotadas de valor intrínseco, nem se justificam no passado. Seus significados resultam da atribuição de valor ao evento ou pessoa que se recorda, envolta nos imperativos do presente e nos lugares ocupados pelos agentes que comemoram. A importância desses eventos seria construir mecanismos que

²² ABREU, Regina. Emblemas da nacionalidade: o culto a Euclides da Cunha. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 24, 1994.

²³ CUNHA, Eneida Leal. A "Casa Jorge Amado". In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Mello (Orgs.). *Arquivos literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 127.

legitimariam ações em nome da memória (sobre qual leitura do passado e o monopólio do direito de falar sobre o passado), acionando, assim, a rede de economia simbólica em torno de determinadas pessoas e fatos. Nesse aspecto, possuir acervos consiste em uma estratégia importante para adquirir essa legitimidade. Eles embasam exposições, pesquisas, publicações e, ao mesmo tempo, constituem em forma de “atestar” a importância das comemorações: “os acervos documentais e o capital de testemunho de que são investidos ocupam um lugar central, bem como os acervos museológicos e os atributos de autenticidade que conferem às peças sua força simbólica”²⁴. Também é importante destacar que não basta possuir acervos, mas desenvolver estratégias para utilizá-los como trunfos ao subsidiar homenagens, o prestígio das instituições e pessoas deles responsáveis, as redes de relações desses agentes, os contatos nas esferas acadêmicas, governamentais e junto a agências de financiamento.

Exemplos disso consistem na instituição do Prêmio de Poesia Popular “João Sapateiro”, instituído em 2009 pela Prefeitura Municipal de Laranjeiras através da Secretaria de Cultura e já em sua quinta edição e na criação do Espaço João Sapateiro no *Bureaux* de Informações Turísticas/Secretaria de Cultura. Esse espaço abriga uma estátua do poeta doada em 2012 pela Associação dos Artistas Plásticos do Estado do Sergipe – AAPLASA, com projeto e confecção de Valter Santos. Todavia, uma das ações de maior visibilidade empreendidas pela municipalidade consistiu na inauguração da escultura de dois metros do poeta no centro de Laranjeiras, em 22 de novembro de 2012, obra do artista Elias Santos que por sua vez também recebe/doa capital simbólico ao realizar a escultura.

O escritor cuja obra erigiu uma memória topográfica da cidade se torna parte dessa topografia ao ser petrificado, garantindo, assim, sua “imortalidade”. Diariamente dezenas de pessoas se deparam com a presença marcante da escultura afixada em um dos bancos do Largo da Prefeitura lendo um livro. Inaugurada nas comemorações da Semana da Consciência Negra, consiste na primeira de uma série de estátuas que integrarão o projeto “Largo das Esculturas”, que terão em breve mais obras, a exemplo das estátuas do pintor Horácio Hora e do mestre da cultura popular Seu Deca do Cacumbi.

Enquanto as outras esculturas não são confeccionadas, João Sapateiro permanece desde 2012 petrificado na solidão de sua leitura, despertando interesse sobre sua vida e obra e integrando a paisagem de Laranjeiras. É comum depararmos com turistas e moradores tirando fotografias, apresentando danças, cantando músicas ou descansando ao lado da estátua. Tornou-se duplamente um monumento, assim como ocorreu com as estátuas dos poetas Carlos Drummond de Andrade, no Rio de Janeiro-RJ, e de Henriqueta Lisboa, em Belo Horizonte-MG. Ou, nas palavras de Jacques Le Goff, um documento-monumento, uma construção repleta de interesses que projeta uma imposição voluntária ou involuntária de futuro: “resultado de uma montagem, consciente

²⁴ HEYMANN, op. cit., 2004, p. 5.

ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio²⁵.

Sobre o autor

Clovis Carvalho Britto realiza estágio pós-doutoral em Estudos Culturais no Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e mestrando em Museologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS) vinculado ao Departamento de Museologia e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Líder do Grupo de Pesquisa Sócio-Antropologia dos Patrimônios, Museus e Acervos (UFS).
E-mail: clovisbritto5@hotmail.com.

*Artigo recebido 18 de março de 2015.
Aprovado em 08 de outubro de 2015.*

²⁵ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003, p. 537-538.

RESENHA

MAIA, Cláudia; PUGA, Vera Lúcia (Org.). *História das mulheres e do gênero em Minas Gerais*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2015. 552p.

ROSANA DE JESUS DOS SANTOS
Universidade Federal de Uberlândia (UFF)

Escrever a história das mulheres e do gênero ainda é uma tarefa ousada. Desde os anos 1980, o tema chega ao Brasil e se consolida como um campo definido de pesquisa para as/os historiadoras/es ganhando visibilidade, apesar de ainda sofrer restrições no interior das instituições acadêmicas. O número significativo de publicações revela gradativo fortalecimento desse campo, como atesta o crescimento das publicações de livros, artigos em revistas especializadas, teses, dissertações e simpósios temáticos versando sobre o tema. O que significa escrever uma história das mulheres e do gênero? A história se tornou o lugar a partir do qual o feminismo questionou o sujeito universal moderno (homem, branco, heterossexual e cristão), fazendo emergir uma vasta gama de sujeitos históricos em suas especificidades de gênero, étnico-raciais, sociais e sexuais.

O livro *História das mulheres e do gênero em Minas Gerais*, organizado por Cláudia Maia (UNIMONTES) e Vera Puga (UFU) resulta de uma parceria de longa data entre as organizadoras, que são pesquisadoras conceituadas e bastante atuantes nos simpósios sobre "História das mulheres e do gênero" na Associação Nacional de Professoras/es Universitários de História (ANPUH). Cláudia Maia é doutora em História pela Universidade de Brasília, na área de Estudos Feministas e de Gênero, e pós-doutora pela Universidade Nova de Lisboa. Atua como professora adjunta do Departamento de História e dos Programas de Pós-graduação em História e de Letras/Estudos Literários, da Universidade Estadual de Montes Claros. Vera Puga é doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), desde 1998, e atualmente faz parte de algumas comissões: do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (ENADE- Formação Geral) e da Secretaria de Políticas para as Mulheres (Comitê Técnico-Institucional, questões de gênero). É professora Associada II da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), onde atua no Programa de Mestrado e Doutorado em História Social, no Núcleo de Estudos de Gênero e Mulheres (NEGUEM) e na Revista Caderno Espaço Feminino, como editora.

O livro em questão conta ainda com a participação de pesquisadoras/es de vários estados brasileiros que se debruçaram sobre diferentes momentos da história das mulheres em Minas Gerais, partindo de variados tipos de fontes e abordagens metodológicas. Foi publicado pela Editora Mulheres e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Trata-se de uma coletânea de 552 páginas, organizada em quatro partes que indicam os múltiplos olhares sobre as mulheres mineiras: 1) transgressoras e insubmissas mineiras; 2) damas, donas do sertão; 3) saberes e fazeres femininos; 4) casamento e maternidade: mecanismos de um destino social.

A primeira parte da obra é constituída por textos que tratam das variadas ações de mulheres mineiras em diferentes temporalidades e espaços, para romper com as amarras das tradições patriarcais. Através da escrita sensível da pesquisadora Diva do Couto Muniz, conhecemos professoras mineiras cujo conjunto de ações "insubordinadas, indóceis e indisciplinadas" fincaram um marco de resistência ante o conjunto das estratégias elaboradas nas Minas oitocentistas, para circunscrevê-las a um ideal de mestra, recatada e submissa. Encontramos também as mulheres que ousaram contrariar regras "sagradas" e constituíram famílias com padres, mesmo estando sujeitas a sanções sociais, conforme diviso Vanda Praxedes. Mulheres mineiras livres ou escravizadas com suas práticas e estratégias em favor da abolição, como a escravizada Catarina que se destacou pela "astúcia empreendida em seus projetos de liberdade" (p.87), são desveladas por Fabiana Macena. A mineira Maria Lacerda de Moura, sua trajetória e escrita libertárias compõem o texto escrito por Cláudia Maia e Patrícia Lessa. Os três últimos textos discorrem sobre a escrita feminina: Maura Lopes Cançado e sua vida marcada pela insanidade e transgressão das normas de gênero, cuja obra *Hospício é Deus* foi discutida de forma densa por Márcia Custódio e Alex Fabiano Jardim. Contribuindo para visibilizar as mulheres negras e suas escritas, Constância Duarte nos presenteia com uma análise belíssima de parte da obra da escritora mineira Conceição Evaristo. Nos contos analisados, as personagens negras nos convidam a conhecer suas trajetórias, nas quais a intersecção entre gênero, etnia e classe se fazem presentes nas suas estratégias, vivências e resistências cotidianas. Fechando a primeira parte, conhecemos Márcia, prostituta de Pouso Alegre, cujas cartas são analisadas por Varlei do Couto a partir da noção foucaultiana de escrita de si. Vivendo e lutando num contexto em que as campanhas de moralização e higienização sociais têm como foco seu local de trabalho e residência, Márcia elabora táticas de resistência, enquanto troca correspondências com pessoas de sua estima, nas quais fala de si e de sua posição frente à sociedade em que vive.

Na segunda parte da obra, intitulada "Damas, donas do sertão", os olhares das/os pesquisadoras/es se voltam para as regiões consideradas mais distantes de Minas Gerais: os sertões longínquos, tradicionalmente considerados como espaços do desmando e poderio falocêntricos, agora são relidos sob novo viés. Assim, conhecemos por meio do texto de Gilberto Noronha as imagens contraditórias construídas sobre Joaquina de Pompéu e sua atuação no Oeste de Minas Gerais, entre os séculos XVIII e XIX. Em alguns discursos, ela é a mulher reta, recatada e justa; em outros, figura como "caudilho de saias" ou "sinhá Braba", colérica, descomedida sexualmente e cruel com seus

subordinados. Dona Tiburtina de Andrade Alves é outra mulher cuja posição ativa suscitou inúmeras representações: seu envolvimento em episódio sangrento da política de Montes Claros, no início do século XX, foi lido e relido ao longo do tempo a partir de várias perspectivas, sendo ora louvada, ora criticada, conforme destacam as autoras Maria de Fátima Nascimento e Filomena Cordeiro Reis. Correndo mundo através da literatura, as personagens femininas de Guimarães Rosa, tão vivazes quanto os viventes de carne e osso, em suas ações destecam o tecido da tradição falocêntrica e conduzem os destinos por caminhos por elas mesmas traçados. Zidica, Rivília e "Dlena, aranha em jejum" apresentam possibilidades de "desarticular o estabelecido" e nos são apresentadas com sua astúcia, pela pena sutil de Telma Borges.

Os textos que compõem a terceira parte da obra, denominada "Saberes e fazeres femininos", têm em comum o cuidado das/o autoras/res em ouvir as próprias mulheres acerca de seus conhecimentos e práticas e das formas pelas quais atuaram em suas comunidades. As falas das narradoras são permeadas de satisfação em rememorar suas trajetórias de vida e, ao mesmo tempo, reiteram sentidos tradicionais sobre as atividades consideradas como apanágio feminino ou masculino. Através do texto de Lúcia Helena da Costa, acessamos as narrativas das parteiras do norte de Minas Gerais cujas práticas de partejar sofreram a interferência dos médicos no processo de medicalização da saúde das mulheres e dos recém-nascidos, a partir dos anos de 1950. No texto de Cairo Katrib e Fernanda Naves, nas memórias de mulheres congadeiras em Ituiutaba se entrelaçam trajetórias pessoais e a prática cultural do Congado. Durante muito tempo silenciadas pela tradição judaico-cristã, as vozes das mulheres que atuaram na fundação de Igrejas pentecostais no Norte de Minas Gerais são enfim ouvidas por meio da pesquisa de João Augusto dos Santos. A ligação entre os fazeres considerados como femininos ligados à cozinha e aos hábitos alimentares mineiros são discutidos por Mônica Abdala. Ainda sobre saberes, temos as narrativas das mulheres trabalhadoras rurais no Triângulo Mineiro, visibilizadas por Maria Andréa Angelotti. A exclusão feminina do acesso à educação formal é discutida por Leila Almeida, que se debruça sobre as narrativas de mulheres de Januária acerca de suas trajetórias de escolarização. As hierarquias de gênero que comumente estabelecem restrições diversas às mulheres marcaram a vida de muitas das narradoras, que foram impedidas de estudar durante a juventude por maridos ciumentos e obrigações domésticas. Encerrando a terceira parte, conhecemos a luta pela terra travada pelas mulheres negras remanescentes de um Quilombo em Paracatu, através da pesquisa de Maria Clara Machado e Paulo Sérgio da Silva.

O casamento e a maternidade têm sido apontados enfaticamente como formas de aprisionamento das mulheres, transformados em destinos social e biológico circunscrevendo as mulheres na esfera da casa e da família, submetidas a cerceamentos e violências. A quarta e última parte do livro se caracteriza por discutir os dispositivos sociais responsáveis por restringir as mulheres às funções de esposas e mães, bem como as estratégias encontradas por muitas para se livrarem de situações de violência em casamentos infelizes. Helen Ulhôa Pimentel examina documentação do século XVIII do tribunal eclesiástico instalado em Paracatu. A autora estuda o papel da Igreja quanto ao

casamento e a possibilidade de anulação do mesmo. Entre a documentação encontrou vários casos nos quais as mulheres resistiram às imposições da Igreja e a procuravam buscando se livrar de situações intoleráveis, como casamentos violentos, o caso, por exemplo, de Joana de Souza Pereira. Na sequência, também tratando de casamento e divórcio, temos o texto de Dayse Lúcida Santos, que discute a legislação brasileira, do final do século XIX e início do século XX, acerca do tema e analisa alguns processos de separação ocorridos em Diamantina. Uma das conclusões a que chega é a de que havia um descompasso entre as normas instituídas pelo Estado e pela Igreja e as vivências de homens e mulheres, o que levava a transgressões da norma. Os discursos produzidos no início do século XX sobre os papéis das mulheres na formação dos cidadãos nas regiões do triângulo mineiro constituem foco da pesquisa de Florisvaldo Ribeiro Júnior. As mulheres eram “alvos de prescrições físicas e morais de jornalistas, médicos, intelectuais, políticos e padres”, que procuravam estabelecer normas e controle sobre os seus corpos e condutas. Temos, aqui, excelente análise a respeito da relação entre as representações de gênero e os projetos de Nação Moderna do período. Na sequência, os discursos de mães adolescentes sobre maternidade e casamento, em Uberlândia, são analisados por Carla Denari, que percebe um descompasso entre os discursos do Estado acerca da gravidez na adolescência e os sentidos positivos que as mães adolescentes atribuem à maternidade e ao casamento. A educação enquanto espaço de produção das diferenças de gênero é objeto de Vera Lúcia Puga que percorre criticamente o processo educacional dicotômico, desde o século passado, com os internatos separados por sexo, até o presente, com a permanência da educação binária que se evidencia pelo funcionamento da escola de princesas em Uberlândia.

Enfim, o livro como um todo oferece uma importante contribuição para a história e os estudos de Gênero; seu diferencial é a abordagem centrada nas mulheres mineiras de várias regiões do estado, suas atuações em cada contexto onde se inseriram na luta pela liberdade de existir e agir. Se por um lado a obra congrega estudos variados que pretendem visibilizar as ações das mulheres mineiras, por outro tem nessa diversidade de perspectivas a emergência de alguns problemas: em alguns textos percebe-se que as mulheres estão subsumidas nas condições históricas de suas sociedades, em outros é possível vislumbrar a ideia de predestinação de determinadas mulheres para a atuação política em seus contextos. Notam-se também algumas lacunas no que tange às mulheres indígenas e às lesbianas, denotando uma ausência de estudos sobre essas mulheres em Minas Gerais e apontando, por outro lado, para a possibilidade de exploração destes campos pelas novas levas de historiadoras/es feministas. As brechas apontadas não diminuem o mérito da obra, visto que, nós historiadoras/es feministas somos conscientes de que todo texto histórico é parcial. Nesse sentido, as organizadoras na apresentação explicam que o “livro não teve a pretensão de percorrer o conjunto dos estudos que têm sido desenvolvidos sobre mulheres e gênero em Minas Gerais no

campo da História, mas é uma pequena mostra desses estudos”¹. Dentro do proposto, o livro contribui imensamente para que se conheça um pouco mais da história das mulheres mineiras.

Sobre a autora

Rosane de Jesus dos Santos é doutoranda em História na Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista Fapemig. E-mail: mariabunitaxxi@yahoo.com.br.

Recebido em 03 de maio de 2015.

Aprovado em 10 de setembro de 2015.

¹ MAIA, Cláudia; PUGA, Vera Lúcia (Org.). *História das mulheres e do gênero em Minas Gerais*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2015, p. 16.